



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDUARDO JOSÉ SILVA LIMA

“Eu moro embaixo do meu chapéu”:
disputas fundiárias, culturais e memoriais na construção de Palmas (1988-2002)

Goiânia, GO
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Eduardo José Silva Lima

3. Título do trabalho

"Eu moro embaixo do meu chapéu": disputas fundiárias, culturais e memoriais na construção de Palmas (1988-2002)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo José Silva Lima, Discente**, em 19/12/2024, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5053892** e o código CRC **D54C3D92**.

EDUARDO JOSÉ SILVA LIMA

“Eu moro embaixo do meu chapéu”:
disputas fundiárias, culturais e memoriais na construção de Palmas (1988-2002)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro.

Goiânia, GO

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Lima, Eduardo José Silva

“Eu moro embaixo do meu chapéu”: disputas fundiárias, culturais e memoriais na construção de Palmas (1988-2002) [manuscrito] / Eduardo José Silva Lima. - 2024.
299 f.: il.

Orientador: Prof. Jiani Fernando Langaro.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2024.
Bibliografia.

1. Palmas-TO. 2. migrantes trabalhadores. 3. história oral. 4. segregação urbana. 5. disputas fundiárias. I. Langaro, Jiani Fernando, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **023/2024** da sessão de Defesa da **Tese** de **EDUARDO JOSÉ SILVA LIMA**, que confere o título de **Doutor(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **14h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada "**Eu moro embaixo do meu chapéu: disputas fundiárias, culturais e memoriais na construção de Palmas (1988-2002)**". Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Temis Gomes Parente (UFT)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Célia Rocha Calvo (UFU)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Cristina Helou Gomide (FE-UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Eliene Dias de Oliveira (UFMS)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Tese**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 19/12/2024, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2024, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5016782** e o código CRC **7259237A**.

Referência: Processo nº 23070.061728/2024-65

SEI nº 5016782

À minha mãe, Auxiliadora,
À minha irmã, Michele,
Ao meu tio, Amaro (*in memoriam*),
Pelo apoio irrestrito, força e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta etapa da minha vida, tenho muito a agradecer a uma imensa diversidade de pessoas. O ciclo que se encerra com a produção desta tese foi iniciado há 19 anos, em agosto de 2005, quando adentrei no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Nessas quase duas décadas, tive contato com centenas de pessoas que, em maior ou menor grau, estão presentes neste trabalho, pois minha formação profissional seguiu trajetórias múltiplas. Exerci minha profissão em espaços institucionais de memória, em escolas públicas e privadas de educação básica e em universidades públicas.

Pela impossibilidade de nomear todas as pessoas que contribuíram para minha formação profissional e, conseqüentemente, para a construção desta pesquisa, farei um agradecimento a quem teve uma participação direta no período em que desenvolvi o processo de doutoramento. Devo iniciar pelo prof. dr. Jiani Langaro, que me orientou de forma muito sensível em todo esse processo, durante o qual tive problemas pessoais, profissionais e uma pandemia que afligiu toda humanidade. O prof. Jiani se tornou um amigo, conselheiro pelo qual reservo profunda admiração profissional e tomo como exemplo em que me inspiro para seguir na docência e na produção do conhecimento histórico. Agradeço a delicadeza assertiva que Jiani conduziu a orientação, cobrando quando devido, mas entendendo a realidade de um trabalhador que realizou seu doutoramento cumprindo suas funções laborais.

Em nome do prof. Marlon Salomon, agradeço a todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nas disciplinas cursadas, pude reencontrar a paixão pela produção do conhecimento histórico que estava adormecido diante de toda carga de trabalho docente, que, cheia de burocracia, vai bem além dos momentos prazerosos de sala de aula. No PGHIS me senti um estudante respeitado e apoiado no que precisei para a execução da pesquisa. Gostaria de deixar registrado um agradecimento à profa. dra. Fania Fridman, professora titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de quem tive a honra de ser aluno das disciplinas História Urbana I e II no período da pandemia. A disciplina trouxe excelentes aprendizados, mas também momentos de conforto, em que, mesmo de forma virtual, pudemos discutir textos e nos acolhermos em um momento crivado de incertezas.

Reforço meus sinceros agradecimentos às professoras doutoras Temis Gomes Parente (UFT), Célia Rocha Calvo (UFU) e Cristina Helou Gomide (FE/UFG), que compuseram a banca de qualificação e trouxeram perspectivas fundamentais para realinhamento do trabalho e, conseqüentemente, para o resultado desta tese. Agradeço à Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), da qual faço parte como docente efetivo, que promoveu encontros importantíssimos no desenvolvimento do trabalho. Em nome do prof. dr. John Max Santos Sales, um amigo querido, agradeço aos docentes dos colegiados de Serviço Social e Pedagogia, que sempre tinham excelentes sugestões, palavras amistosas e compreensão durante o período do doutoramento. Agradeço o apoio e companheirismo das profas. Rafaela Vidal e Maria Tereza Ribas Sabará, com quem tive a honra de trabalhar diariamente em uma experiência profissional muito rica na Unitins e que sempre apoiaram a execução desta pesquisa, indicando inclusive interlocutores. Agradeço também aos alunos da Unitins, que me inspiram e me ensinam muito mais do que o contrário.

A todos os autores e autoras que dedicaram seus estudos ao Tocantins e à cidade de Palmas, minha mais sincera gratidão. Suas pesquisas foram essenciais para a construção desta tese, ampliando meu olhar sobre a história, a cultura e os processos sociais da região. Embora não tenha tido a oportunidade de conhecer pessoalmente a maioria de vocês, admiro profundamente suas produções e o compromisso com a construção do conhecimento.

Agradeço, em especial, a Profa. dra. Temis Gomes Parente, cuja trajetória acadêmica é uma referência incontornável para os estudos históricos no Tocantins. Tive a honra de ser seu aluno na disciplina de “Métodos Qualitativos Aplicados: Enfoque em História Oral” que me abriu os horizontes para a utilização de relatos orais como fonte, sua presença acadêmica permeia esta tese. Sua inestimável contribuição para a História Oral no Brasil inspira e fortalece aqueles que, como eu, buscam compreender e narrar o passado a partir das vozes e memórias dos sujeitos históricos.

Em memória, agradeço a meu orientador de mestrado e amigo querido, prof. Tiago de Melo Gomes, que, apesar de não estar neste plano, estaria orgulhoso desse momento. À minha primeira orientadora e um exemplo de amor à docência, profa. Sandra Mello, e aos irmãos que a vida acadêmica me deu, o prof. dr. Gustavo Gomes, à profa. dra. Renata Bezerra e à profa. dra. Rosely Tavares, que conheci em 2005, quando esses títulos eram ainda sonhos a se concretizar. Essas pessoas me inspiram diariamente como profissionais de excelência, com toda responsabilidade e dedicação

que nossa profissão exige. Mas também aos incontáveis momentos de descontração que tornam a vida mais leve e agradável.

Aos amigos Tiago Bezerra e Diego Freitas, pela amizade e carinho ao longo de tantos anos. Aos meus primos e amigos Erick e Fábio Ehrhardt, a minha irmã Michele e a minha mãe Auxiliadora, que me apoiam com muito amor e dedicação e compreendem as tantas ausências que a vida profissional e este trabalho ocasionaram. A minha companheira Clara Rodrigues, que com muito amor me deu tanto suporte ao longo desses três últimos anos e dividiu comigo a vida por completo, inclusive os momentos de tantas dificuldades.

Ao meu psicólogo/terapeuta, Erick de Jesus Almeida, minha profunda gratidão. Desde 2020, percorremos juntos um caminho de autoconhecimento e cura, enfrentando desafios internos que, muitas vezes, se entrelaçam com os desafios acadêmicos. O seu acolhimento, escuta e orientação foram fundamentais para o fortalecimento das minhas condutas comportamentais, reflexo de um amadurecimento que se estende também à escritura desta tese. Sabemos o quanto o percurso do doutorado pode ser solitário e exigente, mas, com o suporte certo, torna-se possível seguir adiante com mais leveza e resiliência. Obrigado por fazer parte dessa trajetória.

Por fim, agradeço imensamente aos que colaboram com esta pesquisa contando suas histórias de vida, histórias estas que por vezes estão esquecidas na cidade de Palmas. A partir desses depoimentos, pude entender como uma cidade pode ser vivida de formas diferentes, mesmo compartilhando a mesma relação de espaço e tempo. Os depoimentos foram fundamentais para tecitura desta tese, uma vez que os arquivos deixam mais ausências e silêncios que uma diversificação de fontes.

Aos que porventura não citei, peço desculpas pela minha falha diante das inúmeras contribuições que compõem este texto. A todos agradeço toda solidariedade e carinho que cada um expressou de forma diversificada ao longo de todo este processo.

A cidade

*O sol nasce e ilumina
As pedras evoluídas
Que cresceram com a força
De pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam
Vigiando as pessoas
Não importa se são ruins
Nem importa se são boas
E a cidade se apresenta
Centro das ambições
Para mendigos ou ricos
E outras armações
Coletivos, automóveis,
Motos e metrô
Trabalhadores, patrões,
Policiais, camelôs
A cidade não para
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce
A cidade não para
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce...*

(Chico Science e Nação Zumbi, 1994)

RESUMO

A presente tese explora as disputas fundiárias, culturais e memoriais envolvidas na construção e consolidação de Palmas, capital do Tocantins, entre os anos de 1988 e 2002. Com enfoque na ocupação da região norte e no movimento migratório de trabalhadores, o estudo investiga a formação de uma identidade local marcada pela resistência e pela busca por moradia digna em uma cidade planejada e promovida sob uma ideologia de prosperidade, que privilegiava setores específicos da população. Através de metodologias da história oral e da análise documental, a pesquisa revela como migrantes trabalhadores contribuíram para a construção de Palmas e, ao mesmo tempo, enfrentaram a marginalização, o preconceito e o estigma de ocuparem áreas consideradas “perigosas” e “irregulares”. A narrativa destaca, em especial, o bairro Vila União como símbolo de luta e sobrevivência em um contexto de segregação urbana, em que a terra e os recursos urbanos foram usados como instrumentos de exclusão social. A pesquisa ainda analisa a desigualdade entre as regiões norte e sul da cidade e como as políticas públicas moldaram esse processo de ocupação e divisão territorial. Este trabalho contribui para o debate sobre a história das cidades brasileiras e a importância das vozes dos migrantes na construção das memórias e das identidades urbanas.

Palavras-chave: Palmas-TO; migrantes trabalhadores; história oral; segregação urbana; disputas fundiárias.

ABSTRACT

This dissertation explores the land, cultural, and memorial disputes involved in the construction and consolidation of Palmas, the capital of Tocantins, from 1988 to 2002. Focusing on the occupation of the northern region and the migration of workers, this study investigates the formation of a local identity marked by resistance and the struggle for dignified housing in a planned city shaped by a prosperity ideology favoring specific population sectors. Through oral history methodologies and documentary analysis, the research reveals how migrant workers contributed to the construction of Palmas while facing marginalization, prejudice, and the stigma of occupying areas considered “dangerous” and “irregular.” The narrative highlights the Vila União neighborhood as a symbol of struggle and survival amid urban segregation, where land and urban resources were used as instruments of social exclusion. The study also examines the inequality between the northern and southern regions of the city and how public policies shaped this process of occupation and territorial division. This work contributes to the discussion on the history of Brazilian cities and the importance of migrant voices in constructing urban memories and identities.

Keywords: Palmas-TO; migrant workers; oral history; urban segregation; land disputes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Palmas	23
Figura 2 – Imagem do início da construção de Palmas.....	26
Figura 3 – Visão panorâmica do início da construção de Palmas	28
Figura 4 – Reprodução do mapa de Tocantins	63
Figura 5 – Reprodução de nota da Conorte	68
Figura 6 – Um ônibus foi virado e outro incendiado na tentativa de liberar a ponte ..	74
Figura 7 – Siqueira definirá local da capital definitiva.....	80
Figura 8 – Venda de lotes em Taquaralto	85
Figura 9 – Anúncio de venda de lotes em Palmas	91
Figura 10 – Logo do Governo do Tocantins no período	94
Figura 11 – Áreas agrícolas no município de Palmas	96
Figura 12 – Mapa de Taquaralto e dos Jardins Aurenys.....	100
Figura 13 – Venha morar conosco na Terra dos Girassóis.....	102
Figura 14 – Rio é a capital que menos cresce	114
Figura 15 – Alojamentos improvisados	133
Figura 16 – Súplica aos Pioneiros.....	139
Figura 17 – A partir de hoje, o Brasil tem nova capital	146
Figura 18 – Noruega quer entendimento com Tocantins	150
Figura 19 – O cúmulo da engenharia	178
Figura 20 – Os Caminhos do Brasil passam por Tocantins	178
Figura 21 – Incêndio na invasão da cascalheira	194
Figura 22 – Movimento de luta pela moradia elabora relatório para enviar a ONU.....	207
Figura 23 – I Conferência Estadual de Direitos Humanos no Tocantins	210
Figura 24 – Programa Estadual de Direitos Humanos	210
Figura 25 – Famílias são obrigadas a deixar área invadida	217
Figura 26 – Palmas ao casal esperança	222
Figura 27 – Mapa Urbano de Palmas.....	229
Figura 28 – Quadras que formam a Vila União	231
Figura 29 – Fotografia na Vila União 1996.....	256

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos entrevistados	36
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de urbanização das regiões brasileiras	57
Tabela 2 – Origem migratória de Palmas (2010).....	141

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

Aciara	Associação Comercial e Industrial de Araguaína
AD-Tocantins	Agência de Desenvolvimento do Tocantins
Appa	Associação dos Pioneiros de Palmas
Arne	Área Residencial Nordeste
Arno	Área Residencial Noroeste
Arse	Área Residencial Sudeste
Arso	Área Residencial Sudoeste
AASJN	Associação Ação Social Jesus de Nazaré
CB	Correio Braziliense
CEB	Comunidade Eclesial de Base
Celtins	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CF88	Constituição Federal de 1988
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CMP	Central dos Movimentos Populares
Codetins	Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Conam	Confederação Nacional de Associações de Moradores
Conorte	Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano
Creci/TO	Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Tocantins
Facomto	Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLM	Frente de Luta por Moradia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JK	Juscelino Kubitschek
LO	Leste-Oeste
Matopiba	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto

NS	Norte-Sul
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PCS	Crédito Solidário
PD	Plano Diretor
PIB	Produto Interno Bruto
Plhis	Planos Locais de Habitação de Interesse Social
PMP	Prefeitura Municipal de Palmas
Saneatins	Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins
Sinet	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins
STF	Supremo Tribunal Federal
TRE-GO	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
Terratins	Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
Zeis	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	17
2 NO FIM, PALMAS: FORMAÇÃO DO TOCANTINS, DISPUTAS PELA CAPITAL E PROJETO VENCEDOR.....	46
2.1 O novo Tocantins e as disputas pela capital provisória	50
2.2 Palmas: o projeto vencedor de cidade	70
2.3 O roteiro era ficar fora do plano	87
3 OCUPAÇÃO DA CIDADE DO PLANO: MEMÓRIAS, TEMPORALIDADES E HISTÓRIA ORAL	105
3.1 Os papéis de sujeitos da história são ocupados	111
3.2 Narrativas de migrantes na criação da cidade	128
3.3 O coletivo (r)existe.....	144
4 MOVIMENTOS SOCIAIS, MEMÓRIAS E DIREITOS HUMANOS.....	160
4.1 Memórias e história oral.....	170
4.2 Memórias e temporalidades.....	185
4.3 O norte da coletividade: ocupação da região e estratégias de luta pela moradia.....	204
4.4 Do movimento para o lar: narrativas de migração e organizações coletivas por habitação	218
5 VEJAM COMO NÓS VIVEMOS: A VILA UNIÃO E SUA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIAS.....	226
5.1 Vila União: percepções, experiências de migrantes trabalhadores e o mercado informal da terra.....	233
5.2 As vivências que constroem o bairro	247
5.3 A construção simbólica da Vila União: sociabilidades, resistência e discriminação.....	263
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	282
REFERÊNCIAS.....	287
Fontes documentais	294
Fontes jornalísticas	295
Entrevistas orais	300

1 APRESENTAÇÃO

Uma motivação relevante para confecção de uma tese de doutorado é a “descoberta” de conhecimentos inéditos ou, talvez, perspectivas inovadoras de um tecido histórico já constituído. Perspectiva essa que se contrapõe a uma obsoleta percepção da história como “mestra da vida”, tal como defendida pelo filósofo romano da antiguidade Cícero, para quem deveríamos nos voltar para o passado no intuito de entendê-lo e não repetir os mesmos erros no futuro.

Neste estudo, nosso percurso inicia-se na Constituição de 1988, com o acontecimento da criação do Estado do Tocantins. Não se trata aqui de julgar possíveis erros para evitar que porventura sejam cometidos novamente no futuro. A preocupação é com o presente, em que observamos diariamente disputas desiguais e antidemocráticas na cidade de Palmas. Disputas territoriais que elevam o preço da moradia no Plano Diretor, empurrando pessoas vulneráveis a ocupar moradias precárias nas franjas da cidade; disputas por memórias, que silenciam boa parte de migrantes trabalhadores¹ que construíram a cidade, mas não são lembrados; e disputas culturais, que geralmente estão ligadas a questões sociais. As especificidades da cidade de Palmas residem na sensibilidade que seus migrantes construtores revelaram à face concreta da experiência humana.

O início da história de Palmas é impreciso, com várias versões diferentes, como toda construção de memória. É possível considerar que seu surgimento coincide com o momento de sua construção, em dezembro de 1988? Ou quando a futura capital ainda sequer tinha nome, mas sua ideia já ecoava quando Miracema do Norte foi escolhida como capital provisória? Ou quando a ideia a ser projetada e executada finalmente recebeu o nome de Palmas, com seu projeto definido? Ou, ainda, podemos precisar seu início no dia da cerimônia de fixação da sua pedra fundamental, em 20

¹ Aqui cabe uma reflexão acerca do que se entende pelo conceito de migrantes trabalhadores que, no contexto de construção de Palmas, diferencia-se do sentido de “migrante” geralmente utilizado para a região Sudeste, por exemplo. Esses sujeitos históricos se deslocaram para Palmas em função de promessas de oportunidades econômicas como um meio de ascensão social. Além de busca por trabalho, contribuíram como construtores de uma nova realidade urbana por meio de suas experiências culturais diversas, que compuseram dinâmicas comunitárias através de ocupações na urbe, resistindo a políticas fundiárias segregadoras. Portanto, há a estruturação de uma identidade que se contrapõe ao planejamento elitista de cidade. No Sudeste, a figura migrante é muito associada à figura do “retirante”, que migra para um local em que é visto como alguém que chega depois, tratado como alguém de fora. No caso de Palmas, não há essa relação, pois todos são “de fora”, e assim são vistos como construtores de uma nova realidade, atuando como protagonistas na construção material e imaterial da cidade.

de maio de 1989? Quem sabe em janeiro de 1990, quando o governo do Estado se muda definitivamente para nova capital?

Independentemente de qual caminho se adote como sendo a origem de Palmas, o início desta tese se deu antes mesmo do projeto de pesquisa que a gestou e gerou. No dia 4 de janeiro de 2016, o autor deste trabalho se mudou para a cidade de Palmas, na condição de migrante, em busca de melhores condições de vida, como tantos outros sujeitos dessa história.

Considera-se relevante situar o lugar social² do autor, ou seja, o pesquisador que foi instigado pela cidade a debater sobre as disputas em sua construção. É importante considerar toda sua formação acadêmica construída dentro do campo da ciência histórica, negro, homem cisgênero, heterossexual, professor e um migrante que se dedicou nos últimos seis anos a discussões sobre o projeto da cidade de Palmas, de sua ocupação, das estratégias de resistência contra políticas fundiárias segregadoras, da sua memória enquanto território, enfim, de sua história. Essas temáticas estão presentes nas discussões desta tese e surgem como um problema científico juntamente com uma nova experiência de cidade vivenciada cotidianamente por este explorador.

Ao estudar, em sua dissertação de mestrado, a história da cidade do Recife na primeira metade do século XX por meio de uma prática sociocultural – o futebol –, demonstramos a construção de uma experiência com estudos históricos no campo das cidades. O trabalho intitulado *Recife entra em campo: história social do futebol no recife (1905-1937)* versou sobre as mudanças territoriais, culturais e sociais da cidade em um momento de transição do modelo econômico essencialmente rural, baseado na monocultura da cana de-açúcar, para um modelo de uma incipiente industrialização, com um processo de urbanização em curso. A soma desses fatores era a cidade moderna em sua gênese. A união entre a construção de uma cidade moderna e a apropriação pela população local de práticas culturais consideradas modernas como futebol, cinema, entre outras, culminam na construção de uma modernidade recifense.

² Para Michel de Certeau (2011, p. 47), a produção do conhecimento histórico deve ser encarada como uma operação. Isso significa, em princípio, que ela deve ser compreendida como a relação entre um lugar social, procedimentos de análise e a construção de um texto. Essa percepção é fundamental, pois nos leva a admitir que ela faz parte da realidade da qual trata e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Portanto, a operação histórica se refere: à combinação de um lugar social; a determinadas práticas ou procedimentos técnicos; e, por fim, à escrita.

Portanto, a cidade como um campo de estudo da história é algo presente na construção profissional do autor desta tese, que se dedicou a pensar a cidade como um espaço repleto de desigualdades, efeito de um modelo de modernização capitalista dos centros urbanos, que, conseqüentemente, reflete-se em uma urbanização desigual. A urbanização é um fenômeno histórico associado à concentração de pessoas em um mesmo território, assim, as disputas que ocorrem na urbe advêm de sua própria estrutura pautada em relações conflitantes. Por conseguinte, a produção de um conhecimento histórico sobre Palmas, assumindo-a como objeto central deste estudo, é fundamentada na ampla categoria das redes urbanas que compõem a cidade. Por um viés histórico, realizamos o esforço de integrar os territórios da cidade e suas diversas temporalidades em uma perspectiva da experiência social humana e suas sociabilidades inseridas na relação espaço e tempo.

A história da cidade de Palmas tornou-se um convite para este pesquisador quando, ao caminhar pelas calçadas pouco movimentadas, pela Avenida Teotônio Segurado, que corta a cidade de norte a sul, foi marcado por duas observações: onde estão as pessoas da cidade? Por que há tantos terrenos vazios em suas áreas centrais? Enquanto morador, foi perceptível que a constituição do município tornou-o excludente, algo que particularmente chama a atenção.³ O olhar crítico para nosso tempo faz parte do cotidiano do historiador, treinado que é a questionar o *status quo* e fundamentar seus inconformismos explicativos do presente para que se coloquem como questões para o passado – o movimento do tempo em relação dialógica entre temporalidades diversas.

Em agosto de 2014, a cidade de Palmas foi apresentada ao autor, que, como muitos migrantes que aqui residem, foi trazido pela expectativa de melhoria de vida por meio da estabilidade oferecida por um concurso público. É presente a recordação do estranhamento ao se deparar com esse modelo de urbe, a representação de uma cidade planejada era uma novidade em sua experiência. Tudo chamava atenção, os vazios urbanos na maior avenida da cidade, a ausência de pessoas circulando nas ruas, pouca verticalização e a imponente Praça dos Girassóis.

Ao unir a experiência migrante com a observação histórica da cidade, nasce a ideia que fundamenta esta tese sobre as disputas fundiárias, memorialísticas e

³ De acordo com o historiador Ciro Flamarion Cardoso (s.d., p. 3), o critério de interesse pessoal é um dos pontos relevantes na construção de um projeto de pesquisa, pois “o pesquisador tem melhor rendimento ao trabalhar acerca de assuntos que lhe interessam”.

culturais na capital do Tocantins. Em seu livro *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Marc Bloch (2001) se propõe a discutir a ciência histórica afirmando que a história não é a ciência que estuda o passado, mas, sim, uma ciência do presente, pois é neste tempo que surgem nossas inquietações e inconformismos. Voltamos ao passado para buscar explicações de problemáticas do presente, assim, ao buscar fundamentos para entender a realidade da cidade de Palmas, é que me volto a seu passado a fim de construir uma narrativa histórica alicerçada nos vestígios humanos, conforme afirma Bloch (2001, p. 54):

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem [os artefatos ou as máquinas], por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer captar. [...] o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

Ao farejar as profundezas como um escafandrista, o historiador realiza seu trabalho. Da mesma forma, ao construir a problemática de nossa pesquisa, passamos a caçar as fontes que compõem nosso texto.

O desejo dessa investigação foi estudar o universo das lutas sociais urbanas sob diversas formas de resistência com intuito de entender como Palmas se torna uma cidade onde existe uma intensa segregação espacial entre seus habitantes. Para tanto, partimos da premissa de que o espaço territorial em si não tem significado natural, as relações sociais é que fundamentam a vida urbana na construção da cidade. Dessa maneira, o objetivo principal dessa investigação foi problematizar os complexos fenômenos urbanos que resultaram em uma cidade segregadora, na qual o direito à moradia por meio do acesso à terra não foi democrático. Além disso, a terra enquanto mercadoria foi muito utilizada pelos agentes do Estado como moeda de troca para benefícios questionáveis, como reforçar relações de clientelismo.

As contribuições históricas aos debates citadinos contemporâneos pautam-se no entendimento de que os processos históricos são constantes e resultam em transformações contínuas no território espacial da urbe. Tais movimentações se relacionam de forma íntima com as relações sociais, portanto os sujeitos históricos são agentes ativos na metamorfose urbana, e também esta tem influência em como esses sujeitos interagem em sua localidade em uma construção diacrônica. Ao se tratar de uma cidade planejada, podemos perceber que, desde sua idealização, há uma ação antrópica predominante e que prevê a construção de um centro urbano por

meio da destituição de fazendas e pequenas propriedades que, juntas, constituíam uma zona rural do município de Porto Nacional.

Essas disputas inseridas no território urbano estão expressas no título desta tese, que destaca a representação da experiência do migrante por meio da afirmação de um dos interlocutores: “Eu moro embaixo do meu chapéu”. Entendemos que essa fala é um reflexo das diferentes possibilidades de experimentar Palmas e, principalmente, da diversidade dessas vivências pautadas na desigualdade. Nesse contexto, as disputas fundiárias, culturais e memoriais na construção de Palmas, no recorte histórico que vai de 1988 a 2002, demonstram as distintas formas pelas quais os sujeitos construíram a cidade e suas histórias de vida nesse espaço urbano. Historicamente, é possível explicar que as desigualdades sociais influenciam diretamente nas interpretações que as camadas populacionais têm de si e do território que habitam.

O período histórico selecionado considera dois pontos temporais relevantes: em 1988 temos a criação do Estado do Tocantins e a primeira eleição para governador, deputados federais, deputados estaduais e senadores. Assim, inicia-se o processo de desenvolvimento do estado, mas também é em 1988 que Siqueira Campos anuncia a construção de uma nova capital. A discussão acerca da nova sede já havia antes mesmo da criação do estado, em que algumas cidades se ofereceram como candidatas à capital provisória – talvez visando que essa condição pudesse se tornar permanente no futuro. A opção por encerrar esse ciclo analítico em 2002 advém da finalização da construção da Praça dos Girassóis, local onde muitos grupos sociais se reúnem para reivindicar direitos e realizar protestos. Importante recorte para a cidade, temos também nesse ano a quarta eleição estadual e, com isso, um arco de 16 anos de análise de uma cidade que é viva e, portanto, se constrói e desconstrói diariamente, porém não mais mediante a intervenção estatal direta como motor de seu desenvolvimento.

A capital mais jovem do Brasil, atualmente com 35 anos, tem sua construção relacionada à ampliação das contribuições econômicas do centro do país, em um momento que o país vivia uma fase denominada de neoliberal, que marcou a gestão do presidente Fernando Collor de Melo. A característica marcante de sua história são as disputas, entendidas como conflitos por divergências de experiências de cidade, em que parcelas sociais minoritárias lutam, muitas vezes, pela sobrevivência, em uma Palmas que, mesmo executada na planta, reproduz um modelo de cidade excludente.

Este trabalho é fruto de uma reunião de testemunhos, sejam orais ou escritos, que foram ferramentas na construção desta tese. Para o autor, o trabalho de pesquisa tornou-se uma eterna revisitação da cidade, com mudanças de perspectivas fundamentadas em muitas partes que foram esquecidas na história de Palmas. As lembranças desse sujeito ao conhecer a nova urbe são necessárias para composição de um testemunho inicial presente de forma individual e uma intuição sensível. Sua estranheza com a planificação da cidade e a pouca presença de indivíduos em espaços públicos foi a ponta do fio com o qual esses aspectos foram alinhavados a tantas outras questões que surgiram durante o processo de pesquisa.

O recorte geográfico da cidade de Palmas foi estipulado através de parâmetros técnicos, em que “foi definido um quadrilátero de 90 x 90 quilômetros, depois alterado para 112 km Norte/Sul por 90km Leste/Oeste, o qual contém o centro geográfico estadual em seu âmbito” (Grupo Quatro, 1989, p. 1). Após deliberação do tamanho do território restou a escolha da localização:

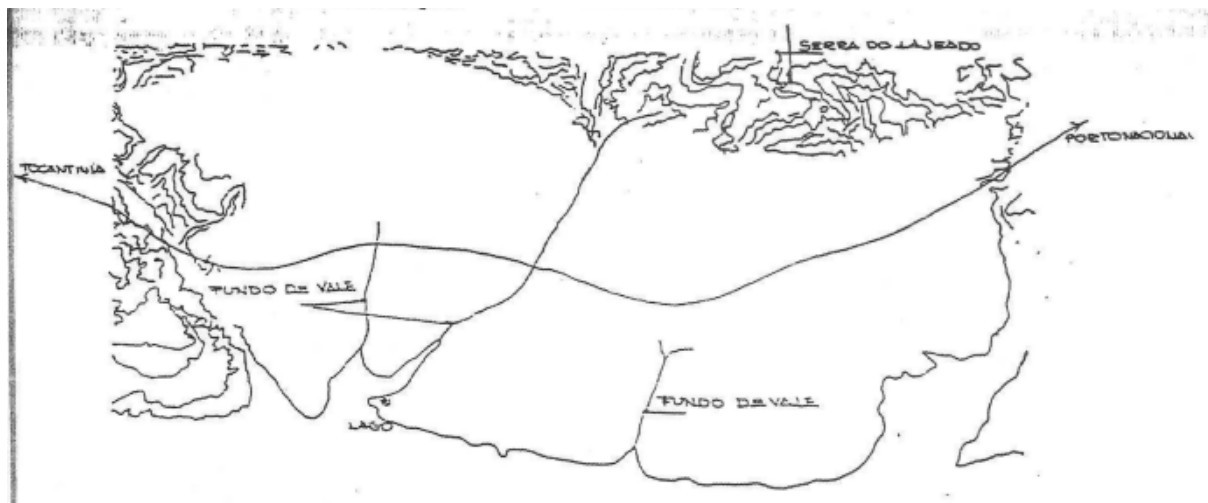
A partir daí, efetuou-se uma seleção preliminar de áreas, com base nos dados cartográficos disponíveis, para melhor orientar as atividades de escolha definitiva. Tal procedimento foi consubstanciado através de Relatório Confidencial, submetido às instâncias de decisão do governo estadual, e, após sua aprovação, desenvolveram-se trabalhos subsequentes dos técnicos envolvidos. (Grupo Quatro, 1989, p.1).

A leitura do projeto da cidade, utilizado como fonte histórica, permite perceber que todas as decisões sobre a construção de Palmas couberam exclusivamente ao governo estadual. O agora povo tocantinense não teve oportunidade de se manifestar de nenhuma forma sobre qual, onde, quando e, principalmente, como funcionaria a capital do estado do Tocantins. Sua idealização parte de uma planificação do estado que excluiu os cidadãos que tinham acabado de eleger o primeiro governador da história tocantinense.

Com intuito de facilitar a visualização da cidade, apresentamos um croqui de Palmas inserido no projeto do Grupo Quatro (Figura 1). No mapa, observa-se o perímetro de Palmas no sentido horizontal, tendo como limites estabelecidos: ao norte, a cidade de Tocantínia e, ao sul, a cidade de Porto Nacional. Ao leste, a Serra do Lajeado é a fronteira final e, a oeste, o Lago de Palmas representa o fim do território estabelecido para capital do estado. Existem duas vias que cortam a cidade: do extremo norte ao sul, tem-se a Avenida Teotônio Segurado; já no sentido leste-oeste, a Avenida Juscelino Kubitschek. No encontro entre as duas localiza-se a Praça dos

Girassóis, centro do poder público estadual, onde se encontram o Palácio do Araguaia, sede do Poder Executivo; o Tribunal de Justiça do Tocantins; e a Assembleia Legislativa.

Figura 1 – Mapa de Palmas



Fonte: Grupo Quatro (1989).

Há muitas possibilidades de se contar a história da primeira década de existência da última cidade brasileira planejada no século XX. A história dos sujeitos históricos migrantes, a estruturação do estado do Tocantins, as reformas políticas, as discussões voltadas para o projeto arquitetônico da cidade são temas que inspiraram muitas produções em várias áreas do conhecimento como arquitetura e urbanismo, ciências sociais, comunicação social e direito. Contudo, há um déficit em relação a uma interpretação histórica desse processo. Nesse contexto se situa nosso interesse pela história de Palmas, guiado pela história das disputas fundiárias relacionadas à resistência popular na luta pela garantia do direito fundamental à moradia.

Para compreender o processo da construção da cidade de Palmas, é necessário se aproximar das complexidades do contexto histórico no qual esse processo histórico está inserido. Portanto, um ponto a ser ressaltado desde o início deste trabalho – sem o mistério que acompanha grandes obras literárias – é que a pedra fundamental que orientou a construção da cidade de Palmas e atraiu seus

migrantes foi, e em certa medida ainda é, a mentalidade neoliberal.⁴ A primeira gestão do Estado do Tocantins, liderada pelo governador Siqueira Campos, apregoava como lema, até hoje estampado nas entradas da cidade de Palmas, o estado da “livre iniciativa e da justiça social”.

No desenvolvimento desta tese, a pesquisa nas fontes permitiu observar fenômenos ligados a esse presente de cidade excludente. Tem-se, por exemplo, a utilização de terras dentro de uma lógica mercadológica, as memórias de uma cidade que silencia esse processo de disputas fundiárias, as várias formas de resistência impetradas por sujeitos históricos, as experiências migrantes dentro desse contexto e, por fim, um estudo aprofundado sobre a Vila União, único bairro popular da região central da cidade, constituído sobre os pilares de ocupações das quadras por parte de pessoas que travavam a luta contra o Estado pelo direito à moradia. A Vila União representa uma fratura popular em um projeto de cidade que não se preocupou com determinados migrantes.

Ao partir de fundamentos históricos, este trabalho preenche, assim, uma lacuna historiográfica de estudos fundamentados na ciência histórica sobre a cidade de Palmas. E o caráter inovador da pesquisa reside em sua tese principal, que a torna um registro histórico singular, ao analisar que a última capital planejada do século XX tem a disputa por modelos de cidade desde sua essência, desde quando era apenas uma ideia em questão. O pressuposto mediador de nosso trabalho é de que a cidade de Palmas se constituiu como uma cidade repleta de disputas em seu planejamento, sua construção e sua distribuição territorial, expressando uma luta de classes intensa, pois se reflete na memória e cultura de grupos minoritários.

A segregação espacial foi executada por opção deliberada do Estado, que, enquanto detentor de todo seu território, decidiu não utilizar parte do Plano Diretor para proporcionar habitação para os milhares de migrantes que chegaram à cidade ao longo de sua primeira década de existência. Estamos aqui fazendo referência às gestões estaduais e municipais inseridas em uma lógica capitalista que entende a

⁴ O conceito de neoliberalismo empregado aqui alinha-se com a visão de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), segundo a qual, para além de uma organização de pensamentos econômicos, o neoliberalismo é uma proposta de uma nova racionalidade e de entendimento de mundo no qual a concorrência integral está presente em todos os âmbitos de nossa vivência, portanto se torna uma dimensão totalizadora, da qual nada escapa, abarcando desde o Estado até todas as esferas da existência humana. Desse modo, cabe atrelar essa organização social a cidades, por exemplo, por meio da conduta de governantes e governados.

terra como uma mercadoria rentável, que favorece a especulação imobiliária em detrimento da ocupação gradativa e democrática, como previa o projeto elaborado pelo Grupo Quatro Arquitetura.⁵

Todos os equipamentos urbanos indispensáveis serão implantados, gradativamente e de acordo com a necessidade, desde aqueles correspondentes à primeira parte da proposta, assim iniciando-a. Atingindo-se até 120 mil habitantes como limite máximo, se essa parte ficar completa em um período de 5 anos, a expansão deve começar a acontecer por fitas Leste/Oeste para o Norte. Quando aquela parte estiver totalmente ocupada iniciar-se-á a ocupação para o Sul do mesmo modo (Grupo Quatro, 1989, p. 5).

Vejamos que o plano da cidade já previa a ocupação da região norte e só após ultrapassar o limite populacional de 120 mil habitantes seria iniciada uma expansão para o sul de palmas. Como veremos a seguir, a realidade foi oposta ao planejamento, e a primeira consequência da ideia segregadora foi a criação de bairros populares no extremo sul, fora do Plano Diretor. Tal situação prejudicou a implementação dos equipamentos públicos, pois estes se encontravam na região central, enquanto boa parte da população estava, agora, habitando o extremo sul. Assim, tem-se que os conflitos e disputas fundiárias fazem parte da história de Palmas desde seus primeiros momentos e a acompanham até o presente, de diferentes formas, pois, enquanto o espaço urbano for segregador, haverá resistência.

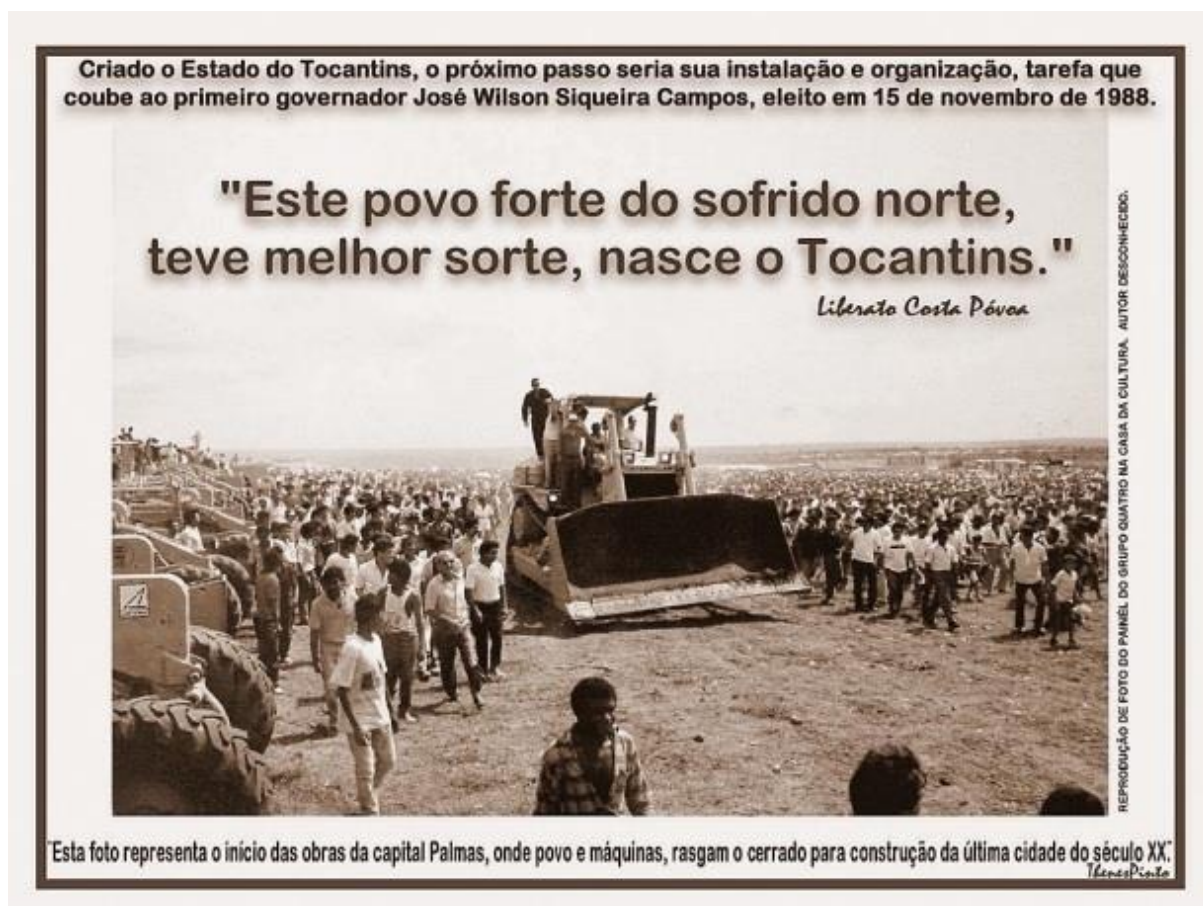
A opção de construir uma nova cidade como capital advém justamente da mentalidade de se criar um espaço que consolidasse uma modernidade urbana, já que o território que configurava o estado do Tocantins, antigo norte goiano, era essencialmente rural e de economia agrária. Siqueira Campos, deputado federal pelo antigo norte de Goiás, havia sido uma das lideranças em prol da separação do Tocantins e se tornou seu primeiro governador eleito em um mandato tampão de dois anos. Inspirado em Juscelino Kubitschek (JK), seu *slogan* era: “20 anos em 2”.

Havia algumas divergências ideológicas entre JK e Campos, como veremos ao longo desta tese, porém não podemos negar que havia uma inspiração quanto às estratégias utilizadas na promoção da cidade e, principalmente, na autopropaganda de Siqueira Campos como gestor. Houve uma publicidade forte para atrair diversos tipos de migrantes, de investidores a trabalhadores. Tais categorias não são

⁵ Os arquitetos autores do projeto foram Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, oriundos do estado de Goiás. Graduaram-se, respectivamente, pelas universidades de Brasília (UnB), em 1968, e Católica de Goiás (UCG, atual PUC-GO), em 1974. Podemos inferir que, em suas trajetórias acadêmicas, ambos tiveram contato com os postulados da arquitetura moderna, tendo em vista, sobretudo, a experiência de Brasília, símbolo do modernismo brasileiro, que elevou personagens como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

homogêneas; existem diversos tipos de investidores, como também de migrantes. Há exemplos de pessoas que compraram um ou dois terrenos por meio de edital e só apareceram para registrá-los dez, quinze anos depois, e empresas que compraram quadras inteiras. Da mesma forma, existiram trabalhadores que foram ser secretários de Estado e outros que foram trabalhar na construção civil, derrubando vegetação para abertura das quadras.

Figura 2 – Imagem do início da construção de Palmas



Fonte: Acervo de fotografias da Fundação de Cultura de Palmas.

Como se vê na foto da Figura 2, buscava-se construir uma memória de uma estética de união entre todos por um bem maior, imprimindo-se uma ideia de que as dificuldades são muitas, mas que unidos todos saíam dali vencedores. Era necessário que o ainda frágil estado precisasse de um elemento integrador, e para Siqueira, a construção de Palmas cumpriria esse papel identitário. Um canteiro de obras dessa dimensão a céu aberto no centro do país chamava atenção, ainda mais diante da experiência histórica relativamente próxima que foi a construção da Capital

Federal. As estratégias de convencimento eram muitas, publicidade nos grandes jornais do país, que versavam sobre as belezas que Tocantins tinha para oferecer e, claro, as oportunidades para pequenos e grandes negócios. Além disso, havia a publicidade orgânica do “boca a boca” de muitos que vinham e acabavam chamando outros parentes para também se instalarem na região.

Porém, a relação entre o governo Siqueira Campos e os migrantes dependia da categoria social a qual estes pertenciam, pois aqueles que mais dependiam do Estado não estavam nos planos de ocupação no Plano Diretor. Essa divisão ficou muito clara já nos primeiros anos da cidade de Palmas, quando várias atitudes foram tomadas, desde a instalação de barreiras policiais até a criação de bairros periféricos para abrigar essa população em locais mais distantes.⁶ A ocupação popular dos espaços do Plano Diretor de Palmas em seus anos iniciais foi tratada como caso de polícia, já que as áreas centrais eram destinadas à venda ou permuta com grandes investidores. Os objetivos de ocupação territorial da cidade estavam definidos em função da valoração do solo urbano como uma mercadoria que, caso fosse ocupada por uma população de baixa renda, seria desvalorizada.

A Figura 3 oferece uma visualização do plano da cidade, onde ao centro observa-se o Palácio do Araguaia, sede do Executivo estadual; à direita, o Tribunal de Justiça; e à esquerda, a Assembleia Legislativa. Atrás do Palácio, tem-se a região sul da cidade e, na frente, a região norte, que receberá atenção especial ao longo deste trabalho, visto que foi por essa região da cidade que se iniciou o processo de ocupação de terras pela população migrante trabalhadora que, ao chegar em Palmas, não conseguia locais para morar.

A imagem permite ter uma dimensão das dificuldades de se construir uma capital inteiramente nova com distâncias grandes em relação a grandes centros urbanos. Mas também permite ter uma visão interessante sobre o modelo de cidade, a estrutura das quadras, a localização centralizada dos poderes estatais e a grande oferta territorial disponível.

⁶ Para um debate aprofundado acerca de barreiras policiais e a utilização do poder policial na cidade de Palmas, ver Bottura (2019).

Figura 3 – Visão panorâmica do início da construção de Palmas



Fonte: Acervo de fotografias da Fundação de Cultura de Palmas.

Como mencionado anteriormente, já nos primeiros anos da cidade de Palmas, o projeto original não foi seguido. A ideia era que a cidade fosse expandida gradativamente de acordo com o aumento de sua população; porém, ainda em 1990, quando a população atingiu aproximadamente 25 mil habitantes, o governo realizou uma expansão para a região do extremo sul. Além de possibilitar ao governo do Estado comercializar as quadras centrais como bem entendesse, essa expansão, ao criar uma periferia fora do Plano Diretor, pretendia disciplinar o uso do solo urbano pela população pobre e trabalhadora. Isso reforça ainda mais a importância das ocupações da região norte, que resistiram a esse disciplinamento e tornaram-se um desafio ao Poder Executivo.

Em se tratando de um trabalho que se debruça sobre a história, a relação espaço-tempo permeará esta tese, pois é nela que fincamos o arrimo de sustentação. A progressão temporal da narrativa não se dará alheia a contextos socioculturais e

econômicos, e sim buscará enxergar as complexidades de um tempo que se constrói e reconstrói em movimentos fluidos, imerso em um espaço físico. Este significaria pouco sem os “cidadãos”; uma cidade é também um produto cultural de quem a vive, de quem participa intensamente de sua história, pois essas cronografias não são paralelas como as cantadas por Belchior (1975): “são duas estradas nuas em que foges do que é teu”. Ao contrário, são caminhos que se entrelaçam em movimentos contra-harmônicos e, como disse Chico Science (1994), “a cidade se apresenta o centro das ambições”, que, por vezes, satisfazem apenas uma minoria de sua massa.

A perspectiva teórica deste trabalho é a da história social da cultura, assim, são abordados os relatos das experiências dos sujeitos para, a partir de suas trajetórias de vida, perceber os elementos sobre o sentido da cidade, a experiência de construir toda uma urbe e o cotidiano dessas pessoas. O passado e o presente são manifestos pelo ato de lembrar, através de registros orais, aliados a fontes documentais e periódicos. O ponto de partida é a história vista de baixo, pois a vida das pessoas menos favorecidas economicamente é local estratégico na constituição da cidade de Palmas, atrelado à construção de espaços paralelos, que são as ocupações. Oportunizar a história vista de baixo, questionar uma cultura hegemônica e discutir os movimentos das práticas culturais dentro de uma sociedade são temas que fazem parte do aporte teórico deste trabalho.

Para isso, é preciso contar com a contribuição de intelectuais que impulsionaram pesquisas relativas à história social da cultura. São eles o historiador inglês Edward Palmer Thompson (1998), o historiador italiano Carlo Ginzburg (1993) e o intelectual francês Paul Ricoeur (2007). Os migrantes que habitavam em ocupações urbanas e os que militaram em movimentos de luta pela moradia são grupos sociais que detêm vozes do passado e representam suas experiências enquanto sujeitos. Através do termo “experiência”, o sujeito conquista sua visibilidade e é reinserido na história; a “estrutura é transmutada em processo”, afirma Thompson (1981, p. 170). Entre os sujeitos formam-se práticas, estratégias de sobrevivência, por isso consideramos relevante uma pesquisa que discorra sobre a trajetória de vida das pessoas que lutam pelo direito à moradia numa cidade que nem deveria sofrer com déficit habitacional.

Ao escolher a cultura e o cotidiano dos sujeitos que migraram como temática de estudo, têm-se em mente os desafios de lidar com os discursos multifacetados, grupos sociais diferentes, identificações culturais distintas e visões políticas, por

vezes, divergentes. Todavia, tais dificuldades não inviabilizam a pesquisa, já que compartilhamos da ideia de cultura como um campo conflituoso, como afirma Thompson (1998b, p. 17):

Uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.

Outrossim, além da segregação territorial exercida contra migrantes trabalhadores menos favorecidos economicamente, houve também uma segregação cultural, justamente por parte de uma classe economicamente dominante, já que esses não compartilham culturalmente da visão neoliberal da cidade. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é sua única definição” afirma Thompson (2004, p. 23), logo, só os próprios sujeitos podem definir suas atuações, não sendo papel do historiador atuar como juiz ou classificador.

Os textos do historiador inglês tornaram-se imprescindíveis para nossa pesquisa, que também teve como objetivo pluralizar vozes sobre a história recente da cidade de Palmas, que, como veremos a seguir, não preza por uma memória que realce em sua história os migrantes que a construíram. Ao contrário, esses, em sua maioria trabalhadores, foram colocados na periferia da cidade, vivendo com precariedade, sem equipamentos públicos e sofrendo com a distância até o centro da cidade. Mas essa história também conta com processos de resistência, uma vez que, desde os anos 1990, acontecem ocupações no Plano Diretor, contrariando o planejamento elitista de cidade.

Pensava-se em um crescimento citadino de dentro para fora, humanização das moradias, a familiarização dos moradores das quadras, como uma espécie de minicidades. Contudo, a realidade mostrou-se diferente do planejamento. A especulação imobiliária e a sede de lucro atropelaram o projeto inicial, como podemos ver com esse excerto do projeto:

A sugestão é que a cidade seja construída a partir de uma primeira parte central, que comportará cerca de 100 mil moradores. Seu eixo inteiro não precisa ser feito inicialmente, pois, o acesso será feito pelo eixo pioneiro, entre a rodovia e a parte central. Existirão os equipamentos necessários nesta parte inicial, prevendo-se o limite de habitantes. A partir daí a cidade vai urbanizar-se por “fitas”. Se o governo abrir mais uma “fita” leste/oeste, só haverá necessidade de colocar a infraestrutura longitudinal imediata e

completar o arruamento transversal. As redes principais de serviços e sistemas urbanos de abastecimento, estão previstas sempre no sentido Leste/Oeste. Isso cria uma forma de implantação de menor custo para o governo (Grupo Quatro, 1989, p 4-5).

Como vemos, na prática, a construção da cidade não seguiu o projeto desde o seu início. Essa questão será melhor trabalhada no primeiro capítulo deste texto, porém percebemos que essa escolha de não cumprir a expansão gradativa da cidade causa problemas graves até a atualidade.

Dedicando-se aos estudos sobre resistência de classes subordinadas, é possível perceber costumes e comportamentos inferiorizados, mas que projetam a formação de uma identidade sociocultural. A história da cultura com viés social de Thompson (2004) é uma história que valoriza a resistência social, atrelada aos costumes, tradições, cotidianos, vivências e experiências das classes populares em um contexto histórico específico, em um local definido – nesse caso, a cidade de Palmas entre 1990-2002.

A ideia thompsoniana de cultura como um campo de embate pode ser complementada pelo conceito de “circularidade cultural” do historiador italiano Carlo Ginzburg (1993), o qual discorda de uma gradação qualitativa de práticas culturais. A cultura popular pode ser definida não só por uma oposição à cultura letrada, mas pelas relações que mantém com a cultura dominante. As classes sociais menos abastadas apropriam-se de uma cultura hegemônica de acordo com seus valores e suas condições de vida, não há uma receptação acrítica. Da mesma forma, no inverso do movimento, as classes econômicas mais favorecidas se apropriam de elementos culturais populares, e é dessa dinâmica que surge a “circularidade cultural”.

Com inspiração na antropologia cultural, Ginzburg (1993) afirmou que as práticas culturais das populações pobres não são imposição de uma classe economicamente superior e, apesar de haver projetos culturais hegemônicos, geralmente a cultura do opressor é mais valorizada do que a do oprimido, não havendo uma submissão cultural, mas, sim, uma “circularidade”. Elementos culturais são infiltrados entre si, cada um à sua maneira entremeando-se entre o considerado erudito e o definido como popular. Portanto, além de conflitos econômicos, que no caso de Palmas consiste principalmente no campo do direito à moradia, existem os conflitos culturais e no campo da memória, que, por vezes, refletem uma tentativa de silenciar ou desvalorizar determinadas práticas culturais geralmente ligadas à população de baixa renda. Podemos atrelar tais circunstâncias às vivências sociais

em ocupações que tinham, por vezes, seus moradores criminalizados e convivendo com preconceitos sociais.

Thompson (2004) conecta suas interpretações verticalizadas de comportamentos comunitários iluminando a defesa de tradições e costumes numa possível insurgência social, em que as identidades vão se consolidando pela mudança cultural. De forma similar à Ginzburg em sua “circularidade cultural”, Thompson busca na antropologia os pilares de seu trabalho, a análise das fontes, a escolha dos objetos e o próprio percurso intelectual. A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil; é comum omitir que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram de seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Na condição de morador/pesquisador da cidade de Palmas, interessa questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade transformou-se numa cidade segregadora e antidemocrática no que concerne à distribuição territorial.

Conforme apontou Marc Bloch (2001, p. 82), “reunir os documentos que estima necessários para a pesquisa é uma das tarefas mais difíceis do historiador”. Isso porque os documentos são ferramentas essenciais no processo da análise histórica. Seu uso possibilita ao historiador estabelecer uma comunicação entre o passado e o seu tempo. Mas, para tal intento, faz-se necessário um conhecimento prévio sobre os vestígios que se pretende analisar, bem como do que se quer compreender. Mais que isso, devemos interrogá-los, ou seja, “fazê-los falar, mesmo que a contragosto” (Bloch, 2001, p. 82).

A escolha do tema, a procura, a seleção e a análise das fontes, assim como a construção da narrativa são alguns dos desafios que os historiadores enfrentam. Entender o conhecimento histórico como uma operação nos faz investigar o passado por meio de procedimentos metodológicos que privilegiam um fecundo diálogo entre as fontes documentais e os referenciais historiográficos e teóricos adotados. O historiador procura construir representações sobre o passado, mas o faz por meio de vestígios que permanecem no presente, isto é, a pesquisa histórica se constitui por meio de experiências passadas possibilitadas pelos registros (vestígios, indícios) que subsistem e lhe dão testemunho.

A partir dessa perspectiva, para atender às muitas indagações sobre a temática proposta para pesquisa que versa sobre as disputas fundiárias, memoriais e culturais,

ocorridas na primeira década da cidade de Palmas (1988-2002), foram selecionados alguns documentos que utilizaremos neste trabalho. Segundo Arlette Farge (2009, p. 65), “quando se decide estudar um tema amplo, é necessário primeiro extrair de todo o documento o que se destaca do objeto. Pode-se, então, atravessar longas séries de documentos e isolar aquilo que se necessita”.

Para produção desta tese, uma das fontes utilizadas consiste nos documentos produzidos pelas gestões que passaram pelo Governo do Estado do Tocantins e pela Prefeitura da cidade de Palmas durante o recorte temporal escolhido. Essa documentação é encontrada no arquivo da Fundação Cultural de Palmas e trata-se de material variado, tais como boletins informativos, plantas, fotografias, materiais referentes às comemorações promovidas pelo Estado, documentos sobre obras públicas e sobre terras, além do próprio projeto de planejamento da cidade. Para a pesquisa nesses arquivos é preciso estar ciente da estrutura da Administração Pública ao longo do tempo. Entender esse mecanismo burocrático é fundamental para compreender a função desses documentos, para quem eles eram produzidos e por quem eram feitos.

Ciente dos problemas apresentados pela documentação, os testemunhos não devem ser entendidos como espaços de verdade, tampouco como evidências da realidade. Tais interpretações são uma armadilha dos sentidos. Os jornais e os documentos oficiais relatam acontecimentos cotidianos construídos e desconstruídos, formando uma realidade especificamente intrínseca ao contexto histórico. Em *Relações de força*, Ginzburg afirma que “as fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes” (2002, p. 44).

A pesquisa foi fundamentada nas análises de matérias publicadas nos seguintes periódicos: *Jornal do Tocantins*, *A Tribuna*, *Correio Braziliense*, *Diário do Pará*, *Jornal do Commercio Amazonas*, *Jornal do Brasil*, *O Fluminense* e *Tribuna da Imprensa* entre os anos de 1990-2002. Esses periódicos podem ser encontrados no arquivo da Fundação de Cultura de Palmas, na sede do grupo Jaime Câmara, responsável pelo *Jornal do Tocantins*, e na Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. É interessante perceber que a cidade de Palmas e o estado do Tocantins foram acompanhados muito de perto por esses periódicos. Podemos inferir que esse interesse se deve em especial por dois aspectos: orgânico, pois foi um acontecimento

importante para geopolítica do país; mas também estimulado por forças econômicas, que entendiam essa região como um produto a ser vendido.

Por meio dos editoriais, das colunas e das discussões sobre o cenário político, econômico, social e cultural, é possível evidenciar como a imprensa palmense e nacional registrou as mais diversas situações da cidade de Palmas. Seja as maravilhas da nova capital ou os escândalos de corrupção do mais novo estado do país. Ao analisar a importância da imprensa periódica para a historiografia, Tânia Regina de Luca (2006) afirmou que essas fontes se tornaram indispensáveis para o historiador que procura entender o cotidiano das cidades, afinal, os impressos se tornaram um espaço onde transitam as ideias, os sentimentos, os projetos e outras questões sociais. Nesses jornais é possível identificar como, em certa medida, materializavam-se os debates em torno do processo expansão e habitação da cidade.

Sobre a reflexão em torno dos periódicos, colabora para nossa análise Maciel (2004), que em seu texto “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”, explora como uma transformação tecnológica como o telégrafo tem um impacto relevante na prática jornalística e no consumo das informações. A autora discorre sobre alguns eixos que possuem semelhanças com o tema aqui proposto, pois as relações entre modernidade e comunicação, temporalidade e imediatismo, globalização da informação e discurso de identidade nacional, de certa forma, estão presentes nesta tese mesmo que estejamos tratando de uma outra temporalidade. A ideia de modernidade expressa nos jornais não é imparcial, trata-se de um discurso estimulado pelo grupo que criou e geriu o estado do Tocantins em seus primeiros anos de existência. As utilizações de imagens deste novo território mudam as formas de comunicação para apresentar o Tocantins ao resto do país, transmitindo informações não apenas de forma escrita, mas também visual, estimulando o imaginário do leitor. Essas estratégias colaboram para uma opinião pública sobre o estado, construindo uma memória de eventos que merecem ser lembrados e outros que podem ser esquecidos. De certa forma, a imprensa passa a narrar o cotidiano de uma nova unidade da Federação que atrai curiosidade, e a utilização de imagens torna-se um agente importante nesse processo.

Entendemos que a história oral é uma metodologia que permite uma conexão democrática com os sujeitos históricos que vivem a cidade de forma ampliada, pois

permitem identificar nos testemunhos aspectos de uma vida cotidiana, ordinária que aponta aspectos que muitas vezes são invisibilizados na cidade. Considerando a realização de entrevistas para a coleta de depoimentos, o projeto de pesquisa que originou esta tese foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG), mediante cadastro no Sistema da Plataforma Brasil, em conformidade com a Resolução n.º 510/2016, art. 1º que disciplina sobre a necessidade de parecer em pesquisas que adotam “procedimentos metodológicos que envolvam a utilização de dados obtidos diretamente com os participantes” (CNS, 2016). O projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil no dia 22 de abril de 2020 e, após análise do CEP/UFG, foi aprovado conforme o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 30954220.6.0000.5083, parecer consubstanciado de aprovação n.º 3.991.524, emitido no dia 27 de abril de 2020.

Ao enveredar pela pesquisa para esta tese em busca dos sujeitos (informantes), encontramos um universo diversificado, composto por agentes políticos, operários que trabalharam na construção da cidade, membros ou ex-membros dos diversos movimentos sociais da cidade de Palmas que se interessaram de alguma forma pela luta pela moradia e pelo direito à cidade, além de sujeitos que ocuparam a região norte de Palmas, em ocupações consideradas irregulares, e por lá construíram suas vidas. A construção dessa rede de interlocutores se deu através de contatos com amigos e pessoas que já moram na cidade desde a década de 1990. Também os próprios entrevistados indicavam outros possíveis sujeitos que estariam dispostos a compartilhar suas histórias de vida e colaborar com a pesquisa. Tais testemunhos compõem a diversidade de entendimentos da formação da cidade de Palmas, principalmente a ocupação da região norte, interesse focal deste trabalho. O Quadro 1 a seguir algumas informações de nossos interlocutores, que serão apresentados de forma mais específica, por meio de notas de rodapé, à medida que seus testemunhos forem costurando nosso texto.

Quadro 1 – Relação dos entrevistados

Nome	Idade (anos)	Gênero	Profissão	Naturalidade	Ano em que chegou a Palmas	Onde se estabeleceu ao chegar (moradia)
Antônio Edis Liberato Sena	51	Masculino	Formado em História, mas não exerce a profissão. Atua como assessor parlamentar do deputado Célio Mourão-PT	Barra do Corda-MA	1991	Quadra 504 Sul
Cleiber Alves Abud	54	Masculino	Autônomo (vendedor de carros e imóveis)	Araguaína-TO	1993	Vila União
Dom Philip Eduard Roger Dickmans	61	Masculino	Bispo da igreja católica	Herk-de-Stad-Bélgica	1996	Vila União
Erivelton da Silva Santos	48	Masculino	Professor (já teve carreira política, onde chegou a ser vereador)	Formoso-GO	1997	Vila União
Inácio Teixeira da Silva	60	Masculino	Funcionário público do município de Palmas (agente comunitário)	Belém-PA	1992	Vila União
Jocel Santiago de Araújo	50	Masculino	Carpinteiro, professor e atualmente presidente da Associação Ação Social Jesus de Nazaré	Imperatriz-MA	1994	Vila União
José Geraldo Moreira	71	Masculino	Autônomo (motorista)	Porangatu-GO	1992	Vila União
Maria Eliene Souza Castro (Lana)	44	Feminino	Autônoma (faxineira)	Porto Nacional-TO	1993	Vila União
Maria Francisca (Chiquinha)	63	Feminino	Professora aposentada	Araguaína-TO	1993	Vila União
Mario Igor Vieira (Mario Xara)	34	Masculino	Músico	Goiânia-GO	1993	Vila União
Renato Silva Moura	68	Masculino	Artista plástico	Maceió-AL	2000	Vila União
Romeu Aloísio Feix	62	Masculino	Professor de filosofia	Rio Grande do Sul	1994	Vila União
Ruy Alberto Pereira Bucar	54	Masculino	Jornalista	Paraíso do Tocantins	1991	Quadra 504 Sul
Vanessa Rodrigues Moreira	42	Feminino	Servidora comissionada do estado do Tocantins (técnica-administrativa)	Paraíso-TO	1992	Vila União

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração Própria.

Neste ponto, cabe-nos uma reflexão sobre como a pandemia de covid-19 trouxe desafios e exigiu resiliência para execução de uma pesquisa de doutorado que utilizou a história oral como fonte relevante. Ao demandar o contato em meio a um mundo de distanciamento social, o trabalho sofreu impactos em várias etapas, desde

a seleção dos entrevistados até o processo de coleta dos testemunhos. Conviver com as incertezas de um futuro próximo foi uma dificuldade sofrida por grande parte do planeta Terra entre 2020 e 2022. A interferência imediata foi a paralização de atividades que exigiam contato humano, como as entrevistas, e posteriormente a seleção dos interlocutores, que antes foram selecionados a partir de suas experiências com a história da construção de Palmas e ocupação da região norte, passou a ter outros critérios sanitários, como idade, nível de habilidade tecnológica e outros processos migratórios.

A utilização de plataformas virtuais como Google Meet e Whatsapp gerou desafios que não estavam previstos no projeto aprovado em 2018. As formas de interação, o contato presencial, as linguagens corporais entre outras nuances podem ser perdidas. A familiaridade com a tecnologia passou a ser um limitador do número de participantes dispostos a contribuir com a pesquisa, afetando diretamente as práticas de história oral. Não se pode deixar de citar os impactos emocionais tanto nos interlocutores quanto no pesquisador, já que uma crise global repleta de incertezas esteve presente na construção deste trabalho.

Vencidos os desafios, os quatorze informantes selecionados contribuíram com suas histórias de vida para elaboração desta tese e, unidas à história da construção da cidade de Palmas, permitiram constituir uma narrativa da cidade, principalmente na ocupação espacial da região norte da cidade. As entrevistas foram desenvolvidas de forma aberta, para que fosse possível observar na vida desses sujeitos aspectos diversificados como trabalho, relacionamentos, educação, cultura, lazer e moradia. O momento de coleta dos depoimentos é deveras importante, seguindo as orientações de Paul Thompson (1992, p. 254), para quem é necessário demonstrar “o interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar”.

O exercício da escuta atenta e sem julgamentos foi executado da melhor maneira possível, e todo cuidado e respeito pelas histórias de vida foram levados em consideração. O Brasil pós-2016 vive um ambiente de hostilidade política em que as pessoas são incentivadas a discursos de ódio, em que somos todos atingidos, e tais polarizações refletem como enxergamos e nos relacionamos com os outros. Obviamente, tal contexto afeta ambos os agentes, seja os entrevistados, seja o autor da pesquisa. Porém, não cabe ao historiador o papel de juiz. Segundo Portelli, “não

estudamos as pessoas, aprendemos com elas” (Portelli, 2004, p. 306) e não se trata aqui de um discurso demagógico, mas, sim, a percepção direta de que nós, enquanto seres humanos, somos complexos e diversos.

O ponto que une todos os entrevistados é ter migrado para a cidade de Palmas dentro do recorte histórico desta tese, 1990 a 2002. Ao partir desse fio condutor, são fomentadas várias discussões fundamentadas nas memórias que compõem a construção de Palmas. Os depoimentos orais são de pessoas que viveram e trabalharam nesta cidade, a qual construíram junto com suas vidas. As narrativas produzidas trazem uma versão da história que não está presente nos arquivos públicos, tampouco nas memórias locais da cidade que exaltam os sucessos financeiros de parte da população em uma disputa constante pelo passado.

A utilização da história oral possibilita outras formas de se estudar a cidade, proporcionando outras mediações referente às histórias de Palmas. Temos outras perspectivas temporais através da história de vida desses interlocutores tão diversos em gênero, idade, profissão, classe social e ideologia política que constituem significados diversificados sobre a cidade, são olhares de trabalhadores relacionando suas histórias com a da cidade. Constantemente, percebemos como as lembranças pessoais são imbricadas com versões públicas⁷ sobre acontecimentos, como a memória de superação de Palmas, que vai da poeira a uma capital relevante para região. Outros marcos são lembrados, como a constituição da Vila União em consequência de “invasões” ou as estruturas precárias do início da cidade, que surgem nas narrativas como explicações de experiências pessoais.

⁷ Sobre esse ponto, o texto “Memória popular: teoria, política, método”, do Grupo Memória Popular (2004), traduzido por Helen Hughes e Yara Aun Houry, ajuda a refletir a relação entre a memória popular e as versões oficiais da história. Esse texto oferece uma perspectiva crítica sobre como as memórias individuais e coletivas se formam e são apropriadas, enfatizando as implicações políticas e sociais desse processo, pois este diálogo entre as lembranças pessoais e as narrativas hegemônicas apresentam tensões, omissões e resistências. Entendemos memória popular como uma narrativa construída por sujeitos que experimentaram de forma direta ou indireta os acontecimentos, não é neutra, pois está inserida em um campo de forças onde diversas vozes competem para definir o que deve ser lembrado ou esquecido. Essa disputa coloca em questão a objetividade das memórias institucionais, muitas vezes hegemonicamente controladas pelo Estado, que seleciona e legitima certos eventos e exclui outros, reforçando assim narrativas de poder. Dessa forma, a memória popular surge como um contraponto, uma forma de resistência que não apenas enriquece a compreensão dos eventos históricos, mas também desafia o monopólio do Estado sobre a narrativa histórica. Todavia, as memórias individuais têm um potencial transformador ao se contrapor às versões consagradas. As lembranças pessoais, muitas vezes, trazem à tona experiências que divergem das narrativas oficiais, possibilitando a contestação e a revisão da história. Ao mesmo tempo, essas memórias também podem ser manipuladas ou instrumentalizadas, seja pelo Estado, seja por grupos de poder interessados em construir uma identidade coletiva que lhes seja conveniente.

Explorar os contatos e confrontos entre essas lembranças e histórias é uma forma de compreender a relação profunda presente nos tecidos sociais em conjunto com as contradições presentes nos territórios palmenses. Essa relação é perceptível no caso de Palmas, pois envolve um crescimento demográfico intenso nos anos 1990, diversificação e ampliação de atividades econômicas e transformações urbanas rápidas, o que gera uma complexificação das relações sociais. Entender essas versões históricas públicas e privadas se torna um exercício de interpretação dos significados de viver na cidade, os interesses dos sujeitos, seu lugar social e suas experiências. Torna-se um desafio explicar que fatores sociais, não limitados a ações pessoais, relacionam-se com questões amplas, tais como a desigualdade de oportunidades na construção da cidade.

Com essa apresentação preliminar dos entrevistados, buscamos construir uma narrativa a partir de uma experiência do tempo, como sugerida por François Hartog (2013): delineando os regimes de historicidade a partir das memórias desses indivíduos, enveredando entre sequências de estrutura (presente do passado), entre a atenção (presente do presente) e a expectativa (presente do futuro). Esses relatos possibilitam o conhecimento de histórias não registradas em outros documentos (como as matérias dos jornais), uma vez que esses indivíduos narram suas experiências em diálogos e confrontos com o poder público a partir de suas lembranças e esquecimentos.

Na construção da escrita, esses relatos foram analisados à luz de uma reflexão crítica, que privilegiou suas dimensões de tempo e de espaço. De acordo Alessandro Portelli (2004, p. 297), “os relatos acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com o tempo”. Dessa forma, entendemos ser de fundamental importância a análise do lugar social e político dos depoentes, uma vez que “os narradores examinam a imagem do seu passado enquanto caminham” (Portelli, 2004, p. 298), tornando-nos atentos às mudanças e às permanências, individuais e coletivas, construídas e/ou reconstruídas através do tempo.

Não podemos deixar de pensar a diferença entre os depoimentos orais e outras fontes documentais tradicionais. De acordo com o historiador Antônio Torres Montenegro (2007, p. 20), “o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja vista que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda dimensão do inconsciente”. Documentar a memória dos sujeitos históricos que participaram da

construção da cidade de Palmas permite conhecer o que esses agentes sociais entendem acerca de seus passados a partir de suas experiências e dos espaços sociais e políticos de que hoje fazem parte.

Portanto, é preciso dispensar às fontes orais os mesmos controles críticos utilizados no tratamento das fontes documentais. Como escreveu Guimarães Neto (2006, p. 46), “a crítica aos relatos orais deve constituir-se em instrumento de investigação das próprias condições de produção – o lugar em que a pesquisa está circunscrita, como se procede com as demais fontes”. Tomarei a memória como processo de reelaboração e recriação das lembranças, pelo qual é possível explorar significados subjetivos da experiência vivida das pessoas, entendendo que o acontecido, os fatos, mantêm-se na memória dos informantes, embora possa sofrer alterações como resultado de experiências posteriores ou mesmo pela mudança de atitude. A memória é retenção do passado atualizado, sempre, pelo tempo presente. Como escreveu Guimarães Neto (2006, p. 46),

as histórias relatadas são, antes de tudo, vidas ou acontecimentos lembrados. As recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar através do tempo múltiplo, um olhar que reconstrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro e, especialmente, trazem a possibilidade de atualização do passado no presente.

O testemunho deve ser situado dentro da constituição da trama histórica, fundamental na caracterização de sua especificidade. Desse modo, o historiador é obrigado a mergulhar nos relatos orais em seus múltiplos cenários, a “armar as ligações necessárias com diferentes fontes, acontecimentos e práticas, confrontá-los com outras indagações, vestígios e possibilidades, a fim de dar inteligibilidade ao texto” (Guimarães Neto, 2006, p. 48).

Por meio dos depoimentos orais, novas visões e versões foram registradas sobre os fatos e os acontecimentos que marcaram a vida dessas pessoas. Com isso, a proposta de estudo desta tese insere-se no campo da história social da cultura, tendo em vista que os caminhos a serem traçados recaem sobre o universo da cultura centrada nos sujeitos históricos e em sua diversidade, focando os confrontos culturais presentes em diferentes espaços e práticas sociais. Para Robert Darnton, trilhar pelos caminhos da história significa estudar

a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tentar descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento. [Enfim, como] aprendem a se virar – e podem ser tão inteligentes, à sua maneira, quanto os filósofos (Darnton, 2011, p. 14).

Com isso, emergem desse conjunto pesquisas que negam passividade nas ações das classes subalternas, que, por meio de estratégias e processos de apropriação, constroem novos significados cotidianamente e concebem outros demarcadores na compreensão do social, além da classificação socioprofissional.

A história cultural é mantenedora, em grande medida do interesse da história social pelos “de baixo”, sem excluir os “de cima”, já que se preocupa com o estudo das relações, amplia o espectro, incluindo não apenas as classes, mas também os gêneros, as etnias, as gerações e múltiplas formas de identidade, além de buscar diferenças entre todos, excluindo qualquer pretensão de homogeneidade (Soihet, 2009, p.19).

Para contribuir com a tentativa de pluralizar a construção do conhecimento histórico, como alertam Darnton (2011) e Soihet (2009), foram analisadas entrevistas com quatorze sujeitos históricos diferentes. A utilização das fontes orais tem por objetivo entender como migrantes que estiveram presentes no processo da construção da cidade de Palmas entenderam esse processo. As entrevistas foram voltadas para a história de vida desses sujeitos, tendo como foco as questões sobre disputas fundiárias na cidade de Palmas.

A análise do *corpus* documental não tem pretensão de encontrar uma verdade única, tampouco explicações que essa possa fornecer. Não é objetivo revelar o que os testemunhos contêm de verdadeiro, mas rastrear a elaboração, os recortes, as ordenações, as ligações, os silêncios, o contexto de produção, os pertencimentos e inferir sobre os objetivos de forma contextual. “Juízes e historiadores se associam pela preocupação com a definição dos fatos”, afirmou Ginzburg (2002, p. 62). Mas também partilham da busca pelas provas, porém suas atividades divergem, já que “os juízes dão sentenças, os historiadores não; os juízes se ocupam com eventos de responsabilidades individuais, os historiadores não conhecem essa limitação” (Ginzburg, 2002, p. 64).

A história de Palmas é marcada definitivamente pelos processos migratórios, tratando-se de uma condição migratória fundamental, e seríamos ingênuos se supuséssemos uma homogeneidade desse grupo social. A diversidade dos migrantes, seus anseios, desejos e experiências são infinitamente diversificadas e, sobretudo, em sua maioria pautadas na ascensão social. Todavia, os níveis a serem trilhados são plurais, o migrante nordestino com vivência rural precária não está em condições compatíveis com funcionários públicos de alto escalão, tampouco com grandes investidores. É preciso também pensar que, nessa dicotomia, existe um universo de

possibilidades no caminho que leva da total insegurança econômica a uma confortável realidade financeira.

Considerando as problemáticas apresentadas, esta tese de doutorado em História está dividida em quatro capítulos, que pretendem contribuir para o debate nacional no campo da história das cidades, mas também alavancar reflexões que estão presentes na cidade de Palmas, porém não tão discutidas sob a ótica da ciência histórica. Pretendemos compor um leque de possibilidades explicativas fundamentadas em uma sólida pesquisa historiográfica com intuito de trazer reflexões que possam contribuir para a constituição de uma cidade pautada pela diversidade democrática, que permeie tanto a constituição arquitetônica quanto as experiências dos sujeitos históricos.

Com objetivo de aproximar o leitor da experiência palmense, as epígrafes contidas na abertura dos capítulos e de suas seções foram pensadas nesse sentido, já que são fruto de produção cultural de escritores que fizeram parte desse processo migratório e relatam essa vivência em suas obras. Escolhemos dois autores para representar esse processo de forma literária: são eles Thiago Ramos de França e José Gomes Sobrinho. França é autor de uma obra de poemas intitulada de *Palmacética*, que, segundo o autor, trata-se de um “ reflexo distorcido de uma cidade. Cada poema é um frame de reinvenção” (França, 2018, p. 1). Outro autor que apresenta a cidade de forma poética é José Gomes Sobrinho, pernambucano radicado em Palmas que construiu uma grande carreira no mundo das artes, como poeta, músico e escritor, membro fundador das academias Palmense e Tocantinense de Letras. Teve como homenagem póstuma seu nome emprestado ao Centro Cultural da cidade de Palmas, José Gomes Sobrinho. Através de sua obra *Fio de Prumo*, o autor traz uma perspectiva de um migrante que se dedicou às artes durante o recorte histórico desta tese. Esses autores trazem uma visão artística da cidade que entendemos contribuir na construção de um entendimento sobre Palmas.

Considerando os aspectos supracitados até então, o primeiro capítulo, intitulado de “No fim, Palmas: formação do Tocantins, disputas pela capital e projeto vencedor”, discute o processo de disputas políticas e econômicas que culminou na construção de uma nova capital, Palmas. Percebe-se que as práticas executadas na constituição da cidade, anteriores a sua própria existência, estão relacionadas de forma intrínseca às disputas fundiárias que acompanham a cidade desde sua origem. Em uma leitura questionadora da urbe, analisamos os tensionamentos oriundos de

modelos de cidades divergentes disputando o mesmo território físico em uma mesma constituição temporal.

Ao analisar o Projeto Palmas construído pelo grupo Quatro Arquitetura, percebe-se um modelo vencedor divergente do que foi praticado, porém aliado a uma lógica capitalista territorial. Esses (des)entendimentos de cidade proporcionam divergências entre, de um lado, os sujeitos históricos que ocupam o território em busca de moradia na zona central e, de outro, o Estado, que busca colocar a população pobre fora do Plano Diretor tal como idealizado. Os tensionamentos entre o projeto vencedor de Plano Diretor a ser executado e a realidade prática que ocupava a região norte de forma “irregular” estão presentes em negociações desse território, em que os migrantes buscam resistir para que seus interesses sejam, ao menos, ouvidos.

No segundo capítulo, busca-se trabalhar a cidade pela perspectiva das ocupações dentro da zona norte do Plano Diretor, por meio da memória das pessoas, da história oral e outras formas de testemunhos escritos. Desse modo, busca-se perceber qual a construção de memória de cidade que os jornais e o Estado tinham interesse em fomentar sobre uma parte da cidade que estava sendo ocupada através da resistência popular. A intenção é focar nessas disputas, que tinham consequências práticas na vivência e nas experiências que os sujeitos tinham na cidade, ou melhor, nas cidades, pois diante de percepções tão diferentes parece se tratar de lugares muito distantes.

Uma preocupação presente nesse capítulo é com a noção do migrante, um conceito polissêmico e que, por vezes, afasta uma categoria tão heterogênea de si mesma. Torna-se relevante para nós saber como se viam os migrantes dentro de um território que ocupavam a contragosto, onde sua presença era quista apenas para execução de determinadas funções, porém esquecida no que concerne à moradia, cultura, memória, ou seja, sua própria história. Importa saber quais mecanismos de execução de poder afetavam essa população migrante pobre e de que forma estes se organizavam de forma coletiva para exigir, muitas vezes na força, na marginalidade, seu direito à moradia. As estratégias vivenciadas são uma fonte rica para o entendimento da própria identidade migrante, alguns privilegiados com a memória de pioneiros e outros esquecidos como apenas um coletivo de força motriz de trabalho.

O terceiro capítulo deste texto discute as experiências dos migrantes que chegaram na cidade e travaram diversas lutas, entre elas a luta pela moradia. Discutimos, por meio de suas vivências e sociabilidades, as estratégias de que a

classe trabalhadora se munuiu para sobreviver de forma digna no que prometia ser o Eldorado brasileiro. O capítulo se inicia com uma discussão nacional referente à luta pela moradia e, por conseguinte, os recursos mediadores utilizados, para assim entendermos as peculiaridades do contexto palmense. Partindo desse contexto, foi possível entender e valorizar outras experiências de luta dentro do ambiente citadino, típicas de uma população migrante, para uma cidade planejada que viveu na última década do século XX um acontecimento importante na história do Brasil, a construção de uma nova capital no centro do país.

As memórias de solidariedade na cidade de Palmas estão relacionadas a organizações coletivas, em que se discute luta pela moradia, centro de direitos humanos e as comunidades eclesiais de base (CEBs), que fundamentaram a luta pela moradia no início da cidade. Tais memórias estão vivas no depoimento dos que contribuíram com esta tese, mas apagadas em uma memória coletiva de cidade. Tal esquecimento parece ser resultado de uma criminalização de movimentos sociais que lutaram contra um ordenamento espacial que não os acolhia enquanto cidadãos; eram vistos como mão de obra necessária para a construção da cidade, porém não como habitantes dela. Esse discurso impregnado de uma ideologia capitalista é perceptível quando se reproduz o termo “invasão”, ao que os movimentos organizados se contrapõem com o termo “ocupação”, já que o primeiro sugere uma conduta criminosa, sem questionar o motivo de o direito constitucional à moradia não ser respeitado.

Ao final deste trabalho, o quarto capítulo pretende explorar a Vila União como uma ocupação que virou um bairro central na cidade de Palmas. Busca-se visualizar esse bairro como um campo repleto de experiências culturais e memoriais que expressam uma resistência a um planejamento de cidade segregador. Mesmo não sendo um território direcionado à população pobre, assim se tornou devido às várias formas de resistência executada pelos moradores das quadras Arno 31, Arno 32 e Arno 33, que constituíram inicialmente a Vila União. A ideia é pensar a construção da cidade de Palmas sob a perspectiva da história de um bairro que surge de uma ocupação urbana, numa localidade nobre da cidade, que estava reservada para ser ocupada por mansões e clubes aquáticos. Porém, a persistência popular manteve a Vila União de pé como um bairro de resistência, unindo três quadras da cidade de Palmas, desorganizando uma ordem estabelecida de cidade para reorganizá-la de acordo com as necessidades dos sujeitos que a ocuparam.

“Vejam como nós vivemos: a Vila União e sua história de resistência”, quarto capítulo, é justamente um dos exemplos de subversão de um estabelecimento no qual uma parcela da população discordou. O nascimento da Vila União, bairro central da região norte de Palmas, a cerca de três quilômetros do Palácio do Araguaia, é uma insubmissão inicialmente espontânea de apropriação da cidade contra um planejamento segregador. Essa ocupação foi muito importante para urbanização da região norte da cidade de Palmas e acabou por forçar o estado a investir em infraestrutura nessa região da cidade.

Por muitos anos a Vila União foi a única região do Plano Diretor considerada como bairro, já que todas outras localidades são divididas por quadras. Isso não é um detalhe de nomenclatura, mas faz parte da construção identitária da região, que foi constituída graças à sua história de resistência de conformação dentro do espaço urbano do Plano Diretor. O bairro mais se assemelha ao modelo de cidade comum brasileira do que ao restante da cidade de Palmas, e essas especificidades exigiram um estudo mais detalhado dentro deste trabalho.

As reflexões contidas neste trabalho construído sob os fundamentos da ciência histórica são relevantes para uma cidade que pouco discute seus problemas territoriais, onde em 2024 os aluguéis cada vez mais altos impossibilitam que a população pobre vivencie zonas centrais da cidade. Se na década de 1990 as classes trabalhadoras economicamente deficitárias foram expulsas do Plano Diretor através da força do Estado, hoje essa população é direcionada pela força do capital econômico. Podemos, na verdade, pensar que essa força econômica apenas se transformou nos últimos anos e que a terra como uma mercadoria rentável é o que rege a lógica da ocupação de Palmas.

Por fim, no momento em que finalizamos a escrita desta tese, torna-se público quem foram os mandantes do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco. Uma mulher preta, oriunda da favela da Maré e que despontava no cenário nacional com um mandato combativo a políticas públicas de habitação que não cumpriam o seu papel e que mais serviam para enriquecer milicianos. Ao que tudo indica, segundo investigação da Polícia Federal, a disputa territorial de milicianos que pretendiam construir moradias em áreas irregulares motivou o assassinato de Marielle. Portanto, no Brasil, lutar por moradia digna e contra a lógica do capital imobiliário é como colocar um alvo em suas costas e sofrer diversas represálias, inclusive a morte.

2 NO FIM, PALMAS: FORMAÇÃO DO TOCANTINS, DISPUTAS PELA CAPITAL E PROJETO VENCEDOR

*Eu sou de Palmas
cidade que eu gostaria
que tivesse mais alma*

José Gomes Sobrinho

Tocantins foi o último estado criado na República Federativa do Brasil, instituído após a promulgação da Constituição de 1988, registrado no art. 13⁸ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A conquista da nova unidade federativa se concretizou em sua segunda tentativa no período pós-ditadura civil militar, pois em 1985 o movimento social denominado de Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (Conorte) conseguiu elevar o debate do futuro Tocantins a nível nacional. No mesmo ano, o deputado federal por Goiás Siqueira Campos apresenta um projeto de lei, que foi aprovado de forma unânime pelo Congresso, mas vetado pelo então presidente José Sarney.

Com o advento da Assembleia Nacional Constituinte, movimentos sociais e lideranças políticas pró-Tocantins percorreram as cidades do então futuro estado coletando mais de 70.000 assinaturas, que reforçavam uma emenda popular. Unida à antiga proposta de Siqueira Campos, elaborou-se uma nova emenda constitucional, que foi aprovada na Comissão de Sistematização da Constituição, como se pode observar na citação a seguir, que se trata de um trecho dos *Diários da Assembleia Nacional Constituinte* de 1987-1988 (DANC):⁹

Item: AC1988-IX-EP-EPE-Emenda Popular 026-Criação do Estado do Tocantins
Title: Emenda Popular 026-Criação do Estado do Tocantins
Reference code: AC1988-IX-EP-EPE-026
Código-Quadro de Arranjo 2018: BR DFCD AC 1988-IX-EIX-PE-026
Date: 1987 (date of creation)
Scope and content: Entidades responsáveis: Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, Goiânia-GO; Associação dos Municípios do Extremo Norte do Estado de Goiás, Colinas-GO; Associação dos Municípios do Nordeste do Estado de Goiás, Arraias-GO.
Apoiada pelos Constituintes Siqueira Campos, Cunha Bueno e duas entidades.
Número de assinaturas: 72.959
Physical description: 0,66 metros lineares de papel

⁸ Conforme reza a Constituição Federal: “Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989” (Brasil, 1988).

⁹ Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp

Ao analisar esta fonte, chamam atenção os termos na língua inglesa, porém logo inferimos que se trata do *software* utilizado para catalogação desse material, que é imenso, pois se trata de todas as emendas que foram discutidas na construção da Constituição. Em uma observação mais profunda, atentamos para a importância de ser inserir na emenda o crivo popular, em que são citadas organizações civis e milhares de assinaturas referendando esse processo. Tal fato nos interessa, pois, quando estudamos a história do Estado do Tocantins, muitos dos discursos fundadores estão pautados em uma historiografia heroica de alguns personagens, possivelmente uma apropriação da história de discursos políticos. Tal fato permitiu que houvesse uma construção histórica e política do mito fundador¹⁰ na figura do, então, deputado federal e futuro governador do estado, Siqueira Campos.

O discurso de união de milhares de pessoas, materializado nas assinaturas, na união de associações foi a estratégia utilizada enquanto era conveniente. Após a criação do estado e com a máquina estatal em suas mãos, Siqueira Campos abandona o discurso de construção coletiva e incentiva uma construção de memória que parte de sua própria história enquanto o fundador do estado. Sobre tal construção, a pesquisadora Valéria Cristina Pereira da Silva afirma que, ao chegar na cidade de Palmas:

Parecia que as pessoas que olhavam ou mesmo moravam naquela cidade tinham pouco a dizer sobre ela. Tudo o que se falava por alto é que a cidade, assim como seus artefatos, eram ideia de Siqueira Campos. Todo o acontecimento ligava-se a esse personagem e, além disso, se dizia que Palmas era uma cópia de Brasília. Foram poucos os trabalhos acadêmicos encontrados até então, além de muito sucintos. A cidade recitava um monólogo ininteligível, do qual o que se compreendia era apenas um resumo extremamente breve, um fragmento pontual e aparentemente conclusivo. Todo o resto era silêncio. Um silêncio fantasiado de inexistência (Silva, 2010, p. 172).

Essa construção de memória baseada na figura do Siqueira Campos é muito forte no estado, como também na cidade de Palmas. Quando Silva (2010) cita que seus interlocutores afirmavam que a cidade era ideia de Campos é uma mostra de

¹⁰ Neste ponto cabe uma referência à intelectual Marilena Chauí (2001), que, em sua obra *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, provoca reflexões sobre nossas questões mais profundas enquanto brasileiros e como povo/nação, através de uma formação sociopolítica bem característica. A obra foi escrita no contexto das comemorações pelos 500 anos de “descobrimento”, contudo a autora inverte a questão indagando ao leitor sobre o que realmente se deveria comemorar naquele quinto centenário do contato. Ao defender que o mito fundador do Brasil está revestido de diversas formas no pensamento social, ao longo da história brasileira, fornece a base para as comemorações, porém se trata de uma criação ideológica formulada para impor uma visão de mundo que beneficia alguns poucos brasileiros. Nesse sentido, estendemos essas reflexões para o Estado do Tocantins, que tem sua criação muito baseada em argumentos políticos travestidos de históricos.

que houve um sucesso na difusão dessa memória oficial. Para nós é importante a discussão da possibilidade de que a opção pela construção de uma nova cidade tenha sido uma forma de impulsionar esse método de herói fundador.

Antigo norte do estado de Goiás, essa região sofreu por muito tempo a pecha de atraso e pobreza, em oposição ao centro-sul goiano, entendido como moderno, muito em função da maior proximidade com o estado de São Paulo.¹¹ Por isso, um discurso de modernização era muito bem aceito para o desenvolvimento socioeconômico da região, e a construção de uma cidade que teve como inspiração a então Capital Federal brasileira mostrou-se deveras pertinente. Em entrevista ao *Jornal do Tocantins* em maio de 1998, o arquiteto Luiz Fernando Cruvinel Teixeira (1998), um dos autores do Projeto Palmas, conta que: “No primeiro instante, nós tivemos como base para este projeto os sonhos de Siqueira Campos”.

Portanto, não surpreende que haja no estado do Tocantins e, principalmente, na memória coletiva da cidade de Palmas a presença massiva da figura de Siqueira Campos. Em nota presente no “Projeto da capital do Estado do Tocantins” lê-se que: “Uma cidade não é o seu projeto. Ela é muito mais o produto de seus cidadãos; não pertence a ninguém em particular, nem aos que a planejam, nem aos seus iniciadores”. Portanto, para Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, arquitetos responsáveis pelo planejamento da futura capital do Tocantins, a cidade é um elemento vivo de propriedade dos que nela habitam. Percebemos novamente o discurso de coletividade, quando este se faz interessante.

A estruturação de um espaço urbano único, original e planejado foi uma responsabilidade assumida pelo Estado do Tocantins. O mesmo Estado que incentivou a existência de uma cidade periférica como ambiente destinado a classes vulneráveis economicamente. Todavia, o nascimento de uma paralela cidadina fundamentada em pilares de pobreza e violações de direitos é um ônus que o poder público deve não só arcar, como solucionar. Contudo, neste trabalho, em especial neste capítulo, a análise aponta que existe uma Palmas planejada e que, de certa forma, ela cumpre seu papel. Porém, não há como negar a construção de uma Palmas paralela, que foi e ainda está sendo construída às margens do Plano Diretor. A grande questão é entender como essas cidades paralelas foram construídas ao longo do tempo, criando uma

¹¹ Para entender melhor sobre o processo de criação do estado do Tocantins, ver Anjos (20217), Parente (2007), Giralдин (2004), Cavalcante (2003), Parente e Carvalho (2012), Carlvalho (2011) e Rodrigues (2010).

ambiguidade, pois ora a cidade é inclusiva, ora não, ou seja, temos uma planificação pautada na desigualdade.

Repleta de contradições, negociações, conflitos, acordos e resistência, discutiremos a constituição da última capital brasileira planejada no século XX. Com intuito de traçar um perímetro nessa história, trataremos do recorte quanto a disputas fundiárias, refletindo e analisando uma cidade idealizada de modo que:

Nestes espaços, integrados com a natureza através de um traçado simples e lógico, os habitantes devem viver e conviver em harmonia consigo mesmo, com a comunidade e com a natureza. Esta consciência social e ecológica deve refletir-se em ruas tranquilas e praças arborizadas. O casario há que ser variado – personalizando – cada esquina. Os transportes coletivos e individuais têm que fluir nas ruas bem pensadas, com rótulas nos cruzamentos principais, dimensionadas com previsão de seu futuro movimento, aonde a educação será uma tônica visto quase inexistirem os conflitos de trânsito. O homem conviverá assim, em harmonia com sua cidade, respeitando a natureza e os outros cidadãos (Grupo Quatro, 1989, p. 2).

A tão sonhada harmonia projetada não foi alcançada, o descompasso foi e ainda é uma marca característica de Palmas, pois, desde a aplicação do primeiro tijolo, a segregação social foi edificada. A proposta consciência social foi preservada para as classes abastadas economicamente, já os trabalhadores tiveram que lutar por sua moradia dentro e fora do Plano Diretor.

As linhas que se seguem pretendem tensionar a naturalização das desigualdades tão presentes em nosso país e, conseqüentemente, na cidade de Palmas. Assim como, ao analisar a cidade fictícia de Winston Parva, o intelectual alemão Norbert Elias pretendeu “construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala” (Elias; Scotson, 2000, p. 20). Não cabe a este trabalho analisar se as pretensões de Elias foram bem-sucedidas, todavia, ao relacionar a figuração entre estabelecidos e *outsiders* na constituição da cidade de Palmas, podemos perceber que algumas estruturas são exportadas culturalmente, partindo de uma experiência prévia, que sobrevive facilmente a um inexplorado sítio. Como estabelecidos entendemos os migrantes que foram convidados a Palmas para exercer funções privilegiadas, principalmente dentro do funcionalismo público de alto escalão. Já os *outsiders* consistem nos trabalhadores migrantes que em Palmas buscaram melhoria de condição de vida, apostando no sonho do Eldorado brasileiro. Estes são os trabalhadores que construíram a cidade que não morariam com facilidade, que

construíram praças que seus filhos não usufruiriam, que abriram as estradas que os levavam para a moradia fora do Plano Diretor.

Utilizando a perspectiva de Elias no caso Palmense, observamos que vários marcadores sociais foram utilizados para qualificar e desqualificar os migrantes. Os que vinham sem emprego garantido em busca de oportunidades foram tratados de forma displicente; já os migrantes que vinham assumir cargos públicos desde o início da cidade tiveram quadras exclusivas para moradia e contaram com incentivo do poder público. Posteriormente, o critério de antiguidade aliado à classe social vai ser um marcador social que constrói a categoria de pioneiro, que será mais bem explicada ao longo deste capítulo. Portanto, observa-se que as relações sociais de poder se definiram de várias formas, combinando algumas variáveis como tradição, autoridade e influência.

Este primeiro capítulo analisará três elementos importantes na composição do enredo historiográfico que se pretende tecer. São eles: *i)* as disputas políticas que envolveram a constituição do plano e, conseqüentemente, da cidade de Palmas; *ii)* a constituição da cidade que extrapola o planejamento, utilizando como exemplo as ocupações urbanas; e *iii)* uma análise da construção da cidade com base nas negociações e conflitos que atravessam a história da cidade.

2.1 O novo Tocantins e as disputas pela capital provisória

Após a criação do estado do Tocantins, em outubro de 1988, houve a necessidade da primeira eleição, que foi realizada em 15 de novembro do mesmo ano. Foram eleitos 26 deputados estaduais, 8 deputados federais e 3 senadores, todos homens. Através da coligação “União do Tocantins”, composta por PDC, PFL, PDT, PSDB, PC do B, PL e PDS, foi eleito o primeiro governador do mais novo estado do país: José Wilson Siqueira Campos. O processo eleitoral não foi dos mais tranquilos e, antes mesmo do período de campanha, instalavam-se alguns conflitos.

Por volta de um mês antes do pleito, o PMD, que tinha como candidato ao governo José Freire, “entrou com Mandado de Segurança no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando a alteração para 19 de dezembro da data das eleições para governador, vice, senador, deputado estadual e federal” (PMDB..., 1988). A matéria

do *Correio Braziliense* (CB)¹² descreve a situação informando que o MDB-TO contestou a data porque, “pelo texto constitucional que criou o novo Estado, as eleições estaduais se realizariam até 75 dias após a promulgação, havendo mais 45 além disto para instalação definitiva do Tocantins” (PMDB..., 1988). A suposta antecipação teria pegado desprevenidos vários candidatos que contavam com outro prazo para legalizar sua situação.

Como já sabemos, não houve adiamento e a eleição ocorreu dia 15 de novembro. Contudo, o processo eleitoral foi envolto com vários capítulos polêmicos em um curto espaço de tempo. Num período de cerca de 45 dias, entre 5 de outubro de 1988 e 15 de novembro de 1988, houve uma tentativa de adiamento, já mencionada, briga com acusação de agressão por parte de Siqueira Campos em comício na cidade de Arraias, disputa jurídica sobre domicílio eleitoral dos candidatos, além de fraude em cédula eleitoral no município de Couto Magalhães, o que levou ao adiamento da diplomação dos eleitos.

As questões referentes à eleição tiveram o protagonismo decisório do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Goiás e, posteriormente, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo o CB, “o ministro Bueno de Souza, do TSE, determinou que o TRE-GO cite todos os partidos que concorrem às eleições no estado do Tocantins, a fim de que se manifestem em três dias sobre o pedido do PMDB” (Partidos..., 1988). Essa disputa só foi finalizada há cinco dias da eleição, pois no dia 10 de novembro, em matéria intitulada “Eleição será mesmo dia 15”, o CB informa que “Por maioria de votos, o TSE não acolheu o pedido do PMDB de adiamento do pleito para o dia 19 de dezembro” (Eleição..., 1988).

Concomitante à disputa de adiamento ou não, houve a reclamação judicial referente aos prazos de comprovação de domicílio eleitoral. Sobre tal fato o CB noticia mais uma decisão do TRE, “Goiânia – Numa decisão inédita na Justiça eleitoral de Goiás, o TRE considerou inconstitucional a resolução do TSE que exigiu domicílio eleitoral para os candidatos do Estado do Tocantins” (Morgado, 1988). Com tal decisão, o TRE-GO passou a confirmar candidaturas que foram consideradas irregulares pelo TSE, sob o argumento de que a eleição tinha sido marcada após a constituição e que não havia regulamentação para eleições em um novo estado.

¹² O *Correio Braziliense* é um veículo de comunicação pertencente aos Diários Associados. Fundado em 1960 e com sede em Brasília, é o maior jornal impresso da capital federal e serve como fonte de informação a milhares de pessoas.

Ainda no período de campanha, houve um fato que repercutiu no CB ocorrido na cidade de Arraias, divisa com Goiás. De acordo com o jornal, “Siqueira Campos, agrediu ontem a coronhadas de revólver e pontapés o presidente do PMDB jovem da cidade de Arraias, Antônio Aires que se encontra hospitalizado” (Deputado..., 1988). Mesmo se tratando do único caso de violência física, podemos perceber que o clima de tensão para essa eleição foi disseminado por todos os lados. O cenário mostra um Siqueira Campos construindo sua imagem de patrono, de pai do Tocantins, enquanto muitos aproveitaram a situação para alçar voos mais altos diante da oportunidade política de uma primeira eleição, no mínimo, atípica.

Porém, Siqueira Campos contesta publicamente ser o responsável pela desordem em comício e, de acordo com o CB, “a coligação União do Tocantins entrou com uma representação criminal junto ao juiz eleitoral da 4^o zona do município de Arraias, pedindo instauração de rigoroso inquérito policial” (Partidos..., 1988). A coligação apontou vários nomes ligados à política local para serem investigados – importante ressaltar que o município de Arraias era terra natal de José Freire, candidato pelo PMDB ao Governo do Estado, portanto adversário direto de Campos. “Tais incidentes apenas retratam o clima de campanha do novo Estado, que será o único da Federação a contar este ano com eleições em todos os níveis: de governador a vereador” (Partidos..., 1988).

O fato de Arraias ser o domicílio eleitoral do Freire não quer dizer que não houvesse apoio a Siqueira Campos no município. Segundo notícia do *Jornal do Brasil*,¹³ a resistência à candidatura de Freire começava em sua própria família: “dos 11 irmãos do deputado, nove estão engajados na campanha do candidato rival, Siqueira Campos” (Sem..., 1988). O fatídico comício pró-Siqueira Campos, acima citado, teve colaboração de seis irmãos de Freire na organização, Terezinha Freire abrigou Campos em sua casa durante a estada no município, casa na qual Freire viveu toda sua infância. Ela, mesmo sendo irmã de Freire, deixou claro seu lado na disputa. Aldair Freire, outro irmão, tratou de hospedar outros candidatos da União Pelo Tocantins em sua residência. Entendemos que a candidatura de Freire era fadada ao

¹³ O *Jornal do Brasil* (JB) foi um dos jornais mais influentes do Brasil, fundado em 1891, no Rio de Janeiro, o JB se destacou por sua linha política liberal. Ao longo das décadas, tornou-se um ícone da imprensa nacional, no entanto, enfrentou uma série de dificuldades financeiras a partir dos anos 1990, devido à queda nas vendas e à perda de anunciantes para a televisão e novos veículos. Com o surgimento da internet, o *Jornal do Brasil* passou a publicar seus conteúdos *on-line* e, em 2010, encerrou a edição impressa, concentrando-se no formato digital.

fracasso, pois nesse período já havia pesquisas que davam como certa a vitória de Campos com ampla vantagem.

Essa não foi a última disputa travada por meios paralelos à justiça; percebamos que em 10 de novembro houve o sorteio da ordem das cédulas, um ponto importante, já que a ordem poderia ser uma variável interessante no ganho ou perda de votos. O primeiro lugar era o disputado, dava uma maior visibilidade para o candidato e poderia pegar alguns votos distraídos da concorrência. O candidato ao governo Osvaldo Alencar, pelo Partido dos Trabalhadores, foi o primeiro na cédula das eleições, em segundo lugar ficou José Freire, candidato pelo PMDB, e, por fim o candidato pela União do Tocantins, Siqueira Campos.

Essa informação acerca da ordem das cédulas eleitorais é relevante, pois, na cidade de Couto Magalhães, houve uma fraude eleitoral, a primeira do Tocantins em sua estreia em eleições: “Os mesários, ao abrirem aos trabalhos nas seções eleitorais constataram que as cédulas eleitorais oficiais do TRE para o pleito de governador traziam a posição do candidato Siqueira Campos trocada com a do candidato José Freire” (Tocantins..., 1988b). Após esse fato, o TSE decidiu por anular a eleição de Couto Magalhães, que ocorreu só em fevereiro de 1989 – porém tal fato não impediu que, em 27 de novembro de 1988, os eleitos fossem diplomados pelo TRE-GO. Diante de tais relatos, podemos sentir um pouco dessas tensões que expõem disputas de poder muito claras em um estado que acaba de nascer.

O Tocantins tinha 434.932 eleitores, destes 358.675 compareceram às urnas para exercer seu direito democrático. Siqueira Campos conquistou 163.819 votos (45%) e venceu José Freire por uma alta margem, já que o mesmo angariou apenas 84.926 votos, aproximadamente metade do total de votos. Chamou atenção o número alto de brancos e nulos, principalmente dos primeiros, que foram 81.052, quase o mesmo percentual atingido por Freire, enquanto os nulos foram 15.475. Mesmo antes de finalizada a apuração, o alto índice de votos brancos já chamava atenção, pois, “em duas cidades ao sul do Estado, Porto Nacional e Dueré, o número de votos brancos e nulos superou o montante de sufrágios dados aos três candidatos ao governo” (Votos..., 1988). O fato de ser a primeira eleição, a utilização de duas cédulas diferentes, uma para eleições estaduais/federais e outra para eleições municipais, pode ter confundido o eleitor. Porém, talvez questões como dificuldades de acesso aos locais de votação, falta de informação e desinteresse podem ser variáveis relevantes, já que se tratando de um período em que as informações circulavam em temporalidades diversas, pode-

se imaginar que alguém em 1988 não estivesse ciente da criação do novo estado ou até mesmo tivesse alguma opinião opositiva a essa demanda.

A vitória de Campos, com uma vantagem considerável, tem uma via de explicação muito forte, que pode ser resumida em um dos *slogans* de campanha utilizados por Siqueira: “quem criou merece”. O *Jornal do Brasil* afirma que:

Os próprios correligionários de José Freire reconhecem que o pemedebista fez “corpo mole” durante as discussões da Constituinte, facilitando a tarefa de Siqueira Campos. Para tentar neutralizar a imagem de “pai do Tocantins” conquistada por Siqueira, o PMDB argumenta que, sem o apoio de sua maioria na Constituinte, o novo estado não teria sido criado (Fonseca, 1988).

O trabalho de construção do mito heroico de Campos foi iniciado desde a primeira eleição estadual, em 1988. Para tentar combater o mito do herói, Freire atacou a honra de Campos; em seus comícios, Freire andava com um cheque no valor de Cz\$ 1 milhão, destinado “a quem conseguir encontrar em Crato, no Ceará, o registro de nascimento do seu adversário [...] e descobrir o ‘verdadeiro nome’ do seu concorrente” (Fonseca, 1988). A acusação era de que Siqueira havia mudado de nome para fugir da justiça. Além do cheque, era utilizada uma reportagem publicada no *Jornal do Brasil* a respeito de um dossiê sobre Siqueira elaborado no governo Figueiredo. Neste, Campos era acusado de “estelionatário, grileiro de terras e suspeito de homicídio e de crime de falsidade ideológica” (Fonseca, 1988). Siqueira Campos se defendia alegando que esse fato “foi uma armação dos coronéis da região contra mim, que entregaram dados falsos ao SNI. Em 1969, quando fui preso, o próprio Freire se solidarizou comigo” (Fonseca, 1988).

Não nos cabe, tampouco faz parte de nossas aspirações científicas, realizar um julgamento de Campos ou de Freire. O que nos interessa analisar nessas disputas são as estratégias que os candidatos utilizaram no pleito e como estas se desenvolveram. A imagem de “pai do Tocantins” era muito forte e trazia consigo uma grande popularidade, difícil de ser arranhada. Tanto que as tentativas de Freire de sujar o nome do Siqueira não obtiveram sucesso nesse pleito. Ao longo deste trabalho, o que vamos perceber é que ambas as visões sobre Campos cresceram bastante ao longo da década de 1990, seja como herói, seja como bandido.

Nos primeiros anos da Nova República,¹⁴ muito baseada em uma cultura política nacional-estatista, a ideia de construção de uma nova capital como um empreendimento atrativo de estado é consolidada. Contudo, nos anos 1990, sopram no Brasil os ventos neoliberais que marcam uma tentativa, já no governo Sarney, de afastar o estado de decisões econômicas importantes. Nesse contexto temos a criação de uma unidade Federativa e a construção de uma cidade com imenso investimento público, mas em sua constituição estadual se apresenta como o “estado da livre iniciativa e da justiça social”. Uma aparente contradição que pode ter alimentado a desconfiança de que realmente uma nova capital seria construída e se assim o fosse, se vingaria.

A desconfiança é um fato presente nos jornais pesquisados que cobriam o novo Tocantins, e consideramos que isso fundamentou dois processos: a disputa de cidades para ser a nova capital e uma transformação do município de Miracema com base na especulação. Podemos até fazer uma analogia com a desconfiança que a população brasileira tem em relação a projetos públicos e a especulação como uma grande aliada de transações econômicas em um sistema capitalista de produção. Fruto da Nova República, período que se inicia em 1985 com o governo Sarney, Palmas traz consigo o resultado de reformas institucionais, como a Constituição de 1988, que criam uma nova ordem democrática no Brasil. Porém, essa transição ditadura-governo civil foi de natureza conservadora e vemos elementos disso em Palmas, a exemplo das dificuldades relacionadas à transparência, aos direitos humanos e ao convívio com a liberdade de imprensa.

O primeiro governo do Tocantins tinha duas frentes de pressão contínua, opositores de uma política desenvolvimentista, que era simbolizada pela construção da capital, e grupos que pretendiam aumentar seus rendimentos com a especulação de terras nos arredores da capital, seja esta onde fosse. Em outra via, temos uma propaganda massiva em diversos meios de comunicação (rádio, jornal e TV) no intuito

¹⁴ O conceito de *Nova República* é construído por alguns intelectuais brasileiros, entre os quais destacamos os historiadores Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, e defende uma nova periodização na história do Brasil. A *Nova República* data do período de 1985, fim da ditadura civil-militar, a 2016, golpe de Estado. Fase marcada pela transição de um governo autoritário para uma democracia, trazendo consigo significativas mudanças políticas, como a promulgação da Constituição de 1988, que consolidou direitos civis, políticos e sociais. Historicamente, esse período também se caracteriza pela busca de estabilização econômica (dada a hiperinflação das décadas de 1980 e 1990), a alternância de poder, a abertura de novos canais de participação política e a ampliação dos direitos sociais. Tal período abarca o desafio de equilibrar um estado democrático com demandas populares e o enfretamento a desigualdades sociais.

de atrair e fixar migrantes específicos que tinham acesso a tais meios de comunicação. Tais propagandas se baseavam em um discurso de modernidade e progresso. Após as eleições e confirmada – o que as pesquisas eleitorais já apontavam – a vitória incontestável de Campos, iniciou-se uma nova disputa: qual cidade será escolhida como capital provisória do Estado do Tocantins?

Há uma preocupação do primeiro governo em estruturar os equipamentos do estado, contudo a materialidade econômica era frágil: o Tocantins carecia de uma organização. O novo estado herdou as atividades econômicas do antigo norte goiano, que tinha como principal recurso a produção agropecuária, como também a falta de uma estrutura devida para o escoamento dessa produção. O grande fluxo de empregos era gerado nos setores públicos, como também em subempregos em vários setores. As cidades que tinham uma grande importância no setor do agronegócio disputaram ativamente mecanismos para pressionar os governos estadual e federal para que ocupassem o papel de capital. Araguaína, Gurupi e Porto Nacional trabalharam em esferas diversas seus *lobbys*, alguns jornais analisados acompanharam quase que diariamente essa situação.

Todavia, a ideia de se construir uma cidade era presente. Não foi algo que surgiria posteriormente. Portanto, já de início essas cidades brigavam pela oportunidade de se tornarem capital provisória para, posteriormente, demover a ideia de se criar uma capital. As lideranças identificadas com os municípios postulantes à sede provisória movimentavam o debate, a colocação de seus argumentos fazia parte do debate público. Ao governo estadual cabia lidar com essa tensão e intervir para que não aumentasse uma indisposição política. Havia um cuidado para que não se contrariasse as classes empresariais dessas cidades. O próprio Siqueira Campos apostou em uma política de “neutralidade” nesse processo, como afirma Darcy Martins, vice-governador, ao *Correio Braziliense*:

Adiantou Darcy Martins que Siqueira Campos pretende se avistar com o presidente Sarney para tratar do assunto, já levando em mãos uma consulta de todos os eleitos pelo novo Estado. “Siqueira já nos adiantou que não pretende ter nenhuma influência pessoal na escolha do local da futura capital provisória para não ferir sensibilidades políticas no novo Estado”, adiantou (Eleitos..., 1988).

Ao não se posicionar sobre a escolha da capital provisória, Campos se descola da polêmica e permanece fiel com a proposta de construção, mesmo encampando a ideia de que a livre iniciativa será a máquina que irá impulsionar o desenvolvimento

do Tocantins. Na mesma entrevista, Coelho discorre sobre sua perspectiva: para o vice-governador Darcy Martins Coelho, o critério que vai pesar na escolha do local da capital provisória do Tocantins será técnico, “embora não se deva desprezar o critério político da cidade que vai sediar a futura capital do novo Estado” (Eleitos..., 1988).

Certamente, o critério político não era desprezível, mas cabe a um representante do Estado minimizar tal influência, inclusive para reafirmar a posição de liderança da gestão estadual. Uma reflexão plausível sobre a postura de Siqueira Campos diante desse debate é a experiência histórica do que se tornaram Goiânia e Brasília, uma vez que ambos os líderes do processo de construção destas cidades, Pedro Ludovico e Juscelino Kubitschek (JK), tiveram seus nomes eternizados na memória popular. É possível que Campos tivesse esse plano em mente, de se tornar um ser lembrado na memória coletiva do povo tocantinense, algo que faz muito sentido ao analisar sua propaganda de associar sua imagem à de JK. Podemos, inclusive, relacionar as construções dessas cidades através de contextos geográficos, econômicos e políticos. Na questão geográfica, todas as cidades se localizam na perspectiva de ocupação da região central do Brasil. Podemos destacar que a região Centro-Oeste em “1940, 1950, e 1960, a região menos urbanizada do país e a partir de 1970 ganha o segundo lugar nessa classificação, precedida apenas pelo Sudeste” (Santos, 1996, p. 58).

Tabela 1 – Taxa de urbanização das regiões brasileiras

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73

Fonte: IBGE (2017). Elaboração própria.

Sabemos que a localização geográfica do Tocantins é a região Norte,¹⁵ que também apresenta um crescimento da taxa de urbanização nos anos 1990 em mais de 10%, bem maior do que as medições de 1991 e 2000. Devido à proximidade física com a região Centro-Oeste, a argumentação de um projeto de urbanização permanece válido.

Com relação ao fator econômico, a supracitada expansão urbana agrega-se ao projeto de crescimento da indústria brasileira, muito incentivada pela política nacional-desenvolvimentista marcante no Brasil após 1930 e que permaneceu em diferentes formatos até a Nova República. Economicamente a proposta de uma nova cidade foi pautada na necessidade de desenvolvimento e consolidação do território do Estado do Tocantins. Tal objetivo está imbricado com as disputas políticas, pois uma capital impulsionaria a região atraindo investimentos públicos e privados.

Para essa discussão, relacionamos pontos discutidos no texto *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*, escrito pela historiadora Vânia Maria Lousada Moreira (2003). Há no texto uma análise sobre o governo Juscelino Kubitschek segundo a qual o projeto nacional-desenvolvimentista teve seu ápice incentivando o desenvolvimento de áreas urbanas e rurais. A professora explora como o governo JK representou uma mudança significativa na economia e na infraestrutura brasileira, impulsionado por um nacionalismo desenvolvimentista que buscava promover o crescimento econômico e a integração territorial. A construção de Brasília, nesse contexto, surge não apenas como um símbolo do progresso, mas como uma manifestação concreta do projeto de JK, projetando o Brasil para o futuro.

Portanto, podemos entender a construção de Brasília como uma expressão material de uma ideologia, de um projeto político de poder em que o estado nacional foi um agente importante de desenvolvimento. Ao relacionarmos com a construção de Palmas, percebemos um arcabouço teórico interessante, pois apesar de serem construídas em conjunturas diferentes, ambas as cidades foram planejadas sob

¹⁵ Convém esclarecer por que o Tocantins ficou na região Norte e não no Centro-Oeste. Ressaltamos que essa divisão não diz respeito a apenas um fator, como localização geográfica, por exemplo. Tal divisão se dá por questões multifacetadas que devem ser levadas em consideração: o fato de o estado estar inserido no território denominado de Amazônia Legal alia-se ao discurso de impulsor de desenvolvimento regional, retratando uma oposição política direta ao Estado de Goiás e um estímulo a uma identidade regional em oposição à goiana. Portanto, as definições se deram mais em função de aspectos políticos e econômicos do que da localização geográfica.

imaginário de desenvolvimento e modernidade. Concebida como forma de impulsionar o crescimento econômico e integrar o Norte ao restante do Brasil, Palmas se dá também como fruto dessa cultura política nacional desenvolvimentista.

A desconfiança era presente, como já explicitado. No intuito de diversificar as fontes e análises, foram realizadas entrevistas executadas pelo autor da tese. Um dos interlocutores selecionados é o senhor José Geraldo,¹⁶ um dos primeiros moradores da Vila União e um dos que contribuíram com a construção da cidade de Palmas. Ao ser perguntado se em 1988 acreditava que Palmas seria construída, este responde:

O povo pensava que a capital provisória seria eterna, a maior parte do povo foi isso. Miracema foi provisória, tanto que lá surgiu loteamento e lá, no meio daqueles cerrado, nego dava carro zero a troco de um lote. Aí depois, quando veio pra cá, os lote foi lá pra baixo, aí nego não queria nem dado. Alguns ganhou dinheiro, outros perderam o que tinha lá. Adquiriram lote lá, deram carro, eu sei de pessoas que deu carro novo, zero num lote e acabou [...] não acreditava que vinha aqui pro meio do cerrado. Eu conheci isso aqui desde o ano 1971, eu comecei a ir pra Paraíso, em 1975 eu já tinha um caminhão e tirava madeira aqui na região, tirava madeira lá do outro lado do rio. Um amigo da gente montou uma serraria em Paraíso e eu vinha tirar madeira pra ele, lá onde é Luzimangues¹⁷ [...] não acreditava que ia surgir uma ponte dessas daí, não acreditava que iria virar capital e hoje tá do jeito que tá (Moreira, J., 2024).

O sentimento descrito por José Geraldo é corroborado por outras fontes que exploram de forma jornalística a disputa entre as cidades pela capital provisória. Em junho de 1988, muito antes das eleições, o jornal *Folha de S. Paulo*¹⁸ já trazia o debate sobre a futura capital, na matéria “Quatro cidades disputam para ser a capital”:

A primeira grande batalha política do Tocantins não é pela escolha do governador indireto ou dos deputados estaduais constituintes. Antes mesmo

¹⁶José Geraldo Moreira nasceu em Porangatu-GO, órfão, mudou-se adolescente para Paraíso, nessa época município de Goiás, para morar com os tios. Exerceu diversas atividades econômicas, mas quando perguntado sobre sua profissão se declarou como motorista. Foi através desta que se mudou para Palmas em 1992 para trabalhar como motorista na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins (Codetins). Casado e com dois filhos, trouxe sua família e se instalou na Vila União, onde ganhou um lote da própria Codetins. Ao chegar, comprou informalmente o lote ao lado, onde funcionava uma padaria improvisada, que ficou sob responsabilidade de sua esposa e filhos. Até hoje a família habita nos mesmos dois lotes conquistados em 1992, porém as estruturas sofreram muitas melhorias ao longo dos anos. Moreira jamais ocupou cargos políticos ou participou de movimentos sociais, sua aproximação com esta tese está em ser um dos primeiros ocupantes da quadra 303 Norte, que faz parte da Vila União.

¹⁷ Luzimangues é um distrito do município de Porto Nacional-TO, separado pela capital do Tocantins pela Ponte da Amizade, com extensão de cerca de 10km. A região fica às margens do rio Tocantins e se desenvolveu após a criação da Usina de Lajeado, tornando-se uma opção de moradia mais barata do que Palmas. O distrito está muito mais próximo de Palmas do que de sua sede em Porto Nacional. Devido ao crescimento, há um movimento pela emancipação para que Luzimangues se torne um município.

¹⁸ O jornal *Folha de S. Paulo*, fundado em fevereiro de 1921, é um jornal bastante influente no território nacional até os dias atuais. Nos anos 1980, a *Folha* tornou-se símbolo de modernidade ao adotar uma linha editorial mais pluralista, sendo um dos primeiros jornais brasileiros a adotar o jornalismo investigativo de maneira abrangente.

do plebiscito que formalizará a criação do novo Estado, quatro municípios disputam o direito de ser capital do Tocantins. É um gigantesco “Cidade x Cidade” entre Araguaína, Gurupi, Guaraí e Porto Nacional (Quatro..., 1988).

Chama a atenção que essa discussão estava posta antes mesmo da confirmação da criação do estado e de suas primeiras eleições. A apuração da *Folha de S. Paulo* foi condizente com o decorrer do ano de 1988: tirando Guaraí desta disputa, todas as outras não mediram esforços para se tornar a capital do estado, mesmo que de forma provisória, conforme notícia da *Folha de S. Paulo*:

Cabe ao presidente José Sarney indicar a capital provisória do Estado, mas ninguém acredita nessa provisoriedade. “Quem for escolhido fica sendo capital infinitamente”, diz Fernando Halum presidente da Aciara (Associação Comercial e Industrial de Araguaína). Na torcida por Araguaína, a UDR local consegue até apoio do PC do B, único ponto em comum entre as duas organizações. “O eixo dinâmico do comércio regional passa pelo norte do estado” atesta Odete Ghannam, do Diretório Municipal do PC do B em Araguaína (Quatro..., 1988).

A organização dos agentes chama atenção, não por serem opositores, mas pela construção de uma união em prol de um único ponto em comum. A descrença na construção de uma nova capital não era infundada, pois o Brasil do início da Nova República vive uma crise econômica muito forte – lembrando que no governo Sarney o país conviveu com hiperinflação de 200% ao ano. A confiança de setores poderosos que estavam se organizando diante da nova conjuntura do estado era plausível; o contexto do Brasil e do Estado alimentavam a disputa. Portanto, como acreditar que seria o governo estadual, com aportes do governo federal, o responsável por tamanho empreendimento?

Mesmo que o discurso do primeiro governo do Tocantins fosse de que seria a iniciativa privada que bancaria a construção, nas fontes são constantes os esforços do governo estadual em busca de recursos junto à União. A matéria do CB a seguir, que contém falas de Siqueira Campos, apresenta uma percepção das dificuldades financeiras enfrentadas pelo novo estado

“Já percorri todos os ministérios e até agora nada”. Foi o desabafo do governador do Tocantins Siqueira Campos, diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, ao indicar que até agora não conseguiu liberação de Cz\$ 5 bilhões garantidos pelo presidente José Sarney para cobrir as despesas iniciais de instalação do novo estado. Ao garantir que o Tocantins não terá condições de ser instalado sem a liberação da verba. Siqueira Campos disse que tem esperança que tanto o ministro do Planejamento, João Batista Abreu, como o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, tomem as providências necessárias para a rápida liberação dos recursos “pois esta é a vontade do presidente da República e uma disposição contida na Constituição Federal ao criar um novo Estado (Tocantins..., 1988c).

A fala pública para um grande jornal pode ter sido uma estratégia para pressionar o presidente Sarney, que não contava com grande popularidade devido à crise econômica que o país atravessava. Chama atenção o reforço da vontade popular expressa ao citar a Constituição, a citação pública aos nomes dos ministros e do presidente. Soa como um recado de que o novo estado tem também um novo líder que está reivindicando sua importância no cenário nacional, que estava em construção. Ainda em dezembro de 1988, temos uma matéria no CB com pauta semelhante:

Fossa Inútil – Não comoveu a área econômica federal a lamúria do deputado Siqueira Campos (PDC), eleito governador de Tocantins, mas sem verba e edifício para instalar o novo Estado no próximo domingo, 1º de janeiro. “Eles deviam pensar nisso antes de exigir a criação do Estado”, retrucou ontem um dos chefes do Ministério do Planejamento ao ver nos jornais a fossa do novo governador (Fossa..., 1988).

A resposta das cobranças de Campos no CB foi quase imediata: no dia seguinte, uma fonte anônima responsabiliza o governador pela falta de recursos, já que não pensou nesse ponto antes de lutar pela criação do Tocantins. Todavia, não se pode eximir o governo federal dessa responsabilidade, já que a criação do estado foi autorizada pelo mesmo, depois de um veto anterior do próprio Sarney.

A promoção do debate público sobre as dificuldades financeiras para a implementação do Tocantins sugere uma estratégia política no sentido de aproximar a população da gestão local. Uma relação de parceria construída entre governo e sociedade favorece a formatação das esferas do estado e uma forma de alimentar essa parceria seria no campo do debate público, unindo os agora tocaninenses em prol de um bem comum: a implantação do estado. Com isso havia também as estratégias de atração de migrantes, que favorece a estruturação dos poderes do estado criando uma simbologia do pertencimento.

Aliado aos problemas financeiros com a insuficiência de recursos para implementação dos equipamentos públicos, outro debate tomou conta do Tocantins após as eleições de 1988. O governador do estado de Goiás, Henrique Santillo, através do Decreto n.º 3.086, de 9 de dezembro de 1988, determina em seu “Art. 2º - O perímetro descrito no artigo anterior contém a área total de 8.100 (oito mil e cem quilômetros quadrados), destinada à implantação da futura Capital do Estado do Tocantins” (Goiás, 1988). Portanto, era de domínio público a informação de que uma capital seria construída, inclusive com seu espaço reservado para tal fim.

O art. 1º do referido decreto descreve e localiza a área para desapropriação:

Art. 1º - São declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras, compreendidas nos municípios de Paraíso do Norte, Barrolândia, Miranorte, Miracema do Norte, Tocantínia, Pedro Afonso, Aparecida do Rio Negro, Taquarussu do Porto e Porto Nacional, do Estado do Tocantins, com os seguintes limites e confrontações: "a posição geográfica do quadrilátero é determinada a partir do ponto P1 na intersecção do paralelo 10 (dez) graus de latitude Sul com o meridiano de 48 (quarenta e oito) graus de longitude Oeste, deste segue-se com rumo de 180 (cento e oitenta) graus Sul e distância de 30 km, determinando-se o ponto P2, daí segue-se rumo 90 (noventa) graus Oeste e distância de 90 km, determinando-se o ponto P3, daí segue-se rumo 0 (zero) graus Norte e distância de 90 noventa Km, determinando-se o ponto P4, daí segue-se 90 (noventa) graus Leste e distância de 90 km, determinando-se o ponto P5, daí segue-se rumo 180 (cento e oitenta) graus Sul e distância de 60 km, até o Ponto P1, início da descrição deste perímetro (Goiás, 1988).

Todos os municípios citados estão em um raio de aproximadamente 90 km de Palmas, ou seja, fica claro o arranjo político que facilitou a futura construção da capital. A desapropriação de um quadrilátero de 8.100km² no centro do novo Tocantins como território de utilidade pública é uma evidência relevante do projeto político desenvolvimentista a partir da construção civil. Todavia, diante de tal evidência pública, a posição do primeiro governo pró-construção, o debate nos jornais com argumentos favoráveis e contrários ao projeto de nova cidade é intenso.

Tal contexto não impediu disputas ferrenhas entre as principais cidades do antigo norte goiano, como Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, em se tornar capital provisória do estado. A estratégia dessas cidades era um fortalecimento político entre os setores que tinham influência, empresariado, agricultores, políticos e também militares. O CB já destaca essa rivalidade em outubro de 1988, mesmo antes da definição do governo do estado, ou seja, independentemente de quem vencesse as eleições, essa demanda existiria. A matéria intitulada "Tocantins: a guerra santa pela capital" traz uma ilustração com o mapa do estado e a localização das cidades (Figura 4), por meio da qual é possível ter uma ideia da localização das cidades tendo como base o nome Tocantins na região central do estado.

Além do mapa, o CB descreve a situação e a expectativa de Araguaína:

Fato inédito na história política regional do antigo norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins graças ao artigo 15 das disposições transitórias da recém aprovada Constituição, candidatos de esquerda e de direita (leia-se UDR e PT) brigam de mãos dadas pelo mesmo objetivo: que suas respectivas cidades sejam escolhidas como capital da mais nova unidade federativa da União. E mais: não sentem o menor pejo em puxar sardinha para suas brasas, ao mesmo tempo que fazem comentários desairosos aos municípios considerados agora "inimigos" (Tocantins..., 1988a).

Figura 4 – Reprodução do mapa de Tocantins



Fonte: *Correio Braziliense* (Tocantins..., 1988).

A suposta união suprapartidária denota a força do *lobby* de Araguaína como capital. Não era irreal o favoritismo dessa cidade, ao contrário, era justificado por se tratar da maior urbe e com melhor estrutura do então Tocantins. Houve a organização de um Comitê em prol de Araguaína como capital; segundo o CB, “o comitê funciona hoje com uma invejável estrutura e logística, com sua sede ocupando quase todo segundo andar do maior e mais moderno prédio da cidade (sete andares)” (Quartel-General..., 1988). Tal estrutura só foi possível graças a uma frente ampla

Nada menos que 32 órgãos compõem o que se convencionou chamar de Comitê em Prol de Araguaína Capital, reunindo entidades ricas e fortes entre as quais a Maçonaria local, o Rotary, o Lions, a Fetage e, obviamente, a poderosa UDR, que aqui tem quase 400 fazendeiros associados. E até mesmo o circunspecto jovem professor Carlos Lopes, candidato do PT à prefeitura araguinense, está viajando no mesmo barco sob comando de Ronaldo Caiado, justamente ele que nas eleições passadas denunciou perseguição de morte “a mando da UDR (Lobby..., 1988).

Percebe-se que Araguaína investiu pesado em sua candidatura, capaz de unir inimigos políticos históricos na cidade. A pressão política aliada a econômica era um mecanismo interessante para se pressionar o governo; a União Democrática Ruralista-UDR é a expressão dessa relação entre tais poderes. Para o prefeito Eiras dos Santos (PMDB), essa conjuntura era suficiente, pois, ao ser questionado, respondeu: “Olha, tão certo como dois e dois são quatro, Araguaína vai ser a primeira capital do Estado do Tocantins. E o senhor já está convidado para a festa de inauguração” (Tocantins..., 1988a). A festa nunca aconteceu, mas veremos adiante

que houve uma grande mobilização quando anunciada a capital provisória. A questão é que, de fato, Araguaína se colocava como uma boa opção, era a cidade mais estruturada do Tocantins, economicamente mais ativa e, como vimos, se uniu política e economicamente para obter esse resultado. Mas ele não veio. Por quê?

Para responder a essa questão, precisamos antes apresentar as outras opções que se colocaram no processo: continuaremos com Gurupi, a capital da amizade. A opção por Gurupi apresentava-se como mais complicada, e um dos fatores era sua posição geográfica, muito próxima à divisa com o sul de Goiás, região que justificava a oposição do estado pela emancipação. Portanto, uma capital tão próxima e identificada com a localização geográfica seria uma escolha complicada. Porém, em matéria da *Folha de S. Paulo* sobre o tema lê-se: “Gurupi, cerca de 90 mil habitantes, maior centro agrícola do Tocantins, tem a desvantagem oposta de Araguaína: está muito ao sul. Mas a confiança do prefeito Jacinto Nunes Silva (PMDB) é tanta que ele já mandou instalar um gabinete para o governador provisório no prédio da prefeitura” (Quatro, 1988). Observa-se o destaque à posição econômica da região com sua força em contraposição à sua posição territorial desfavorável.

A proposta de tornar Gurupi capital do Tocantins fundamentava-se em seu potencial econômico, em função de ser um centro agrícola, mas também em seu lastro histórico de desenvolvimento. A cidade nasceu da construção da rodovia Belém-Brasília, portanto, das cidades que disputavam o *status* de capital provisória, era a única que havia sentido diretamente o efeito transformador de investimentos estatais. Em outubro de 1988, o CB dá visibilidade a essa esperança gurupiense, em matéria intitulada de “Tocantins leva euforia a Gurupi” que relata:

A cidade de Gurupi, nascida à margem da Belém-Brasília por “obra e graça de Juscelino Kubitschek”, comemora o seu 30º aniversário no próximo dia 14 de novembro, véspera das eleições municipais do País, à espera de um presente do presidente José Sarney. “Temos certeza de que o presidente da República vai nos dar de presente de aniversário o privilégio de ser a capital do Tocantins”. Afirma confiante o presidente da Associação Comercial da cidade, José Angelo Angnolin. Gurupi também vem fazendo uma forte campanha, usando inclusive o rádio, para sediar a futura capital. E vive a euforia do “já ganhamos” (Tocantins..., 1988d).

Expressar confiança publicamente parece ser uma estratégia para aproximar a população a essa causa, inclusive utilizando a mídia disponível como aliada, como no caso do rádio, meio de comunicação tão popular nos anos 1990. Cientes de que o apoio público era fundamental, esse apelo era realizado de forma positiva, justamente

para incentivar esse clima político em um estado que, da mesma forma que se criava, se organizava politicamente em novas conjunturas.

Sobre a estratégia midiática organizada em Gurupi, uma matéria escrita pelo jornalista Fernando Pinto, que foi enviado à cidade pelo *Correio Braziliense* para a realização de entrevistas para a matéria, traz algumas informações relevantes. Pinto, ao entrevistar o senhor José Angelo, mencionado acima como presidente da Associação Comercial de Gurupi, faz um perfil do entrevistado

No que diz respeito a José Angelo não foi por acaso que ele foi escolhido como um dos “cabeças” da campanha subliminar de rádio e TV apontando Gurupi como favorita. Gaúcho de 34 anos “naturalizado gurupiense faz cinco anos, tchê”. Ele explica sem falsa modéstia: – Lembra daquele *slogan* quem não é maior tem que ser o melhor? Este é nosso caso. Dizem que Araguaína já gastou uns 50 milhões de cruzados em sua campanha. Nós gastamos dez vezes menos e vamos ganhar porque estamos trabalhando com inteligência (Gurupi..., 1988).

Percebemos que a disputa acirrou as disputas políticas regionais e, embora não seja possível apurar quanto cada cidade investiu nesse processo, é possível inferir que todas as candidatas se esforçaram para conseguir êxito. Além de um projeto publicitário, Gurupi se apoiava em outra característica local

Angelo entrega ao repórter uma cópia desbotada sob o título Pontos Diferenciadores que Elevam o Potencial de Gurupi sobre Porto Nacional e Araguaína “utilizáveis em mídia para noticiários e debates”. Entre os pontos mencionados no documento, destacam-se: o fato de Gurupi “ser a única cidade planejada, traçada com avenidas largas, topografia plana, suporta um crescimento sem limite e sem transtornos”; a cidade possui hoje 60 mil imóveis registrados, proporcionando a moradia de 300 mil habitantes “sem alterar o planejamento urbano” (Gurupi..., 1988).

A questão da infraestrutura é colocada como um trunfo sobre as rivais, que são cidades mais antigas e com modelo de crescimento não planejado. Todo esse *lobby* foi devidamente utilizado quando da visita de Renato Campelo, chefe da equipe do Ministério do Interior encarregada de apresentar um parecer final ao presidente José Sarney. Relata Angelo que: “Na quarta-feira passada o Campelo esteve aqui com a sua equipe e eu vi que ele ficou impressionado com o que viu e ouviu. No final entreguei para ele um baita relatório de 56 páginas enumerando todas as nossas potencialidades” (Gurupi..., 1988). Se Campelo apresentou um parecer técnico positivo não sabemos, mas nos chama atenção a visita de um representante do governo federal, o que nos mostra que essa indefinição não era apenas um faz de contas. Que o governo estadual de Siqueira Campos defendia a construção de uma

nova capital não é novidade, porém não foi um projeto que venceu sem que grandes esforços fossem empenhados.

Para alguns, a posição geográfica de Gurupi era problemática, porém Angelo reverte essa questão para Araguaína:

Tirar a capital da Belém-Brasília ou localizá-la no extremo norte (Araguaína) seria o mesmo que virar o mapa do lado avesso. Se essa desgraça acontecer, os tocantinenses de Guaraí para cá vão ficar trabalhando com Goiânia e Anápolis. Isolando Araguaína e quem ganharia com isso seria Goiás. Quer dizer: ficaria sem sentido a criação do Estado do Tocantins (Gurupi..., 1988).

Vejamos que Angelo reverte o argumento contrário como uma vantagem, pois, para manter a união do novo estado e o seu sucesso econômico, a capital deveria ser um contraponto a Anápolis e Goiânia na região. Novamente há um apelo ao público investindo em uma rivalidade interna, contra os outros municípios, e externa quanto a cidades goianas próximas.

Não nos cabe aplicar um exercício do “se” em um trabalho científico de história, porém um fato inesperado enfraqueceu a campanha de Gurupi. O prefeito Jacinto Nunes da Silva, apresentado em linhas anteriores, “morreu na madrugada de ontem no Hospital Sara Kubitschek em Brasília, onde fazia fisioterapia por causa de um acidente automobilístico ocorrido em outubro. Sua morte, entretanto, foi por problemas do coração” (Prefeito..., 1988a). Silva morreu sem saber que Miracema seria a escolha de Sarney para capital provisória, pois tal informação foi divulgada no dia 11 de dezembro de 1988. Porém, podemos afirmar que a morte do prefeito enfraqueceu a disputa política da cidade; obviamente nunca saberemos se tal situação fez de fato alguma diferença na escolha, mas podemos inferir que não.

Para completar a tríade da corrida pela capital, temos a cidade centenária de Porto Nacional. A seu favor havia a localização geográfica centralizada no mapa estadual, o fato de ser uma cidade com raízes coloniais e, talvez, a que contasse com uma junção de *lobbys* mais estruturada. Além da situação geográfica, Porto Nacional carregava consigo o argumento histórico de ser a cidade onde nasceu a luta pela criação do Tocantins. Importa ainda o fato de que a construção argumentativa de nascedouro do Tocantins foi utilizada como um recurso na corrida pelo título de capital provisória. O CB destaca esse argumento em matéria intitulada de “Onde nasceu a ideia do Estado”:

Fico toda arrepiada, só de me lembrar. Em 1954, quando cheguei aqui, eu vi várias vezes o seu Feliciano pelas ruas com uma bandeira, batendo palmas e falando alto para que se fosse criado o Estado do Tocantins. Juro pro

senhor que essa ideia do Estado do Tocantins nasceu aqui mesmo. E por isso Porto Nacional tem que receber o prêmio de capital.

O depoimento é de dona Julia Assunção, maranhense de 70 anos, “fazendo comida tem bem uns 31 anos pra esse pessoal sofrido da beira do rio”. Ela lembra que desde sua chegada a Porto Nacional, praticamente nunca se afastou das proximidades das águas verdes do Tocantins, a sua grande paixão que “namora todo o dia” (Onde..., 1988).

A fala de dona Júlia, entrevistada pelo jornalista Fernando Pinto, o mesmo que fez a matéria sobre Gurupi, denota o apelo histórico e popular. Aproxima argumentativamente a população de um novo estado, construindo uma noção de união por um interesse comum em ser a capital. A história de dona Julia se assemelha a de muitos migrantes que já procuravam cidades maiores da região e para quem, futuramente, a construção de Palmas seria um atraente motivo; mas ainda vamos chegar nessa história.

Além dos elencados argumentos retóricos, houve um apoio relevante no *lobby* político de agentes importantes, são eles a Associação dos Prefeitos do Nordeste Tocantinense, a Associação dos Prefeitos do Médio Norte e a Comissão de Estado dos Problemas do Norte Goiano (Conorte). Na reportagem “Prefeito já conta com apoio de 32 municípios”, o prefeito de Porto Nacional Antônio Alves de Castro relata sobre esse apoio político da maioria dos municípios do estado. O apoio “já manifestado” pela Associação dos Prefeitos do Nordeste Tocantinense (18 municípios) e pela Associação dos Prefeitos do Médio Norte (14 municípios) é a principal base de esperança do comerciante e fazendeiro Antônio Alves de Castro, de 43 anos, prefeito de Porto Nacional.


Não é preciso nem usar a maquininha de calcular, basta contar nos dedos pra se ver que Porto Nacional vai ser mesmo a cidade escolhida para sediar a primeira capital do Tocantins. É tudo uma questão de matemática. Se nosso Estado tem 60 municípios, 32 prefeituras representam a maioria absoluta, não é verdade? Tem ainda um punhado de municípios que ainda não se manifestaram. E preste atenção que não fizemos qualquer pressão através de propaganda paga pelos rádios e TV pros meus colegas prefeitos tomarem essa decisão. É que eles estão cansados de saber que o centro geográfico fica dentro de nosso município e também porque é preciso desenvolver este lado direito do Tocantins que foi tão esquecido do antigo governo de Goiás (Prefeito..., 1988b).

Castro apresenta seus argumentos pró-Porto Nacional com base em seu apoio político; como já mencionamos acima, há uma conta matemática explícita sobre a maioria dos municípios. Não se trata de uma eleição em que os prefeitos terão direito a voto, todavia entendemos que tanto a apresentação do apoio quanto a comparação eleitoral são alegorias de demonstração de força política. Porém, há um elemento

menos explícito que o apoio político de prefeitos quando Castro afirma que “é preciso desenvolver este lado direito do Tocantins que foi tão esquecido do governo de Goiás”. Interpretamos que se trata de uma conclamação de união com outro agente importante para emancipação do Tocantins: a Comissão de Estado dos Problemas do Norte Goiano (Conorte).

A Conorte se apresenta como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede em Brasília e subcomissões em Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Goiânia. Patrocinava congressos, seminários, reuniões públicas, campanhas cívicas e foi considerada por muitos como um agente de grande importância no processo de criação do Estado do Tocantins. A Conorte fez questão de deixar seu posicionamento claro e público e, “em sua reunião ordinária de 28/11/1988 concluiu que, dentre as três cidades cogitadas para sediar a Capital Provisória do Estado do Tocantins, Porto Nacional, reúne melhores condições” (Estado..., 1988). Tal posicionamento foi publicado no CB.

Figura 5 – Reprodução de nota da Conorte

Estado do Tocantins  **A CAPITAL**

A CONORTE - COMISSÃO DE ESTUDO DOS PROBLEMAS DO NORTE GOIANO, entidade legalmente constituída, que há oito anos luta pela criação do Estado do Tocantins, integrada por tocaninenses de todos os quadrantes do Novo Estado, em sua 406ª Reunião Ordinária de 28/11/88 concluiu que, dentre as três cidades cogitadas para sediar a Capital Provisória do Estado do Tocantins, Porto Nacional, reúne melhores condições pelas seguintes razões:

- 1ª - Estar localizada próximo ao centro geográfico do Novo Estado;
- 2ª - Dispor de todos os meios de comunicação regional e nacional, tais como:
 - Aeroporto asfaltado, com eficaz sistema de proteção ao voo;
 - Telecomunicações interligando toda região;
 - Sistema viário, etc.
- 3ª - Possuir abundantes recursos de água potável e energia elétrica, com potencial para ampliação a baixo custo;
- 4ª - Integrar as duas margens do caudaloso Rio Tocantins;
- 5ª - Ser fator preponderante de desenvolvimento de toda margem direita do Rio Tocantins;
- 6ª - Corresponder às aspirações maiores do ideal divisionista do povo Tocantinense;
- 7ª - Finalmente, por haver sustentado esta luta durante várias décadas, sempre liderando o movimento libertário.

Qualquer outra alternativa resultará em grande equívoco que colidirá com os objetivos fundamentais da própria divisão.

A DIRETORIA

Fonte: *Correio Braziliense* (Estado..., 1988).

O apoio da Conorte era importante, pois de certa forma lembrava a população do principal argumento para a criação do Tocantins: a desigualdade de desenvolvimento que havia entre o norte e sul de Goiás. E este argumento está explícito pelo informativo acima publicado, em sua 6ª razão. Nessa lista temos um resumo dos pontos favoráveis a Porto Nacional, alguns aqui já citados como posição geográfica, motor de desenvolvimento da região central do estado e, por conseguinte, retomada da motivação essencial do Tocantins.

Com base nas discussões travadas nesta parte do texto, fica claro como as disputas pela capital provisória e as eleições foram pontos de tensionamento relevantes nos primeiros meses do novo estado. Já sabemos que nenhuma das cidades foi a escolhida como capital, sequer de forma provisória, porém as disputas são relevantes para entender que a construção de uma capital, apesar de ser o projeto político desenvolvimentista vencedor, não era uma ideia unânime e com apoio total. A discricção com que o primeiro governo do estado tratou a questão parece que foi uma forma de proteção do projeto, pois vemos que a briga das cidades foi algo que, de certa forma, mobilizou muitos campos do Tocantins.

A criação do novo estado não apenas redefiniu o mapa geopolítico do país, mas também deu início a um processo de desenvolvimento regional que impactou significativamente a região. Quando analisamos a disputa entre as cidades envolvidas na disputa pela capital provisória, percebemos a importância desse processo. A análise da concorrência entre Porto Nacional, Araguaína e Gurupi revela aspectos complexos das estratégias políticas e econômicas adotadas para conquistar o *status* de capital.

Porto Nacional, respaldada pela Conorte, foi uma das principais candidatas devido à sua localização geográfica central e a seu potencial de desenvolvimento. A cidade era vista como um polo de crescimento que poderia beneficiar todo o estado, oferecendo uma integração mais eficaz entre as diferentes regiões. A proposta de Porto Nacional baseava-se na sua capacidade de promover um crescimento equilibrado e sustentável, o que seria essencial para o sucesso do novo estado.

Araguaína, outra candidata forte, destacava-se como um centro econômico em expansão, com um comércio ativo e uma infraestrutura robusta em comparação com suas concorrentes. Sua posição estratégica no norte do estado poderia facilitar o desenvolvimento econômico de uma região até então marginalizada. A candidatura de Araguaína refletia a ambição de transformar a cidade em um epicentro de progresso, capaz de atrair investimentos e promover o bem-estar da população local.

Gurupi, por sua vez, apresentou-se como a única cidade planejada, destacando-se pela sua organização urbana e infraestrutura preparada para suportar um rápido crescimento. A localização geográfica de Gurupi, situada no eixo da rodovia Belém-Brasília, foi um dos principais argumentos utilizados na campanha para promover sua candidatura. Além disso, Gurupi utilizou uma estratégia midiática eficaz, destacando suas vantagens e buscando o apoio popular. A cidade buscava ser vista como um símbolo de modernidade e progresso, alinhando-se com os ideais de desenvolvimento do novo estado.

Além das candidaturas das cidades, a criação de Tocantins foi uma parte das transformações políticas e econômicas do Brasil na época. O contexto de redemocratização e a busca por maior equidade para a região impulsionaram a criação do novo estado, que tinha como argumento discursivo corrigir desequilíbrios históricos e promover o desenvolvimento de áreas até então negligenciadas. Tocantins representava, para muitos, a esperança de uma nova era de progresso, em que as oportunidades seriam abrangentes. Na próxima seção, discutiremos o Tocantins após o anúncio de Miracema como capital provisória, feito no ano de 1989 e, finalmente, como foi construído o projeto vencedor que resulta em Palmas como a última capital brasileira planejada do século XX.

2.2 Palmas: o projeto vencedor de cidade

*Façamos então de Palmas uma curva cheia de retas.
Que possamos beliscar o futuro que outros lugares já
se habituaram.
Palmas é um sonho possível.
Tocantins também.*

Thiago Ramos de França

A primeira semana de dezembro de 1988 foi agitada no Tocantins, a ansiedade pela escolha do presidente José Sarney sobre a capital provisória movimentava a população e os noticiários. O próprio Siqueira Campos declarou ao CB que “a falta de definição do local da capital provisória do Tocantins tem contribuído para atrasar a elaboração do seu programa de governo” (Falta..., 1988). Provavelmente as disputas políticas citadas anteriormente tenham deixado a decisão do presidente mais difícil, pois tinha de medir a quais grupos políticos seria menos prejudicial desagradar, além de contar com o *lobby* do próprio Siqueira Campos por uma construção de cidade.

Interessante como a falsa neutralidade de Campos se consolidou como uma estratégia muito bem definida, em público o discurso era de observador das rixas cidadinas e, ao ser questionado se alguma cidade levava ou perdia vantagem com o adiamento de Sarney, responde que “não há esse tipo de raciocínio. Não há perda para ninguém, para nenhuma das cidades que vêm fazendo lobby para sediar a capital provisória” (Falta..., 1988). Sabemos que havia um plano que favorecia a construção de uma capital, pois como afirmam Parente e Carvalho (2012)

A capital do Tocantins deveria ser visível e acessível – edênica, ademais – consonante com o projeto de um lugar que deveria ser diferenciado. Miracema do Tocantins, primeira capital do Estado do Tocantins, era insuficientemente centralizada e estruturada (ou suficientemente goiana, por permanecer organicamente Miracema do Norte) para que servisse ao propósito da referência ao Eldorado e respectivos conquistadores. O mesmo parecer, reforçado pelos embates com os interesses dos poderes locais, impediu que Araguaína se tornasse capital. (Parente e Carvalho, 2012, pág. 8)

Nosso entendimento corrobora com a interpretação dos autores supracitados, pois, em 7 de dezembro de 1988, é anunciada a decisão e, de forma inesperada, Miracema do Norte se torna capital provisória do estado do Tocantins “por decisão consensual do Presidente da República, Sr. José Sarney e do Governador eleito, Siqueira Campos” (Silva, 1990). E assim permaneceu como capital provisória no ano de 1989, tendo seu nome alterado de Miracema do Norte para Miracema do Tocantins. Entendemos que a escolha consensual por Miracema tenha sido motivada por alguns fatores que visavam o objetivo maior, a criação de uma nova capital permanente. Miracema do Tocantins como capital provisória consistiu em uma estratégia para a construção de uma futura Palmas permanente. A localização geográfica era interessante; por estar no centro geográfico do estado, a capital serviria como impulso no desenvolvimento da região e, como Miracema não se mostrou um *player* na disputa por capital provisória, seria menos difícil fazer a mudança para a construção da capital definitiva.

O presente se torna um local muito confortável para análise dos argumentos após a inesperada escolha de Miracema. Porém, os jornais relatam que, no passado, a escolha foi considerada deveras inusitada, a ponto de causar revoltas e protestos. Para o *Jornal do Brasil*, a escolha foi um ato político:

MIRACEMA DO NORTE (GO) - A surpreendente escolha da cidade de Miracema do Norte para servir provisoriamente como capital do Tocantins foi mais política do que técnica. O presidente José Sarney acatou os argumentos do senador Edson Lobão (PFL-MA), que tem interesses políticos e

empresariais em Imperatriz, no sul do Maranhão e via a escolha da favorita Araguaína como uma ameaça ao crescimento de Imperatriz; do ministro da Agricultura Iris Resende, que tem inimigos em Araguaína; e do futuro governador Siqueira Campos (PDC), que se comprometeu, em troca de apoio, a trabalhar para a construção da capital na região central do novo estado (Escolha..., 1988).

Da mesma forma que apoios políticos abrem portas, podem fechar algumas saídas, isso faz parte da dinâmica política. Contudo, levando em consideração que as informações do JB façam sentido, explica-se o motivo de Araguaína não ter sido a escolhida, mas não preenche as interrogações sobre Gurupi e, principalmente, Porto Nacional. Sobre estas o JB trouxe uma reflexão

Ao decidir sobre a capital do novo Estado do Tocantins, o presidente José Sarney teria desagradado a metade da população local se escolhesse a cidade de Porto Nacional e a outra metade se optasse por Gurupi. Depois de muita indecisão, o presidente preferiu adotar uma solução “salomônica”- ou melhor- “sarnêica”. Escolheu a cidade de Miracema do Norte, que não era defendida por ninguém. De uma só penada descontentou 100% da população do Tocantins e provocou uma rebelião que juntou todos os líderes do Estado contra sua decisão (Salomão, 1988).

Houve sim um clima de insatisfação da população, principalmente em Araguaína, onde a população partiu para medidas ativas de expressão desse sentimento. Todavia, desapontamento de 100% da população e junção de líderes estaduais contra o governo federal nos parece mais opinião inflamada do que uma leitura realista do momento. Até porque era uma decisão compactuada com o governo do estado, que tinha maioria absoluta na Assembleia Legislativa do Estado. Siqueira governou dois anos com pouca resistência política a suas ações.

Ao realizarmos uma análise de matérias jornalísticas do *Jornal do Brasil* e *Correio Braziliense*, percebemos que havia uma sensação de favoritismo de Araguaína como futura capital provisória do Tocantins. Observamos isso tanto no conteúdo das matérias quanto nos depoimentos de agentes envolvidos no processo. Esse favoritismo pode ter sido fruto do *lobby* da cidade com maior poderio econômico do estado, de avaliações dos jornalistas ou ambas, de forma concomitante. Na matéria “Capital do Tocantins” nessa semana temos a fala do prefeito recém-eleito de Porto Nacional, Vicente Oliveira, que avalia a concorrência com Araguaína

O prefeito que já conta com o apoio das correntes políticas de Gurupi, afirmou que o único argumento da cidade concorrente Araguaína é o poder econômico. Não questionamos isto, pois a nossa intenção é exatamente fazer com que Porto Nacional comece uma fase de desenvolvimento. Evidente que sabemos que Araguaína é inegavelmente um polo econômico e industrial, mas a sua localização é muito perigosa para sediar uma nova capital. Pois está numa região de conflitos, o Bico-do-Papagaio (Capital..., 1988).

A esperança de Oliveira se concentra na localização de Porto Nacional, que não era um argumento raso, pois todos sabiam que havia essa pretensão do governo estadual por uma região central; inclusive já havia sido decretada a desapropriação de terras dessa região, que fazia parte do município de Porto Nacional. Porém, imaginamos ser muito difícil participar de uma disputa na qual as regras não existem e todo processo é baseado em rixas políticas e especulações. Mas, ao menos no campo da especulação, Araguaína assumiu um certo favoritismo e, talvez por isso, foi a região que fez questão de demonstrar de maneira mais assertiva seu descontentamento.

Houve, em Araguaína, um relevante protesto, que interditou a rodovia Belém-Brasília após o anúncio de Miracema do Norte como capital provisória. Um de nossos interlocutores, Cleiber Alves Abud,¹⁹ relatou a sua participação nesse evento e conta que

A gente brigou na época, teve muita confusão lá pra 89, pra 90, que queria a capital em Araguaína. Eu cheguei a entrar dentro do ônibus, fui para Brasília dentro do ônibus. Eu cheguei, eu fui pra ponte do Rio Lontra em Araguaína; lá na época, tu deve ter visto, não sei se você chegou a ouvir falar, que Araguaína fechou a BR 153, que a gente queria que a capital fosse para lá. Aí a capital foi escolhida, foi escolhida Miracema, depois Palmas. Então foi todo aquele tumulto, eu participei daquilo tudo como adolescente, com vontade, com 18 anos, 19 anos, sem saber nem o que eu queria da vida; pra te falar a verdade, era mais motivação mesmo de garoto (Abud, 2022).

O relato de Abud refere-se ao protesto que ocorreu em 7 de dezembro de 1988, após a definição da capital provisória. Interessante ver como Abud se coloca diante desse contexto histórico como um adolescente que não sabia pelo que estava lutando, mas ao mesmo tempo demonstra seu desejo de que sua cidade fosse a capital. Tanto que, após alguns anos, mudou-se para Palmas em busca de oportunidades, que, segundo ele, Araguaína não poderia oferecer. Matérias de jornal relataram a situação em Araguaína; através de seu correspondente João Domingos, o *Jornal do Brasil* relatou detalhes do protesto:

Araguaína, GO- Revoltados com a escolha da cidade de Miracema do Norte para capital provisória do estado do Tocantins, empresários e políticos de

¹⁹ Cleiber Alves Abud atualmente tem 54 anos, chegou em Palmas no ano de 1993 oriundo da cidade de Araguaína, norte do estado do Tocantins. Veio jovem para a cidade em busca de oportunidades de trabalho. Trabalhou por muitos anos em concessionárias de automóveis desenvolvendo várias funções até chegar na categoria de vendedor de carros novos e usados. Atualmente trabalha como autônomo no ramo de venda de veículos usados. Desde que chegou em Palmas estabeleceu moradia na Vila União, em um primeiro momento em uma casa alugada pela empresa e que dividia com outros funcionários. Após alguns meses, conheceu sua atual esposa, casou-se e se mudou para a casa da sogra, também na Vila União. Abud nunca ocupou cargo político ou integrou movimentos sociais, sua história se aproxima desta pesquisa em função de suas experiências de um migrante regional que ocupou a Vila União.

Araguaína, que reivindicavam a indicação da cidade para sede do governo pelo presidente José Sarney, bloquearam a ponte sobre o Rio Lontra e interditaram o tráfego na BR-153 (Rodovia Belém-Brasília). Essa estrada, com tráfego médio diário de cinco mil veículos, é a principal ligação rodoviária entre o Norte e Sul do país (Belém-Brasília..., 1988).

Em 1988, a cidade de Araguaína contava com aproximadamente 100 mil habitantes e era o maior colégio eleitoral do novo Tocantins. O sonho de se tornar capital se fez impossível quando o título foi para Miracema; a expectativa e a esperança então se transformaram em revolta, pois o fechamento da BR 153, relatado acima, não foi a única forma utilizada para expressão do descontentamento (Figura 6).

Figura 6 – Um ônibus foi virado e outro incendiado na tentativa de liberar a ponte



Fonte: *Jornal do Brasil* (Caminhoneiros..., 1988).

Os ônibus ilustrados estavam bloqueando a ponte sob o Rio Lontra e foram ali colocados através de uma união entre “empresários e políticos” de Araguaína. A Associação Comercial e Industrial de Araguaína (Aciara) assumiu a autoria e organização do movimento colocando uma placa na cabeceira da ponte. Tal feito, a desobstrução da BR153, foi obra de ação e negociação de caminhoneiros que estavam sendo impedidos de continuar seus trajetos. A situação era tensa, o protesto que teve início na noite do dia 7 de dezembro e “a interdição da pista foi feita por uma patrula e três caminhões particulares, na noite de quarta-feira. Nem a chuva intermitente que durou toda a noite e todo período da manhã desanimou a população que se manteve firme no protesto” (Belém-Brasília..., 1988).

A manifestação popular foi incentivada por diversos agentes políticos que fizeram parte de uma frente ampla em prol da capital provisória “durante a concentração com mais de 5 mil pessoas, o vereador César Hallun (PMDB) pediu à população que não aceite mais a entrada de Siqueira Campos em Araguaína” (Belém-Brasília..., 1988). Os alvos do repúdio eram o presidente José Sarney e o governador Siqueira Campos, e em uma das “passeatas foi feito o enterro simbólico de Siqueira Campos com líderes do movimento, responsabilizando-o pela indicação da cidade de Miracema do Norte” (Araguaína..., 1988). Desde o início, a manifestação era tensa, “pouco mais de 120 soldados da polícia militar ocuparam a ponte para impedir que ela fosse destruída. Na madrugada um grupo de pessoas foi para ponte com picaretas e outras ferramentas, e começou a quebrar o asfalto” (Belém-Brasília..., 1988).

Com a interrupção da estrada tomando todo o dia 8, a insatisfação dos que estavam com sua mobilidade interrompida aumentava com o passar do tempo. Em entrevista ao CB, o comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar de Araguaína, Raimundo Nonato Rodrigues, informou que “por volta das 15 horas, a fila de veículos parados de um lado e de outro da ponte interditada era de aproximadamente 10km” (Araguaína..., 1988). Os caminhoneiros começaram a organizar uma reabertura da ponte de maneira mais assertiva: “eles pensaram, inicialmente, em pôr fogo em um caminhão-tanque carregado de combustível pertencente ao vice-prefeito eleito, Sebastião Tatico (PFL), e utilizá-lo no bloqueio da ponte” (Caminhoneiros..., 1988).

Percebe-se que o protesto estava escalando para consequências irreversíveis, e esse fato foi utilizado pelo comandante Raimundo Nonato na negociação com a Aciara. Em reunião, o militar “disse que a cidade estava ameaçada por uma carga de 25 toneladas de dinamite, destinada ao Projeto Carajás, transportada em um dos caminhões retidos pelo bloqueio da ponte” (Caminhoneiros..., 1988). Além da questão urgente e tensa na ponte sobre o Rio Lontra, as negociações envolveram promessas políticas de reparação à cidade de Araguaína e os organizadores gostariam de “um compromisso de que Araguaína abrigaria um polo industrial e a Universidade Federal do Tocantins e a garantia de que o governo pagaria todas as obras da rede de esgotos e água tratada” (Caminhoneiros..., 1988). O governador Siqueira Campos se recusou a dar essas garantias e o protesto foi encerrado à força com uma junção entre efetivo policial disponível e caminhoneiros insatisfeitos. E assim se encerrou a primeira manifestação contundente contra Campos em seu primeiro mês como governador.

Um governo que sequer tinha efetivo repressor para lidar com a situação, sendo sob as ordens do governador de Goiás Henrique Santillo que a polícia militar agiu.

A agora capital do estado, Miracema do Tocantins, passou por mudanças abruptas durante seu ano de centro do poder. Uma cidade que continha aproximadamente 10 mil habitantes e uma infraestrutura para essa população passou a ter demandas de uma capital, sendo que o próprio Governo do Estado foi o maior demandante. Com isso, casas residenciais se transformaram em secretarias do Estado, o comércio estourou seus estoques, houve uma proliferação no ramo de serviços, como restaurantes, bares, hotéis, e aluguéis explodiram em preços. Todo esse processo ocorreu devido ao inchaço repentino da cidade, que chegou a ter 35 mil habitantes em 1989. A configuração da urbe mudou por completo, saiu de uma vida pacata e ribeirinha para se integrar ao país como uma capital, atraindo migrantes de todas as regiões brasileiras.

A definição por Miracema foi uma demonstração de força de Siqueira Campos, mesmo que tenha sido questionado por Araguaína, tal escolha fortaleceu o projeto de construção da nova capital, que ainda não tinha nome. As especulações do local foram aumentando e Campos declarou “que há uma equipe técnica estudando seis áreas, analisando principalmente solo, mananciais hídricos e outros aspectos necessários a uma grande cidade” (Especulação..., 1988). O discurso vago sobre a localização faz sentido para que não fossem estimulados processos de grilagem e especulação das terras, pois tal situação estava em curso na atual capital.

A transitoriedade definida na condição de provisória não impediu que agentes econômicos enxergassem nesse contexto uma oportunidade de capitalizar o território. Podemos retomar o depoimento de José Geraldo (2024), que afirmou: “o povo pensava que a capital provisória seria eterna, a maior parte do povo foi isso. Miracema foi provisória, tanto que lá surgiu loteamento e lá no meio daqueles cerrado nego dava carro zero a troco de um lote”. O CB tratou deste assunto e trouxe em matéria a posição do governador sobre a situação em Miracema

Quanto à especulação imobiliária que está ocorrendo em Miracema do Norte, onde uma linha telefônica já está custando Cz\$ 5 milhões, e uma casa simples que antes era alugada por Cz\$ 50 mil, agora tem preço estimado em Cz\$ 500 mil. Siqueira Campos indicou que assim que tomar a posse, no dia primeiro de janeiro, vai disciplinar a situação. Advertiu tanto especuladores quanto aos que estão adquirindo áreas em Miracema do Norte que uma área de 8 mil e 100 quilômetros quadrados foi declarada de utilidade pública para efeito de desapropriação. Siqueira afirma: “quem estiver adquirindo imóveis por preços irrealistas corre o risco de levar prejuízo, pois o que tiver que ser desapropriado

para instalação do governo, construção da futura capital será feito com base nos preços anteriores a data do decreto” (Especulação..., 1988).

Ao relembrar o Decreto n.º 3.086, de 9 de dezembro de 1988, sugere que o plano inicial de Siqueira de construção de uma nova cidade estava sendo seguido, pois este já alertava que os preços da desapropriação seriam os de antes do anúncio de Miracema como capital provisória. Chama a atenção o fato de os valores dos aluguéis terem multiplicado cerca de 10 vezes na cidade, o que dá uma noção do quanto a cidade se transformou.

As transformações da cidade podem ser traduzidas em alguns registros de situações cotidianas contidas em uma lógica formada pelas disputas nesse “novo território”, que não é novo em configuração espacial, mas, sim, na valorização que obteve. Assim, como podemos nos localizar nesse emaranhado de variáveis nas práticas interventoras da cidade? Como entender o impacto de uma decisão de capital provisória? Como a promoção de uma lógica espacializada impactou a população? Esses questionamentos perpassam intervenções urbanas e o modo como estas se inserem na vida dos cidadãos. Um ponto que chama atenção é a especulação, pois o alerta do governador acima apresentado se refere ao governo como agente, mas e a população? O deputado estadual Antônio Jorge (PDC) “abriu baterias contra a especulação imobiliária em Miracema. Alarmado com a alta dos preços dos aluguéis na capital provisória desde os primeiros dias do anúncio. Antônio Jorge quer que a prefeitura fiscalize as imobiliárias” (Deputado..., 1989). A questão imobiliária é um ponto sensível, que será debatido, denunciado e criticado por todo o período em que Miracema ocupou o posto de capital provisória.

Retomamos aqui a fala de nosso entrevistado José Geraldo Moreira (2024): “alguns ganhou dinheiro, outros perderam o que tinha lá. Adquiriram lote lá, deram carro, eu sei de pessoas que deu carro novo, zero num lote e acabou... não acreditava que vinha aqui pro meio do cerrado”. Percebe-se, assim, o impacto da especulação no ano de provisoriedade de Miracema. A flutuação financeira explica-se pela especulação, mas também pela situação econômica do país durante o governo Sarney, com hiperinflação e crises econômicas.

Na dissertação *Miracema do Tocantins: uma cidade em (des)construção*, de autoria do geógrafo Ricardo Ferreira Miranda (2015), há uma seção dedicada a discutir sobre o período de capital provisória de Miracema. Entre os depoimentos

colhidos pelo autor, destaca-se um, da senhora Jovita, moradora antiga da cidade, que reproduzo abaixo:

Aí isso aqui virou uma loucura, loucura mesmo viu, quando a gente via o povo estava entrando dentro da casa da gente e oferecendo dinheiro querendo que nós saísse de nossa casa sem mais nem menos, explicando que agora ia ter progresso. Olha só, vê se pode. Virou um tumulto todo de gente, o comércio aqui estava vendendo muito mesmo, ficou muito movimentado. Ninguém mais aqui tinha sossego (Miranda, 2015, p. 89).

Esse depoimento apresenta o lado de uma população impactada diretamente: a situação de alguém lhe assediar para comprar sua casa parece algo, no mínimo, incomum. O “sossego” de uma cidade pacata e rural foi modificado bruscamente e de forma provisória, pois, no decorrer de seu texto, Miranda (2015) apresenta algumas das consequências que ficaram após a mudança definitiva para Palmas. Há muitos imóveis não chegaram a ter suas construções concluídas e até hoje são elefantes brancos na cidade, como também edificações abandonadas, pois serviriam para uma lógica urbana de uma capital e não de uma cidade essencialmente rural.

O ano de provisoriedade de Miracema é pouco relatado nas fontes que analisamos. Trata-se sobre o processo especulativo, como abordamos, e das dificuldades cotidianas de infraestrutura. Sobre esta situação, o próprio Governo do Estado reclamava:

A implantação do Estado do Tocantins ainda não chegou a 35%, no entendimento do governador Siqueira Campos. Para o secretário da fazenda René Pompeo de Pina, o Estado tem 50% da área administrativa implantada e, devido às dificuldades físicas, falta de prédios, salas e de locais para serem alugados, o restante da estruturação será gradual (Dificuldades..., 1989).

A tarefa do governo não era das mais simples, não se poderia investir muito por dois motivos: primeiro pelo *status* de provisoriedade e, segundo, os recursos eram escassos. Sobre o segundo ponto, discorreremos de forma mais detalhada em breve; já acerca do caráter transitório da capital, essa era uma preocupação percebida nas fontes. A postura pública estava alinhada com os interesses gestores da construção de uma cidade.

Entendemos que essa postura pública se faz necessária como uma resposta constante aos incrédulos sobre a construção de uma cidade. Em fevereiro de 1989, já se via os rumores sobre a organização para a edificação da nova capital, que na fonte é chamada de Miracema do Tocantins.

Prosseguem em ritmo acelerado os projetos de arquitetura e urbanismo para construção da capital do Tocantins. Miracema do Tocantins, a oitenta quilômetros ao sul da cidade de Miracema do Norte, atual sede do governo. A

nova urbe terá muita coisa em comum com Brasília. Seus idealizadores querem aproveitar as boas ideias de Niemeyer e de Lúcio Costa (Nova..., 1989).

Uma pequena nota, mas com grandes discussões. Vamos destacar três pontos: projeto da construção, nome da nova capital e semelhanças com Brasília. A começar pelo último, não são raras as comparações com Brasília – algumas consideramos indevidas e trataremos mais detalhadamente. Porém, não é difícil relacionar a construção de uma nova cidade para ser capital de um estado com a Brasília que havia sido construída em um intervalo temporal próximo. E talvez seja esse o ponto de união entre Palmas e a Capital Federal, já quanto ao projeto urbanístico, os distanciamentos são mais evidentes. Quanto ao projeto de construção, percebe-se que faz parte da estratégia de demarcar publicamente a provisoriedade de Miracema; já sobre ao nome da capital ser Miracema do Tocantins, trata-se de um equívoco do CB. O Decreto Legislativo n.º 01, de 1º de janeiro de 1989, alterou o topônimo de Miracema do Norte para Miracema do Tocantins, portanto ambos os nomes se referiam à mesma cidade.

Mas qual seria o nome da nova capital? Podemos adiantar que Palmas nem sempre foi o nome oficial: “tem circulado com alguma insistência a notícia de que os pais do novo estado do Tocantins pretendem construir-lhe uma nova capital a que chamariam de Pasargada” (Pasargada..., 1989). O projeto de construção de uma nova cidade não foi unânime, as críticas giravam em torno do argumento sobre o excesso de gastos públicos no empreendimento:

como é da Constituição, eu pago a minha parte. Não sei bem para que serve o Estado do Tocantins. Preferiria que as verbas fossem empregadas em salvar o Rio Tocantins e seu maravilhoso irmão, o Araguaia, dos atentados que vem sofrendo. Mas como está na Constituição, pague-se. Está em foco problema de batizar a capital da nova unidade a Federação. Seria Pasargada, em homenagem ao poema de Manuel Bandeira (As tentações..., 1989).

O texto acima foi escrito pelo jornalista Moacir Werneck de Castro e publicado no *Jornal do Brasil*. O argumento dos recursos de fato é importante, pois o novo estado sofreu com a falta de suporte federal. Contudo, negar a importância para a região nos parece uma visão carioca sobre o Norte do país.

A nova capital era uma realidade cada vez mais próxima, e a decisão foi tomada pelo Executivo estadual. A opção em favor da implantação de uma nova cidade para sediar a capital definitiva do Estado do Tocantins foi publicada através da Lei n.º 9, de 1º de janeiro de 1989. Em seus termos, definia que a capital definitiva se situaria na

porção central do novo Estado, com a justificativa de que essa localização contemplaria todo o estado. O documento define a localização como:

Área em formato quadrilátero medindo 8.100 (oito mil e cem) quilômetros quadrados, cobrindo partes dos municípios de Miracema do Tocantins, Pedro Afonso, Tocantínia, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Barrolândia e Miranorte, com posição geográfica determinada a partir do ponto p1 na intersecção do paralelo 10 (dez) graus de latitude Sul com o meridiano de 48 (quarenta e oito) graus de longitude Oeste, deste seguindo com rumo de 180 (cento e oitenta) graus Sul na distância de 30 (trinta) Km, determinando-se o ponto P2, daí seguindo com rumo de 90 (noventa) graus Oeste na distância de 90 (noventa) Km, determinando-se o ponto P3, daí, seguindo com rumo de 0 (zero) graus Norte de distância de 90 (noventa) Km, determinando-se o ponto P4, daí seguindo com rumo de 90 (noventa) graus Leste na distância de 90 (noventa) Km, determinando-se o ponto P5, daí, seguindo no rumo de 180 (cento e oitenta) graus Sul na distância de 60 (sessenta) Km até o ponto P1, início da formação do perímetro.

Parágrafo único. Exclui-se dos efeitos desta Lei a parte da Reserva Indígena dos Xerentes que adentra a área declarada de utilidade pública no *caput* deste artigo (Tocantins, 1989b).

O quadrilátero citado no texto é o mesmo definido no Decreto n.º 3.086, de 9 de dezembro de 1988, publicado pelo governador de Goiás. Reforçamos aqui a articulação política que, mesmo diante das disputas pelo título de capital provisória, conseguiu permanecer com o projeto de construção. Um projeto que tem como rosto o governador Siqueira Campos.

Em maio de 1989, o plano de Palmas cidade-capital torna-se um símbolo identitário para o Tocantins, sua realização significava um investimento no novo estado e em sua futura capital. Palmas, a última capital planejada do século XX, também foi chamada de “Capital Ecológica” e “Capital do Futuro”. O nome Palmas foi escolhido por Siqueira Campos como uma homenagem à antiga Comarca da Palma, onde teria nascido, em 1821, segundo a história que ainda será narrada, do movimento emancipacionista do Tocantins. Aqui há um movimento de estruturação do presente a partir do passado; o nome, a justificativa, mostram-se alinhados com o resgate histórico de um Tocantins, ou ao menos sua ideia, de antes de 1988. Como também reforça a imagem de Siqueira Campos como o pai dessa realização, como sugere a foto publicada no *Correio Braziliense* (Figura 7).

Figura 7 – Siqueira definirá local da capital definitiva



Fonte: *Correio Braziliense* (Palmas..., 1989).

Escolhida para ser um vetor de desenvolvimento regional em uma área que era pouquíssimo populosa e sem zona de urbanidade próxima, sua ocupação objetivava atrair fluxos populacionais. Esse era o discurso fundador de Palmas e sua construção teve um intenso acompanhamento de jornais

Palmas, a capital do recém-criado Estado do Tocantins, começa a ser construída hoje. O local escolhido fica exatamente no centro geográfico do novo estado. A escolha é justificada pelo governador Siqueira Campos por uma questão histórica: foi na comarca de Palmas que nasceu o movimento de emancipação dos nortenses. Os custos da construção da capital estão estimados em NCz\$ 500 milhões (Palmas..., 1989).

Podemos observar semelhanças desse discurso de Campos com os mesmos utilizados para legitimar a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília, ou seja, mais um motivo para que as pessoas estabeleçam relações entre as duas cidades. Palmas perpassa a legitimação do novo estado, resultado de uma demanda histórica que remontaria à Comarca de Palma. Mas essa nova Palmas tinha que pautar seu discurso modernista na realidade, por isso o projeto da cidade foi tão importante.

Por falar nesse processo de confecção do plano de Palmas, as críticas preocupadas com os gastos públicos não foram apenas externas ao estado: “o deputado Paulo Sidney criticou Siqueira Campos por autorizar viagem de dois arquitetos à Europa para colher subsídios à elaboração do projeto” (Nova..., 1989). Os arquitetos citados eram o urbanista Luís Fernando Cruvinel Teixeira e o arquiteto Walfredo Antunes, ambos do Grupo Quatro arquitetura. Tal empresa foi escolhida pessoalmente por Campos sem que houvesse quaisquer processos de seleção, consulta ou licitação.

O projeto da capital do estado do Tocantins foi lançado no dia 20 de maio de 1989, marco que definiu o aniversário da cidade. Para a divulgação do empreendimento, foi realizada “uma grande festa, que custou NCz\$ 150 mil, Siqueira Campos deu a largada para construção da capital. O governo irá investir NCz\$ 300 milhões para erguer prédios da administração pública que serão instaurados em 1990” (Campos..., 1989). O valor do investimento era uma pauta constante e os números eram bastante fluidos. Como se vê, a estimativa era de NCz\$ 300 milhões, porém em outra matéria do CB, do dia anterior, aparece uma avaliação de NCz\$ 500 milhões, praticamente o dobro. Ao que parece, além de o acesso às informações pela imprensa não ser transparente, as estimativas variavam bastante de acordo com o plano de execução do projeto.

Diante dos altos valores estimados – afinal seria construída uma cidade –, há uma preocupação da gestão governamental em justificar que tais investimentos serão partilhados com a iniciativa privada. Esse argumento está presente no projeto Palmas, que, segundo os autores, “foi concebido para que o governo invista o mínimo em infraestrutura, deixando isso em parte para iniciativa privada” (Grupo Quatro, 1989). Tais argumentos estavam alinhados com os discursos públicos de Siqueira Campos, pois, em notícia publicada no CB, anuncia-se que este receberia “na segunda feira 30 empresários da construção civil para uma reunião em Palmas. O governador vai leiloar mais de 30 mil lotes na nova cidade, cujas obras já foram iniciadas” (Tocantins..., 1989a). O projeto da capital alegava que, para o investimento do estado ser reduzido, deveria utilizar-se o princípio de grandes quadras – uma clara semelhança com Brasília. As quadras se repetiriam ao longo da malha urbana e cada uma poderia alocar uma população de 7 a 10 mil habitantes. Nessa parceria, “o poder público viabilizaria a ocupação dessas partes a partir da estrutura geral, e que a iniciativa privada faça o loteamento das áreas internas, nelas colocando a infraestrutura local” (Grupo Quatro, 1989). Sabemos que tal proposta se efetivou apenas em parte. A construção das quadras, que se reproduzem ao longo do Plano Diretor, era de responsabilidade do estado, porém não identificamos relatos de que a iniciativa privada tenha realizado o ordenamento de loteamentos de forma generalizada.

Seguindo a orientação do projeto, a infraestrutura básica foi realizada através de ações governamentais, que “dentro de 30 dias abrirá concorrência pública para construção de quatro secretarias estaduais, do Palácio Araguaia e do Paço Municipal,

em Palmas. Cada prédio será construído por uma empresa” (Tocantins..., 1989b). Não conseguimos mapear nas fontes como foram realizadas tais obras, no que diz respeito ao custo e ao executor, mas é interessante destacar que, por mais que o discurso público fosse de investimentos privados massivos, não nos parece que tenha sido o que ocorreu. O CB trata da dificuldade que o governador teria, pois, “seu maior trabalho será fazer um novo estado exemplo onde a iniciativa privada assumirá a responsabilidade plena da atividade econômica e o poder público agirá apenas como coordenador” (Tocantins..., 1989c). Essa visão liberal do estado mínimo era reforçada pela fala, mas também por ações do governo estadual quando:

Sem especificar a forma, dentro de 30 dias os lotes da capital definitiva do Tocantins – Palmas – começarão a ser comercializados pela iniciativa privada. Isto é o que garante o secretário de Viação e Obras Públicas do estado, Rubens Guerra, para quem, na primeira etapa, serão vendidos 5 mil terrenos, com o governo facilitando o pagamento dos lotes residenciais, através de parcelamento, sendo que este procedimento, porém, terá um custo adicional. Esta semana deverá ser definido o preço dos imóveis (Fórum..., 1989).

Com diferença de aproximadamente 50 dias, as duas matérias citadas tratam de questões correlatas. A primeira sobre a concorrência para construções públicas e a segunda sobre comercialização de lotes pela iniciativa privada. A matéria supracitada já aponta para a relação entre os dois agentes marcantes na construção da cidade, público e privado.

A produção desse espaço urbano, uma tríade entre planejamento, agentes públicos e privados e a população, evidencia os resultados do relacionamento desses grupos. Apesar das generalizações próprias do processo capitalista de produção e de como esta lógica se reproduz nas cidades, Palmas apresenta generalidades próprias, únicas de seu processo. O território palmense é entendido por agentes econômicos e sociais como uma oportunidade de realização de seus interesses, uma compreensão de cidade como uma mercadoria a ser vendida. Portanto a própria construção da cidade torna-se um negócio. Dentro de suas particularidades, Palmas é percebida como uma oportunidade privilegiada para acumulação de capital através do investimento em seus terrenos, como indica a Figura 8 que reproduz um anúncio publicado no CB.

Como mercadoria, o território fatiado era vendido, e aqui percebe-se haver uma falsa relação entre Taquaralto como uma cidade-satélite de Palmas, quando na verdade trata-se de um bairro periférico, fora do Plano Diretor. Taquaralto era um distrito da cidade de Porto Nacional, localizado a aproximadamente 25 km da Praça

dos Girassóis. O Projeto Palmas previa que “os horizontes de planejamento da Capital do Tocantins devem transcender a instalação imediata da cidade, lançando preocupações futuras” (Grupo Quatro, 1989). Portanto, a ideia era de que a cidade crescesse em expansão territorial, abertura de novas quadras, de forma gradativa, à medida que as mais próximas ao centro fossem ocupadas.

Figura 8 – Venda de lotes em Taquaralto



Fonte: *Correio Braziliense* (Classificados, 1989).

A configuração territorial é um fenômeno histórico, pois são os sujeitos que formam e dão significado ao espaço urbano, e o Plano Diretor de Palmas contava com o processo migratório em sua estruturação: “à medida que a nova cidade cresça, deve estimular a expansão dos outros centros próximos, e o conjunto equilibrado dessas cidades é que deve fornecer serviços quando houver nível metropolitano” (Grupo Quatro, 1989). Porém, desde antes mesmo do início das obras já se via centros próximos como Taquaralto sendo oferecidos pela iniciativa privada como opção de moradia e/ou investimento.

Quanto à previsão sobre um elevado fluxo migratório, “é de se prever uma concentração acelerada de população na cidade de Palmas, devido ao fato de ela ser capital de um novo estado e deter o poder de comando sobre a economia dele” (Grupo Quatro, 1989). A ocupação da cidade é um ponto sensível no plano, contudo não há nenhuma menção nele sobre moradia popular ou divisão territorial de classe.

“O projeto da futura capital do Estado do Tocantins foi, portanto, precedido de um outro tipo de sonho: ecológico e humanístico” (Grupo Quatro, 1989). A defesa pela cidade se deu no campo econômico, mas não apenas; os discursos de modernidade e ecologia estavam presentes no projeto e nas declarações públicas, com a propensão a uma relação harmoniosa entre seres humanos e natureza. Por isso, “a urbanização se iniciará por uma malha, que, estando completa, poderá abrigar cerca de 120.000 pessoas. Evidentemente não se propõe que isto seja construído de uma só vez, e sim gradativamente” (Grupo Quatro, 1989). Sabemos que tal crescimento gradativo ficou apenas na projeção, mas a previsão de uma área de urbanização com a Reserva Ecológica de Lageado demonstra a preocupação ecológica.

Todavia, o desenvolvimento das áreas urbanas não seria orgânico “nenhuma terra poderá ser vendida, sem que sobre ela pese um condicionamento que obrigue a construção em um determinado período de tempo sob pena de sanções crescentes” (Grupo Quatro, 1989). Tal disposto incluso no plano prevê um combate à especulação imobiliária, pois “no processo de ocupação da cidade, haverá uma intenção clara de formar um mercado que regule os preços de lotes” (Grupo Quatro, 1989). Há também uma preocupação com periferização do plano, já que “a distribuição das faixas de renda, sob um procedimento de ocupação programada, não deve gerar o crescimento espontâneo de um centro para periferia” (Grupo Quatro, 1989). Também sabemos que o estímulo a uma periferia organizada aconteceu já no primeiro governo Siqueira Campos.

Nesta seção, pretendemos fazer uma análise problematizadora do Projeto Palmas, pois, em uma memória pública da cidade, parece que a construção de uma nova capital aconteceu de forma incontestável e unânime. Diante do exposto, percebe-se que houve uma disputa aguerrida de outras cidades como Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, em que todas se colocaram como opção e desenvolveram uma guerra pública e política, cada uma com seu conjunto argumentativo. Passamos pela escolha, de certa forma surpreendente, de Miracema do Norte como capital provisória, que, após um ano de provisoriedade, viu seu papel cumprido.

A análise do Plano Diretor de Palmas permite pensar a cidade como um elemento vivo e socialmente construído, porém tais variáveis não são naturais ou aleatórias. Trata-se de um território em disputa onde os sujeitos históricos interagem em função de seus interesses. Essa análise permite entender os desafios enfrentados durante a criação de Palmas e, principalmente, a sustentação do projeto com apoio do governo federal, graças ao entendimento de que a cidade seria uma forma de impulsionar o desenvolvimento regional através de uma política nacional desenvolvimentista.

Compreende-se que a formação territorial vai bem além do projeto, pois se trata de uma produção histórica, uma vez que o espaço é ocupado pelos sujeitos, que trazem consigo suas vivências e suas práticas culturais. A criação de Palmas como a capital do Tocantins foi um processo complexo e altamente político. A decisão de escolher Miracema do Norte como capital provisória serviu como um meio para alcançar um objetivo maior, que era a construção de uma capital planejada e estrategicamente localizada. Os eventos descritos nas fontes documentais e

jornalísticas ilustram a tensão e a dinâmica política da época, bem como a reação da população às decisões governamentais.

2.3 O roteiro era ficar fora do plano

*Impossível esquecer
Teu calor impossível
Tua impossível luz própria
Teu imenso céu impossível
Tuas impossíveis quadras iguais
Os incontáveis lotes vazios
É impossível*

Thiago Ramos de França

A cidade, enquanto objeto de estudo das ciências, é entendida das formas mais diversas e plurais possíveis. Independentemente de qual perspectiva uma premissa se faz fundamental, a cidade não é uma ação natural do tempo. Trata-se de um factício humano, uma construção socio-histórica do espaço em que se reverberam projetos de sociedade, mesmo que em temporalidades diversas e heterogeneidades conflitantes.

Partindo do pressuposto da cidade como uma construção culturalmente díspar e peremptória, tem-se a emersão de divergências entre projetos de sociedade. Estas, certamente, marcam a história das cidades do nosso país desde os tempos coloniais, passando pelo Império, as Repúblicas, a Ditadura, até chegar à contemporaneidade. Será justamente nas bases dos desencontros, das contradições, que esta seção pretende se constituir. Analisar as transformações históricas do espaço projetado para a cidade de Palmas, todavia pensando na vulnerabilidade habitacional da capital tocantinense como um meio, é o objetivo central das linhas que seguem.

O geógrafo Milton Santos entende a história urbana a partir da junção das ideias de forma e tempo como agentes formadores citadinos. Portanto, partimos da premissa fundamental de que a constituição do espaço físico não se trata de um processo natural, mas, sim, de uma ação humana que envolve escalas subjetivas da existência humana. A cidade de concreto não surge sem antes uma ideia e não vive se não há um sentido de existir. Traçados, edifícios e tijolos não carregam de forma inata as relações sociais e de poder que representam.

Ao citar a obra *Urbanismos: utopias e realidade*, de Françoise Choay, a historiadora Maria Stella Bresciani (2002) defende a ideia de que nenhuma cidade

pode ser entendida como uma constituição ingênua, tampouco definitiva. Assim também as interpretações das ações antrópicas no tempo e no espaço citadino são passíveis de interpretações infinitas pelas mais diversas formas de saberes científicos. A intenção de Bresciani (2002, p.19)

é mostrar que, ao se tomar o urbanismo como objeto de estudo em sua configuração acabada, pode-se incorrer no anacronismo de tentar localizar o significado de uma ausência; ou de se ir em busca de uma origem determinante, ou pior ainda, de se resvalar para a positivação ou naturalização da questão urbana, acompanhando sua evolução através do tempo.

Contra uma história única e engessada da questão urbana, a autora defende a pluralidade, inclusive na perspectiva de método.

Considerando que a cidade e sua história podem ser vistas de formas plurais, a escolha neste trabalho parte de uma orientação histórica para traçar os caminhos percorridos na tentativa de explicar como uma cidade planejada após a Constituição de 1988, que garante o direito à moradia, conviveu desde a colocação de sua pedra fundamental com vulnerabilidade habitacional. Um olhar crítico para nosso tempo faz parte do cotidiano do historiador, somos treinados para questionar o *status quo*, mas sempre estamos conectados a nosso tempo como afirma René Rémond (2003, p. 13):

O historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época.

Portanto, é importante situar-se no tempo. O interesse fundante na construção desta tese parte de uma curiosidade científico-histórica de como a constituição da cidade de Palmas favoreceu a exclusão social no tocante à habitação, fomentando ocupações urbanas e outras formas de resistência a uma planificação excludente.

A cidade como objeto de estudo da ciência histórica por vezes se constitui na busca por lembranças, nos espaços de memória e na oralidade. Essas formas de lembrar são mediadas por elementos diversos, que contêm a historicidade dos territórios, a qual se torna uma forma interessante de materialização da cidade. A memória aqui é entendida como parte da estrutura das relações sociais que se dá entre a cidade e seus habitantes, seja através de memórias individuais ou por uma narrativa histórica coletiva, como no caso de nossos depoentes, que estão unidos pelo atravessamento da luta pela moradia. Os espaços urbanos que compõem a cidade são revestidos de significados diversos, tronando-se um espaço de memória para os sujeitos sociais em complexos movimentos de lutas e acomodações.

Ao refletir sobre as análises contidas na obra da historiadora Dea Ribeiro Fenelon (2004), percebemos sua enorme contribuição para a discussão, principalmente quando a autora problematiza a categoria cidade:

[...] a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço da manipulação do poder. E ainda mais importante é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade (Fenelon, 2004, p. 7).

Partindo dessa crítica, protegemo-nos de armadilhas que algumas leituras históricas apresentam. Nesse sentido é importante valorizar memórias contra-hegemônicas (Williams, 2011)²⁰ na construção da história das cidades, isto é, pluralizar as interpretações históricas da cidade para que haja uma valorização das diversidades. Assim, as relações sociais e as tensões vivenciadas pelos mais diversos grupos sociais que compõem o espaço urbano são impulsionadas.

Com apenas 33 anos de história, a capital do Tocantins foi totalmente planejada e constitui-se em um exemplo prático do urbanismo moderno. Todavia, vários fatores contribuíram para que esse planejamento fosse alterado, seja de forma voluntária ou involuntária. Como parte da cidade, as ocupações urbanas se tornaram o exemplo mais visível de processos como grilagem de terras, especulação imobiliária, violência estatal, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas habitacionais para a população.

Incluso nos direitos constitucionais, como educação, saúde, trabalho, segurança, previdência social, entre outros, o direito à moradia não é efetivamente respeitado. Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1988 (CF/88) sobre moradia:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à

²⁰ Nossa inspiração ao trabalhar o conceito de contra-hegemonia é o intelectual britânico Raymond Williams, que o desenvolveu como parte de sua análise sobre cultura e as relações de poder. Ao considerar insuficiente o conceito de hegemonia do filósofo italiano Antônio Gramsci, Williams explora a ideia de hegemonia cultural como um processo múltiplo e dinâmico e que está em permanente disputa. Por um lado, as classes dominantes buscam legitimar seus valores como naturais e universais, no sentido de contribuir com sua posição de poder. Já o conceito de contra-hegemonia trata das formas de resistências culturais e ideológicas que se colocam dentro desse campo de disputas, assim os movimentos contra-hegemônicos promovem embates em práticas culturais, expressões artísticas ou em discursos que desafiam os valores considerados como naturais e passam a promover uma contestação, subvertendo maneiras de se enxergar o mundo, muitas vezes emergindo de grupos marginalizados.

infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Pode-se observar que tal direito não se resume apenas a ter um teto, mas uma habitação digna, com equipamentos estatais básicos que forneçam serviços de água e esgoto, educação, saúde, transporte e uma acessibilidade que permita uma vida digna. Tais características de moradia podem parecer simples para algumas pessoas, mas para uma parcela significativa de habitantes de Palmas é uma realidade cruel não contar com essas prerrogativas constitucionais.

Sendo a capital mais nova da República Federativa do Brasil e contando com sua construção planejada, poderíamos imaginar que Palmas não teria problemas concernentes à moradia em atenção à Carta Magna Brasileira de 1988, todavia essa não é realidade. Com isso, surgem os movimentos de luta por habitação que organizam ocupações urbanas em áreas não utilizadas, sejam de propriedade privada ou terrenos públicos. Apesar da diversidade dos movimentos sociais de prélio pela moradia, o que todos têm em comum é a contenda contra marginalização e a garantia de acesso a direitos constitucionalmente definidos.

Parte-se do pressuposto que os problemas referentes ao déficit habitacional em Palmas devem-se não a uma condição natural ou ocasional, mas são o resultado da ausência de políticas públicas habitacionais efetivas. Pretende-se assim responder à seguinte questão: sendo a moradia digna um direito reconhecido pela CF/88, por que Palmas, planejada e construída após a Constituinte, não concedeu esse direito a seus moradores, descumprindo a carta constitucional? As escolhas estatais e privadas referentes ao planejamento da cidade geraram marginalização de determinados grupos sociais, dificultando o acesso, não só à moradia, mas também a outros direitos fundamentais.

O Brasil, em geral, possuiu historicamente problemas com habitação. A negação do direito à cidade foi a tônica da expansão de muitas cidades brasileiras, e em Palmas tem-se um processo semelhante, mas com características peculiares. Muitas cidades reformularam seus centros urbanos expulsando a população pobre para regiões periféricas, Palmas já nasceu dessa forma. A população de baixa renda, como os operários que vieram para trabalhar na construção da cidade, foi impedida de ocupar as áreas centrais do Plano Diretor.

Em matéria publicada em 1990 no jornal *Correio Braziliense*, intitulada “Campos vende 200 casas aos funcionários” (1990), lê-se:

Palmas – O governador do Tocantins, Siqueira Campos, já entregou 200 casas aos servidores dos três poderes do Estado. São unidades com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, em lote de 360m². Mais 100 unidades estão em fase de conclusão, também no setor da prefeitura, e proximamente serão entregues a servidores dos diversos setores da administração estadual. Estas casas serão vendidas aos servidores, terão descontados dez por cento do pagamento, sem reajuste. O governador Siqueira Campos mandou construir mais 50 casas no setor administrativo, as quais se destinam aos novos deputados e aos Tribunais de Justiça e Regional Eleitoral e 20 casas ficarão à disposição da nova administração estadual.

A ocupação da cidade seguiu-se de formas múltiplas. Na reportagem citada vê-se a opção de doação a determinada classe social que servia ao Estado de maneiras diversas e para os quais o Plano Diretor era o espaço adequado e bem-vindo. Houve também um incentivo à compra de lotes da nova capital para investidores da região. Também no *Correio Braziliense*, é possível ver um anúncio (Figura 9), patrocinado pelo Governo do Estado do Tocantins, de venda de lotes, em que além de terras se vendia sonhos.

Figura 9 – Anúncio de venda de lotes em Palmas



JÁ ESTÃO À VENDA OS PRIMEIROS LOTES DE PALMAS.

O Estado do Tocantins coloca à venda os primeiros e mais bem localizados lotes de Palmas, a mais nova capital do Brasil.

É o começo da grande arrancada para implantar no centro geográfico de um país continental uma cidade carregada de modernidade e ambientada a uma filosofia ecológica-humanística. Palmas é pólo de integração econômica e social e de irradiação de progresso do Estado do Tocantins.

Por isso é um excelente investimento.

Participe da epopéia histórica de construção do Tocantins, faça um ótimo negócio e se transforme em pioneiro de Palmas - a primeira capital ecológica do Brasil.

Procure logo a SEVOP - Secretaria de Viação e Obras Públicas em Miracema do Tocantins, apresente a sua proposta e escolha o seu lote. Estado do Tocantins - um espaço inteiramente aberto à livre iniciativa.

GOVERNO DO TOCANTINS
20 Anos em 2

LOCAL:
SEVOP - Secretaria de Viação e Obras Públicas
Av. Industrial, nº 1.571 - Vila Maria - Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

ATENÇÃO:
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS de 02 a 16 de Janeiro/80

VOCÊ PARTICIPA DA HISTÓRIA DO TOCANTINS E FAZ UM ÓTIMO INVESTIMENTO.

Fonte: *Correio Braziliense* (Já estão..., 1990).

O encantamento apresentado pelo preconício de “uma cidade carregada de modernidade e ambientada a uma filosofia ecológica-humanística” pode ter guiado muitos investimentos para Palmas. Independentemente se a propaganda condiz com

a realidade, importa perceber que o incipiente estado tocantinense entendia a terra, principalmente da capital, como uma forma de se conquistar recursos. Portanto, segue a concepção da terra como uma mercadoria dentro de uma lógica capitalista, que, em nenhum momento, abriu espaço no projeto para moradia popular dos migrantes que eram atraídos para a cidade em construção. É importante destacar que em nenhum momento no projeto da cidade foi previsto um espaço de moradia popular, seja dentro ou fora do Plano Diretor. Com esse silêncio urbanístico, prevaleceu a decisão política das gestões que comandaram o estado e a cidade.

Dentro de uma perspectiva histórica de urbanização, discutiremos a questão da habitação como uma possibilidade de entender a constituição de uma urbanidade. Dentro desse contexto, a vulnerabilidade habitacional é debatida por formas diversas, em que são levantados argumentos estruturais, legislativos, morais, sociais, mas pouco se debate o problema partindo de um horizonte teórico-cultural. Entre as necessidades básicas dos seres humanos contemporâneos está a moradia. Todavia, uma grande parcela da população não tem esse direito assegurado devido a condições sociais, econômicas e culturais. A cidade torna-se um grande campo de disputas em diversas esferas, e este texto trata de como a luta pela moradia na cidade de Palmas demonstra conflitos socioculturais em uma cidade planejada e construída. Palmas se projetava, em discursos, como símbolo da modernidade, uma cidade preparada para o século XXI que estava por vir, contudo é possível observar que a prática divergiu muito da propaganda.

Conflitos e contradições marcam as complexas características do sistema capitalista de produção, não que antes deste não existiam, contudo, a busca essencial pelo lucro e acúmulo de capital tornaram essas diferenças motoras do próprio sistema. A cidade se modifica dentro dessa perspectiva, tornando-se também uma mercadoria a ser consumida. O território da recente capital foi ocupado por diversos grupos sociais com interesses e planejamentos diversos e, muitas vezes, divergentes para a cidade. Essa pluralidade de sentidos marca a história da cidade de muitas formas, assim, para este trabalho utilizaremos como horizonte norteador as disputas da cidade no tocante à luta pela moradia.

O campo cultural detém em sua constituição inter-relações bastante complexas, identificadas por uma dinamicidade dotada de múltiplas temporalidades. Aproximando essa questão do nosso problema de estudo – a cidade de Palmas –, observamos as relações dos processos culturais, em que a cidade, por um lado, foi projetada sob a

égide cultural liberal burguesa, mas, por outro, está inserida em um contexto histórico da Constituição de 1988, considerada como cidadã em diversos aspectos, entre eles a questão da moradia. Identificamos uma cultura dominante muito ligada ao liberalismo, ao comércio de terras e à especulação imobiliária, que, na prática, altera diversas vezes o projeto de construção da cidade mais ligado a uma força emergente de justiça social e garantia de direitos constitucionais. Há ainda uma força residual que entende a terra como única fonte de produção de riqueza e que valoriza o acúmulo de grandes propriedades de terras, promovendo no imaginário social a propriedade privada da terra como garantia de controle dos meios de produção²¹.

Em uma lógica capitalista, não apenas a terra é compreendida como mercadoria, mas a própria habitação em si. Em um brilhante trabalho sobre a questão habitacional e o movimento operário, as pesquisadoras Eulália Lobo e Lia Carvalho fazem essa relação entre a classe trabalhadora e a dificuldade da moradia na cidade do Rio de Janeiro entre 1880-1930. Segundo as autoras:

A centralização dos meios de produção, ocasionando, por um lado, a concentração de trabalhadores no mesmo espaço, e a baixa disponibilidade pelo lado da oferta de moradia, refletir-se-ia nas condições de vida da cidade, determinando um aviltamento da qualidade no que se refere às classes trabalhadoras (Carvalho; Lobo, 1989).

Desse modo, uma questão de cunho socioeconômico orientou a elite decisória no que se refere ao processo de habitação e acerca de onde seria o local “ideal” para os diversos grupos sociais se concentrarem.

Na concepção da cidade de Palmas, a concepção da terra como mercadoria e como possível fonte de captação de recursos para o Estado é muito presente, muitas vezes utilizada como moeda de troca entre entes públicos, mas, sobretudo, na relação com a iniciativa privada. Em seu primeiro ano de existência, 1989, observamos um esforço do Governo do Estado do Tocantins em atrair investidores para sua capital.

²¹ Importante retomarmos o conceito de cultura do intelectual inglês Raymond Williams (2011) como um processo gerador de modos de vida. Para Williams, os conceitos de cultura e hegemonia estão interligados, já que operam como processos ativos que interferem nos modos de vidas em sociedade. Se a cultura é entendida de forma ampla, não apenas como representações artísticas, mas também como costumes, crenças, valores e instituições que organizam nossas experiências cotidianas, portanto o campo cultural pode ser vivido, negociado ou contestado. O campo cultural é, assim, onde a hegemonia e a contra-hegemonia mais estão presentes, pois é um espaço profícuo para o questionamento e resistência, como também os elementos “residuais” e “emergentes”. À medida que os modos de vida de uma sociedade são resultados dessas dinâmicas hegemônicas e contra-hegemônicas esse olhar expandido para cultura ajuda a entender como esses processos são gerados e transformados em uma sociedade que vive em constante disputa cultural.

Investidores diversos, desde pequenos agricultores dispostos a construir o cinturão verde da cidade até a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A dificuldade em se instalar na incipiente cidade era perceptível quando analisamos os jornais selecionados para esta pesquisa. Todavia, o *Correio Braziliense* reconhecia os esforços empregados pelo governador Siqueira Campos. Em nota denominada de “Obstinação” (1989, p. 2) afirma:

O governador Siqueira Campos inicia o ano novo despachando em Palmas, a nova capital do estado do Tocantins. Decidido a consolidar a nova capital, cujo inauguração oficial ocorrerá em maio, o governador está se mudando na virada do ano apesar da resistência de alguns políticos tocantinenses. “levo a caneta e a chave do cofre para Palmas e estou certo que todos virão atrás”. – diz o obstinado Siqueira Campos.

Por esse balanço que faz o *Correio Braziliense* e a avaliação de Campos percebemos um saldo positivo após as dificuldades de se executar um projeto tão ambicioso quanto o de edificar uma nova cidade. As comparações com a experiência de Brasília logo foram levantadas. Não apenas com a Capital Federal, mas também com seu representante máximo, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Cumprindo promessa feita em maio de 1989, há mudança do cerne do Estado para Palmas, o que reforça a semelhança com JK. O *Correio Braziliense* chama atenção para as semelhanças na nota intitulada “Novo JK?” (1989), publicada em maio desse mesmo ano, na qual afirma que Campos estava “imbuído do espírito de JK nos anos 1980”. Tal aproximação era cara para Siqueira, que a utilizava em seu *slogan* de gestão, como se pode ver na Figura 10.

Figura 10 – Logo do Governo do Tocantins no período



Fonte: *Correio Braziliense* (Novo..., 1989).

A proposta de “20 anos em 2” era uma referência bastante óbvia ao lema de JK: “50 anos em 5”. A literatura sobre a história da criação do Estado do Tocantins aponta

que havia uma grande admiração de Siqueira Campos por JK, em virtude da relevância que teve a construção de Brasília para a história do país, assim como todo o *glamour* que este feito lhe conferiu. Essa sede de busca pelo progresso na instalação da capital evidencia que a égide de Palmas era pautada no neoliberalismo, tão presente no contexto brasileiro na década de 1990. A jovialidade do projeto palmense não poupou a capital dessa lógica de produção e gestão de cidades.

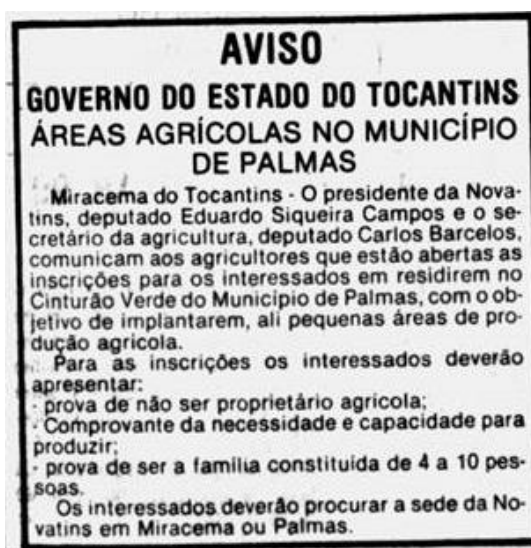
No livro *Palmas, a última capital projetada do século XX: uma cidade em busca do tempo*, a geógrafa e professora Valéria Cristina Pereira da Silva (2010, p. 18) defende a capital tocantinense como o território da utopia:

Palmas constitui-se num território da utopia e abriga no seu tecido projeções de uma visão de mundo refratária, possível de ser compreendida nos limiares, ao longo de suas quadras, no contorno de suas construções, nas mentes vivas que a habitam, no endurecimento das possibilidades intelectuais a penetrar profundamente na sua linguagem imaginativa, ou seja, metafórica.

É então, por meio da história, que iremos adentrar nesse “tecido” de projeções, na tentativa de construir análises não apenas sobre o presente, mas sobre o passado excludente da cidade. Muitos foram captados por essa utopia, muitas vezes incentivados pela própria comunicação oficial do Estado, como visto na Figura 9.

O acesso à propriedade da terra é uma questão econômica e social, todavia as perspectivas em torno da terra contêm valorações culturais importantes. O significado da posse e a forma como ela é entendida dentro do imaginário social acarretam procedimentos práticos na esfera pragmática, por exemplo, no planejamento urbano da cidade. A busca por investidores diversos foi intensa nos anos 1990, em que houve um forte apelo da comunicação oficial do Estado em busca de habitantes. Em convite publicado no *Correio Braziliense*, o Estado do Tocantins se fazia atraente (Figura 11). O alerta não deixa claro se se trata de uma doação de lotes em troca do fomento a uma atividade relevante e necessária em se tratando de uma região tão carente. Certamente, abastecer de alimentos uma cidade de migrantes que chegavam aos milhares não consistia em uma tarefa fácil. Nesse contexto, é possível inferir que a terra seria uma moeda de troca nesse processo, porém não fica evidenciada qual seria a localização exata dessas terras. Supõe-se que não seria no Plano Diretor, visto que esse espaço valorizado era reservado a outros investidores e parceiros em geral.

Figura 11 – Áreas agrícolas no município de Palmas



Fonte: *Correio Braziliense* (Aviso...,1990).

Em novembro de 1989, o CB publicou um total de quatro matérias abordando a relação entre a Fiesp e o Governo do Estado do Tocantins. Essa aproximação teve início quando o governador do Tocantins, Siqueira Campos, propõe a organização de um evento intitulado “Tocantins, um espaço aberto à livre iniciativa”, em 7 de novembro de 1989, no auditório da Fiesp, em São Paulo. A programação do evento previa uma apresentação do projeto da cidade de Palmas e “a exibição de um vídeo abordando diversos aspectos de vários setores como agricultura, pecuária, mineração, agroindústria, transportes, energias e outros aspectos de interesse dos investidores” (Fiesp..., 1989, p. 5).

Já em outra matéria publicada dois dias após a primeira (Tocantins..., 1989d, p. 6), o então secretário do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Renato Campelo Ribeiro, afirma que “o objetivo do fórum é divulgar o estado do Tocantins nos meios empresariais, ressaltando seu enorme potencial de desenvolvimento com a participação da iniciativa privada”. Segundo Ribeiro, “o governador Siqueira Campos imprime à sua administração uma filosofia voltada para privatização”. Tocantins nasce, assim, sob a influência do ideal neoliberal, tão presente no contexto brasileiro. Considerando ainda a afirmação de Ribeiro, de que “temos um estado para construir e o seu desenvolvimento a curto prazo só pode ser feito com ampla liberdade de ação e o estímulo à livre empresa”, o Estado assume a filosofia de ser mínimo em sua gênese. De acordo com a matéria, a programação do evento contou com a voz do próprio governador, com um “pronunciamento abrangente sobre a opção privatista de

sua administração que inclui também a participação de empresas na construção de Palmas”. Além das falas de Siqueira Campos e vários secretários, houve a distribuição de “um material impresso sobre aspectos políticos, econômicos, geográficos e socioculturais do mais novo estado brasileiro” (Tocantins..., 1989d, p. 6). Todo o investimento no evento com a ida de uma comitiva e a preparação de material robusto fazia parte do plano de atrair investimentos para um incipiente estado, que contava com poucos recursos federais, e os recursos estaduais dependiam da arrecadação de impostos, mesmo que pautados na “livre iniciativa”.

Como não poderia ser diferente, a repercussão do evento foi motivo de matéria do CB, que acompanhou sua preparação quase que diariamente e cobriu sua realização. Interessante refletir o motivo de alguns jornais estarem interessados no Tocantins; inferimos que essa disposição se dá por alguns motivos, entre eles a novidade, a curiosidade, a relação que se faz com a cidade de Brasília e as promessas de desenvolvimento regional que esse estado promoveu. A informação trazida pelo CB afirma que Siqueira Campos foi “muito aplaudido por cerca de 250 empresários que lotaram o salão nobre da Fiesp” (Tocantins..., 1989e, p. 8) e que, em sua fala, foi categórico ao afirmar: “Nós governamos sem preconceitos e sem medo. Estamos conscientes de que a solução dos problemas de nosso estado está na livre iniciativa. O Tocantins recebe os empresários de braços abertos” (Tocantins..., 1989e, p. 8). Na mesma matéria o jornal informa que o então presidente da Fiesp, Mário Amato, recebeu os administradores do Tocantins em conversa a portas fechadas e prometeu todo apoio da Fiesp para investimentos privados a curto prazo. Diante do exposto, fica bem claro que a ideologia estruturante da constituição do estado era neoliberal, a busca por investidores de todos os tamanhos possíveis era uma questão de sobrevivência para uma gestão que tinha apenas dois anos para mostrar ao país e ao mundo que o Tocantins era um bom investimento.

A questão da falta de habitação anda com Palmas desde o seu nascimento até os dias atuais. De acordo com o Mapa Diagnóstico Socioterritorial de Palmas (Palmas, 2018), a realidade atual da cidade é de milhares de pessoas desassistidas no que se refere ao direito à moradia. Contudo, já em 1990 houve uma discussão nacional sobre habitação e uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e a cidade de Palmas não ficou de fora, mesmo ainda sendo construída. Em matéria que tratou da cobertura do Fórum Nacional de Secretários de Habitação, ocorrido naquela edição

na cidade de Porto Alegre, após descrever brevemente as discussões ocorridas no fórum, o *Correio Braziliense* apresenta a seguinte informação:

Sem especificar a forma, dentro de 30 dias, os lotes da capital definitiva do Tocantins – Palmas – começarão a ser comercializados pela iniciativa privada. Isto é o que garante o secretário de Viação e Obras Públicas do Estado, Rubens Guerra, para quem, na primeira etapa, serão vendidos cinco mil terrenos, com o governo facilitando o pagamento dos lotes residenciais através de parcelamento, sendo que este procedimento, porém, terá um custo adicional. Esta semana deverá ser definido os preços dos imóveis (Fórum..., 1989, p. 22).

Não encontramos mais informações sobre esse processo específico de venda, todavia não foi a única tentativa de venda de lotes a pequenos investidores realizadas pelo Estado. O mesmo CB publicou um anúncio de venda, pelo estado, de lotes em Palmas (Lotes..., 1990, p. 14):

Palmas – As propostas para aquisição dos terrenos da segunda etapa de loteamento de Palmas serão recebidas a partir de amanhã até o dia 10 de abril, no prédio da Sevop – Secretaria de Viação e Obras Públicas em Palmas. De acordo com o secretário Rubens Guerra, nessa segunda etapa serão comercializados dois mil e 500 lotes entre residenciais, comerciais e também industriais. A diferença entre o processo de concorrência pública desta etapa para a anterior, segundo Rubens Guerra, será principalmente a ausência de incentivos e a liberação do limite de terrenos para aquisição.

Diferentemente da proposta anterior, esse novo processo de venda de terrenos foi mais amplo, visando à habitação, mas também voltado a investidores comerciais e industriais. Percebe-se, assim, que a terra foi um instrumento que o Estado utilizou de diversas formas para composição do erário. Orientado por uma visão neoliberal de cidade, o governo do Estado optou por tratar terras públicas como mercadoria em vez de utilizá-las, pelo menos em parte, em projetos de inclusão social.

Um ponto importante no anúncio citado é a informação de que esse processo de venda se refere à segunda etapa de ocupação da urbe. Partindo dessa informação, convém analisar o que o projeto da cidade previa para essa segunda etapa. De acordo com o *Projeto da capital do estado do Tocantins*, no tópico Etapas e Modos de Implantação:

Todos os equipamentos urbanos indispensáveis serão implantados, gradativamente e, de acordo com a necessidade, desde aqueles correspondentes à primeira parte proposta, assim iniciando-a. Atingindo-se até 120 mil habitantes como limite máximo, se essa parte ficar completa em um período de 5 anos, a expansão deve começar a acontecer por fitas leste/oeste para o norte. Quando aquela parte estiver totalmente ocupada iniciar-se-á a ocupação para o sul do mesmo modo (Grupo Quatro, 1989, p.4).

Contrariando o roteiro, a primeira grande expansão se deu a 25 km ao sul da Praça dos Girassóis, centro de Palmas. A execução de tantas obras na cidade exigia um volume grande de mão de obra, o que demandava atenção por parte do poder público. Com intuito de abrigar uma parcela da sociedade que vendia sua força de trabalho para a construção civil, muitas vezes em condições precárias, o Estado se organizou para a criação de loteamentos populares ao sul. Com aproximadamente 11.768 terrenos, os loteamentos Jardim Aurenys I, II, III e IV foram sendo inaugurados já nos primeiros aniversários de Palmas, entre 1990 e 1992. Assim, deu-se o processo de periferação da cidade, que tem os Aurenys como exemplos de uma gestão pública que optou por definir que uma população frágil economicamente fosse direcionada para o “seu lugar”, longe dos espaços previstos pelo Plano Diretor.

Continuando a análise do projeto da cidade de Palmas, percebe-se que foi o Estado o seu primeiro inobediente. Essa opção pela construção de uma periferia longe do centro, deixando um vácuo de quadras inexploradas, custou e custa muito à população palmense de maneira geral. Ainda mais para quem mora afastado do centro e tem que se deslocar diariamente em transportes precários. Os Aurenys, construídos em paralelo à ocupação central do Plano Diretor, é uma forma de naturalizar a pobreza, dando a sensação de que o Estado satisfaz uma necessidade de moradia, porém negando-a dentro das áreas centrais. Contrariando mais uma vez o planejamento principiante, que afirmou:

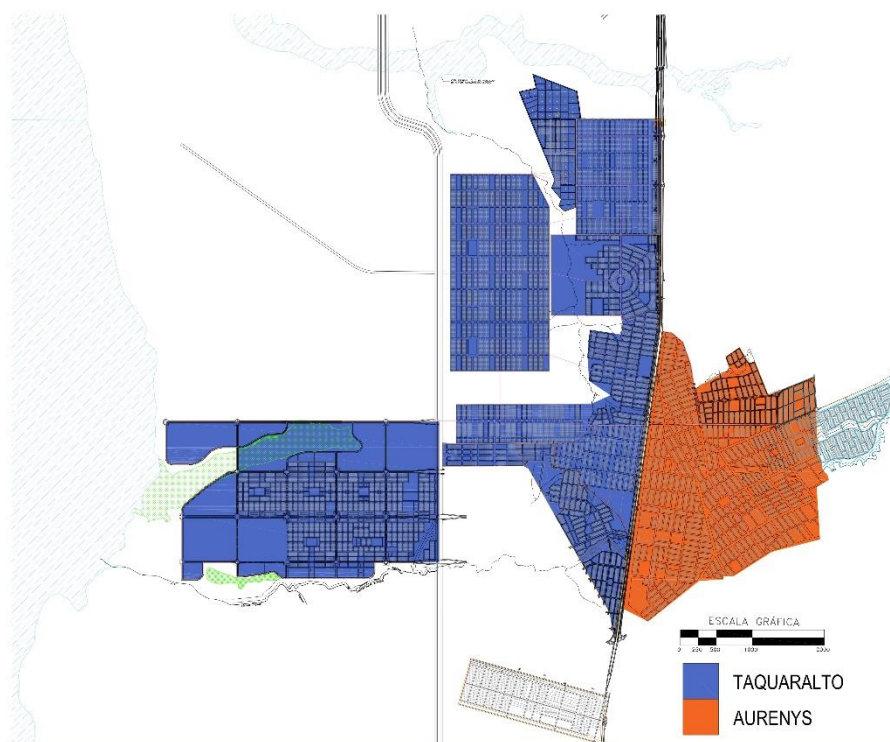
A distribuição das faixas de renda, sob um procedimento de ocupação programada, não deve gerar o crescimento espontâneo de um centro para periferia, mas ao contrário permitir o desenvolvimento da cidade de uma maneira uniforme permitindo que muitas localizações tenham características centrais. Este objetivo será auxiliado por um sistema de transporte, que permite uma flexibilidade de deslocamento acima do usual (Grupo Quatro, 1989, p. 5).

Desde o início, a implantação da cidade se deu de forma segregadora e excludente, mesmo que isso contrariasse o planejamento inicial. Ao formalizar o Jardim Aurenys I e II – não previstos quando da criação de Palmas – como regiões destinadas à população de baixa renda, o governador Siqueira Campos favoreceu a criação de uma cidade paralela, que foi, aos poucos, juntando-se à Taquaralto –²² distrito que existia antes de Palmas –, mas que foi consolidada como uma periferia desta após o nascimento da capital tocantinense. Em um anúncio de lotes para venda

²² Cabe esclarecer que, antes da criação do Estado do Tocantins, o distrito de Taquaralto pertencia ao município de Porto Nacional.

publicado no CB de 10 de dezembro de 1989, Taquaralto, antigo distrito de Porto Nacional, modificou seu significado na geopolítica local após o Projeto Palmas, tornando-se uma periferia planejada. A figura 12 permite entender melhor a localização dos bairros periféricos.

Figura 12 – Mapa de Taquaralto e dos Jardins Aurenys



Fonte: elaboração própria

O processo de urbanização e habitação transpassa por algumas etapas até chegar a de industrialização. O filósofo francês Henri Lefebvre (2010) discute que a cidade tem um significativo papel diante da percepção capitalista quanto à acumulação de valor, o que faz com que as cidades sejam alvo de especulações de mercado como qualquer outra mercadoria. Além de produto, a cidade passa a centralizar as operações econômicas, por conseguinte será um ambiente atrativo para quem busca oportunidades de trabalho de maior remuneração. Com a migração, pessoas que moravam em regiões afastadas e rurais mudam-se para as cidades. Segundo Lefebvre:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de

consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos (Lefebvre, 2010, p. 20).

Esse núcleo urbano idealizado para promover o progresso e a prosperidade acaba por conviver com práticas que não condizem com esse ideal de modernidade. De certa forma, é na incongruência e na contradição que a ocupação dos territórios fomenta disputas entre os grupos sociais.

O crescimento populacional de Palmas sempre foi proporcionalmente um dos maiores do Brasil, e muitos de seus habitantes são migrantes regionais²³ que vieram em busca de ascensão social. Essa condição faz com que a capital do Tocantins seja uma colcha de retalhos de multiplicidades regionais. Uma parcela considerável migrou em busca de uma vida digna, que não usufruíam em suas origens; a carência foi o passaporte para essa viagem e, chegados na “terra dos girassóis”, compuseram uma classe de mão de obra pouco qualificada, que atende sobretudo às demandas da construção civil.

A população total de Palmas, considerando Plano Diretor, Taquaralto e Jardim Aurenny I e II, era de aproximadamente 25.000 pessoas, de acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) em 1991. Isso significa que, em cerca de dois anos de existência, Palmas recebeu mais de 20.000 migrantes, provavelmente atraídos por propagandas estatais difundidas por estações de rádio e TV, bem como publicadas em jornais de grande circulação, tais como o CB. No dia 11 de dezembro de 1990, este jornal dedicou uma página inteira a um convite para que interessados em participar da licitação de lotes fossem informados das maravilhas que a cidade de Palmas ofereceria.

As vantagens são bem exploradas pela propaganda, e, considerando que o anúncio é feito em um dos maiores jornais da época, depreende-se que tem como alvo um público leitor específico, composto por investidores de médio e alto porte, com capital e experiência para participar de licitações.

²³ Por migrantes regionais entendemos sujeitos que partiram do interior de estados que circunvizinham a cidade de Palmas, como o interior do Maranhão, Pará e Goiás, além de cidades do interior do próprio Tocantins, constituindo parte relevante da população palmense.


Figura 13 – Venha morar conosco na Terra dos Girassóis

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, domingo, 11 de fevereiro de 1990 - 5

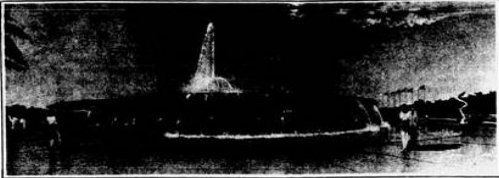
- tem ruas
- tem casas
- tem água encanada
- tem energia elétrica
- tem telefone
- tem escolas
- tem bancos

- tem belas estruturas de concreto rompendo o solo vermelho, aflorando ao encontro do céu mais azul da pátria;
- tem gente hospitaleira, forte e cheia de ânimo
- tem muita coisa mais, tem até os bolinhos da Dirce e o bom churrasco do Restaurante da Sônia.

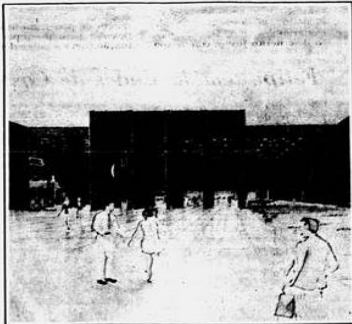
PALMAS
 CAPITAL DO ESTADO DO TOCANTINS,
 o único Estado brasileiro criado por uma Assembleia Nacional Constituinte



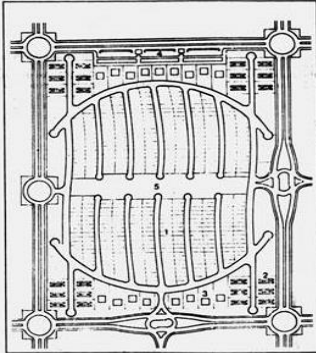
Palácio Araguaia




Museu do Tocantins




Assembleia Legislativa




Desenho de uma quadra para abrigar 5 mil pessoas




Tribunal de Justiça



Os girassóis de Palmas. Ao fundo, o Palacinho, o "Catetinho" do governador Siqueira Campos que na foto, observa uma flor ao lado da esposa.



A montanha, a planície e o Palacinho (o "Catetinho") de Palmas. A oeste daí, está o Rio Tocantins, que formará o lago da Hidrelétrica do Lageado



Obras de um dos prédios que abrigarão as Secretarias de Estado

VENHA MORAR CONOSCO NA TERRA DOS GIRASSÓIS

Mais 3 mil lotes comerciais e residenciais da mais moderna e bonita capital brasileira serão licitados por estes dias. Informações em Brasília pelos telefones: (061) 226-9151 e 226-3714.

Fonte: *Correio Braziliense* (Venha..., 1990).

Ao analisar a propaganda publicada no *Correio Braziliense*, chama atenção de imediato o telefone de contato, com DDD de Brasília, disponibilizado para que os interessados em mais informações sobre licitação, ou seja, a compra de terras, pudessem entrar em contato. Não há no anúncio quem seria o responsável por dar essa informação. Seria alguma empresa que estaria responsável pela publicidade do Estado do Tocantins? Um atravessador que auxiliaria interessados no processo licitatório? Não é possível saber, mas, considerando o investimento em uma propaganda de alto custo em um jornal de domingo, de página inteira e em um dos veículos de maior relevância do país, supõe-se que, de alguma forma esperava-se um bom retorno financeiro.

Cabe ponderar que toda essa infraestrutura prometida – de ruas, telefone, água encanada, energia elétrica – não era ofertada da mesma forma para os migrantes trabalhadores, que sofreram muito com suas ausências. Ao longo desta tese, serão expostos vários episódios de muita precariedade e total descaso do Estado no que se refere à assistência básica para seus cidadãos. Todavia, interessante ressaltar que o público-alvo dessa propaganda obviamente não era o trabalhador, mas, sim, quem poderia investir quantias consideráveis na compra da talvez mais valiosa mercadoria que Palmas tinha a oferecer: seu próprio território, ou melhor, a promessa de que esse território seria um dia valioso a ponto de fazer valer a pena o investimento.

Entendendo a cidade de Palmas como um campo de disputas, percebe-se que o Estado, ao menos o primeiro governo do Siqueira Campos, concebia a cidade como uma expressão do modelo capitalista de produção, ou seja, a terra é uma mercadoria que se torna capital ou especulação para tal. A opção por criar uma periferia na cidade se dá por meio de exclusão de pessoas menos favorecidas da região central. Assim são fomentados nichos de pobreza longe do Plano Diretor de forma regularizada e orientada pelo poder público estadual e, posteriormente, municipal.

A análise do espaço físico onde se estabeleceu um grupo marginalizado da população palmense não é exatamente o ponto fulcral da discussão. Nosso argumento é desnaturalizar as desigualdades, neste caso a habitacional, sob uma análise histórica, utilizando como meio a construção da cidade de Palmas. Ainda que haja espaço e legislação, não há uma lógica estatal que organize a cidade de forma inclusiva e democrática. Em decorrência disso, quando comparada a cidades seculares, Palmas convive com problemas sociais bastante semelhantes, sendo a opção por uma exclusão social o ponto fundante.

Os problemas envolvidos em um processo de urbanização segregador são expostos no presente, a cidade oferece atrativos que seduzem migrantes pelas oportunidades. Todavia, será que alguém que está a 30 km de um comércio estruturado, hospitais de qualidade, escolas boas, de ambientes de lazer e cultura, em resumo, distante dos diversos equipamentos estatais, experimentam a vida na capital da mesma forma que quem tem condições financeiras de bancar uma moradia no Plano Diretor?

Teixeira e Oliveira Filho, autores do projeto, tinham razão ao afirmar que são os cidadãos que constroem esse elemento vivo que são as cidades, e isso se observa com clareza na história de Palmas. Na constituição desta cidade, a força de trabalho migrante serviu ao capital, que “ergue e destrói coisas belas” (Sampa, 1978); contudo, ao migrante trabalhador pobre e pouco qualificado foi reservado um espaço que não era o bastante e por isso houve resistência como veremos ao longo desta tese. Após iniciar a trilha pelo processo de ocupação nos primórdios de Palmas, tratando do primeiro governo estadual, a análise seguirá com o intuito de entender de forma mais aprofundada quem são os migrantes palmenses.

3 OCUPAÇÃO DA CIDADE DO PLANO: MEMÓRIAS, TEMPORALIDADES E HISTÓRIA ORAL

*Palmas é um conjunto
De retas – setas –guiando
Minha indecisão;
Entre o absurdo de amar
O que nos faz sofrer.*

Thiago Ramos de França

A decisão de migrar parece essencialmente um ato de coragem, significa a busca por mudanças fundamentadas pela expectativa de dias melhores. Ao se desapegar do passado em busca de um futuro, milhares de pessoas se dirigiram a Palmas e, certamente, conviveram com a dualidade de um presente incerto de uma cidade que se projeta ao futuro. O absurdo talvez fosse uma presença cotidiana no meio da poeira, de canteiros de obras e de vivências, de certa forma, incomuns que só aquele contexto histórico poderia proporcionar: a construção de uma cidade. O sofrimento é um sentimento presente dos nossos interlocutores ao falarem de seu passado, principalmente relacionando-o com a falta de uma infraestrutura que dependia das pessoas para ser proporcionada aos que aqui estavam. Uma dualidade se põe à realidade, estar para construir justamente o que se precisa, a união entre sua própria história a um acontecimento importante para o país.

A trajetória de ocupação urbana de Palmas, inicialmente, destaca a apropriação de terra e expansão da área urbana. Esse processo é construído de forma dialógica, com participação do poder público quando estimula a criação de um bairro periférico, como também por segmentos da população que ocupam a região central norte. Mesmo que houvesse a preocupação com a especulação imobiliária no Projeto Palmas, as dinâmicas de produção do espaço urbano não impediram tal fenômeno nem a segregação espacial. A questão da especulação imobiliária parece ser estimulada como forma de impulsionar a atração de investimentos privados, em que certamente o estado vendia a valorização das terras para que investidores criassem a perspectiva de futuros ganhos. Na primeira década de implantação, a organização urbana, que se planejou contínua e adensada, na prática se mostrou descontínua e dispersa, em função do abandono da ideia de etapas de ocupação organizada.

Sobre essa questão de uma desorganização contrária ao plano, convidamos para discussão o geógrafo brasileiro Milton Santos (1996), que em sua obra *A*

urbanização brasileira discute como a organização interna das cidades brasileiras tende ao caos. A forma como a cidade funciona impacta a vida de seus cidadãos:

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. Isso era menos verdade na primeira metade deste século, mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (Santos, 1996, p. 95).

As palavras de Santos destacam uma realidade das cidades brasileiras que, em sua maioria, convivem com problemas socioeconômicos universais. Causa estranheza a reprodução de um espaço urbano segregador em uma cidade nova e planejada. Porém, podemos explicar tal realidade a partir das ideias de Santos ao se problematizar uma urbanização corporativa que prioriza interesses econômicos em detrimento das necessidades sociais. É possível demarcar um contraste interessante com Palmas justamente por seu projeto conter um discurso moderno e integrador, com sua estrutura tendo sido pensada para uma distribuição equitativa de equipamentos públicos, espaços verdes e infraestrutura para que os problemas descritos por Santos não ocorressem ou fossem minimizados.

Os desafios de uma expansão populacional com um alto fluxo migratório aumentaram as demandas por serviços e equipamentos públicos, pressionando a cidade para uma organização. Muitas cidades brasileiras convivem com dificuldades devido à urbanização descontrolada. Em Palmas não foi diferente, mesmo com um plano de orientação como uma possibilidade de guia. Para Santos existem mecanismos que operam na produção dos espaços nas cidades

Desse modo, o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos. Há oposição e complementaridade, mas os aspectos corporativos da vida urbana tendem a prevalecer sobre as formas precedentes das relações externas e internas da cidade, mesmo quando essas formas prévias, chamadas tradicionais, de realização econômica e social, interessam a população mais numerosa e a áreas mais vastas. A lógica dominante, entretanto, é, agora, a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa (Santos, 1996, p. 111).

O conceito de urbanização corporativa problematiza a complexidade dos processos que interferem na produção do território urbano contemporâneo. Santos

observa que esse modelo de urbanização realiza não apenas transformações físicas, mas impacta profundamente nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Esse projeto urbano tende a ser direcionado por interesses de grandes corporações em detrimento das expectativas populares, resultando em uma desigual distribuição de recursos e serviços urbanos.

Tal situação estimula disparidades econômicas e divide as cidades em diferentes grupos sociais. A título de exemplo, podemos analisar a fala de Siqueira Campos, que anunciou: “o Tocantins será uma ilha fértil para a iniciativa privada, adiantou que já fez acordo com a empreiteira Encol para construir uma cidade administrativa pré-montada, no município que for escolhido pelo presidente para capital provisória” (Tocantins..., 1988e). Não sabemos se a Encol concretizou a promessa declarada por Campos, porém é interessante visualizar nessa possibilidade a urbanização corporativa, na qual interesses privados geralmente são imperativos.

Sabemos que no ano seguinte a Encol se instalou no Tocantins, na cidade de Porto Nacional, e fez parte de um plano de desenvolvimento industrial do estado

A industrialização do Tocantins é uma das metas prioritárias para o progresso do mais novo Estado da Federação, contando com a participação do presidente da Encol, engenheiro Pedro Paulo de Souza, e de sua organização, distribuída em todo Brasil. Citamos ainda o trabalho do engenheiro Peter Bumgart, que não mediu esforços nas implantações industriais em Gurupi e Araguaína, onde se instalou a fábrica de artefatos de madeira. Prioritariamente o mercado a ser atingido serão suas próprias obras, procurando-se em segunda fase o mercado interno e externo (Desenvolvimento..., 1989).

Portanto, podemos inferir que há uma ligação harmoniosa nesse caso e que os materiais produzidos nas fábricas serão prioritariamente investidos no próprio Tocantins e, conseqüentemente, na construção da capital. O que nos faz pensar que o caso Palmas trata-se de um laboratório na história das cidades, pois sua trajetória é fundamentada na constituição de uma cidade planejada e recente, mas que convive com problemas urbanos seculares devido a sua lógica constitutiva. A prevalência de uma lógica corporativa pode levar a uma homogeneização do espaço urbano e afetar negativamente as formas de vida tradicionais, mas como esse processo afetaria um espaço urbano novo? Esse é um ponto que pretendemos discutir nas linhas que seguem, pois, em uma cidade de migrantes e que foi planejada para ter quadras iguais a serem reproduzidas, como se dá a interferência popular nesse projeto?

A dinâmica de contradição entre o projeto de planificação e complementariedade de uma urbanização cooperativa apresenta os desafios que

parte da população enfrenta nas discussões do planejamento urbano. A busca por um equilíbrio é cruel para que o desenvolvimento econômico seja fomentado sem que haja um comprometimento do bem-estar popular. Portanto, a análise crítica desse planejamento urbano empreendida aqui considera não apenas o desenvolvimento econômico, mas também valoriza as identidades da população em sua diversificação.

Nesse sentido, em uma cidade essencialmente migrante, podemos desenvolver uma reflexão juntamente com o intelectual brasileiro Eder Sader (1988), em sua obra clássica *Quando novos personagens entraram em cena*. Ao focar sua análise nas experiências populares, Sader se torna um interlocutor interessante para este trabalho, pois entendemos que novas práticas, em um ambiente novo, favorecem cotidianos novos construídos por sujeitos diversos. O espaço público se torna uma possibilidade privilegiada de análise com objetivo de compreender os sujeitos sociais como agentes na produção do espaço urbano reivindicando questões de seus interesses, como moradia, por exemplo. Ao analisar o migrante na cidade de São Paulo, durante os anos 1970-1980, Sader (1988, p. 96) afirma que

Ao transferirem-se para cidade grande, os mirantes que chegam sem posses materiais (e que constituem a enorme maioria) sofrem ainda com que Lucio Kowarick chamou de “perda de propriedade cognitivas” (no sentido de que o estoque de conhecimento que tinham para o trabalho rural não lhes serve mais, dadas as características diversas do trabalho urbano, e tendem a ocupar posições mais penosas e mal remuneradas no mercado de trabalho.

Excetuando o fato de que Palmas não era uma grande cidade, mas, sim, um potencial centro urbano para a região, as palavras de Sader são úteis para nossa reflexão. Os migrantes que chegaram com profissão dentro de uma lógica da necessidade hodierna da cidade tenderam a obter mais sucesso que trabalhadores menos qualificados. Estes receberam o codinome pejorativo de orelha seca, que seriam trabalhadores menos qualificados e de baixa remuneração, que auxiliavam outros trabalhadores ou que realizam atividades que exigiam maior esforço físico.

Sobre as dificuldades dos migrantes com pouca qualificação profissional, a fala do senhor Jocel Santiago de Araújo²⁴ contribui para a discussão:

Tô contando essa história aqui parece que foi tudo fácil, mas foi muita ralação e até hoje ainda rala ainda, mas assim foi muito difícil a gente permanecer aqui.

²⁴ Jocel Santiago de Araújo, 50 anos, chegou em Palmas, pela primeira vez, em 1993, mas foi somente uma breve passagem de três meses, depois migrou para São Paulo, onde passou mais seis meses, retornando a Palmas em 1994. Foi para a cidade trabalhar como carpinteiro, depois se formou em Educação Física, atuando então como professor. Já foi conselheiro tutelar e atualmente é presidente da Associação Ação Social Jesus de Nazaré, que atua com trabalho social na Vila União. Jocel é natural de Imperatriz-MA e, desde que chegou a Palmas, reside no bairro da Vila União.

Mas além de tudo, eu acredito que uma facilidade foi eu ter vindo para cá com profissão então facilitou muito para mim, então com uma profissão, têm muitas pessoas que voltaram, sem profissão porque não tinha mas aí acabou mas para mim eu acho que um pouco, muita sorte, um pouco não, muita sorte também porque tudo a gente precisa também de sorte (Araújo, 2024).

Essa diferença de qualificação de mão de obra descrita por Jocel corrobora a análise de Sader, pois, ao não atender às exigências do mercado de trabalho, muitos migrantes foram empurrados para empregos de baixa remuneração e socialmente desqualificados. Essas experiências dos trabalhadores e os modos pelos quais vivenciaram a cidade é para Sader uma espécie de ressocialização migrante, a partir da qual o autor elabora o conceito de “desenraizamento”. Trata-se, portanto, de uma questão social e não individual.

Os migrantes deixaram seus lugares de origem e vieram para Palmas em busca de oportunidades. Porém, o espaço da cidade não está dado ao sujeito, e as relações sociais que este estabelece são importantes para a construção de sua rede. Não apenas como forma de aceitação da nova realidade, em que o sentimento de perda é existente, mas para construção interativa com o novo lugar. A partir de relações é possível adquirir novos saberes e caminhar em uma construção, como também se inserir em organizações coletivas que possibilitem espaços de sociabilidades, como associação de moradores, times de futebol, igrejas e movimentos sociais, por exemplo.

Sobre a disposição espacial da cidade de Palmas, sabemos que todo o território foi decretado como de utilidade pública, com desapropriação prevista desde 1988 por ordem do Governo do Estado de Goiás. Essa porção de terras foi reiterada no *Projeto da Cidade de Palmas*, com a desapropriação ratificada por medida provisória e, posteriormente, através da Lei n.º 9, de 23 de janeiro de 1989. Portanto, observa-se uma preocupação de instituir esse arranjo legal. Para gerir os interesses sobre o território do estado, foi criada a Codetins, por meio da Lei n.º 6, de 23 de janeiro de 1989:

Art. 2º. A Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – Codetins terá por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins, atuando como instrumento auxiliar do Governo do Estado.

Art. 3º. Para cumprimento do objetivo social, por ação direta, participação acionária em empreendimentos públicos ou privados, ou através de subsidiárias integrais ou convênios, à Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – Codetins, competirá:

II – Apoiar ou participar de programas ou projetos de regularização fundiárias ou de colonização de terras, próprias ou de terceiros, inclusive da União, devendo sua ação voltar-se especialmente para a viabilização do acesso à terra pelos pequenos e médios produtores agrícolas;

V – Atuar como instrumento de estímulo à iniciativa privada na industrialização e comercialização de bens componentes da construção civil, notadamente visando a moradia popular (Tocantins, 1989a).

No ano de 1990, a Codetins passou a gerenciar os lotes em palmas, realizando vendas e doações, sendo a maior responsável pela implantação das quadras residenciais, como previa sua legislação fundadora. Portanto, essa empresa pública teve um papel de relevância no processo de ocupação da cidade, seja nas ocupações planejadas ou nas realizadas através da necessidade da população migrante. Como o plano do primeiro governo era de negociar o território para atrair recursos e investimentos, a Codetins foi necessária para a organização desse processo. Muitos migrantes conseguiram seus lotes na região norte da cidade por meio de doação direta ou indireta da companhia. Alguns receberam os terrenos e outros conseguiram comprá-los de forma paralela, de pessoas que receberam; o comércio informal de lotes foi algo que ocorreu de forma corriqueira na cidade.

Essas temáticas serão desenvolvidas neste capítulo, em que, por meio das narrativas desses sujeitos migrantes, analisaremos como eles ocuparam esse espaço. Na primeira seção, temos um enfoque da vivência migrante em uma cidade planejada a ser construída e suas contradições. Exposta como uma ideia de futuro moderno a ser comprada, Palmas se tornou atraente para um grande fluxo de pessoas, porém problemas habitacionais foram urgentes desde o início da urbe. Isso porque a lógica de cidade corporativa permaneceu presente na realização do projeto urbano, refletindo a tendência de se priorizar interesses econômicos. A produção de uma segregação urbana criou um cenário de elitização da cidade, onde havia lugares reservados para classes econômicas diferentes. A especulação imobiliária foi presente e, de certa forma, incentivada ou não combatida dentro de uma lógica popular, dificultando o acesso à moradia de uma parcela significativa da população. Tais questões revelam conflitos socioculturais e expõem as marcas de desigualdade no espaço urbano.

Na segunda seção, abordamos a experiência da migração para cidade de Palmas, focando nas motivações e implicações socioculturais desse fenômeno. Compreendemos o processo migratório como uma busca por um lugar de acolhimento e pertencimento, tanto físico quanto emocional. Muitos migrantes saíram de áreas rurais em busca de oportunidades em centros urbanos emergentes, como Palmas, que foi planejada e construída com grandes ambições de modernidade. A categoria de migrante é heterogênea, apesar das promessas de modernidade e desenvolvimento, a prática de planejamento urbano em Palmas não conseguiu atender plenamente às necessidades de moradia e inclusão social de parte significativa dos migrantes.

Por fim, na terceira parte do capítulo, abordamos a urbanização e os desafios habitacionais enfrentados na cidade de Palmas, dentro de um contexto nacional. Discutimos como a propaganda estatal foi crucial para atrair migrantes e investidores, construindo uma identidade tocantinense baseada na modernidade, harmonia com o meio ambiente, diversidade cultural e organização espacial. Todavia, a urbanização de Palmas revelou-se excludente, destacando problemas como a vulnerabilidade habitacional. A cidade foi planejada fisicamente, mas não houve um planejamento inclusivo para lidar com a migração intensa e o crescimento populacional.

Essa falta de planejamento resultou na criação de uma periferia planejada, onde a moradia popular foi associada a áreas menos valorizadas, gerando espoliação urbana. Refletimos sobre a importância da história oral e da memória na construção do conhecimento histórico. Relatos de migrantes que chegaram a Palmas nos anos 1990 evidenciam a superação das dificuldades em um ambiente hostil, revelando a luta por direitos como moradia e direito à cidade. A memória é, assim, vista como prática de pesquisa essencial para compreender as transformações históricas e sociais.

3.1 Os papéis de sujeitos da história são ocupados

*Quando cheguei
Em Palmas
Um frio me tomou
A espinha
...
O único.*

Thiago Ramos de França

Entre as necessidades básicas dos seres humanos contemporâneos está a moradia. Todavia, devido a condições sociais, econômicas e culturais, uma grande parcela da população palmense não tem esse direito assegurado. A cidade torna-se um grande campo de disputas em diversas esferas e, neste texto, trataremos de como a luta pela moradia na cidade de Palmas demonstra conflitos socioculturais em uma cidade planejada e construída sob um discurso pautado na “livre iniciativa”. Nos discursos, Palmas se projetava como símbolo da modernidade, uma cidade preparada para o século XXI que estava por vir, contudo pode-se observar que a prática divergiu muito da propaganda.

Embora façam parte de nossa realidade histórica e estejam constantemente presentes, tais conflitos não permitem naturalizações, pois planejar uma cidade

pressupõe pensar nas pluralidades, articulando os vários segmentos. No caso de Palmas, a própria Constituição Federal de 1988 poderia ter funcionado como guia. A capital tocantinense teve sua construção iniciada em 20 de maio de 1989, já após a promulgação da CF/88, de modo que os princípios e direitos previstos pela Carta Magna deveriam ter sido respeitados, incluindo o direito à moradia, previsto no art. 6º, ainda mais considerando o viés modernista do planejamento urbanístico da cidade. No entanto, mesmo dispondo de meios para prevenir o agravamento das condições de moradia no espaço urbano, a cidade consolidou-se repleta de problemas habitacionais. Como pontua Brito (2010), Palmas não fugiu à regra da especulação imobiliária, o que gerou um espaço dominado por intervenção política em direção à valorização econômica da terra como forma de estimular um mercado cruel com os migrantes pobres.

Concebido em um contexto histórico de uma onda neoliberal no Brasil e com grandes ambições, o projeto da capital do Tocantins tornou-se uma grande promessa para o desenvolvimento urbano das regiões Norte e Nordeste. Palmas foi construída sob o argumento da modernidade, uma expressão do novo que despontava para uma região onde o velho Brasil agrário era hegemônico. O migrante é um grupo muito heterogêneo, mas que de modo geral fincou raízes em busca de uma oportunidade de ascensão social. A consolidação da cidade inserida no contexto histórico e econômico dos anos 1990 fez desabrochar nos trabalhadores migrantes uma imagem de esperança, em que o futuro próspero era seu destino.

Migrar não significa apenas se transferir de um espaço físico para outro, trata-se da construção de uma nova realidade de vida, um processo de adaptação cultural, inclusive. E pensando no contexto de construção de Palmas, as terras estavam localizadas em um ambiente com variação entre altas temperaturas e chuvas constantes. Além disso, a infraestrutura ainda estava por ser construída, sendo preciso exercitar uma transposição temporal, numa viagem para uma temporalidade distante, em que a ausência de recursos fazia parte do cotidiano.

O modo de viver de pessoas ordinárias foi uma preocupação intelectual do historiador Michel de Certeau (1994), que destrói uma ideia de passividade das pessoas comuns e defende astúcias silenciosas, sutis, que se tornam práticas de resistência. Para Certeau (1994, p. 191), “o que torna uma cidade habitável não é tanto sua transparência utilitária e tecnocrática, mas antes a opaca ambivalência de suas estranhezas”. Todavia, no intuito de se construir o papel do migrante, a mudança

de vida seria alcançada superando as dificuldades, inclusive a falta de infraestrutura para os operários. O “estrangeiro” é vulnerável à ausência de uma rede de apoio, inseguranças intrínsecas à sua realidade cotidiana são diversas.

Ao lidar com a expectativa de prosperidade, o desafio dos cidadãos palmenses era superar a condição imposta para se fixar em um lugar que era um sonho distante da realidade. Os fragmentos de urbanidade se uniam à existência do sonhador, de forma que vivificá-los estava entrelaçado à urbanização daquele espaço físico, era a temporalidade do futuro na existência presente. Visionário, o sujeito passa com seus desejos a criar espaços de esperança que incentivam as possibilidades socioespaciais.

As relações sociais constituídas fazem parte da modelação do espaço e o processo migratório se relaciona com mudanças na estrutura social, logo deve ser compreendido de uma maneira plural. A diversificação desse processo revela a experiência dos sujeitos, que criam as formas de se adaptar no espaço projetando um futuro de coletivo social, pois a transformação significa uma realização pessoal dentro de uma situação de coletividade. Neste trabalho, entende-se a experiência partindo do embasamento teórico do historiador inglês Edward Palmer Thompson, para quem as atividades humanas são altamente complexas:

O real não está “lá fora” e o pensamento dentro do silencioso auditório de conferências de nossas cabeças, “aqui dentro”. Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o “real”, sentimos a nossa própria realidade palpável. De tal modo que os problemas que as “matérias-primas” apresentam ao pensamento consistem, com frequência, exatamente em suas qualidades muito ativas, indicativas e invasoras. Porque o diálogo entre a consciência e o ser torna-se cada vez mais complexo, inclusive atinge imediatamente uma *ordem* diferente de complexidade, que apresenta uma ordem diferente de problemas epistemológicos quando a consciência crítica está atuando sobre uma matéria-prima feita de seu próprio material: artefatos intelectuais, relações sociais, o fato histórico (Thompson, 1981, p. 53).

Com Thompson há uma humanização dos sujeitos históricos, pois se percebe um ser humano múltiplo que, além de suas dificuldades socioeconômicas, lida com muitas questões subjetivas intrínsecas à própria condição humana. A contradição entre o consciente e a expectativa do futuro resulta em artefatos sociais interessantes, e explorar essas contradições pode ser um caminho para entender as ações humanas no tempo.

Nessa relação experimental, muitas vezes a posição de migrante é uma escolha dentro de um repertório muito reduzido, numa perspectiva social na história desses sujeitos. Nos anos 1990, a sociedade palmense em construção vivia imersa

em uma lógica própria que é aliada à fundação/construção do espaço. A conjuntura da estrutura da nova capital do Tocantins se projetava como uma prosperidade no horizonte de possibilidades ao desenhar esse futuro fértil aos diversos migrantes. E a ideia de desfrutar uma realidade individual fazia parte da subjetividade (Portelli, 1996) do migrante na formação da cidade. Para Portelli (1996, p. 4)

Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais. [...] não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro.

A subjetividade é uma forma de entender as produções dos sujeitos, pois as memórias fazem parte de um processo ativo de ressignificações. Ao narrar suas histórias no presente, os interlocutores relatam suas experiências de forma concreta valorizando suas experiências vividas.

O sentimento de realização é presente nas narrativas dentro das experiências, o sujeito se orgulha de suas realizações, pois elas carimbam uma mudança de vida em um contexto de ascensão social. Os acontecimentos marcam a vida do migrante ainda mais dentro de uma cidade que tinha um cotidiano inexplorado e com uma pluralidade cultural edificada justamente pela miscelânea de sujeitos. Na década de 1990, Palmas foi a capital que mais cresceu populacionalmente no país, feito que teve repercussão nacional em matéria do *Jornal do Brasil* (Figura 14).

Figura 14 – Rio é a capital que menos cresce

UF/Capital	População 1991	População 1996	Taxa geométrica de crescimento anual (%)
Rondônia	1.133.272	1.221.290	1,5
Porto Velho	271.824	293.815	1,6
Acre	417.098	483.483	3,0
Rio Branco	183.317	228.907	4,5
Amazonas	2.102.775	2.390.102	2,6
Manaus	1.011.500	1.158.265	2,7
Roraima	217.588	247.724	2,6
Boa Vista	144.249	154.168	1,3
Amapá	289.038	373.994	5,3
Macapá	168.038	214.197	5,0
Tocantins	918.382	1.049.742	2,7
Palmas	24.335	85.901	28,7
Ceará	6.366.117	6.803.567	1,3
Fortaleza	1.768.637	1.967.385	2,2
Sergipe	1.491.888	1.617.368	1,6
Aracaju	402.341	426.580	1,2
Goiás	4.017.515	4.501.538	2,3
Goiânia	922.224	998.520	1,6

Fonte: *Jornal do Brasil* (Rio..., 1997).

Ao analisar a figura acima, podemos observar que Palmas multiplica sua população em aproximadamente três vezes e meia em apenas seis anos. Esse contingente populacional vinha atraído pelas alternativas positivas que a nova capital prometia, principalmente na construção civil, já que as demandas desse setor eram imensas. Essa necessidade dos migrantes aliava-se à vida urbana, que exprime as perspectivas de abertura de horizontes.

Em setembro de 1997, é a chegada de um dos nossos interlocutores, sr. Erivelton,²⁵ que tem uma história ligada à Igreja Católica e movimentos de luta pela moradia. Na época da entrevista, Erivelton estava ocupando o cargo de vereador da cidade de Palmas, tinha sido eleito como suplente e, devido às circunstâncias, exercia o cargo no Legislativo. Ao ser perguntado sobre o que o trouxe a Palmas, ele responde

Em julho de 1997 eu vim fazer um concurso na cidade, do Banco da Amazônia, aí eu vim e gostei da cidade. Tinha saído do seminário, tava lá na casa dos meus pais sem perspectiva, desempregado. E eu arrisquei e vim pra cá, aí em julho eu vim, fiz a prova, não passei, mas foi bom ter vindo. Porque eu me encorajei e vi aquela cidade crescendo, 1997, há 23 anos atrás, e eu me animei muito e foi bom. Aqui eu constituí família, passei num concurso da Prefeitura, depois fui servidor federal, servidor da câmara, depois servidor do estado. Já passei por todas as esferas aqui (Santos, 2020).

A fala de nosso colocutor é um resumo de nossas afirmações sobre a realidade do migrante, é uma história de vida, porém coletiva em significado. Tipo muito comum de jovem migrante trabalhador sem muitas perspectivas, atraído pela possibilidade de melhoria de vida através da estabilidade de um concurso público, não logrou êxito na primeira oportunidade, mas conseguiu posteriormente. Oriundo de meio rural e atraído pelo sonho das oportunidades na capital em construção, Erivelton não é um caso isolado, muito pelo contrário, sua história é muito comum na cidade de Palmas até os dias atuais, e praticamente todos os entrevistados desta pesquisa se relacionam de alguma forma com sua história. Palmas significou a busca de um sonho de uma geração inteira da região do cerrado e, de fato, muitas vidas foram transformadas.

Todavia, podemos fazer contrapontos à fala de Erivelton, pois, apesar de muito presente, esse discurso de certa forma ratifica a busca do sucesso do migrante. Ao

²⁵ Erivelton da Silva Santos é professor, graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), residente no Tocantins desde 1981 e morador de Palmas desde 1997. Foi membro da direção do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); presidente da associação de moradores da Quadra 605 Norte; presidente da Organização Popular de Moradia; presidente do Conselho de Segurança da Base da Quadra 503 Norte (Conseg); diretor e presidente (licenciado) de Moradia e Regularização Fundiária da Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins (Facomto). Atuou em importantes segmentos e grupos sociais – a exemplo dos movimentos de luta por moradia e regularização fundiária em vários setores de Palmas.

falar com orgulho de sua história, há uma afirmação geralmente para pontos positivos, mas isso não foi uma realidade generalizada. No momento da entrevista, Erivelton era vereador da cidade de Palmas (era suplente e assumiu após da licença de um titular). Ocupava um espaço de poder interessante e que conquistou em decorrência de sua história de militância em movimentos de luta pela moradia. Portanto, era um momento favorável à narrativa do migrante que conquistou seu espaço em uma cidade nova.

Vale destacar que esse movimento não é uma via de mão única, pois houve um movimento para atrair pessoas para uma região que, *a priori*, é desconhecida para boa parte do país. A demanda oriunda da construção da cidade era célere e levou milhares de pessoas a migrarem em busca de oportunidades e esse fator abriu muitas portas para que as classes média e baixa pudessem ao menos sonhar com ascensão social. O senhor Jocel, personagem que já apresentamos, fala um pouco sobre sua experiência migrantes e como analisou a possibilidade de vir a Palmas

Quando eu morava em Imperatriz lá eu ouvia, até hoje eu ouço, rádio e eu via muito no rádio que Palmas tava começando e precisava de muito homem para trabalhar, era pra trabalhar no serviço braçal, pesado. Era motorista, carpinteiro, pedreiro, ajudante eu ouvia nos rádios isso ai. E foi numa dessas que meu pai ouviu, a gente ouvia os programas do Bico do Papagaio, ai passava falava que Palmas tava iniciando, terra de oportunidades e por isso eu acho que o maranhão foi uma das terras que mais mandou gente pra cá, por causa da proximidade e por ser... Maranhão uma situação difícil e meu pai viu isso ai e depois eu vim também nesse mesmo sentido (Araújo, 2024).

A fala de Araújo chama a atenção para dois pontos: a experiência migrante que se tornou familiar e as formas de comunicação para atração de migrantes. Ambos, pai e filho, eram carpinteiros e enxergaram a oportunidade que chegou através das ondas radiofônicas. Seu pai se deslocou primeiro e depois Jocel o seguiu, certamente o suporte social de viver essa experiência em família, pai, mãe e irmãos, facilitou o processo. Das fronteiras do Maranhão, muitos chegaram a Palmas nesse contexto coletivo de produção do espaço capitalista, pois em busca da centralidade urbana deixavam seu passado muitas vezes rural ou em cidades menores.

A sociedade capitalista se estrutura em pilares de contradição e com suas energias voltadas para a produção, mas não qualquer produção, e sim uma que gere lucros. Essas contradições são sementes de conflitos em uma cultura pautada na ausência; a busca por completá-la move muitos de nossos migrantes de diferentes classes sociais. A relação entre o Estado e a construção desse urbano se dá com um remendo em uma ideologia neoliberal sedimentada em um território, porém a questão urbana na cidade de Palmas não é intransigente.

Não é incomum que a política urbana seja pautada na combinação entre organização para produção e a ação do poder público estatal – uma socialização perigosa, pois acaba gerando políticas públicas de urbanização com prioridades não nos cidadãos, mas na mão de obra que serve ao capital. Nessa lógica a cidade é o lugar e maior expressão deste evento, de modo que as formas de urbanização afetam as relações sociais e trabalhistas, tendo como cerne a acumulação de capital e a busca incessante pelo progresso técnico.

O intelectual marxista Jean Lojkin (1981) levanta uma hipótese muito cara a esta tese em seu livro *O Estado capitalista e a questão urbana*. Para Lojkin a intervenção estatal no planejamento urbano é uma forma refinada de atender às necessidades de socialização capitalistas. Ao tratar da planificação urbana, referindo-se à ocupação estatal do solo, analisa as desigualdades geradas por esse fenômeno. O autor trata do território francês, mas podemos traçar um paralelo com a cidade de Palmas no tocante à forma como se deu a ocupação de seu espaço urbano, quase inexplorado. Nesse processo foi o Estado o agente primeiro da distribuição social do espaço e dos equipamentos urbanos, portanto efetivo fomentador das contradições sociais urbanas geradas pela segregação dos migrantes.

O fluxo migratório anda em paralelo com uma mudança de situação inferior, perante uma expectativa de melhoria das circunstâncias impostas, somado a um desejo de realização de objetivos. Partindo dessa premissa, a migração se torna um fenômeno complexo, com desfechos inseguros fundamentados em subjetividades que estabelecem a condição de um novo mundo. A especificidade de uma realidade migrante é ser plural, contudo única para cada sujeito.

A busca de uma ascensão econômica através do trabalho é uma alternativa muito cara aos sujeitos migrantes com quem dialogamos na pesquisa. Trabalhar é uma condição nessa lógica e, dentro de um espaço em constante construção, as oportunidades eram diversas e as atividades possíveis eram muitas. A atividade profissional era o principal responsável por abrir portas para se alcançar os sonhos, como o da casa própria. Como veremos ao longo desta tese, a organização das ocupações urbanas interfere diretamente no mercado imobiliário e, de certa forma, torna a moradia acessível. Com a ocupação os preços tendem a cair, principalmente no mercado paralelo de lotes, o que também pressiona o Estado a resolver a situação dos ocupantes.

Essa relação espaço/tempo se consolida no próprio teatro da existência, quando as modificações cotidianas colocam escolhas que exigem os aprimoramentos

profissionais e a aquisição de novas habilidades em paralelo às necessidades da localidade. Em seu primeiro ano de existência, algumas necessidades já eram impostas, e encontramos com frequência nos jornais a busca por profissionais com exigência de qualificações complexas como engenheiros, editores, diagramadores, redatores e até mesmo analista de sistemas. As oportunidades não eram postas de forma igualitária, como já não eram e não são em nosso país. As desigualdades sociais estavam expostas em nossas feridas e não seria a construção de uma nova cidade que mudaria essa condição, vide Brasília.²⁶

Palmas se apresenta como parte da progressão do antigo norte de Goiás para ser a cidade arquitetada em alicerces modernos e contemporâneos. É louvável o esforço de pluralizar discursos divergentes do oficial – pautado no progresso, na modernidade –, permitindo que os migrantes das mais diversas condições sociais possam contar suas histórias e a construção de suas vidas em consonância com a edificação da própria cidade. A maioria da população de Palmas é mais velha que a própria cidade, resultado de um fluxo migratório que existe até os dias atuais.

Como já mencionado, o início oficial da construção da cidade de Palmas se deu em maio de 1989, e mereceu destaque no *Correio Braziliense* em sua edição de 22 de maio de 1989. Sob o título “Construção começa hoje” (1989), foi publicada uma matéria destacando a façanha que era a realização de uma cidade planejada no centro do país. A cerimônia aconteceu “perante cerca de dez mil pessoas”, que acompanharam “máquinas de terraplanagem, tratores e caminhões basculhantes de 16 empreiteiras” iniciarem “a preparação das ruas para implantação da infraestrutura da capital” (Construção..., 1989, p. 8). O destaque em um jornal de grande circulação na capital do país anuncia o tamanho da importância que era para a região a construção de uma nova capital. Mas também cabe inferir a possibilidade de tal matéria ser uma peça publicitária fantasiada de informação. Se os migrantes trabalhadores compraram o projeto e foram aos milhares para Palmas, com a iniciativa privada não foi diferente e, como se verá ao longo desta tese, muitas empresas do ramo investiram em peso na cidade.

²⁶ Palmas e Brasília compartilham uma utopia de igualdade em suas concepções e arquitetura. Ambas foram cidades planejadas, uma para ser capital do país e outra para ser o centro político e econômico do Tocantins. Outro ponto comum é que são cidades concebidas para impulsionar o desenvolvimento regional, porém se distanciam com relação aos seus projetos arquitetônicos. Politicamente, as aproximações foram estimuladas principalmente pelo primeiro governador do Tocantins, Siqueira Campos, como vimos anteriormente.

Em seu livro sobre o direito à cidade, o filósofo francês Henri Lefebvre discute sobre a ciência da cidade, enquanto “conhecimento que tende para planificação do crescimento e para o domínio do desenvolvimento” (Lefebvre, 2010, p. 112-113), o que se assemelha em muito ao caso nesta pesquisa, pois,

das questões da propriedade da terra aos problemas de segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão estruturas, as da sociedade existente, e das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana (Lefebvre, 2010, p. 113).

Neste estudo não se trata de uma reforma, mas, sim, da própria realização de um projeto novo. Todavia, o ineditismo não foi capaz de romper com estruturas seculares de um planejamento urbano segregador, mesmo que não fosse a intenção da planificação, mas a realização em si.

O deslocamento territorial de indivíduos em forma de migração é algo muito presente na realidade palmense, como também a construção de categorias socioculturais para aproximar e afastar determinados grupos. Uma dessas é o “pioneiro”. De acordo com o estatuto da Associação dos Pioneiros de Palmas (Appa), para fazer parte desse grupo é necessário comprovar que “trabalhou e residiu em Palmas no período de 20 de maio de 1989 à 20 de maio de 1993” (Appa, 2023). A construção de uma nova capital contribuiu para a composição de uma identidade tocantinense, marcada por meio de símbolos, socialmente afirmada e culturalmente moldada. A constituição da Appa parece uma construção de memória que molda o entendimento dessa categoria social; tal alcunha social alavanca as trajetórias de determinadas pessoas em um debate cujo espaço é a construção da cidade de Palmas.

O interesse em reivindicar o título de pioneiro se dá entre grupos privilegiados, a ponto de provocar um debate constitucional que durou por décadas e foi encerrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com o art. 25 da Lei nº 157/1990, quem detinha o título de Pioneiro do Tocantins “terá as prerrogativas estabelecidas em regulamento, inclusive para fins de concurso público, correspondendo, neste caso, a trinta por cento (30%) do total dos pontos a serem atribuídos aos candidatos” (Tocantins, 1990). Essas prerrogativas eram privilégios dos servidores que “vêm prestando serviços à administração direta ou indireta do estado bem como às suas empresas ou sociedade de economia mista, até a data de agosto de 1990” (Tocantins, 1990). Portanto, trata-se também de um incentivo para que determinados migrantes permaneçam no estado, contribuindo para seu desenvolvimento. Contudo, essa a

denominação de pioneiros se transformou ao longo do tempo. Ao ser questionado sobre a condição de ser pioneiro, Jocel nos apresenta sua visão do termo:

Eu vim para cá ouvindo isso, pioneiro era os que chegaram primeiro. Aqui em Palmas tem uma Associação dos PIONEIROS do Tocantins que chama, né? Então são os que chegou aqui em Palmas primeiro, assinaram os documentos aí primeiro, esse aí são considerados em Palmas. Eu cheguei aqui, eu não desbravei e não abri nenhuma estrada não, mas eu cheguei aqui e ajudei a construir também. Tem a minha parcela, meu pai também, as pessoas que vieram vieram do Maranhão, do Pará, as pessoas que foram discriminado aqui, todas essas pessoas são pioneiros. Porque, de uma certa forma, eles contribuíram pro crescimento da cidade. Com seus impostos, com a sua dedicação para o seu trabalho, porque a empregada doméstica que sai daqui até hoje, eu conheço muitas aqui, que sai até hoje pra casa das pessoas ricas aí, eles também são pioneiro porque eles cuidaram dos filhos das pessoas lá, que foram trabalhar nos órgãos público, né? Então eles são pioneiros, ou seja, todo mundo que chegou é pioneiro, nós somos pioneiro. Mas eles consideram os verdadeiros pioneiros aqueles que assinaram Manifesto na época que teve aqui a instalação na cidade, que estava aqui na nas primeiras reuniões (Araújo, 2024).

Há para Araújo sua autoidentificação como pioneiro, sem uma preocupação em ser reconhecido ou não pela Appa. Ele não declara qualquer interesse nesse sentido, mas percebemos ser importante para ele seu entendimento de pioneirismo. Inclusive, com uma certa análise de classe, quando ele coloca em oposição as mulheres que saem “daqui”, da Vila União, para cuidar dos filhos de uma classe economicamente mais bem representada de funcionários públicos. Percebemos o esforço de Jocel em inverter uma lógica memorialística estabelecida, ao apresentar uma disputa de classe, ou seja, ao entender que o título lhe cabe independentemente de uma confirmação exterior.

Precisamos questionar como a construção desse espaço pode fomentar debates caros a movimentos da história, e as próprias rupturas e continuidades do conceito de pioneiro são exemplos desses movimentos. Essa busca por “mitos fundadores” no passado pretendem se estabelecer em uma memória oficial, que está em constante disputa. Pois, ao se restringir a titulação de pioneiros a funcionários públicos em uma cidade que se apoiou e muito em mão de obra pesada – como vimos, os chamados orelhas secas –, entende-se que uma apropriação desse trabalho e a diminuição de sua importância em função do grupo social que o exerceu.

Ao analisar as disputas de memória “sobre “fundadores” e “pioneiros” na cidade de Toledo, o historiador Jiani Fernando Langaro (2017, p. 249-250) faz a seguinte reflexão: “notamos, então, que o pioneirismo, nesse momento, deixa de ser um movimento marcado pela temporalidade, para se tornar um conjunto de valores e elementos que caracterizam a atuação social de moradores da localidade”. Ao

estender essa reflexão ao caso Palmas, temos semelhanças uma vez que, no final, a definição de pioneiro não está restrita ao fato objetivo de chegar primeiro, mas sim a condições sociais de constituição identitária.

Como vitrine de um novo tempo, Palmas nasce com um passado distante, um passado construído oficialmente que remonta ao Brasil Colônia.²⁷ Portanto, percebemos uma expectativa de um tempo voltado ao futuro como promessa de progresso. Nesse cenário, a capital representa a essência cultural, social e econômica do Tocantins. Inserida no contexto identitário para modelagem do tocantinense, era essencial a negativa firmada no “não goiano”. Essa era uma condição peremptória de ser palmense, incentivando uma memória coletiva que vinha sendo elaborada já desde os movimentos divisionistas do anterior norte goiano e agora Tocantins. Compreende-se, assim, que uma identidade compartilhada socialmente permite aos sujeitos uma localização social inserida em um sistema maior, no caso esse organismo vivo a que chamamos de cidade.

A categoria de pioneiro tinha e teve seu papel identitário, mas houve uma questão prática que reverbera até os dias atuais. Em 1990, com intuito de compensar os primeiros habitantes da cidade, o governo estadual promulgou o Decreto n.º 1.520, de 8 de agosto de 1990, que emitiu uma carteira de pioneiro e destinava alguns benefícios para quem morou em Palmas entre 1989 e 1990, especialmente a funcionários públicos. No mesmo ano, o Estado realizou um concurso público que nomeou aproximadamente 16.000 pessoas, sendo estes quase em sua totalidade detentores do título de Pioneiro do Tocantins, que garantia 30 pontos de vantagem no certame. Portanto, além das questões identitárias, as narrativas que reforçam o pioneirismo de determinados indivíduos criam uma hierarquia na cidadania local, onde a categoria de pioneiros goza de mais direitos que o restante da população, logo, na prática, não são direitos e sim privilégios.

²⁷ Há uma construção discursiva que defende a ideia de criação do Estado do Tocantins ser originada no século XIX, com movimentos e lideranças que já vislumbravam a criação de uma unidade autônoma ao norte de Goiás. Uma figura entendida como relevante deste movimento foi Teotônio Segurado, que dá nome a maior avenida da cidade de Palmas. Segurado liderou um movimento emancipacionista, em 1821, com a criação da Província de São João da Palma. Tal acontecimento inspirou no século XX a questão tocantinense, após a criação da rodovia Belém-Brasília na década de 1950, obra que aumentou a integração do país e fez surgir cidades e infraestrutura na região. Nesse momento outra liderança surge, o Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues, que dá nome ao aeroporto de Palmas, que teria se inspirado pela nova organização territorial brasileira e retomou a defesa da criação do Estado do Tocantins.

Tal situação provocou uma disputa judicial extremamente extensa – que não é objeto desta tese –, que teve seu último capítulo em julho de 2021, com a aprovação do Congresso brasileiro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos pioneiros. Essa Emenda Constitucional dá respaldo legal a atos administrativos praticados no Tocantins nos seis primeiros anos de instalação do estado, criado pela Constituição Federal de 1988, referendando, conseqüentemente, o Decreto n.º 1.520/1990.

Importa levantar essas questões de identidade para entender que as categorias sociais criadas são estruturas sólidas dentro de uma comunidade. Um dos questionamentos desse título de pioneiro foi feito por quem chegou ao estado após 1991, pois não acharam “justo”. Importante destacar que a marcação da diferença é um elemento fundamental de uma identidade, não existem condições naturais neste processo, a diferença é o que separa uma identidade de outra – em nosso exemplo, quem “merece” o título de pioneiro e quem não. Essa marcação é muito bem explicitada pela escritora americana Kathryn Woodward, em seu texto “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, presente no livro *Identidade e diferença*. Afirma Woodward (2009, p. 19) que:

A diferença é marcada por representações simbólicas que atribuem significado às relações sociais, mas a exploração da diferença não nos diz por que as pessoas investem nas posições que elas investem e nem por que existe esse investimento pessoal na identidade.

Para Woodward (2009) existem elementos subjetivos de construção de identidade que vão além de questões palpáveis, como um título que lhe garante vantagens em um concurso público. Percebemos que há uma modelagem na identidade que parte de uma orientação externa aliada a uma articulação de desejos humanos.

Ainda dentro da discussão de identidade pautada na diferença, importa destacar uma reflexão do intelectual brasileiro Tomaz Tadeu da Silva (2009, p. 96-97), o qual defende que:

Primeiramente, a identidade não é essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

São essas relações de poder que nos interessam para pensar negociações, conflitos e resistências no que tange às disputas fundiárias ocorridas na primeira década de existência de Palmas.

Convidando novamente Norbert Elias para discussão, parece muito razoável entender que associações econômicas e culturais estão presentes em relações de poder para construção de identidades, todavia não há hierarquia entre elas. Já há consenso sobre desigualdades econômicas e seus males para nosso país, contudo aqui levantamos o conceito de desigualdades que vão além de um poder econômico presente ou ausente. Para Elias e Scotson (2000, p. 37),

muitas questões diferentes podem expor às claras as tensões e conflitos entre estabelecidos e *outsiders*. No fundo, porém, todas são lutas para modificar o equilíbrio do poder; como tal, podem ir desde os cabos-de-guerra silenciosos que se ocultam sob a cooperação rotineira entre dois grupos, num contexto de desigualdades instituídas, até as lutas francas pela mudança do quadro institucional que encarna esses diferenciais de poder e as desigualdades que lhes são concomitantes. Seja qual for o caso, os grupos *outsiders* (enquanto permanecem totalmente intimidados) exercem pressões táticas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais.

Não defendemos que haja uma dualidade entre pioneiros reconhecidos pelo estado e o restante da população, mas aproximamos o pensamento de Elias para focar não na dicotomia de dois grupos, mas, sim, nas relações conflituosas que existem no organismo citadino. Culturalmente, tais conflitos são mais complexos de identificar e analisar do que a situação econômica, pois trazem elementos subjetivos da condição humana, a exemplo de pessoas que fazem parte de ocupações, mas são contra movimentos de luta pela moradia. Há uma teia bastante complexa de compreensão que perpassa a ideologia capitalista hegemônica, principalmente se pensarmos dentro da lógica fundante de Palmas.

É importante discutir essa relação cultural, em que a lógica capitalista, que valoriza a propriedade privada conquistada através de sucesso econômico, se impõe inclusive para grupos sociais vulneráveis economicamente. Tal ideologia cumpre a função de naturalizar desigualdades, individualizando a culpa e expandindo o fracasso. Ter bens se torna uma responsabilidade individual e não ter significa uma falta de esforço, contudo, existe o impacto coletivo, já que os possuidores desses bens são uma minoria. A relação entre o direito e o costume é trabalhada de forma brilhante por Thompson (1998) em seu artigo “Costume, lei e direito comum” publicado na obra *Costumes em comum*. Ao analisar as terras comunais, o historiador afirma:

Sempre foi um problema explicar as terras comunais dentro das categorias capitalistas. Havia um incômodo a seu respeito. A sua própria existência despertava perguntas sobre a origem da propriedade e sobre o direito histórico à terra. Nos séculos XVI e XVII, os proprietários de terra haviam reivindicado seus direitos no campo contra a prerrogativa do rei, e os foreiros tinham reivindicado seus direitos e costumes contra os senhores. Tinham, portanto, descartado as teorias da origem divina do direito propriedade. Entretanto, se recorressem à violência hobbesiana ou ao direito de conquista, como replicariam ao vigoroso contra-argumento do jugo normando? (Thompson, 1998, p. 131).

O argumento de Thompson fundamenta-se em zonas de tensão dentro de uma perspectiva cultural, sobretudo com as intersecções no contexto social e econômico de uma sociedade. Os costumes foram defendidos por uma classe subalterna em nome de uma visão de justiça. Pobres buscavam garantir os usos ancestrais da terra, que foram sendo restringidos com os cercamentos, e para tanto baseavam suas reivindicações no direito consuetudinário.

Nesse contexto da dinâmica social inglesa às vésperas da revolução industrial, a compreensão do direito passava por um processo de mudança em que a noção de justiça passa a funcionar como reguladora da propriedade privada. Desse modo, Thompson anseia por romper com uma interpretação rudimentar da sociedade alicerçada na superestrutura política. Os argumentos thompsonianos confrontaram uma interpretação marxista de compreensão social fundamentada nessa superestrutura engessada.

Ao refletir sobre o objeto de trabalho – as disputas fundiárias na concepção de Palmas – à luz dos conceitos de Thompson, percebemos nas fontes uma relação oposta às analisadas pelo historiador inglês. Para este, o costume fundamentava a busca por uma justiça cultural que tinha repercussões vitais como o, até então, embaçado direito à propriedade. Já nos migrantes palmenses, a valorização quase que sagrada do direito à propriedade dificultou uma organização social em torno do acesso à moradia, ainda que fosse um direito constitucional.

No que se refere a este trabalho, a grande contribuição dos escritos de Thompson acerca desses contextos históricos é entender que costumes e a noção de justiça são construtos sociais. Assim, é interessante identificar a quais grupos sociais uma ideia hegemônica atende, para quem essa estruturação ideológica é basilar na manutenção de desigualdades sociais, pois são nelas que se estruturam os privilégios. Uma vez que esses conceitos são socialmente construídos e historicamente mutáveis, entendendo que são questões subjetivas que repercutem

em questões coletivas, como acesso à moradia, sua ressignificação está atrelada a ações dos sujeitos históricos.

A professora e arquiteta Ana Carla Lira Bottura (2019), em sua tese intitulada *Conflitos e produções de consensos na cidade neoliberal: a luta pela moradia em Palmas*, realiza um estudo de fôlego sobre a produção do espaço urbano palmense enquanto um “laboratório neoliberal” e as resistências a esse modelo excludente de cidade. Analisando o contexto brasileiro dos anos 1990, em que a onda neoliberal estava em alta na América Latina – no Brasil potencializada pelos governos Collor/Itamar e Fernando Henrique Cardoso –, Bottura (2019, p. 21) posiciona assim sua tese:

É neste contexto que buscamos situar o presente trabalho, resultado de uma pesquisa que teve como foco a pacificação de conflitos por moradia na produção da cidade neoliberal, tendo como campo de estudos a cidade de Palmas, capital do Tocantins. Conhecida como a capital mais jovem do país – hoje com 30 anos de fundação – e cuja criação relaciona-se diretamente com a ampliação das fronteiras de acumulação capitalista no interior do território brasileiro, Palmas aqui é lida e interpretada como cidade neoliberal “de berço”, na qual o conflito por moradia é essencialmente periférico e cuja ação dos movimentos sociais ligados a esta causa é frequentemente coibida, desmobilizada, criminalizada, ocultada, entre outras estratégias do que aqui chamamos de “pacificação”.

Palmas foi construída sob uma lógica na qual a estratégia do planejamento carregava consigo as bases do empreendedorismo e da livre iniciativa. Sendo Palmas um bem público, uma mercadoria a ser vendida, a gestão do Estado passa a agir como uma empresa cuja prioridade deve ser a rentabilidade de seu maior negócio, que era a própria Palmas em si. Essa rentabilidade só é possível se a cidade for negociável, logo determinar que o Plano Diretor fosse valorizado e criar um sentimento de pertencimento a uma determinada categoria social eram estratégias interessantes. Portanto, entendemos o projeto Palmas não exatamente como uma cidade neoliberal, mas, sim, um território em disputa que foi projetado em ideias neoliberais.

Bottura constitui os parâmetros dessa categoria por meio das narrativas dos narradores que contribuíram com sua pesquisa. Essas narrativas funcionam como direcionamento para esse conceito de “pioneiros periféricos”, definidos por Bottura (2019, p. 105) da seguinte forma:

Pioneiros por serem, assim como muitos habitantes da capital, os seus desbravadores, os primeiros aventureiros (como sugerem alguns autores) que possuem participação direta na construção da cidade. No entanto, os pioneiros aqui visibilizados são aqueles anônimos, ocultados pela história oficial por estarem situados às margens dos holofotes da cidade planejada. Na acepção proposta, “periférico” expressa não apenas a posição geográfica

na cidade, mas também um modo de vida e uma relação com a condição socioeconômica e cultural. Tratamos, pois, dos precursores da periferia, os pioneiros dos bairros da cidade real.

No intuito de entender as configurações e construções identitárias da cidade, Bottura definiu um grupo como “pioneiros periféricos”, conceito com o qual discordamos por sua condescendência implícita. Apesar de haver uma tentativa de expandir o conceito de pioneiros, por ela definidos como “periféricos”, estes não gozam dos privilégios que discutimos acima. Muito pelo contrário, esses migrantes trabalhadores tiveram muitos de seus direitos básicos vilipendiados, além de que a categoria de “pioneiro periférico” ignora a existência dos moradores do antigo município de Taquaruçu, como citado anteriormente.

A criação imaginária da figura do pioneiro é reforçada como uma figura exemplar, que deve ser vista como exemplo de reprodução de comportamento. Porém, essa idealização é construída sob o silenciamento de vozes dissonantes, sob a idealização de uma harmonia inexistente. A forma como as narrativas são compostas pelos sujeitos são centrais nas análises da própria capital do Tocantins. Trata-se de uma disputa de memórias em que determinadas parcelas da população são excluídas da memória oficial, que parte de uma condição que valoriza memórias de grupos sociais privilegiados. De certa forma, há uma tentativa de compensação simbólica a grupos sociais por um passado de privações provocadas ou, no mínimo, negligenciadas pelo Estado, que força a memória heroica como forma de reparação, insuficiente, diga-se de passagem.

Palco de uma grande migração que resultou em um exponencial crescimento populacional na década de 1990, Palmas se torna um centro urbano que intensifica uma “hibridação cultural” (Canclini, 2011). As culturas representadas pelos sujeitos não são estáveis e é através desse conceito de hibridismo que conseguimos vislumbrar novas possibilidades compreensivas para esses processos que envolvem o reconhecimento, a interpretação e a legitimação de práticas culturais, e estas estão intimamente relacionadas a vínculos que expressam poder. Para o antropólogo argentino Nestor Canclini (2011, p. 288), vivemos:

Em uma época em que a cidade, a esfera pública, é ocupada por agentes que calculam tecnicamente suas decisões e organizam tecnoburocraticamente o atendimento às demandas, segundo critérios de rentabilidade e eficiência, a subjetividade polêmica, ou simplesmente a subjetividade, recolhe-se ao âmbito privado.

Essa compreensão fortalece o argumento de uma cidade de projeto neoliberal que também lida com uma diversidade cultural inerente a um forte processo migratório. As estratégias modernas encontram na hibridização um território fértil em função das condições sociais proeminentes. Para Canclini (2011), “no movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais”.

O caso de Palmas é curioso, pois a cidade enquanto espaço urbano não existia antes do Tocantins, e esse local vai sendo transformado pelos sujeitos migrantes, que trazem consigo toda uma carga cultural. O processo de hibridização ocorre, mas não pode ser percebido como apagamento de hábitos e valores e sim como uma possibilidade de diálogo. Porém, na capital do Tocantins, alguns valores externos são incentivados enquanto outros são desestimulados. Essa temática será melhor trabalhada no ao longo desta tese.

Como mencionado anteriormente, Palmas é fundamentada em asserções de autofinanciamento, na busca por investidores para fomentar a capacidade de comercialização e, conseqüentemente, rentabilidade. Assim o próprio Estado, maior detentor de terras, loteava terras em parceria com empreiteiras e vendia esses lotes urbanos, sendo o maior agente desse incipiente mercado imobiliário. Era o Estado o maior proprietário e, seguindo a lógica da terra como mercadoria valorosa, o maior especulador. Como todo processo de ocupação passava pelo Estado, que geria suas terras com parceiros privados, a opção foi por esse mercado imobiliário ativo, que antagonizou com o princípio de uso social do solo urbano.

Os traçados palmenses foram conectados à conveniência de empreendedores urbanos que tivessem interesse em, junto com o Estado tocaninenses, estimular o mercado. A lógica neoliberal se fez presente na nova capital de forma peculiar, ao contrário de cidades antecessoras, o Tocantins não teve que usar estratégias criativas para privatizar setores públicos estratégicos, pois esses ou não existiam ou eram muito novos. Sua particularidade de origem não trouxe paisagens urbanas herdadas, que necessitassem ser modificadas para atender aos interesses do capital; não há razão, por exemplo, de se falar em gentrificação, pois não havia o que reformular para o espaço urbano se tornar uma mercadoria mais atraente.

A segregação está presente em Palmas desde os primeiros momentos de sua existência, e a reserva do Plano Diretor a uma população economicamente privilegiada foi uma forma de elitizar a cidade. O espaço reservado à pobreza eram as extremidades

fora do plano, em oposição aos locais reservados a um mercado do luxo. O esticamento urbano que fragmentou o território não se deu de forma gradativa, muito pelo contrário, teve seu início junto à colocação da pedra fundamental, quando, dentro dessa lógica do mercado, os vazios urbanos, presentes até hoje, já estavam dados.

A desigualdade urbana está presente em toda a história da capital do Tocantins, não foi produzida ou estimulada ao longo do tempo, trata-se de uma premissa na existência da cidade. A cidade de Palmas era vendida e propagandeada em grandes jornais do país como o que ela se propunha a ser, uma mercadoria, um meio de se conquistar fortunas a partir da oferta de oportunidades.

Palmas é a materialização física do mito fundador do Tocantins. Este pretendia ser o progresso em forma de estado, uma localidade que nascia adulta para o novo século que batia às portas. Para isso era necessário um símbolo e Palmas cumpre muito bem essa função, conta narrativas, incentiva memórias e, culturalmente, é fundada na lógica da “livre iniciativa”, presente em todos discursos sobre isso.

3.2 Narrativas de migrantes na criação da cidade

*Nua Palmas
Sem placas
Como te achamos?
Moça Palmas
Refleta
Qual foi o engano?
Planta Palmas
Sem galhos
Como vingamos?
Plana Palmas
Me diga
Qual é o Plano?*

Thiago Ramos de França

Os versos de França inspiram a pensar sobre a relação entre migrantes e a cidade a ser elaborada. Como se localizar geograficamente em uma região que é um potencial em si? Como se encontrar em um território distante? Como essa relação é constituída dentro de sociabilidades criadas neste contexto? São questões que trabalhamos a partir da perspectiva dos depoimentos migrantes. Ao refletir sobre a experiência da migração, atividade tão comum no Brasil do século XX, entendemos a busca do sujeito por um lugar onde seja acolhido e que possa considerar como lar.

Desse modo, o conceito de lar pode ser tanto no aspecto físico, quanto no emocional, no campo das sensações, pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade.

Dentro do corpo de entrevistados, encontramos sujeitos em busca desse plano, pessoas que saíram do interior do país, de zonas essencialmente rurais, em busca de oportunidades em um centro urbano ou, no caso, um potencial centro urbano. A reflexão sobre migração e a busca por um local de pertencimento faz lembrar que os sujeitos históricos são complexos, plurais e, de certa forma, multitemporais no que concerne à experiência humana.

Ao construir uma narrativa histórica com base na experiência dos sujeitos que construíram a cidade de Palmas, partindo de seus depoimentos e, conseqüentemente, de suas experiências, tudo parece enganosamente simples. O acontecimento, construção de Palmas, pode ser entendido como o intelectual francês François Dosse (2011) retrata em seu livro *Renascimento do acontecimento*, ou seja, como um acontecimento que interrompe o curso que se esperava da história e impacta diretamente a vida das pessoas e a consciência coletiva. Neste trabalho, a relação entre acontecimento e narrativa será tratada observando-se as transformações dos eventos e o significado que estes têm para os entrevistados.

Ao examinar a construção da cidade de Palmas como um acontecimento, pretendemos contrapor uma ideia tradicional de história que o entende como uma sucessão de eventos, mas analisar como os sujeitos interpretam seus significados, sendo que tais migrantes participaram do surgimento do acontecimento. Portanto, um rico campo de interpretações se abre, que não esteja aprisionado a datas e eventos que, por vezes, fazem parte de uma construção de memória que não abarca um horizonte de sentidos democrático.

Como se viu nos capítulos anteriores, houve um investimento do Estado do Tocantins em propaganda para atrair migrantes. A notícia de que havia uma terra onde a fertilidade era abundante, que havia uma grande necessidade de mão de obra para sua edificação, espalhou-se pela região de formas diversas, rádio, TV, jornais e, principalmente no “boca a boca”. Migrantes vindos de diversas regiões do país, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, chegaram em massa e foram se acomodando da forma que conseguiam; alguns no Plano Diretor, através das ocupações, outros fora do plano, com incentivo do estado. Estes trazem consigo seus modos de vida, suas linguagens, suas experiências anteriores, estabelecendo novos sentidos de comunidade.

Nessa perspectiva, entendemos o conceito de experiência tal como Thompson, que, em suas produções históricas, discorre sobre como as relações entre cultura, valores e ideologias se organizam inseridas no modo de produção capitalista. O conceito de experiência é fundamental nos estudos do historiador inglês, que o entende como “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15). Com isso, Thompson entende a experiência como relacional ao pensamento no sujeito histórico, que age como ser racional, refletindo os acontecimentos em sua realidade.

O diálogo entre o sujeito social e sua consciência se dá através da experiência, que por sua vez não é orientada apenas por pressupostos teóricos. Ao observar o caso de Palmas, percebe-se que as pressões exercidas pela sociedade no que concerne à luta pela moradia se deram através da experiência, que também oportuniza a produção de novos conhecimentos. Considerando a teoria de Thompson, observa-se o relato de Erivelton:

Em 97 [1997] eu era muito ligado à Igreja Católica. Eu que na infância, adolescência e também passei pelo seminário católico, então eu fiquei muito envolvido ali com as CEBs, com as Comunidades Eclesiais de Base. Quando eu cheguei na Arno 72, eu me tornei o coordenador da Comunidade e lá o Movimento Nacional de Luta pela Moradia me convidou também para fazer parte da direção do movimento. E a gente começou então a participar da formação e da coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e também no movimento comunitário, né? Quando foi em 99 [1999], por exemplo, a gente organizou uma grande ocupação na Arno 71, uma quadra em frente ao Sesc aqui da região Norte. Essas famílias foram despejadas com 23 dias de ocupação e muitas delas eu levei para dentro da Igreja Católica da Arno 72 (Santos, 2020).

A urbanidade palmense trouxe a Santos vivências específicas do contexto sócio-histórico, como integrar movimentos sociais e a luta pela moradia, que o levou a uma eleição como vereador e a construção de uma história que se dá junto à da cidade. A experiência de nosso interlocutor com as Comunidades Eclesiais de Base e sua relação próxima com a Igreja Católica teve muita influência em sua luta política. As CEBs abrigaram muitos fiéis que se tornaram referência em movimentos sociais em Palmas, e as ideias de democratização e organização social foram estruturais para esses agentes. Alinhados à Teologia da Libertação, esses sujeitos históricos se engajaram em diversas lutas sociais associadas às suas experiências de vida e ao contexto histórico que alijava boa parte dos migrantes trabalhadores de direitos básicos.

Os modos de viver cotidianos fazem parte de um conjunto de expectativas, regulamentos e normas que são necessárias e apreendidas de forma habitual em diversos ambientes nos quais os sujeitos estão inseridos: na família, no trabalho, na igreja, na comunidade de forma geral. Esse aprendizado é essencial para que a vida social seja possível, isso quer dizer que os indivíduos não são alheios a seu lugar social, e sim:

[...] pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p. 182).

Portanto, a argumentação de Thompson é de que a história é feita cotidianamente pelos sujeitos históricos nas relações sociais, levando em consideração as experiências compartilhadas. Essa percepção da história elimina uma visão determinista, que entende os indivíduos como reprodutores de ideologias vigentes. Se assim o fosse não haveriam organizações sociais contra o projeto segregador da estrutura palmense.

Orientando o entendimento da experiência fundamentada no diálogo entre os sujeitos históricos e a consciência social, observa-se que sua realização se dá nas relações sociais. Isto posto, as reproduções de experiências idênticas não são viáveis para o entendimento histórico; as experiências dos migrantes trabalhadores que lutaram por sua moradia são específicas de seu contexto, e enquanto fenômeno histórico não há uma reprodução purista. Para Thompson (1981, p. 278), “nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras sob o julgamento dos impulsos e das experiências”.

A medida que os migrantes trabalhadores se acumulavam na cidade, a questão da vulnerabilidade habitacional e da segregação territorial crescia. O efeito publicitário da terra fértil e com grande necessidade de mão de obra obteve sucesso e impulsionou o processo migratório de milhares de pessoas ao longo dos anos 1990. As longas e desconfortáveis viagens muitas vezes duravam dias e em condições desfavoráveis aos migrantes trabalhadores, e já nos primeiros momentos na cidade estes já lidavam com o problema da habitação. A cidade era um misto de ponto de chegada, de passagem, de idas e vindas, que aos poucos iria se tornando palco de

novos conflitos e relações sociais. Em busca de espaço na vida urbana, os migrantes trabalhadores buscavam se instalar nessa nova vida, como conta Inácio:²⁸

Cheguei aqui dia 8 de janeiro de 92, então é bem no início. Não tinha asfalto nenhum, só tinha asfalto ao redor do Palácio, que tinha acabado de fazer. Ai tinha uma rodoviáriazinha bem aí onde tem a secretaria, última secretaria de cá era a rodoviária bem ali. Tinha umas barraqueiras ao seu redor, eu vim e aí cheguei ali, não conhecia ninguém. Eu vim do Pará, você perguntou de onde eu vim, eu morava em Belém, eu era seminarista lá em Belém. Aí tava fazendo teologia e depois desisti de continuar. Aí minha família morava lá no município de Altamira, na roça, e eu ouvi falar da criação de Palmas, capital nova, e eu falei: eu não tenho emprego, não tenho nada, eu vou arriscar minha vida para lá. Aí vim para cá sozinho, aí depois veio logo o meu sobrinho, veio para cá também que ele morava lá em Altamira, aí falei para ele que vinha sozinho, aí resolveu ficou aí nós dois. Não demorou uma semana ele chegou, aí sim, quando eu cheguei na rodoviária, tinha aquela barraqueira de lona ao redor da rodoviária (Silva, 2021).

A fala de Inácio nos instiga a refletir sobre um passado não distante em temporalidade, mas, sim, em realidade, e como as relações das vivências dos moradores da cidade ressaltam perspectivas diversas do presente. A rodoviária citada não está no mesmo local, como muitas outras paisagens da cidade que se transformaram. A precariedade da infraestrutura era uma marca das condições de vida da nascente urbe e, conseqüentemente, de migrantes trabalhadores, marcando fortemente a primeira década da nova capital. Enquanto a cidade se estruturava, a parte central do Plano Diretor, ao redor do Palácio do Araguaia, era um verdadeiro canteiro de obras. Muitas empresas recorreram a moradias temporárias como forma de alojamento para seus empregados, construções que eram de certa forma improvisadas e edificadas com materiais de fragilidade reconhecida, como restos de madeira, madeirite e tetos de lona.

Habitavam essas acomodações, em geral, os trabalhadores da construção civil e se instalavam até que conseguissem lotes através de doação do Estado ou fossem ocupar alguma nova quadra às margens do poder estatal. As condições precárias não impediram a chegada de novos migrantes trabalhadores que chegavam com o sonho do eldorado no norte do país.

²⁸ Inácio Teixeira da Silva chegou em Palmas em 1992, vindo do Pará na condição de seminarista. Tem uma trajetória de militância dentro do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e no Centro de Direitos Humanos de Palmas. Não seguiu os estudos para se formar padre, mas é diácono na Igreja Católica. No início de sua trajetória na cidade, trabalhou na construção civil e depois virou funcionário público da prefeitura de Palmas, como agente de combate às endemias. Até hoje mora na Vila União, onde ocupou um terreno na década de 1990.

Figura 15 – Alojamentos improvisados



Fonte: Casa da Cultura – Fundação Cultural de Palmas. Foto: Benhur Souza (1992).

Não temos mais informações sobre o alojamento acima, porém já é possível observar uma estrutura melhor do que as relatadas por nossos depoentes e as que vimos em algumas matérias de jornais. O registro fotográfico é simbólico, pois podemos inferir que tal organização era voltada a funcionários mais graduados, como engenheiros e arquitetos, que tinham uma história diferente de muitos migrantes trabalhadores, os quais, em sua maioria, vinham de uma experiência de vida rural.

Para ambos, é comum o sentimento de gratidão à cidade que lhes oportunizou novas expectativas e, em muitos casos, ofereceu um lote em que puderam construir seus lares. Esse sentimento, em parte, estende-se ao Estado do Tocantins. Não à instituição pública exatamente, mas sim uma dívida mesclada com uma penhora de agradecimento às figuras que lhes concederam benefícios. Geralmente, quem recebe o lote dirige sua admiração à figura pública que lhe concedeu o que, por vezes, tem uma influência direta com as disputas políticas locais. Esta é uma das consequências diretas da naturalização das desigualdades sociais que cria uma falsa relação de obrigação que nunca tem fim.

O intelectual Marcel Mauss (2003), em seu trabalho “Ensaio sobre o dom”, trata bem desse sentimento que relaciona a dádiva com uma obrigação de devolução. Mauss exemplifica que a relação social do valor é simbolicamente fundamental na vida cotidiana dos sujeitos. Esta compreensão parte de análises de trocas em

sociedades arcaicas e, principalmente, de relações que não estão no passado, mas são bem atuais na contemporaneidade. Formas constituídas de vínculos não foram totalmente substituídas pela lógica capitalista, portanto os interesses não são pautados exclusivamente por relações econômicas. Os sentidos sociais incluem esferas da vida humana como cultura, política, religiosidade sem necessariamente haver hierarquia preexistente.

Mauss (2003) entende que uma obrigação moral coletiva envolve necessariamente várias relações sociais, pois uma obrigação é um fenômeno tão complexo e diversificado quanto a troca de mercadorias. Motivações e modalidades são diversificadas pelas interações entre indivíduos e grupos, assim, Mauss edifica sua crítica antiutilitarista revelando que os sistemas de trocas e alianças são complexos. Em que medida as teorias de Mauss impactam a vida dos migrantes em seu relacionamento com a cidade e suas relações com representantes do Estado é uma questão a ser trabalhada neste capítulo.

No texto *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2018) propõe questionamentos sobre a natureza e o impacto da cultura política brasileira na sustentação e na oposição ao regime autoritário, examinando o quanto certos valores e práticas culturais influenciaram tanto a aceitação quanto a resistência ao regime. Nesse sentido, o autor defende a ideia de que a cultura política brasileira é marcada por práticas patrimonialistas, autoritárias e clientelistas que resultam em uma resistência a práticas democráticas efetivas, favorecendo a obediência às autoridades e a repressão de movimentos contestatórios. Em contrapartida, fomentam manifestações de resistência e as variadas nuances dessa cultura, pois, mesmo em meio ao autoritarismo, grupos civis organizaram-se contra o regime civil-militar, revelando fissuras importantes no consenso político da época. Tal análise serve de inspiração para entender as forças políticas presentes na constituição do Tocantins e na construção de Palmas.

Percebe-se que a migração para uma urbanidade que estava se constituindo marca o modo de vida dos trabalhadores em sua busca por ascensão social. Esse projeto de vida ocupa quase que a totalidade do tempo disponível dessas pessoas expostas a frustrações, explorações e estabelecendo relações de afetividades que expressam o cotidiano dos migrantes trabalhadores nas relações de apadrinhamento

e, de certa forma, exploração. Ao ser perguntado qual foi sua primeira moradia em Palmas, Cleiber Abud²⁹ responde:

A primeira casa a gente morou aqui na 13, antiga vila dos deputados, e ficou só um mês ali, depois a gente foi para região norte, que aí foi ali que eu te falo que foi o meu encontro na região norte. Foi meu primeiro encontro com a região norte, já jogava bola lá, eu sou um amante do futebol e aí eu jogava bola lá. E aí eles me colocaram na 31 (Arno 31), bem em frente à praça da Arno 31, hoje 303 Norte. Depois foi Vila União, é que nunca foi Vila União, foi sempre Arno... primeiro nome da Vila União foi Arno, foi Área Residencial Norte. Vila União é um nome simbólico até hoje, né? (Abud, 2022).

Essa casa era dividida com mais doze ou treze pessoas, a depender da necessidade do empregador. É muito possível que a escolha da região norte tenha sido em função do custo menor em comparação com a região sul; para o empregador era importante essa economia. Portanto, a constituição da região norte, incluindo a Vila União, é de migrantes trabalhadores. Sabemos que essa categoria não é homogênea, mas, com base nas entrevistas, observamos que se trata de um núcleo com empregados de mão de obra para construção civil, empregadas domésticas, professores e funcionários públicos de cargos basilares da pirâmide social brasileira. O grande fluxo migratório em direção a Palmas e a ausência de uma política de acolhimento estimularam vulnerabilidades sociais. Em um primeiro momento, muitos migrantes vivem em moradias coletivas ou de favor, e os arranjos de moradia são alterados à medida que a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da renda vão surgindo.

Com o trânsito migratório intenso, o perfil da população é reconfigurado cotidianamente, a criação de laços sociais estrutura sentimentos de territorialização na cidade. São múltiplas as implicações desse fenômeno que produz um imaginário fértil para a construção de uma identidade cultural para o Tocantins, materializado na construção da cidade de Palmas. Ao pensar sobre a criação do estado do Tocantins, é possível observar a representação imaginária da nova unidade federativa de forma que agregasse os migrantes como “Co yvy ore retama”, que significa “essa terra é nossa” em tupi guarani. A expressão inserida em seu brasão busca um diálogo entre

²⁹ Cleiber Abud chegou em Palmas em 1993 oriundo da cidade de Araguaína, norte do estado do Tocantins. Veio jovem para a cidade em busca de oportunidades de trabalho. Trabalhou por muitos anos em concessionárias de carros desenvolvendo várias funções até chegar na categoria de vendedor de automóveis novos e usados. Atualmente trabalha como autônomo no ramo de venda de carros usados. Desde que se casou, poucos meses após sua chegada em Palmas, morou na Vila União, na casa de sua sogra.

migrantes e os remanescentes do antigo norte goiano, uma cosmogonia que elabora a ideia de heróis que constroem juntos a história do estado.

Todavia, a acepção da terra coletiva foi apenas simbólica. O processo de invenção do estado do Tocantins tem como um dos fundamentos a produção de uma identidade tocaninense em oposição à goiana. *Slogans* como “Goiano de direito. Tocantinense de coração” e “Estou goiano, mas sou tocaninense” expõem essa diferenciação que alimenta um imaginário coletivo interessante para um novo estado e, principalmente, para união de uma nova capital. A edificação de Palmas criou também um espaço representativo, que articula o simbolismo do novo e a reconstrução de vida dos migrantes que buscavam unir suas histórias de vida com a da cidade.

A nova cidade em si é uma construção de memória para o Estado do Tocantins, um forte instrumento de construção identitária e uma grande oportunidade de criação de um monumento que por si só já nasce histórico. Ao discutir sobre locais de memória, entendemos a cidade como uma categoria de práticas sociais fruto das relações humanas. Para a professora alemã Aleida Assmann (2011, p. 320), “o que dota determinados locais de uma força de memória especial é antes de tudo sua ligação fixa e duradoura com histórias de família”. Portanto, ao abordamos a migração efetiva junto da construção da cidade, é possível entender que a própria capital do Tocantins é um local de memória para uma grande parcela da população. Obviamente não se está ignorando as experiências de memória anteriores, porém a ligação histórica entre migrantes e cidade é muito característica.

Entende-se que não há uma memória de forma natural, advinda de uma essência, tampouco que esta se dá de forma individual; as lembranças advêm da coletividade. As maneiras de recordar são culturalmente construídas ao longo do tempo e estão de acordo com o contexto histórico no qual estão inseridas. Portanto, não se pode pensar a memória como registros armazenados, mas, sim, como constantes reformulações realizadas no presente. É possível pensar em formas concomitantes de se entender as memórias em relação constante com o presente, pois é este o campo de ação.

Com base nesse entendimento, a memória de uma cidade pode seguir alguns caminhos, que vão da superação da dicotomia entre memórias individuais e memórias coletivas, que seriam representadas por localidades, como também da percepção de que as memórias locais estão vinculadas aos usos e às formas de utilização inseridas nesta dualidade mesmo. Aleida Assmann (2011, p. 317) trabalha tal questão

chamando atenção para o trânsito entre uma “memória que se recorda dos locais” e uma “memória que está por si só situada nos locais”. Logo, o ato de rememorar se trata de uma prática social que articula os vínculos dos sujeitos com os espaços das cidades e suas formas de uso, como também as diversas temporalidades, o que reforça a criação de identidades. A edificação da urbanidade palmense se relaciona com seus grupos e os usos da cidade, que se expressam na oralidade que traz sentido aos locais.

Em entrevista com Dom Philip Eduard Roger Dickmans,³⁰ que chegou a Palmas em 1996, oriundo da Bélgica, enviado pela Igreja Católica com objetivo de professar a fé católica no Brasil, entendemos o cotidiano da cidade onde havia poucos espaços de lazer públicos que incentivassem as relações sociais.

Os homens trabalhavam muito na construção civil, né? As mulheres menos, né? As mulheres ficavam mais em casa, né? Acolhendo as crianças nas escolas, nós já tava mexendo com a família, entendeu? Quer dizer tem a parte de formação, tudo isso aqui, mas só, por exemplo, como as lideranças, párcos, a gente celebrava os aniversários, aí combinando na casa tal e fazia uma vaquinha para comprar uma cervejinha, um vinho, não é? Um churrasquinho, entendeu? Aí brincadeira, né? Dançava um forró, né? Era bom, quer dizer, era muito, era muito unidade. Se você precisava... “Olha gente tô precisando fazer isso aqui, vocês podem ajudar?” Na hora! Todo mundo dá um jeito lá, entendeu? Isso eu acho que foi muito, muito bonito, né? Hoje todas essas casas têm muros, naquela época não. Naquela época a gente entrava pela porta da cozinha, saía na outra porta e já tava na casa do outro, né? Não tem, se tivesse um arame, era só subir arame e passando por baixo, né? Hoje tá tudo murado, né? Tá tudo mais individualizado, né? (Dickmans, 2022).

Como vemos na narrativa de Dom Philip, o cotidiano do migrante trabalhador faz referência à já explicitada precariedade econômica e um forte desejo de sua superação, além da importância das relações sociais no território. A heterogeneidade cultural é marcante, pois os migrantes surgem das mais diversas regiões do país e a constroem através de seus símbolos dentro da estrutura urbana. Como também, as vivências são imersas em muitas variáveis, como gênero, raça, classe, tipos de empregos, moradias, ou seja, são múltiplas realidades com temporalidades diversas no mesmo território.

Ao relatar um cotidiano de ocupação, lembranças de solidariedade são estimuladas, ainda mais se pensarmos na formação cristã do interlocutor, condição

³⁰ Dom Philip chegou na cidade de Palmas em 1996, vindo da Bélgica para o Brasil em uma missão de evangelização. Ao chegar primeiro em Brasília, foi designado para Palmas, pois a cidade precisava de mais padres para auxiliar nos trabalhos eclesiais. Na cidade trabalhou inicialmente na paróquia da Vila União e fez diversos trabalhos comunitários em muitas ocupações. Dom Philip é simpaticante da Teologia da Libertação e entende que a Igreja precisa ajudar a população mais pobre.

em que esse sentimento é muito estimado. Mesmo que sua vivência não fosse a mesma de quem está em situação de vulnerabilidade, entendemos as vivências de Dom Philip como de uma testemunha da cultura trabalhadora dos migrantes; todavia, não podemos negligenciar os sentidos de sua memória sobre o passado da cidade. Através de seus testemunhos percebemos que esse ambiente não era de todo harmonioso, e veremos adiante que a solidariedade convivia também com o medo, com a violência, entre outras questões menos orgulhosas ao ser humano.

Aos espaços são firmadas relações que modificam a identificação com a terra, gerando um estilo de vida próprio do território palmense. Há uma identidade edificada na heterogeneidade que exalta elementos como a tranquilidade, a segurança, o trânsito tranquilo, a relação da cidade com a natureza, a qualidade de vida, as relações interpessoais e, principalmente, as oportunidades que levariam a uma vida melhor. Esse ideal de felicidade contrasta diuturnamente com a realidade de parte da população que não tinha suas necessidades básicas atendidas na construção da cidade, como também a de muitos que não são atendidos no presente. Assim, o espaço que propõe a melhoria de vida através da superação de adversidades, uma ode a meritocracia, deixa à pura sorte uma considerável população carente, ontem e hoje.

Na Praça dos Girassóis, centro da capital, desde 2002 há um monumento denominado de Súplica aos Pioneiros, construído em “homenagem e gratidão aos bravos que, com fé em Deus e determinação, lutaram pela criação do Estado do Tocantins”.³¹ É preciso fazer uma análise e não apenas uma descrição da obra, interpretar aspectos da cultura desse contexto que faz parte dos elementos de construção de memórias na urbe.

Podemos interpretar que a imagem represente uma família de migrantes, categorizados como pioneiros, e que o monumento faz uma homenagem às pessoas que construíram a cidade de Palmas e/ou o Estado do Tocantins. O monumento foi inaugurado em 18 de março de 2002 pelo governador Siqueira Campos, nos momentos finais de seu terceiro mandato. A simbologia envolvida na representação é bastante curiosa, tal monumento, produzido em bronze, é constituído por nove pessoas e sugere uma dramatização de migrantes que se dirigiram a Palmas: um homem, uma mulher, seis crianças e um carneiro. Ocupando uma área de aproximadamente 70 m², as esculturas variam de 2,36 metros de altura até 71

³¹ Reprodução dos dizeres da placa do monumento Súplica as Pioneiros.

centímetros e, dos sete personagens, quatro estão com as mãos erguidas ao céu. Tal gesto pode ser entendido como súplica, gratidão ou ambos, e todos os personagens estão voltados para o leste, onde nasce o sol.

No que se refere à análise de esculturas urbanas como fonte, o texto *O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo*, do professor Paulo Knauss (2000) oferece o suporte metodológico. Knauss (2000, p. 179) afirma que “as esculturas, dispostas em locais de grande circulação, desempenham um papel de ‘educadoras silenciosas’, permitindo que a população absorva os valores cívicos ali representados ao transitar por esses espaços”. Portanto, os monumentos escultóricos exibidos em espaços públicos podem estimular uma narrativa simbólica que extrapola o âmbito artístico, tornando-se também um instrumento de fortalecimento de uma narrativa histórica, como é o caso do monumento representado na Figura 16.

Figura 16 – Súplica aos Pioneiros



Fonte: foto de Lia Mara/ATN.³²

Em que pese a idealização de uma homenagem aos migrantes/pioneiros, não há, porém, um reconhecimento para a maior parte dos migrantes que não se

³² Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/passeio-pela-praca-dos-girassois-revela-a-historia-da-capital-palmas/35llqqno52n3>. Acesso em: 20 jul. 2023.

aventurou com a família, muitos dos quais chegaram em Palmas de forma solitária. Tal imagem se identifica muito com a história do então governador Siqueira Campos, pois, em uma coincidência ímpar, há semelhanças físicas, no número, gênero e idade dos filhos, recordando quando o então deputado fazia sua jornada política no norte de Goiás. Ao seguir a linha interpretativa de que tal monumento seria uma forma de autorrealização da representação de Siqueira Campos, analisamos os elementos estéticos e simbólicos, revelando uma memória coletiva que evoca um ideal de migrantes. Há assim uma vinculação da imagem de Siqueira Campos com a dos pioneiros/migrantes, como se este fosse a idealização dessa categoria social fundadora da cidade.

É nesse aspecto que os símbolos urbanos se consolidam, no campo do imaginário, como uma moldura de uma imagem que manifesta sentidos e atribuições. O exemplo da súplica dos pioneiros reforça práticas e ações no imaginário palmense, que mesmo ao idealizar a história de Siqueira Campos, pode ser reinterpretada como a história de alguns migrantes ou não. A questão é que muitos espaços de memória da cidade não fazem uma conexão com as relações sociais existentes, mas atendem a interesses de uma elite que consegue se protagonizar na narrativa histórica da cidade. A súplica aos pioneiros reforça o princípio da gratidão (Knauss, 2000), tanto com Siqueira Campos, quanto com o projeto de Tocantins/Palmas, partindo da ideia de que a cidade “salvou” trabalhadores desesperados e permitiu a mobilidade social. Interpretamos o carneiro como um demarcador social sobre a origem desses trabalhadores no campo, talvez uma evocação da figura do retirante, muito forte nos anos 1980 e ainda presente no começo dos 1990.

A suntuosidade da Praça dos Girassóis instiga reflexão, pois se trata da edificação que concentra os poderes oficiais do estado combinados com edificações imponentes. A cidade se irradia a partir da Praça dos Girassóis, que contextualiza historicamente a urbe na construção de seu território, fruto de um projeto de inspiração neoliberal fundamentado nas desigualdades sociais, pois as dimensões política, cultural, social e econômica estão ligadas na cidade por meio do uso de suas terras, na forma de organização da urbe.

A história de uma região é erigida e composta de ações dos sujeitos históricos, e as formas de rememorar conquistas que marquem a relação dos atores e os espaços físicos compõem a paisagem urbana e inscrevem tal narrativa no futuro, para as gerações seguintes. Não parece que os migrantes trabalhadores se veem

representados nos monumentos, pois nenhum deles cita esses como uma forma de identificação. Em nossa experiência docente, identificamos que, mesmo que conheçam a escultura, poucos estudantes a reconhecem como importante para cidade. Talvez isso se deva ao fato de se sentirem excluídos dessa representação, todavia a oralidade está presente como forma de garantia desses sujeitos.

Os testemunhos orais podem atuar como uma reparação histórica, já que muitos grupos marginalizados não estão contemplados em documentos oficiais e em espaços oficiais de memória ou, quando estão, são representados não por si mesmos, mas como uma interpretação de outrem. A história da construção de Palmas invisibiliza a luta de migrantes pela moradia e pelo direito de ocupar o Plano Diretor; tende a projetar estereótipos que esquecem os conflitos e demonstram uma sociedade coesa, harmoniosa e homogênea. Em contrapartida, através da oralidade, percebemos uma gama de relações sociais complexas, amplas evidenciando a importância da história oral para os estudos migratórios.

Centralizado geograficamente no Brasil, o Tocantins assume uma relevância regional por fazer divisa com seis outras unidades federativas de três regiões diferentes. Na busca por oportunidades, migrantes do país inteiro rompem com as divisas estaduais vigentes e formam, juntos, a diversificação característica da cidade de Palmas. De acordo com o IBGE (2011), o perfil dos habitantes de Palmas em 2010 era marcado pela complexidade e diversidade, como observamos no quadro abaixo.

Tabela 2 – Origem migratória de Palmas (2010)

Região	Porcentagem populacional	N.º de pessoas
Região Norte	56,7%	129.527,000
Região Nordeste	21,5%	49.041
Região Centro-Oeste	12,6%	28.760
Região Sudeste	5,9%	13.471
Região Sul	2,2%	4.941
Distrito Federal	1,4%	3.118

Fonte: IBGE (2011). Elaboração própria.

A diversidade apontada pelos dados do IBGE expressa-se em práticas culturais, nas relações sociais, nas várias formas de variações da língua portuguesa e nas próprias variantes físicas dos corpos.

Por meio dos testemunhos de histórias de vida, é possível analisar o fenômeno da migração por dentro dos sujeitos e suas relações cotidianas mediante suas próprias vozes. Ao partir da história de vida dos indivíduos, entendemos os impactos de políticas e padrões que influenciam diretamente na vida e relacionamentos em comunidade. Existem particularidades da experiência migratória que são negligenciadas em algumas fontes e, através da história oral, são estendidas as possibilidades de construção do conhecimento histórico. Algumas produções históricas não inserem em seus objetivos a discussão reflexiva de problemas sociais do passado, como a vulnerabilidade habitacional e as vozes contestadoras e articuladas por mudanças. Neste sentido o historiador Paul Thompson defende a utilização da história oral para estimular reflexões do presente sobre o passado possibilitando reflexões sociais. Thompson (1992, p. 137) afirma que:

Finalmente, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os “objetos” de estudos em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*.

Não estamos aqui em busca de uma história “mais verdadeira”, também não cremos que esse era o objetivo do professor Thompson, que interpretamos como diversificada em defesa de uma construção histórica baseada na oralidade. Nos relatos que colhemos é comum a influência econômica no ímpeto migratório, porém observamos outros aspectos como sair de uma zona rural para vivenciar mais oportunidades em um ambiente urbano, questões culturais como exercício da religiosidade e a mudança de vida no âmbito profissional.

Ao problematizar o monumento “Súplica aos pioneiros” no tocante à excepcionalidade dos migrantes trabalhadores terem em Palmas aportado com uma família tão numerosa, não quer dizer que suas narrativas desconsiderem as redes sociais em suas vivências. Nossos depoentes geralmente apontam alguma rede social como uma das motivações para migrar, para que, mesmo que distante, pudessem ter um mínimo de apoio. Muitas vezes esse contato era essencial para melhorar a sobrevivência, uma sustentação cultural e identitária. A história oral como aliada é um meio, um método para entender como essas redes sociais assumiram papéis fulcrais

na vida cotidiana dos migrantes, construindo uma rede de apoio fundamental, como Dom Philip relatou anteriormente.

Ao pensar as relações sociais ampliadas no cotidiano com a história oral, percebe-se que essas influenciam na conquista de um emprego, no auxílio com as crianças, estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora. Uma das contribuições dos testemunhos é entender como se dão aspectos da sociabilidade migrante, pois temos a história de Cleiber Abud, que, em poucos meses na cidade, namorou, casou, virou pai e foi acolhido pela família da esposa. Ele nos conta que

Comecei a namorar com ela, falei com a mãe dela, veio o tio, um negão gigante, sério, o irmão dela que é meu cunhado mais velho, falecido [...]. Aí meu cunhado veio com ele, aí vieram me arrochar. Aí eu falei: cara, deixa eu te falar. Eu quero casar com sua irmã. Eu não quero namorar com sua irmã, eu não quero nada com ela que não seja sério. Eu já tinha vindo de um casamento, já tinha separado, e no meu casamento eu tinha só juntado. Eu queria casar no papel e morar, então eu quero casar com sua irmã. Aí com muito bom senso dos dois, muito difícil, mas eles deixaram eu namorar com ela e assim foi. Eu comecei a namorar com ela, com três meses eu fui morar na Vila União com ela, com a mãe dela, morar. Ela com 16 anos, ela teve minha filha com quase 17, já fui namorando e já fui fazendo uma menina ali, em 96 minha filha nasceu (Abud, 2022).

Em sua fala percebe-se uma das grandes contribuições da história oral nos estudos migratórios, isto é, a maneira como as pessoas interagiam em uma realidade complexa como foi a construção de uma cidade fundamentada na migração. Questões como a moral de masculinidade, a ampliação do conceito de família, ou seja, a construção de histórias de vida explicadas a partir da experiência do sujeito. Abud tinha seu planejamento, que era casar e fazer parte de uma família, talvez na intenção de replicar a experiência familiar a qual havia deixado antes de migrar. Dessa forma a história oral é uma importante ferramenta para compreender esses processos que estão mais no campo subjetivo da experiência humana. Ao fazer parte de uma família, nosso interlocutor passa a se sentir inserido socialmente, como também sai de uma casa coletiva com outros migrantes e passa a conviver com pessoas as quais ele escolheu; sua casa virou um lar. Portanto, é interessante analisar que, além do amor, uma condição subjetiva, podemos pensar que a decisão pelo casamento seja também influenciada por questões objetivas, como ter uma moradia ou melhorar as condições daquela que já se tem.

Esse processo é bem característico do migrante de baixa renda, os trabalhadores braçais. A união familiar tem uma dupla função que atinge a carência afetiva e a vulnerabilidade habitacional. Assim, a construção familiar abarca ambos os

aspectos de pessoas que buscam melhores condições de vida em cidades distantes daquela em que têm laços familiares. Em uma cidade marcada pela desigualdade social desde seu planejamento, na qual grande parte viveu a margem de seus direitos básicos, entender a complexidade das relações sociais é fundamental tanto na organização pessoal quanto nas organizações coletivas em busca de direitos. Em Palmas as desigualdades sociais são consequência de uma lógica mercadológica do território e com isso vários problemas urbanísticos e sociais são presentes até a atualidade.

3.3 O coletivo (r)existe

*Aqui
Supervalorizam
As distâncias, o calor,
Os vazios, o preço
Dos
Itens básicos.
Supervalorizam
Todos os dias
Nossa paciência.
Desvalorizam
Nossos anseios,
Nossa cidadania
[...]
Aqui
Sobrevive,
Com insolação,
Nossa poesia.*

Thiago Ramos de França

As transformações na ciência histórica foram profundas durante todo o século XX e seguem durante o XXI. As reflexões referentes à estreita relação entre passado e presente interligados pela história, e a ruptura da identificação desta tendo o passado como seu objeto oportunizou incríveis novas possibilidades para produção do conhecimento histórico. O historiador francês Henry Rousso (2016) inicia seu livro *A última catástrofe* com uma reflexão em cima de um “causo”, de certa forma anedótico, mas que permeia uma noção de história limitadora quando ouvimos a frase “Vocês não estavam lá”. Esse questionamento é por si só anti-histórico, pois se tal questão fosse premissa, a ciência histórica seria inviável. Mas o que chama atenção são as representações, já que a história do tempo presente é marcada por tensões que perduram na experiência histórica dos envolvidos.

A opção metodológica pela história oral, por si só, não caracteriza a história do tempo presente. Para Rousso (2016), a marca singular de uma história do tempo presente é uma produção do conhecimento histórico no qual os sujeitos participantes ou não da pesquisa estejam presentes fisicamente e que o trabalho esteja sob a vigilância destes. Assim, a questão gira torno da escrita do historiador, que está na mesma temporalidade de sua investigação. A singularidade se dá quando a presença física dos sujeitos históricos interfere de certa forma no trabalho de coleta dos rastros pelo historiador. Retomando a anedota acima, da utilização dos testemunhos dos que vivenciaram os acontecimentos emerge a preocupação de uma construção histórica que faça sentido para esses sujeitos. Em resumo, “pode-se com direito fazer o que quiser sobre os mortos [...] não se pode fazer isso com os vivos” (Rousso, 2016, p. 260).

Tais tensões se dão principalmente, porém não unicamente, na conexão entre memória e história. A comunicação entre épocas não se dá naturalmente, é um processo histórico, ainda mais quando pensamos em um período curto historicamente falando, como é o do nosso objeto de estudo. Assim também quando não há um interesse hegemônico nessa memória tocando as disputas fundiárias da cidade de Palmas em sua primeira década de existência, quando a propaganda oficial do Estado era de uma terra de oportunidades e de uma cidade sendo construída sob a égide da modernidade do século que vinha a nascer.

A publicidade da cidade de Palmas, fomentada pelo governo estadual, era ostensiva, e o alto investimento em propaganda era necessário por dois motivos: o primeiro era a necessidade de atrair migrantes e investidores; e o segundo, de construção de uma identidade tocantinense. Identidade que foi fundamentada na modernidade, na harmonia com o meio ambiente, na diversidade cultural e na organização do espaço, tudo isso representado fisicamente na capital do estado. A análise das veiculações do Estado, notícias que mais parecem propagandas oficiais, em diversos grandes jornais do país, permite afirmar que o perfil migrante que o Estado buscava atrair era diversificado. E as propagandas acompanhavam essa diversidade, divulgando a existência de atrativos turísticos modernos, a oportunidade de empregos e de investimentos.

A imagem do desenvolvimento no centro do cerrado brasileiro era estimulada como singular, certamente insuflando o imaginário dos indivíduos a partir do progresso. Esse contexto geográfico identificava-se como um ecossistema valioso economicamente, estimulado pelo potencial agrário do estado. A criação do Tocantins

trouxe esperança a uma parcela considerável da população brasileira, gerando modificações irreversíveis no espaço territorial no qual a cidade de Palmas foi erguida. A título de exemplo, tem-se a propaganda do Estado publicada no *Correio Braziliense* em 20 de maio de 1989 (Figura 17).

Figura 17 – A partir de hoje, o Brasil tem nova capital



Fonte: *Correio Braziliense* (A partir..., 1989).

A lembrança está sujeita a modificações e transformações, o presente ressignifica essas memórias, pois trata-se de subjetividades dos sujeitos e é com esse entendimento que serão trabalhadas as fontes orais, que são um dos pilares deste trabalho. Ao realizar a leitura do texto *Éramos pobres, mas... Narrar a pobreza na cultura apalachiana*, do pesquisador italiano Alessandro Portelli (2010), é possível perceber muitas semelhanças com os relatos orais dos migrantes que vieram a habitar a embrionária Palmas dos anos 1990. Os testemunhos trazem consigo uma superação das dificuldades encontradas em um ambiente hostil para os chamados, pejorativamente, de orelhas secas;³³ uma cidade que se planejava para um tempo futuro, para uma população específica, mas que não lidava de forma inclusiva com seus problemas presentes e populares. Havia um planejamento físico da cidade, mas não houve uma planificação de como lidar com a imensa migração e crescimento

³³ Termo utilizado de forma pejorativa para referenciar trabalhadores braçais que serviram de mão de obra para construção da cidade de Palmas.

populacional da capital do Tocantins, o que gerou um problema que aflige o presente: vulnerabilidade habitacional.

No tocante à memória, fundamentamos nossa prática de pesquisa em Paul Ricoeur (2007), que em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* discutiu o possível choque entre os objetivos do conhecimento histórico e os da memória, sejam pessoais ou coletivos. A história engloba vários acontecimentos de fatos passados mais amplos do que a memória, cujo alcance é restrito e é engolido pelo campo histórico. A história pode indicar comparações relativas inviáveis à memória, uma pluralidade de perspectivas próprias da história sobre diversos eventos, sejam eles econômicos, sociais, políticos ou culturais. O esforço de conferir um significado compreensível não pode eximir o historiador de sua tarefa de concluir, inferir e analisar seus objetos. A preocupação deve ser em compreender, explicar e debater e, mesmo assim, pode haver mal-entendidos entre história e memória, pois nenhuma delas está privada de interpretações plurais.

É importante lembrar que trabalhos históricos não são a única fonte de representação do passado. Existem outros tipos de escritas, como textos de literatura, peças de teatro, ensaios, panfletos, discursos oficiais, além de modos de expressão não escritas, como filmes, fotografias etc., que constituem os recursos do historiador, suas fontes. Nós, historiadores, não devemos esquecer que os sujeitos históricos são os promotores da história. E aí vamos ao problema da memória, o de fazer memória, que muitas vezes tem um objetivo reivindicatório, como se pudesse reparar alguma injustiça do passado relatado por pessoas que se consideram vítimas. Todavia, não é papel nosso enquanto historiadores sermos advogados da memória e acabar comprando um argumento político de uma época como se fosse um argumento histórico. Esse é um cuidado que se tem neste trabalho, que não pretende entender os sujeitos que constituíram ocupações urbanas como vítimas, mas, sim, como uma população que foi desprestigiada por uma política de Estado e que lutou e luta por seus direitos, a exemplo da luta pela moradia e pelo direito à cidade.

A criação de uma periferia planejada é uma ação de agentes socioeconômicos e políticos que desencadeou a criação desse espaço urbano, onde a moradia popular foi associada a uma terra menos valorizada. Assim, muitos problemas habitacionais

foram gerados, pois a população pobre vive um processo de espoliação urbana.³⁴ Com isso, temos um resumo de um modelo excludente de urbanização desenvolvido no Brasil e replicado na construção de Palmas, com base em um capitalismo de urbanização crítica.³⁵ Os limites dessas contradições reproduzem e produzem o crescimento das grandes cidades brasileiras.

O conceito de lugar na contemporaneidade é entendido a partir de cidades que remetam à ideia de utopia, moldando um tempo significativo e, ainda hoje, a conformação de cidades e espaços. Ao tratar sobre o caso de Palmas, o professor Glauco Coccoza (2007) discorre sobre a existência de uma necessidade contínua de se debater sobre questões urbanas e em como os debates apresentados por escritores urbanistas se sobressaem de acordo com seus posicionamentos em relação à “prática da produção espacial”.

As cidades contemporâneas são territórios múltiplos, que impulsionam afinidades seletivas e complexas, construindo também fronteiras além das espaciais que podem impedir passagens, costumes, práticas culturais entre outros. Em busca de uma homogeneidade territorial, muitas contradições são resistentes à mudança. Cidades como Palmas, que passam por um surto migratório intenso, incorporam muitas realidades estranhas entre si, gerando uma complexificação das relações sociais. Essa intrincada combinação poderia ser tratada por diferentes aspectos, e nesta pesquisa as disputas fundiárias que envolvem habitação são utilizadas como fio condutor.

Ocupar foi, para muitos, a única alternativa viável de moradia, pois os migrantes trabalhadores não contavam com uma estrutura basilar de apoio do Estado para sua recepção. Ao ser indagado como se instalou ao chegar na cidade de Palmas vindo do Pará, em 8 de janeiro 1992, o senhor Inácio, seminarista que veio realizar trabalhos sociais da Igreja Católica, respondeu:

Quando eu cheguei, na rodoviária tinha uma barraqueira de lona. Aí uns caras chegaram e falaram: – Você veio pra ficar e tal? Aí eu falei que sim... De tardinha... não, eu cheguei o dia estava amanhecendo, aliás... Aí eles disseram: – Olha hoje vai ter uma ocupação ali na 12, ali onde fica a igreja São Judas, nós vamos ocupar lá. Se você quiser ir ocupar lá, marcar um

³⁴ Entendemos o conceito de espoliação urbana atrelado às dinâmicas que atravessam a produção do espaço urbano. Adotamos a concepção de espoliação urbana de Lúcio Kowarick (1979), que relaciona a exploração do cidadão trabalhador a condições precárias de moradia em bairros distantes, dificultando o acesso a equipamentos públicos de saúde, educação, transporte e cultura. Essas condições de vida dos migrantes pobres fazem parte do entendimento do estudo urbano.

³⁵ O conceito de urbanização crítica nasce como contraposição à ideia do planejamento, da ordem, e das posições que fundamentam socialmente a urbanização desordenada, considerando e não menosprezando o sentido do caos espacial, que prevalece na urbanização contemporânea (Kowarick, 1979).

lugar. Aí eu falei: – Vamos, para ver se arrumo alguma coisa. Só que chegando lá eu vi que a igreja São Judas era bem pertinho do Palácio, aí eu fiquei com medo. Falei: – Eu morava em Belém, e lá em Belém a polícia cacetava a gente lá; quando ocupava qualquer lugar, quando invadia qualquer pedaço de chão, a polícia vinha e metia o cacete. Aí falei: – Não, não vou ficar aqui não. Aí ele falou: – Tem outro lugar aqui bem pertinho, eu tenho um lote lá, eu te levo lá. Aí eu vim mais ele, que é a 33, a 307 norte, hoje é 33 de novo, lá tava sendo ocupado (Silva, 2021).

A narrativa de Inácio, tão comum, nos mostra que os sujeitos, por vezes, foram inseridos num movimento de ocupação assim que chegavam na cidade de maneira muito corriqueira para aquela realidade. Na fala do senhor Inácio, é importante destacarmos sua experiência vivida anteriormente em ocupações, por isso sua decisão, no sentido de entender áreas que são negociadas; por exemplo a distância do Palácio do Governador, uma representação de poder, poderia se tornar um problema futuro para a ocupação do território.

Em seus primeiros dois anos de existência, o Governo do Tocantins esteve sob o comando de Siqueira Campos, em um mandato tampão até as primeiras eleições em 1991. Como se viu, o lema dessa gestão era 20 anos em 2, o que provocou uma necessidade de decisões rápidas e retornos imediatos. Tendo como um dos maiores objetivos consolidar o Tocantins em cenário nacional e internacional, ainda em 1990, mereceu destaque no *Correio Braziliense* uma aproximação do Tocantins com o estado norueguês (Figura 18).

A matéria descreve um encontro entre o embaixador da Noruega no Brasil, que viajou a Palmas acompanhando do governador Siqueira Campos para “analisar as oportunidades de investimento na agricultura e na indústria.” O jornal conta que, após uma visita, Sidgard Enderson “admitiu a possibilidade de entendimento entre o Tocantins e a Noruega, principalmente nos setores de reflorestamento, eletricidade e indústria de celulose”. A matéria finaliza afirmando que: “A convite do governador, ele esteve nos canteiros de obras e na Prefeitura Municipal de Palmas. O embaixador norueguês disse haver gostado da capital em obras e elogiou a arquitetura moderna e funcional” (Noruega..., 1989). Assim era vendida a nova capital estadual brasileira a seus investidores. Não sabemos se os acordos foram efetivados, porém as negociações existiram.

Figura 18 – Noruega quer entendimento com Tocantins



Fonte: *Correio Braziliense* (Noruega..., 1990).

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que a sociedade confere a elas, ao idealizar no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, parece importante reconhecer que, na condição original, o espaço se constitui em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

As projeções societárias são fundamentais para uma análise sociotemporal da questão urbana; a cidade é, de certa forma, uma representação destas. Em seu trabalho sobre as legislações urbanas na cidade de São Paulo, Raquel Rolnik (1997) demonstra como as ferramentas legais referentes ao ordenamento urbano são fruto da tentativa de se criar uma cidade alinhada a um ideal moderno, contudo excludente, oriundo de um contexto social específico. Como exemplo disso, Rolnik (1997, p. 37) argumenta que:

A primeira preocupação da legislação municipal, além de redesenhar as ruas centrais, foi eliminar estas formas de ocupação da área mais valorizada, o

centro da cidade. Com a proibição da instalação de cortiços, casas de operários e cubículos, proibiu-se genericamente a presença de pobres no centro da cidade, que no momento em estudo era o principal objeto de investimentos através dos chamados “Planos de Melhoramento da Capital”.

Mesmo se tratando de um estudo, publicado em 1997, que tinha como objeto de análise a cidade de São Paulo em um período histórico referente ao final do século XIX e início do século XX, não se trata de um horizonte de possibilidades tão distante de uma realidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, uma cidade planejada e construída no final do século XX.

Numa perspectiva histórica de urbanização, discute-se a questão da habitação como uma possibilidade para entender a constituição de uma urbanidade. Ao debater a vulnerabilidade habitacional que se manifesta de formas diversas nesse contexto, são levantados argumentos estruturais, legislativos, morais, sociais, mas pouco se debate o problema partindo de um horizonte teórico-cultural.

A cultura dominante e a emergente estão ligadas a um processo dinâmico de circularidade cultural que almeja uma hegemonia. Contudo, não se pode entender uma hierarquia nessa relação, mas, sim, interdependência transformadora. Como dominante, entende-se a forma de perceber a terra como uma mercadoria dentro de um mercado capitalista que transforma não só a terra em produto, mas em meio de especulação, criando um mercado além do real. Na perspectiva emergente, tem-se a população em vulnerabilidade habitacional lutando pela garantia do direito à moradia recém-adquirido por meio da Constituição de 1988, que se vale de uma noção de cidade democrática e inclusiva que vai além do poder econômico. De acordo com Raymond Williams (2011, p. 58-59):

Só podemos entender essa relação se fizermos distinções que, normalmente, exigem análises bastante precisas entre o residual incorporado e o residual não incorporado, e entre o emergente incorporado e o emergente não incorporado. [...] Nossa tarefa mais difícil, teoricamente, é encontrar uma explicação não metafísica e não subjetivista para a prática cultural emergente. Além disso, parte de nossa resposta a essa questão incide sobre o processo de persistência de práticas residuais.

Fica explícito no excerto supracitado que esta cultura emergente se dá na oposição à residual; é na articulação delas que surgem novos significados, práticas culturais, experiências e sentidos urbanos. É no campo da representação simbólica que a ideia de Williams capta uma relação dialética e uma mobilidade entre as categorias de residual emergência. Portanto, além dos aspectos econômicos e sociais o valor cultural influencia diretamente no planejamento urbano da cidade, da mesma

forma que a cultura é um campo de conflito, a cidade passa a ser palco de disputas culturais, mas também de luta por sobrevivência dentro dela.

O importante é ficar claro que aspectos culturais não estão dissociados das questões econômicas e sociais, visto que as disputas dentro da cidade são também de ordem cultural. Essa influência no planejamento urbano de Palmas, que a torna uma capital segregadora, também sofre o impacto de organizações emergentes, que criam rupturas no planejamento urbano que as invisibilizavam. As formas de dominar e reagir são aspectos culturais relevantes para entender as estratégias dos grupos que disputam a cidade, e pluralizar esses testemunhos é um caminho para vislumbrar um entendimento diversificado do passado e do presente.

A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar por sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil. Por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memórias. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado, mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Interessa nesta tese questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou em um território segregador e antidemocrático.

Ao tratar a experiência como uma categoria analítica da construção humana, percebe-se que a realidade sócio-histórica é uma construção alicerçada em práticas culturais. Portanto, cultura e experiência se tornam elementos centrais de análise para a produção do conhecimento histórico. Uma forma de estudar essas categorias é por meio da coletividade, pois conferir sentido às práticas, inclusive de resistência, une as pessoas em horizontes semelhantes, identificando e possibilitando experiências emancipadoras.

O crescimento citadino era pensado originalmente de dentro para fora, com a humanização das moradias e a familiarização dos moradores das quadras, como uma espécie de minicidades. Contudo, a realidade se mostrou diferente do planejamento. A especulação imobiliária e a sede de lucro atropelaram o projeto inicial. Em vez de se construir uma cidade de dentro para fora, instalaram-se “focos” de ocupação, inclusive com o patrocínio governamental. As pessoas foram separadas fisicamente em função de seu poder aquisitivo, e os trabalhadores que construíram a cidade foram impedidos de morar no Plano Diretor.

À medida que a cidade crescia e recebia novos habitantes, outros espaços foram sendo ocupados. Por volta de 1993, a região norte da cidade, posteriormente denominada como Vila União, que tinha como objetivo inicial ser o setor de mais alto padrão da cidade, foi alvo de uma ocupação popular. Em vez de grandes mansões e clubes aquáticos, foi destinada a fins menos segregacionistas, contudo sem um planejamento adequado, que perdura até os dias atuais. O embate entre classes advém de uma tomada de consciência dos abusos cometidos pelo capital, não sendo guiado por doutrinação, mas, sim, por uma oposição a uma ordem social injusta pré-estabelecida. Quando trabalhadores decidiram ocupar o centro da cidade, assim o fizeram pelo fato de existirem vazios urbanos garantidos ao capital em detrimento das pessoas.

Como forma de questionamento de uma hegemonia, nascem movimentos que contestam esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Estes surgem de uma emergência quanto à questão urbana, que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar à necessidade de uma casa, mas passam também pelo uso do solo e a regularização fundiária, grandes demandas do Movimento de Luta pela Moradia em Palmas, instituição fundada em 1995, cujas lideranças eram ligadas a pastorais sociais da Igreja Católica, a organizações estudantis e a partidos de esquerda.

No ano de 1994, é travada uma luta muito grande pela ocupação do centro-norte da cidade, uma vez que o município não contava com nenhuma política pública de moradia popular, mas apenas grandes projetos imobiliários. O Movimento de Luta pela Moradia utilizou muitas estratégias de organização e de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Um exemplo foi a conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde foi discutida a conjuntura do município e elaboradas estratégias de resistência que serão comentadas ao longo desta tese.

A partir dessas informações, é possível perceber que a segregação social em Palmas não é natural, tampouco obra do acaso. Desde sua planta inicial, a cidade nasce para ser desigual, para favorecer automóveis e não pedestres, para favorecer o transporte privado e não o público e para atender a interesses imobiliários em detrimento da população que a construiu. O desafio é questionar o que é considerado evidente por um número expressivo de pessoas em dada época, em dado lugar. Desafio este um tanto maior quando se refere a sujeitos simples, a pessoas comuns,

que construíram e vivenciaram a construção da cidade. Pessoas que viviam sob intensa vigilância das autoridades governamentais e dos segmentos sociais dominantes, que restringiam sua capacidade de se expressar, de verbalizar e de registrar seu fazer, pensar e sentir, mas que, no entanto, não a inviabilizaram.

O planejamento da cidade, seguindo uma linha do urbanismo moderno do século XX, permitia que sua implantação fosse realizada em dois níveis: um de seu todo, outro das especificidades. Permitia também uma articulação entre normas estaduais e federais sobre planejamento urbano, fundamentalmente o exercício das funções, a organização espacial, as obras civis e o controle administrativo.

No memorial descritivo do Projeto Palmas (Grupo Quatro, 1989), constam ainda dez princípios que embasaram seu planejamento, entre eles estão: traços viários que permitissem acessibilidade à cidade de forma que fosse possível alcançar visualmente o Lago e a Serra do Lajeado; preservação de ambientes naturais da cidade; meios de beneficiar o pedestre tanto no caráter urbano (do seu todo), quanto no centro das quadras (especificidade); a urbanização e o desenvolvimento da cidade de forma gradual, evitando-se assim a segregação espacial; limitação da quantidade de moradores por quadra em cerca de 300 habitantes; transporte e desenho urbano da cidade, com faixas prioritárias de ônibus; entre outros.

Apesar de todo esse planejamento, Palmas, com suas enormes quadras, é uma cidade desconfortável para os pedestres, que têm de percorrer grandes caminhos. Ainda que no planejamento da cidade a condição do pedestre tenha sido pensada, Palmas é uma cidade desenhada para os automóveis, contrariando mais uma vez seu projeto inicial. Com relação à questão ambiental, apesar da intenção de preservar o ambiente natural, foram construídos prédios de alto potencial degradante, como o *shopping center* próximo ao córrego Brejo Comprido. Palmas deveria ter sido ocupada de forma gradual, porém diversos fatores contribuíram para que essa idealização não fosse efetivada, o que resultou em diversos vazios urbanos e uma enorme segregação socioespacial na cidade. O não cumprimento da implantação gradual da cidade fez com que atualmente 40% da população resida fora dos limites do Plano Diretor, em regiões periféricas.

Uma questão que vem à tona é como foi dividida a cidade e de quem era a responsabilidade de vender ou doar os lotes. Em um *Boletim Informativo*, o governo estadual explica como seria esse processo:

A venda de lotes da capital definitiva do Estado será efetuada por um *pool* de empresas, que ainda não foram escolhidas. A informação é do deputado Federal e presidente da Comissão de implantação da Nova Capital (Novatins), Eduardo Siqueira Campos (PDC), que justificou esta ideia afirmando que o governo não pretende transformar órgãos como a Novatins, Codetins e Sevop em empresas imobiliárias. “A área é muito grande também, para ficar nas mãos somente do governo ou de uma empresa”, acrescentou (Tocantins, 1989).

Fica clara a opção por uma gestão privada da expansão urbana da cidade. Os interesses privados falaram mais alto e, com isso, a população mais pobre foi impedida economicamente de habitar o Plano Diretor da cidade. As áreas centrais foram reservadas para suprir a necessidade de moradia de uma classe alta que até hoje não conseguiu ocupar todo o território. Não foi dada à classe trabalhadora a opção de preencher os vazios urbanos, que persistem até os dias atuais. Esses tiveram que lidar com duas alternativas: viver em bairros distantes do centro, com uma infraestrutura menos elaborada e bem aquém do ideal urbanístico ou ocupar os vazios urbanos em movimentos pelo direito à moradia.

O pesquisador Francisco Amaral (2009), ao analisar a cidade de Palmas, discorre sobre a influência da propriedade imobiliária e do Estado na atividade especulativa, implantando e levando recursos públicos para as áreas distantes ocupadas e aumentando automaticamente os custos das cidades, em vez de criar mecanismos que permitissem a essas pessoas com menos condições financeiras morar mais próximo do centro. Essa especulação imobiliária faz com que haja uma expansão horizontal, com diversos vazios urbanos, e aumento de custos de caráter social, como é o caso de infraestrutura.

Para que houvesse essa segregação socioespacial, o mercado imobiliário aumentava os preços de imóveis. Nesse sentido, o *Jornal do Tocantins*³⁶ revela que o valor dos imóveis estava cerca de 25 % a 30% mais caro do que o estimado no início do ano 2000 (Vendas..., 2000). O presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Tocantins (Creci/TO) discorre sobre a especulação imobiliária em nível abusivo e sobre o impacto do valor de lotes para os investidores (Especulação..., 2000).

No início da instituição da capital, um grande número de pessoas procurou lotes para compra, porém poucas áreas da cidade estavam devidamente regularizadas.

³⁶ O *Jornal do Tocantins* foi fundado em 1979 na cidade de Araguaína, ainda norte de Goiás, e teve suas atividades impressas encerradas em 2018. Faz parte do grupo goiano Jaime Câmara e por décadas foi jornal de maior circulação no estado do Tocantins.

Devido à pouca oferta e à grande procura de lotes no início da criação de Palmas, estes tiveram um aumento bastante significativo de valor e, em razão desse aumento, o mercado imobiliário começa a ter pouca procura, levando os moradores a construírem casas e residirem em regiões irregulares, sem infraestrutura digna para moradia (Lotes..., 1999).

Com os obstáculos impostos, surgem áreas ilegais/irregulares ocupadas com autoconstruções, muitas vezes precárias. Os loteamentos irregulares têm se tornado cada vez mais frequentes desde a década de 1990, decorrentes da falta de alternativa da população de baixa renda, que ocupam essas regiões vulneráveis, vivendo com o mínimo de infraestrutura urbana e com ausência de serviços públicos. Tampouco dispõem de documentação básica para garantir, mesmo que minimamente, acesso a direitos e políticas básicas, assim como assegurar o direito à própria terra às pessoas que nela habitam.

As ocupações em regiões à espera de regularização inviabilizam o acesso à direitos sociais, como saúde e educação por exemplo, aumentando conseqüentemente o déficit habitacional e a quantidade de famílias em regiões precárias, e a conseqüente segregação espacial. A instituição de Palmas, segundo Amaral (2009), deu-se em meio a uma gestão territorial autoritária e centralizadora, que auxiliava a especulação imobiliária, ofertando moradias em regiões distantes para a população mais pobre. Exemplo disso foi o sorteio de 750 lotes para venda para famílias sem condições financeiras de comprar um lote/moradia no centro da cidade, famílias estas cadastradas na Agência de Desenvolvimento do Tocantins (AD-TO anuncia..., 1999). Aproximadamente 200 famílias que ocupavam um território público à margem da TO-050 foram obrigadas pela Prefeitura de Palmas a se retirar e os responsáveis não deram informações sobre a realização da operação de remoção, como afirma matéria do *Jornal do Tocantins* (Invasores..., 1999).

Com a falta de programas habitacionais para que a população sem condições financeiras pudesse comprar um lote/moradia, a Coordenação Municipal do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) decidiu em assembleia geral que mais de 300 sem-tetos ocupariam lotes que não estivessem cumprindo nenhuma função social. Um dos membros da coordenação expôs que foi prometido, em período eleitoral, a doação de terrenos para a construção de moradias, e inclusive feito o cadastramento de mais de 20 mil famílias, porém, após o período citado, o governo comunicou que não dispunha dos lotes para essa população (Grupo..., 1999).

Ainda nos anos 2000, devido à falta de políticas habitacionais e ao grande número de sem-tetos, estes passam a se mobilizar para sensibilizar a prefeitura. Uma dessas mobilizações ocorreu na escadaria da Assembleia Legislativa, resultando apenas numa promessa do vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Palmeri Bezerra (PL-TO), de convocar a comissão para a discussão do problema (Sem-teto..., 2000). O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de embate e de ocupação que resultaram em diversas conquistas, por exemplo, a obtenção de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, em que se discutia a conjuntura do município e eram elaboradas estratégias de resistência.

É visível a quantidade de vazios urbanos no centro da cidade e nas proximidades, suscitando dúvidas quanto ao posicionamento do governo após o período eleitoral: para que população não estariam disponíveis os lotes não ocupados nas regiões mais centrais? No livro *Modernidades tardias no cerrado: arquitetura e urbanismo na formação de Palmas*, há relatos de moradores acerca da sensação de uma “cidade fria”, além da afirmação de que o “novo governador não gostava da ideia de garantir aos pobres terrenos em áreas tão próxima ao Palácio Araguaia, visto que as quadras ocupadas eram próximas ao centro administrativo da nova capital” (Reis, 2018).

No ano de 2010, de acordo com IBGE, a população de Palmas era de 228.332 habitantes, representando 16,5% da população do Tocantins. Já o déficit habitacional, levantado pela Fundação João Pinheiro³⁷, era de 12.498 moradias, o que representa 18,2% das unidades habitacionais existentes. É notória a precariedade existente no acesso à moradia, desde a fundação da capital tocantinense até os dias de hoje.

Esse direito não se resume apenas a ter um teto, mas uma habitação digna com todos equipamentos estatais básicos que forneçam serviços de água e esgoto, educação, saúde, transporte e uma acessibilidade que permita uma vida digna. Mas na prática tais direitos constitucionais não são garantidos para boa parte dos habitantes de Palmas.

Entende-se que a regularização de regiões possibilita a efetividade de direitos sociais, abrangendo tanto as políticas de legalização fundiária de regiões ocupadas

³⁷ A Fundação João Pinheiro (FJP) é uma instituição pública de pesquisa, ensino e desenvolvimento de políticas públicas, vinculada ao governo do Estado de Minas Gerais. Criada em 1969, a FJP é referência nacional no estudo de políticas públicas e na formação de profissionais para a administração pública. Seu nome homenageia João Pinheiro da Silva, político mineiro que teve um papel significativo na história do desenvolvimento econômico e social do estado.

informalmente quanto a urbanização de áreas informais, viabilizando o direito de todos a viver em condições dignas. Com a temporada de chuva, as periferias da cidade, locais sem muita infraestrutura, sofrem com erosões e interrupções de ruas, resultando em riscos para os moradores dessas regiões, dificultando também a circulação de automóveis, como é o caso dos Aurenys e das Arnos, conforme noticiado pelo *Jornal do Tocantins*:

Com as chuvas intensas que têm caído sobre a capital, a periferia da cidade sofre com a erosão e as consequências são a interrupção de ruas e risco para crianças e veículos, que ficam impedidos de trafegar nos bairros mais afastados do centro da cidade. Os locais mais atingidos são as regiões dos Aurenys e as quadras da região Norte (Arnos), onde algumas ruas ficam completamente intransitáveis quando chove e outras precisam da ação imediata do poder público para voltarem a ser usadas pela população (Erosão..., 2000).

Além das questões de asfalto e saneamento básico, outro problema constante era a falta de energia elétrica que também se faz presente nessas regiões, resultando em ligações clandestinas feitas por uma quantidade significativa de moradores. O *Jornal do Tocantins* traz um relato acerca dos moradores da Aurenys III sobre o problema relacionado à energia:

A falta de energia elétrica em algumas regiões do bairro Aurenys III, em Palmas, tem levado moradores, aproximadamente 200 famílias, a fazerem ligações clandestinas conhecidas como "gambiarra", formando um verdadeiro emaranhado de fios nos postes terminais da região (Gambiarra..., 2000).

É notório, diante de tantos relatos e matérias jornalísticas, que há uma grande precariedade na implantação de recursos/equipamentos públicos, principalmente nas regiões mais distantes da centralidade da cidade. Mesmo que a habitação (loteamentos e casas) seja assegurada, outros direitos que integram o da moradia não estão sendo efetivados, resultando em déficit habitacional. O pesquisador Rafael Gonçalves (2009), no texto "Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial", propõe uma reflexão crítica sobre a regularização fundiária, abordando-a não apenas como uma solução para questões legais de posse de terra, mas como uma ferramenta fundamental para a promoção da justiça socioespacial e da inclusão social nas cidades brasileiras. Gonçalves (2009) aponta que, apesar da Constituição promover avanços, os registros em relação a programas relacionados ao solo são negativos e a efetividade de direitos está caminhando a passos curtos.

O projeto da capital do Tocantins, que objetivava uma boa qualidade de vida para seus moradores, pretendendo atingir a flexibilidade, qualidade ambiental e

viabilidade, idealizava uma cidade que remetesse à ideia de novo e tivesse ainda a facilidade de acesso ao espaço urbano para toda população. Diante de que se tem aqui observado em relação à implantação da cidade, nota-se que essa facilidade de acesso à habitação e a uma boa qualidade de vida não é efetiva para toda a população palmense, mas apenas para uma porcentagem possuidora de maior poder aquisitivo.

Por mais que houvesse um projeto para a implantação da cidade, este não foi seguido, gerando tantos problemas habitacionais. Das fontes escritas e dos relatos de moradores, que serão explorados em profundidade no próximo capítulo, é possível deduzir que se objetivava executar uma forma de higienização social na região central da cidade. Além infringir o projeto original, a implantação da capital desrespeitou a Constituição Federal de 1988 no que se refere à questão da moradia e aos direitos sociais. Em Palmas, o direito à moradia é de difícil efetivação, e mesmo quando efetivado o acesso à habitação para pessoas mais pobres, essa “acessibilidade” se dá em locais distantes e sem sua complementação, ou seja, sem infraestrutura, sem postos de saúde, escolas e muitas vezes até sem iluminação pública.

Quando o direito à moradia não é garantido, todos os outros direitos sociais são violados. Para que se garantam os demais direitos, configura-se fundamental o cumprimento do direito à moradia. Os problemas urbanos não podem ser analisados sem a respectiva análise acerca da política social e econômica.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS, MEMÓRIAS E DIREITOS HUMANOS

*Ao chegar a uma nova cidade,
o viajante reencontra um passado
que não lembrava existir;
a surpresa daquilo que você deixou de ser
ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos,
não nos conhecidos.*

Ítalo Calvino

Desde o planejamento havia uma grande expectativa referente à construção da mais nova capital brasileira. Essa não estava apenas nas edificações, mas sobretudo nas pessoas. Neste capítulo, trabalhamos com as constituições de memórias da cidade de Palmas, que são fruto de seus diversos migrantes, e como estes deram significado a suas memórias em conjunto com a própria cidade. O cerne desta etapa é pluralizar os discursos, as memórias e as possibilidades de construções narrativas históricas democráticas, problematizando as versões engessadas em meios de divulgação oficiais do Estado ou de grupos privilegiados no sentido de acesso a recursos de propagação de memórias.

Desse modo, faz-se necessário estabelecer uma discussão relacional entre história, memória e esquecimento que é fundamental para a compreensão da identidade pessoal e coletiva, bem como para a compreensão de nós mesmos e dos outros. Para Paul Ricoeur (2007), filósofo francês, a memória é uma das formas que nos permite ter acesso ao passado e, conseqüentemente, construir nossa identidade. A memória sempre se reconstitui de forma seletiva, já que, mesmo que fosse possível lembrar de tudo o que aconteceu conosco ou ao nosso redor, ainda teríamos o filtro de nossa subjetividade, que desembocaria em interpretações diversificadas. Isso significa que a memória é uma possibilidade de reconstrução do passado, em que selecionamos alguns eventos e os recontamos de acordo com nossas próprias perspectivas e experiências.

Todavia, a memória também é afetada pelo esquecimento, que é uma parte inevitável do processo de seleção humano de eventos para a memória. Esquecemos alguns acontecimentos ou detalhes destes relacionados a nossa história ou ao nosso redor, e tal fator pode ser influenciado por inúmeras variáveis, como a idade, a relevância emocional ou a falta de informações disponíveis.

Para Ricoeur, a história é uma forma de construir uma memória coletiva baseada em narrativas que tentam incluir todas as perspectivas possíveis sobre um evento ou período histórico. Assim, a história se torna uma forma de superar as limitações da memória individual e fornecer uma visão coletiva do passado. Contudo, essa história por muito tempo foi entendida como verdade absoluta e inquestionável. Afirma o filósofo francês que:

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou lisonja. Está aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. Mas esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber (Ricoeur, 2007, p. 455).

Observamos aqui o alerta de Ricoeur para o perigo de uma história oficial, muitas vezes imbricada em narrativas ideológicas de grupos sociais dominantes. Quando questionamos até mesmo que tipos de comemorações, símbolos, ou seja, memórias são estimuladas para serem lembradas, podemos refletir sobre o processo contrário, isto é, o que está sendo esquecido. A história seria, assim, afetada pelo esquecimento, já que nem todas as perspectivas e eventos podem ser incluídos em uma narrativa histórica. Além disso, a história pode ser influenciada por interesses políticos, sociais e culturais, o que pode ensejar diferentes interpretações dos mesmos eventos.

Ao realizar uma pesquisa histórica relacionada às memórias da cidade de Palmas, ancorada nos relatos dos sujeitos históricos que vivenciaram os acontecimentos, do período de 1990 a 2002, revelam-se aspectos da trajetória da própria cidade enquanto espaço social. Os relatos possibilitam a construção de uma história que não está registrada em documentos oficiais. Problematizar a história da construção da cidade de Palmas com base nos depoimentos memoriais é importante para que tais relatos não se percam no tempo e em função de seus silenciamentos. Desse modo, essas memórias plurais e entendimentos diversificados passam a constituir, ainda, caminhos iniciais para novas produções de conhecimento.

O entendimento de uma memória coletiva como um processo social e cultural pelo qual grupos e comunidades constroem, preservam e transmitem lembranças compartilhadas ao longo do tempo parece muito interessante, principalmente ao se levar em consideração as complexidades inerentes a essa coletividade. Segundo Paul Ricoeur (2007), a memória coletiva não se trata de uma simples junção de memórias individuais, mas, sim, de um processo dinâmico de seleção, interpretação e reinterpretação, que envolve ações coletivas e narrativas comuns. A memória coletiva é um processo que envolve a reconstrução do passado e sua interpretação em termos de identidade coletiva, valores e crenças compartilhadas.

Ricoeur (2007) também destaca que a memória coletiva não é apenas uma questão de lembrança, mas também de esquecimento. Ele enfatiza a importância do esquecimento na construção da memória coletiva, pois permite que determinados eventos e experiências sejam deixados para trás, permitindo a continuidade da vida coletiva. Logo, para Paul Ricoeur, a relação entre história, memória e esquecimento é complexa e dinâmica. A memória individual e coletiva influencia a construção da história, mas a história também pode afetar a forma como lembramos e esquecemos de certos eventos. É importante reconhecer a seletividade da memória e da história e estar ciente das diferentes perspectivas e interpretações que existem sobre o passado. Essa complexa relação entre memórias e os movimentos temporais será trabalhada nas linhas que seguem tendo como cenário a construção da última capital brasileira planejada do século XX.

Ao pensar memória e coletividades, é possível fazer uma análise relacional dos muitos tempos possíveis nos atos de lembrar e esquecer. Este capítulo mostrará que os migrantes exploram suas memórias de forma plural, em uma relação com construções narrativas em que é possível observar temporalidades distintas. A ameaça do esquecimento é presente nos depoimentos quando, por diversas vezes, surgem dúvidas sobre as lembranças e os relatos. A memória se torna uma forma de recuperar a história do vivido, uma forma de garantir a preservação da experiência humana de uma temporalidade diversa do presente, em que a comparação temporal é uma presença constante. Ao relatar suas experiências cotidianas, o professor Romeu Feix³⁸ conta que:

³⁸ Romeu Aloiso Feix chegou em Palmas no início de 1994. Na época era seminarista e veio do Rio Grande do Sul contribuir para a paróquia a cidade. Instalou-se na região norte da cidade, tem uma

Naquele tempo não tinha assalto lá também, né? Era aqueles tempos da poeira, as vezes atravessava aquela avenida lá, só na poeira. E chegava na escola ficava a noite também, para estudar à noite né? E às vezes o ônibus esquecia lá, várias vezes fui a pé, à noite voltando pra casa atravessava o mato lá e aí naquela avenida lá onde tem a outra, naquela lá, aquela que vem da OAB, né? Que desce lá, naquela região depois da ponte tinha uma, passando lá tinha um cabaré, tinha muitas barracas, coisas lá, e aí atravessava lá e naquela vez a gente andava por tudo que é lugar na Vila União, nos bares que a gente frequentava, né? (Feix, 2021).

As lembranças de Romeu Feix são ricas em sentidos e significados, pois revelam aspectos de sua subjetividade em sua vivência relacionada ao espaço social urbano. Percebemos uma certa nostalgia em sua referência a “naquele tempo”, caracterizando esse período como de menor violência, um passado rememorado afetivamente e, talvez, idealizado, quando as dificuldades com transporte público e falta de asfalto assumem um caráter quase poético de uma vida simples. A relação que o sujeito constrói com o espaço urbano está presente em suas menções aos espaços, como a “avenida”, “aquela região”, “ponte”, como elementos que resgatam um imaginário de uma ocupação diversificada da cidade. As referências a determinados espaços como “bares” e “cabarés” da Vila União sugerem um valor simbólico atribuído a espaços de entretenimento na rotina desses indivíduos que, em sua maioria, vieram para a cidade em busca de ascensão social através do trabalho. Compreendemos que essas memórias pessoais são marcadas por uma experiência coletiva, tornando-se uma importante fonte de apoio à análise das transformações sociais da cidade de Palmas.

É muito interessante perceber nos depoimentos as temporalidades que se apresentam entrelaçadas com as memórias, os marcadores temporais do passado como “naquele tempo”, “aqueles tempos da poeira”, relembrando a época que se podia andar pela cidade sem a preocupação de sofrer violências. As andanças pela urbe demarcam também outra experiência de vivências, uma resposta às transformações temporais e de espaço urbano pelos quais a cidade de Palmas passou e passa em sua história.

Ao refletir sobre a ciência histórica, é preciso entender a multiplicidade temporal como uma característica fundamental da experiência humana e da natureza da história. Enquanto historiadores, podemos reconhecer que, em diferentes épocas

história de militância nos direitos humanos, já foi candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores e se tornou professor de filosofia na cidade de Palmas. Abandonou o seminário e constituiu família, sendo morador da Vila União até os dias atuais.

históricas, existem características próprias, especificidades e perspectivas únicas, que podem mudar ao longo do tempo. Reconhecemos também que a história é uma narrativa construída a partir de múltiplas fontes e perspectivas, e que a interpretação dessas fontes pode mudar ao longo do tempo. Além disso, a multiplicidade temporal implica que eventos do passado podem ter diferentes significados e interpretações em diferentes momentos do tempo, inclusive no tempo presente.

Portanto, a ciência histórica entende a multiplicidade temporal como uma característica fundamental da natureza da história e da experiência humana, que exige uma abordagem flexível e multidimensional para compreender a complexidade e a diversidade da vida humana ao longo do tempo. O tempo tem sido um objeto de reflexão de diversas ciências, entre estas as humanas. Um intelectual dedicado a esta discussão tem sido o historiador alemão, Reinhart Koselleck, que buscou sistematizar de forma conceitual o tempo realizando uma reflexão sobre suas temporalidades: passado, presente e futuro. Preocupado em entender o passado como experiência e o futuro como expectativa, Koselleck (2006) percebeu essa intersecção em diferentes momentos, modificando, assim, a perspectiva pela qual a ciência histórica pensava a relação entre passado e futuro.

O tempo, aqui, não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas. Por isso mesmo, a história [...] deve ser apreendida em sua própria historicidade, constituindo um objeto da reflexão teórica destinada a conhecer os seus limites e as suas consequências (Koselleck, 2006, p. 9).

Logo, parte-se da presunção da historicidade do tempo, sendo esta um elemento fundamental para a concepção da modernidade histórica. É com base nessa experiência temporal que se pretende relacionar as memórias migrantes dos construtores de Palmas, tanto suas expectativas futuras quanto suas experiências presentes, porém dentro de uma pesquisa histórica que trata de construir uma narrativa com esse conceito de tempo.

Em *Funes, o memorioso*, o escritor argentino Jorge Luis Borges (1997) narra a história de um homem chamado Ireneo Funes, que, após um acidente com seu cavalo, desenvolve uma habilidade excepcional de memória, capaz de recordar cada detalhe de tudo o que vê e ouve. No conto, a relação entre o protagonista e a memória é destaque, bem como a importância do esquecimento, da seleção do que é relevante e do que não é, da subjetividade humana. A incapacidade do esquecimento se torna uma

maldição, a sobrecarga de informações por si só impede que o conhecimento seja processado, tornando-se um acumulado de ideias e pensamentos desorganizados.

A narrativa também questiona a possibilidade de se ter uma memória inquestionável e se isso é realmente desejável. Funes é retratado como alguém que é incapaz de esquecer qualquer coisa, mas essa habilidade o torna uma pessoa isolada e infeliz. A memória perfeita pode ser um fardo que impede o indivíduo de viver plenamente no mundo. Diante desse fato, Funes passa a perceber seu cotidiano de uma forma muito diferente, pois sua atual experiência modifica sua percepção não só de conhecimento, mas também de mudança temporal, já que para relembrar um fato leva o mesmo tempo do acontecido.

Ao pesquisar sobre disputas fundiárias na construção da cidade de Palmas, esta pesquisa se depara com sujeitos históricos diversificados: agentes do poder público que tendem a pacificar a questão, mesmo que nem sempre se traga soluções efetivas; movimentos sociais que incendeiam sua militância justamente tencionando alternativas; e, por fim, a figura amorfa do mercado imobiliário. Sob essa questão temporal, os movimentos sociais, o mercado e os agentes públicos tendem a diversificar suas interpretações, pois o tempo não é concebido homoganeamente, na verdade, nem concebido é. Neste estudo, será analisado como as diferentes temporalidades interferem diretamente no campo prático de decisões sobre a questão da vulnerabilidade habitacional em Palmas na década de 1990.

Pode-se pensar então em analisar não só como os sujeitos agem em diferentes temporalidades, mas como essas ações temporalmente heterogêneas devem ser consideradas na produção do conhecimento histórico. O ponto chave dessa interpretação é tomar para a história a análise do tempo no horizonte intelectual dos sujeitos envolvidos no processo/fenômeno/acontecimento a ser estudado. Não cabe à história reproduzir argumentos políticos de uma temporalidade como se fossem argumentos histórico-científicos, da mesma forma que é incompatível assumir uma temporalidade homogênea como referência de um período. Cabe à história a responsabilidade de estudar o tempo em suas múltiplas formas, inclusive para lidar com demandas do presente, que trazem à tona discussões que pareciam estar temporalmente superadas por argumentos científicos, mas basta uma mudança social para que sejam evidenciadas diferenças temporais que fundamentam argumentos políticos. O tempo, como a história, é por vezes colocado na posição de juiz do acontecimento, mas, se múltiplo for, como lidar com suas facetas é uma questão relevante.

Esta tese não pretende apresentar julgamentos, mas reflexões sobre possibilidades analíticas para a história utilizando conceitos como o de anacronismo e multiplicidade temporal. Nas linhas que se seguem, pretende-se utilizar esses conceitos ao acessar fontes históricas sobre as disputas territoriais ocorridas na construção da capital do Tocantins e como essas produziram memórias plurais em diferentes grupos. Trata-se de uma análise em que as perguntas serão valorizadas como alicerces reflexivos, não como estruturas herméticas.

Na busca por uma compreensão do conceito de história, Reinhart Koselleck (2013) defende a tese de que, em algum momento do século XVIII, houve uma mudança de horizonte intelectual em relação à compreensão que os seres humanos tinham do tempo, e essa transformação possibilitou a história enquanto ciência. Koselleck (2013) apresenta o que considera as bases fundamentais da construção do conceito de história, demonstrando diálogos com a filosofia e fatores linguísticos que influenciaram nessa configuração da história como uma categoria de conhecimento.

Até meados do século XVIII, o entendimento do conceito de história seria a soma individual de coletividades, o que Koselleck (2013) denominou de singular coletivo. Como *Funes, o memorioso*, não se pensava a história como uma categoria de conhecimento que permitisse abstrair realidades e dimensões do tempo vivido, havia uma perspectiva enciclopédica que não tinha preocupação com análises profundas. Uma unificação de temporalidades que acarretasse uma utilidade experimental, um reenlace da experiência foi a linha que juntou e conectou as histórias, dando sustentação à narrativa que desemboca numa história científica. Aqui há a tentativa de relatar sentido, experiência nos acontecimentos e não uma pura rememoração. É importante destacar que uma nova temporização coloca uma importância no passado e um prognóstico no futuro sob a responsabilidade da história e sua capacidade de relatar o passado com uma metodologia analítica, a história como mestra da vida.

Ao traçar um percurso histórico do termo “história”, Koselleck (2013) trilha o caminho semântico dos significados da história ao longo do tempo, numa análise qualitativa de seus sentidos que a transforma em seu próprio objeto de estudo. O veto aristotélico de classificar a história como um acúmulo de acontecimentos foi superado e a pretensão pela verdade dos homens no tempo passa a ser o foco. Ao transcender para uma categoria de realidade, tornou-se possível o conhecimento histórico.

Em consonância com a possibilidade de se aprender com a história, está o entendimento de que, se não há esse aprendizado, existe a repetição de erros e,

consequentemente, julgamentos destes. Para Koselleck (2013, p.169), a sentença histórica se transforma em experiência histórica de sua execução, e temos, portanto, o tribunal do mundo. O conceito moderno de história passou a englobar e, principalmente, regular as experiências e expectativas projetando possibilidades. Tais concepções influenciam a temporalidade da humanidade, pois a natureza é incluída no sentido de humanização, ou melhor, socialização. Há uma forma diferente de entender os fenômenos naturais, de modo que “a natureza historicizada podia servir agora também como característica estrutural da história humana” (Kosselleck, 2013, p. 169).

Atualmente, é indiscutível que uma das vertentes do ofício do historiador seja a desnaturalização das ações humanas e suas consequências. Apesar de incluso nos direitos constitucionais, alinhado ao direito à educação, saúde, trabalho, segurança, previdência social, entre outros, o direito à moradia não é efetivamente respeitado na capital do Tocantins. A falta de um teto e condições dignas de moradia, com fornecimento de água e saneamento básico, além de acesso facilitado a serviços de saúde, educação e transporte ainda não é uma realidade para a maioria dos habitantes de Palmas, que sofrem com a ausência de direitos básicos.

Sendo a capital mais nova da República Federativa do Brasil e contando com sua construção planejada, poderíamos imaginar que Palmas não teria problemas concernentes à moradia, todavia não é essa a realidade. Com isso surgem ocupações urbanas em áreas não utilizadas, seja em propriedades privadas ou terrenos públicos. Apesar da diversidade dos movimentos sociais de luta pela moradia, o que todos têm em comum é a luta contra a marginalização e pela garantia de acesso a direitos constitucionalmente definidos.

Alguns paradigmas expostos por Koselleck como fundamentais para o conceito moderno de história ainda são presentes no fazer história do século XXI, e isso não é necessariamente um problema. Ao buscar respostas no passado com interrogações do presente, busca-se possibilidades, alternativas de melhoras não num futuro aberto a infinitas possibilidades, mas no presente urgente. Busca-se aprender com o passado para sugerir alternativas presentes, mas não mais com o instinto julgador de imputar nos antecedentes culpa por presentismos ineficazes.

Em acordo com o horizonte teórico da modernidade, a noção de futuro como expectativa de progresso fez parte da concepção moderna de história e traz uma discussão de tempo nevrálgica para a história: o anacronismo. Ao estudar a história

da escravização negra no Brasil Colônia e no Império, ninguém é capaz de pensar como verossímil que negros escravizados pudessem fazer uma revolução socialista armados de fuzis. Justamente porque nem fuzis, tampouco a ideia de socialismo existia, seria uma interpretação anacrônica. Por esse exemplo absurdo, fica óbvio o problema de sobreposição temporal, ao exigir certa tecnologia e comportamentos que simplesmente não eram factíveis. Um clássico dessa temática é o trabalho do historiador Jacques Rancière, que, ao discutir o anacronismo em sua essência, levanta questões relevantes para a história. Segundo Rancière (2011, p. 22),

a hipótese é de que a constituição da história como discurso científico implica um nó de questões filosóficas que não têm nada a ver com questões ditas de “metodologia” ou de “epistemologia” da história. Esse nó concerne às relações do tempo, da palavra e da verdade. Apenas ele nunca é tratado como tal no discurso do historiador. Ele é tratado por procedimentos poéticos de construção de narrativa histórica. Entenda-se “poética” no sentido clássico: como dizendo respeito a uma *tekhné* da construção de intrigas, à disposição de suas partes e ao modo de enunciação apropriado, ou seja, às três funções tradicionais da *inventio*, da *dispositio* e da *elocutio*.

Analisando a fala de Rancière, percebe-se uma defesa de que o pecado do anacronismo vem se construindo de uma forma que seja um pilar para cientificidade da história. A crítica ao anacronismo é, em parte, uma defesa da verdade como alicerce da história, e só defendendo a verdade a ciência histórica pode ter existido no século XIX. Mas, e agora? A ideia de ciência mudou muito no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, em que a relação ciência e progresso foi amplamente questionada. Rancière (2011) defende que o anacronismo não é um pecado capital do historiador, mas que a própria construção da história só é possível através de uma multiplicidade temporal.

As maneiras de lidar com o tempo e se relacionar com ele são bastante diversas dentro de uma sociedade. Ao se pensar no caso de movimentos sociais que lutam por um direito urgente como a habitação, a relação com o tempo se configura de uma maneira, já para os agentes de especulação imobiliária o tempo é outro; para um é inimigo, para outro, amigo dos negócios. É preciso levar para dentro das pesquisas essa multiplicidade temporal dos sujeitos históricos, pois são questões tão relevantes quanto os próprios acontecimentos, visto que esses tempos históricos são a própria história em si mesma. Não podemos cair na tentação enquanto historiadores de encaixar os sujeitos históricos em um tempo singular, refém de uma ordem cronológica construída historicamente. O tempo é, ou deve ser, um objeto da história, mas há uma questão urgente a ser considerada, os tempos. De acordo com Rancière (2011, p. 36),

um tempo que é um princípio, não de sucessão, mas de simultaneidade, de copresença; seres que se assemelham ao seu tempo (ao princípio de copresença) e não seus pais (ao princípio de sucessão), seres definidos não pelo acaso de sucessões, carnis e intelectuais, mas pela contemporaneidade com o “seu” tempo; seres que carregam o seu tempo em seus corpos, em todos os seus modos de ser e fazer, e que o carregam na alma, sob o nome da crença.

Rancière apresenta aqui o problema da crença, que acarreta uma subjetividade inconveniente para uma ciência. Logo, o problema da múltipla temporalidade é uma expressão dessa subjetividade indesejada, inconveniente, mas que é um dos aspectos caleidoscópicos da realidade, ou das realidades. A multiplicidade temporal passa a ser necessária para pensar a história, numa compreensão mais abrangente não apenas do passado, mas do presente.

Diante da premissa de tempos múltiplos, lidamos com a imprevisibilidade do tempo imprescindível à história, “uma ciência do tempo humano” (Gattinara, 2018, p. 45). Na condição de historiadores é interessante entender que o tempo é objeto de estudo de qualquer pesquisa histórica e que ele não está dado ou preexiste, ele é parte da construção histórica, talento do historiador. Para Gattinara (2018), “o historiador trabalha, de fato, com o tempo, pelo tempo e no tempo”. Em seu ofício,

o historiador deve *colocar no tempo* os objetos de seu estudo, o que é dificultado pela escala de análise desses fenômenos que fazem aparecer ou que encobrem temporalidades diferentes, pois todo fenômeno guarda em si essas temporalidades entrecruzadas. Ele também deve *colocar o tempo*, dado que o tempo em si não existe, mas é estabelecido pelo sujeito que é o próprio historiador: ele constrói, portanto, por sua subjetividade, seu pertencimento, suas ideias, suas práticas, etc. (Gattinara, 2018, p. 63)

É no presente que trabalha o historiador. Nesse sentido não é possível que os historiadores continuem a ignorar a multiplicidade temporal inerente a seus próprios objetos de estudo. Sobre os tempos históricos, discorre Gattinara (2018, p. 71):

A questão do tempo histórico (mas, por que não, simplesmente a história do tempo), sua unidade de fundo ou sua multiplicidade irreduzível, só pode ser enriquecida por uma reflexão capaz de variação de escala. Os historiadores – pelo menos alguns deles – o sabem bem: o objeto se torna mais complexo, suas margens tornam-se incertas, mas, por essa via, ele se faz mais próximo da realidade que o conhecimento visa. Pois o tempo, queiramos ou não, múltiplo ou uno, é certamente uma realidade com a qual temos que lidar todos os dias.

Há, assim, uma defesa para que se encare a multiplicidade e as estratificações temporais dentro das pesquisas históricas, pois várias temporalidades convivem heterogeneamente nos tempos.

Aqui serão tratadas possibilidades teóricas que fogem de uma lógica binária de produção e reprodução de “verdades” sobre a constituição de um organismo que se

faz em suas próprias complexidades. Pensar a cidade na história diante de suas problemáticas urbanas, mas, sobretudo, com o entendimento de que as células que mantêm esse organismo vivo e em constate mutação são os sujeitos históricos.

4.1 Memórias e história oral

*Nossos sentimentos
foram
coloridos
artificialmente
numa cidade
artificialmente
criada
artificialmente
acrescentando
gente
artificialmente*

Thiago Ramos de França

Como já explicitado, uma das metodologias utilizadas na construção desta tese foi a história oral, por meio da qual várias testemunhas contaram suas histórias de vida e suas intersecções com a história/construção da capital do Tocantins. As contribuições que nossos interlocutores fazem com seus relatos memoriais relacionam-se intimamente com as informações encontradas em fontes documentais mais tradicionais, como as produzidas por órgãos da burocracia estatal ou por jornais que traziam informações e/ou publicidade sobre a cidade de Palmas.

Refletir sobre a relação peculiar entre história oral e memória é primordial para a produção do conhecimento histórico que decorre deste trabalho, pois o testemunho é uma fonte valiosa na construção da narrativa histórica. As memórias individuais aqui explicitadas são relevantes para a interpretação da experiência dos sujeitos históricos no passado, na construção da capital do Tocantins, e permitem que perspectivas plurais e subjetivas, por vezes ignoradas, sejam incluídas no *corpus* documental tradicional, composto por jornais, processos judiciais, leis e documentos oficiais do estado.

Como uma importante metodologia de pesquisa para produção do conhecimento histórico, a história oral permite aos pesquisadores obter informações diretamente dos sujeitos que vivenciaram determinados períodos históricos que fazem parte da sua própria vivência histórica, de suas próprias vidas. Portanto, possibilita uma narrativa mais plural, que detalha a experiência de determinados grupos sociais

por vezes marginalizados, como no caso desta pesquisa, que trabalha com migrantes que lutaram pelo direito à moradia na construção da cidade de Palmas.

Tratar dessa temática de disputas fundiárias, principalmente em uma cidade que foi planejada e construída em territórios pouco populosos, implica lidar com problemáticas diversificadas. O capítulo anterior deu início à discussão acerca do estímulo à migração e de como houve muitas disputas pelo território da cidade, tendo várias ocupações como fruto da resistência da população em busca da garantia de seus direitos. Todavia, não se pode deixar de levar em consideração que esse processo migratório foi motivado pela necessidade de uma mão de obra barata para construção da cidade de forma ampla.

Aqui cabe problematizar algumas interpretações acerca de uma perspectiva de história oral como contra-história, ou uma história alternativa voltada aos oprimidos. É importante ter em mente que este trabalho pretende superar alguns pressupostos teóricos e historiográficos que reduziram o trabalho de produção do conhecimento histórico a determinismos de linearidade e a uma história institucional. Com os testemunhos, é possível revisitar as memórias dos migrantes palmenses e apreender com essas experiências, que foram objeto de preocupações, no tocante à luta pela moradia, pelo poder público instituído, gerando uma documentação bastante extensa e que pode ser adicionada à memória de nossos sujeitos na costura dessas narrativas.

Como produto humano, a memória tem sua parcela de subjetividade, logo, a história oral tem forte relação com a subjetividade dos sujeitos, pois é alicerçada na produção de testemunhos orais dos agentes que aqui foram selecionados por serem migrantes palmenses na década de 1990, que tiveram de lutar por um território para construir seu lar. Tendo feito parte de eventos históricos relevantes para a pesquisa, esses sujeitos podem contribuir com informações valiosas para a compreensão desse período histórico.

A subjetividade dos sujeitos pode ser uma força motriz importante para a história oral, pois permite que as vozes que foram silenciadas pela história oficial sejam ouvidas e levadas em consideração na construção do conhecimento histórico. No entanto, a subjetividade dos sujeitos também pode representar um desafio para a análise e interpretação dos depoimentos orais, uma vez que cada entrevistado pode ter uma percepção e interpretação diferente dos eventos históricos. Por isso, é importante que nós, pesquisadores que trabalhamos com história oral, sejamos cuidadosos na análise dos depoimentos. É preciso levar em conta o contexto social,

político e cultural, bem como todas as questões metodológicas implicadas, a fim de obter uma compreensão mais precisa dos eventos históricos.

Não nos cabe o papel de juízes das fontes, sejam testemunhos ou documentos escritos. Todavia, temos a consciência de que as fontes, sejam quais forem, precisam passar pela análise crítica do historiador e que fontes orais têm algumas especificidades. As memórias individuais podem ser falíveis ou influenciadas por fatores emocionais e sociais, o que pode levar a distorções ou omissões na narrativa histórica. A criticidade e análise cuidadosa andam juntas nesse processo, assim, as informações obtidas por meio da história oral podem e devem ser cruzadas com outras fontes documentais para a construção de um conhecimento amplo. A relação entre memória e história oral é essencial para a produção do conhecimento histórico, permitindo uma compreensão mais rica e diversificada do passado.

Ao entender história oral como uma metodologia entre as várias possibilidades ofertadas pela pesquisa histórica, ela se volta para a coleta de registros e informações guardadas na memória de sujeitos que vivenciaram essa experiência de migrar para construir uma nova cidade. Tal iniciativa se torna uma possibilidade de pluralizar a memória de uma comunidade ou grupo de pessoas, neste caso, da Vila União, que inicialmente era uma ocupação no centro da cidade e, com o tempo, tornou-se um bairro na capital.

Os migrantes vinham de muitas regiões do país, muitos dos estados vizinhos, principalmente de localidades interioranas desses estados, com destaque para o Maranhão. Como é o caso do senhor Antônio Edis,³⁹ um de nossos entrevistados, que, ao falar de sua história, contou como foi sua chegada na cidade de Palmas:

Eu vim de Barra Corda, uma cidade do interior do Maranhão, eu vim para cá, na verdade, quando eu saí de lá, eu vim para conhecer uns irmão que eu tinha em Miranorte, que eu não conhecia. Eu ia pro Rio Branco, no Acre, aí eles disseram

– Por que você não vai em Palmas conhecer, lá tá começando, de repente você gosta.

Eu gostei. Tô aqui até hoje, mais de 30, 32 anos mais ou menos, né? estou aqui em Palmas. E aí a gente foi travar uma luta para conseguir moradia, né, pra nós, muita gente morando, a peãozada aí, todo mundo morando de barraco de lona, era comum naquela época né. É residência mesmo, até supermercado tinha, que o mercado chamado o mercado do Porto fica aqui próximo do espaço cultural, era de lona também, o mercado, lona e aquele

³⁹ Antônio Edis Lucena chegou em Palmas em março de 1991 e tem sua história marcada pela participação em movimentos sociais: é ex-integrante do MNLM, Presidente da Organização Popular de Moradia (OPM) e coordenador estadual da Central de Movimentos Populares (CMP). Formou-se em história, mas não atua como professor; na época da entrevista trabalhava como assessor parlamentar do deputado federal Célio Moura, do Partido dos Trabalhadores.

Brasil. E aí a gente começou a ocupação. A primeira ocupação que fizemos aqui em Palmas, pelo que me lembro, pelo menos da minha época, eu acho que foi essa mesmo, foi na 812 Sul, uma pequena ocupação. É que eles tava ocupando uma área ali e aí vamos lá de boa, mano, eu vou tomar um lote para mim fazer a casa de morar aqui também. Aí eu corri para lá para participar da ocupação, cheguei lá a polícia já atirando, tirando todo mundo correndo, aproveitei e corri também (Edis, 2022).

As dificuldades eram diversas, mas o primeiro obstáculo que se mostrava aos migrantes era onde morar. As ocupações se mostravam como um campo de forças e sua prática se sustentava em uma dimensão ética da cidade que confrontava poderes institucionais constituídos. Essa estratégia contribuía para que os sujeitos sociais ganhassem visibilidade no cenário político de Palmas, promovendo rupturas no projeto da cidade. Tal prática social dos ocupantes revela que esses indivíduos são mais que apenas “excluídos sociais”, mas sujeitos que promovem uma estranheza do território “pacífico” e demonstram a efervescência que as disputas fundiárias causam na cidade de Palmas desde seu nascedouro.

Ao rememorar sua atuação na cidade, a condição de militante histórico por moradia na cidade de Palmas se deu para Antônio Edis já em seus primeiros momentos, antes mesmo de se tornar um líder de movimento. Ao relatar sua condição de recém-chegado na tentativa de ocupação popular na quadra 812 Sul (ASR-SE85), observa-se que esta foi na condição de ocupante, sem ter qualquer participação na organização. Essa ocupação durou menos de 24 horas, tendo sido reprimida pela polícia militar. Porém, de acordo com Edis (2020), em junho daquele mesmo ano, 1991, houve uma nova ocupação, dessa vez nas quadras Arso 101, 102 e 112 (atuais 1103 Sul, 1005 Sul e 1005 Sul). Estas não gozavam da mesma centralidade que a Vila União, por exemplo, mas a ocupação foi considerada uma vitória, pois ao menos estavam dentro do Plano Diretor da cidade.

Essas frequentes tensões fundiárias devem-se também a um fator econômico muito marcante no contexto do Brasil dos anos 1990/2000, recorte temporal desta pesquisa, do qual a cidade de Palmas era integrante: concentração de renda na mão de poucos. Em maio de 2005, o *Jornal do Comercio*⁴⁰ do estado do Amazonas publicou uma matéria analisando uma pesquisa realizada pelo IBGE que se propunha a explicitar a “distribuição de renda das capitais brasileiras” (Manaus..., 2005, p. 7). O jornal segue com o seguinte dado: “Entre as capitais, as cinco que têm menor PIB *per*

⁴⁰ *Jornal do Comercio* é um jornal brasileiro editado na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Foi fundado em 2 de janeiro de 1904 por J. Rocha dos Santos, sendo o jornal mais antigo em circulação na Amazônia e um dos mais antigos do Brasil.

capita são, em ordem crescente, Teresina (PI), Salvador (BA), Palmas (TO), Fortaleza (CE) e Boa Vista (RR)” (Crescimento..., 2005, p. 7). A capital do Tocantins figurava como o terceiro menor PIB *per capita* do país, sendo que a cidade havia passado toda a década de 1990 propagando modernidade, riquezas e investimentos. Um dado interessante que agrega à discussão é que, no ano de 2007, o relatório de contagem de população do IBGE afirmava que “Palmas, no Tocantins, ainda é a capital menos populosa do Brasil, com 178,3 mil habitantes” (IBGE..., 2007).

O cenário até aqui constituído é de uma cidade pequena, mesmo sendo uma capital, com a terceira menor renda *per capita* do país, ou seja, a circulação econômica era restrita, e mais, concentrada em pequenos grupos privilegiados economicamente. Nessa perspectiva, entende-se que uma forma de obtenção de poder econômico era através do acúmulo de terras, assim, a terra era uma mercadoria valorosa, um investimento muito popular não só entre grandes empresas, mas também para pequenos especuladores, tendo como uma das consequências o acirramento das tensões fundiárias. O *Jornal do Tocantins* faz uma análise da primeira década da cidade de Palmas em que o destaque são as “invasões”:

Para tentar conter a favelização da cidade, que já teve problemas graves com invasões de áreas públicas por famílias recém-chegadas, o Governo e a Prefeitura mantêm firme a determinação de não aceitar que a situação se repita. O alto índice de ocupação ilegal chegou a desestruturar o Plano Diretor. Algumas situações ainda estão vivas na memória dos moradores da região norte (Arnos), cuja maioria é remanescentes de uma antiga invasão, que chegou a ser batizada de “Golfo Pérsico”, numa alusão aos conflitos existentes no local (Invasões..., 2000).

Para o *Jornal do Tocantins*, o que preocupa a saúde do Plano Diretor são as “invasões”. Porém, como já vimos no capítulo anterior, muitas foram as alterações no projeto da cidade, que aparentemente não representaram problemas, ou seja, apenas as alterações propostas através de uma luta popular em busca da garantia pelo direito à moradia seriam um risco de desestruturação no Plano Diretor de Palmas. Um representante da gestão estadual, Alexandre Ubaldo, presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins (AD-TO), é convidado a dar sua opinião na reportagem do jornal, e em sua fala “lembra uma situação curiosa”:

Havia uma grande favela na região (norte da cidade), e um dia me avisaram que estava pegando fogo. Quando chegamos lá com o caminhão pipa, tudo já havia sido destruído pelo fogo, mas ninguém perdeu nada. Ou seja, foi uma armação para invadir toda a quadra já aberta anteriormente”, narra. Ele disse também que várias quadras foram invadidas e, posteriormente era feita uma tentativa de consertar os problemas com falta de energia, água e infraestrutura (Invasões..., 2000).

A fala do representante do estado revela uma preocupação em criminalizar os ocupantes que lutavam por moradia, primeiro ao denominá-los pejorativamente como “favelados” e, segundo, ao acusá-los, sem provas, de terem forjado um incêndio. Uma fala até controversa, pois primeiro “tudo havia sido destruído pelo fogo” e depois “ninguém perdeu nada”, logo tudo e nada ficam soltos, relativizados e sem significados concretos. A segunda parte da afirmação chama bastante atenção, pois quando Ubaldo alega que o problema do Estado seria levantar infraestrutura para quadras “invadidas”, há uma inversão de causa e consequência. Não se leva em consideração que as ocupações são consequência da falta de uma política de garantia de direito à moradia a essa população, ou seja, do Estado que falta com seu dever. Além disso, garantir infraestrutura básica de energia e água não se trata de um favor que o Estado está fazendo, mas, sim, uma obrigação com seus cidadãos.

Essa situação permite lembrar de uma história relatada pelo senhor Antônio Edis, depoente já apresentado, que em determinado momento de sua fala rememorava uma situação cômica que viveu enquanto cumpria a função de presidente da associação da quadra em que morava. Segue o relato que Antônio contou aos risos:

Eu era presidente da associação na época da quadra 65 [ASR SE 65 ou 604 norte] e foi uma luta pra gente regularizar e recebi ameaças, né? E chamaram a televisão, e brigava com o governo, e brigava com a prefeitura e tal. Eu lembro que na época era a prefeita Nilmar [2007-2011], eu fiz uma sacanagem com ela, um dia numa reunião lá, no final do ano, a prefeita Nilmar reuniu todos os presidentes de bairro para perguntar o que o presidente queria para sua quadra no final do ano. Se era pintar o meio-fio ou se era para ser arborizada. E a nossa quadra não era regularizada, automaticamente não era asfaltada, né? Não tinha asfalto, não era regularizada... aí eu falei assim prefeita eu quero pintar o meio fio da minha quadra. Aí ela: Qual é a sua quadra? Aí eu disse: a 65. Uai, mas lá não é regularizada e não tem asfalto. Então regularize, asfalte e pinte o meio fio porque as outras podem pintar o meio fio ou arborizar e eu quero pintar o meio fio da minha quadra [risos] (Edis, 2022).

A situação um tanto quanto jocosa relatada por Edis apresenta também uma tática, uma estratégia pautada no constrangimento, ao demonstrar a uma representante máxima do Estado a incompetência deste, que deveria se fazer presente em questões básicas e não estava. Essa estratégia pode ser entendida como uma forma de utilizar um discurso sobre outro, nesse caso utilizando de um lugar social desfavorável, porém com um argumento forte entre os mecanismos de poder, como Michel de Certeau (1994) discutiu em *A invenção do cotidiano*.

Na tentativa de demarcar um local específico de falar e poder, os sujeitos conferem maneiras de saber, de conferir espacialidades na disputa dos territórios dentro das cidades, e o urbanismo vai sendo engendrado nesse certame. Certeau (1994) levanta o debate acerca da interatividade entre as práticas e os sujeitos nessa relação dinâmica com a cidade, e assim podemos pensar em possibilidades de subversão da ordem muitas vezes impostas nas cidades. Afirma o historiador francês que “a tática é a arte do fraco”, e continua: “o poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como último recurso: quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia. Traduzindo: tanto mais se torna tática” (Certeau, 1994, p. 101).

Essas tensões fundiárias no território palmense se devem à concentração de terras, sendo o estado do Tocantins o maior latifundiário. A necessidade de acomodar espacialmente os migrantes muitas vezes não era respeitada como deveria, uma dinâmica que estimula lembranças de inúmeras vezes que esses sujeitos foram obrigados a lidar com o poder repressivo do Estado guiado por uma lógica capitalista de cidade. Uma forma de coerção estatal citada por alguns entrevistados foi a utilização de barreiras policiais para o controle do acesso da população migrante ao Plano Diretor nos dois primeiros anos da cidade, 1990 e 1991.

Havia uma barreira localizada na entrada sul da cidade, próximo à Quadra 504 Sul que foi destinada a funcionários públicos do Estado, no sentido de quem vinha da cidade de Porto Nacional, mesmo sentido de quem vinha de Goiânia e Brasília. E outra barreira no acesso norte da cidade, perto do córrego Sussuapara, no sentido de quem vinha da cidade de Miracema, capital provisória. Sobre as barreiras, o senhor Antônio Edis conta um pouco de suas memórias

E quando eu cheguei aqui no córrego Sussuapara, fica mais ou menos próximo à entrada da estrada, fica ali próximo da UPA, próximo à estrada que vai para Miracema é... lá tinha uma... um barracão com polícia, né? Os policiais ficava lá e aquilo era uma barreira né?! De polícia, para não deixar pessoas que não tinha ainda casa, que não fosse comerciante, empresário ou servidor público morar aqui no centro de Palmas. Tinha então essa barreira lá e tinha uma outra ali depois do Atacadão. Você vê que tem uma baixada ali, tinha um córrego ali, e como é que é o nome do córrego? Parece que é Tiuma. Lá tinha outra também, outra barreira. Você pode ir para Taquaralto que você vai ver que tem uns pés de manga, aí você via um barracão de lona onde ficava os policial. Quem vinha da região sul lá de Goiânia de Brasília não podia entrar em Palmas a não ser que fosse isso, empresário, tivesse já casa ou algum empreendimento, aqui algum comércio (Edis, 2022).

O uso de barreiras como estratégia de segregação social pelo Estado do Tocantins representa uma tentativa de controlar esse organismo vivo que são as cidades. Esse controle tentava determinar que quem poderia habitar o perímetro delimitado pelo Plano Diretor era quem pudesse pagar o preço para tal. Concomitante a essa política higienista de “proteção” ao centro, havia uma preocupação de doar lotes na periferia sul da cidade, assim, era feito um “acordo habitacional” silencioso, em que as definições de espaço/cidadão eram fundamentadas na segregação social.

Ao expor tais tensões, pretende-se desmistificar pensamentos mais tradicionais que tendem a não trazer esses conflitos para as memórias da cidade. Não se quer, contudo, reforçar conceitos binários, que muitas vezes engessam figuras em personagens deterministas como dominador/dominado, pobre/rico, proprietário/não proprietário de terras, entre outros. É preciso entender que a cidade, como um campo de conflitos, é um organismo heterogêneo e o processo de produção desse espaço é ininterrupto. Não se tem a intenção, com isso, de negar os privilégios e dificuldades entre todos esses migrantes, muito pelo contrário, a intenção é justamente tratar essas memórias em suas formas plurais.

Tendo a cidade como foco das atenções e assumindo-a como campo de estudo, busca-se pensar na formação, desenvolvimento e transformações das áreas urbanas da cidade de Palmas em suas temporalidades. Nesse sentido, a memória é uma importante fonte para construção da história da cidade de Palmas, pois permite apurar, através das narrativas dos sujeitos históricos, a diversidade dos significados que os territórios ocuparam e ocupam, tornando-se partícipe da história coletiva palmense. Tais memórias associadas a esse centro urbano específico desta tese são marcantes, pois retratam um momento de construção da cidade, algo que não passa despercebido para o país, tampouco para os viventes de tal empreitada, contribuindo para uma formação identitária de grupos diversos.

Situada no Estado da “livre iniciativa e da justiça social”, a capital do Tocantins atraiu um fluxo migratório muito grande nos anos 1990, como já sabemos. Em 13 de fevereiro de 2000, o *Jornal do Tocantins* publicou uma matéria intitulada “Palmas ainda possuiu um alto índice migratório” (Palmas..., 2000), em que analisa a questão dos migrantes pela ótica da saúde, ou melhor, em função da insuficiência de recursos para atendimento à população, como também pela ineficiência da prefeitura em lidar com os migrantes. Com o subtítulo “Mesmo com o fim do eldorado, a capital registra grande fluxo de pessoas que vêm para ficar”, a matéria de certa forma

contesta toda a narrativa construída durante várias gestões do Estado do Tocantins dos anos 1990, que patrocinaram publicidade em vários meios de comunicação do país propagando as vantagens do Tocantins e, principalmente, de sua capital Palmas. Todavia, as propagandas incentivando o fluxo migratório para Palmas não eram apenas estatais, muitas vinham de empresas privadas que necessitavam de mão de obra (Figuras 19 e 20).

Figura 19 – O cúmulo da engenharia

O CÚMULO DA ENGENHARIA:

ERGUER UM ARAGUAIA NO MEIO DO TOCANTINS.

É isso que a Warrre Engenharia está fazendo. Como quem executa um projeto cuidadosamente elaborado pela população, a Warrre está construindo o Patólio Araguaia, futura sede do Governo, em Palmas, Capital do Tocantins. E enquanto vai subindo o Patólio Araguaia a Warrre Engenharia vai cortando o Estado do Tocantins com quilômetros e quilômetros de estradas. Vantagem e isolamento. Abrindo caminhos por onde a riqueza passa. E por onde o sonho chega, vindo do Norte, do Nordeste, do Sudeste, de toda parte.

Para abrigar tanto sonho, tanta vontade de crescer, a Warrre constrói os mais modernos conjuntos habitacionais. Especialmente planejados para que o homem e a natureza possam viver sempre de bem um com outro.

Ele, com todo o espaço que lhe cabe. Ela, com todo o respeito que merece.

Para abrir estradas, construir conjuntos e até mesmo erguer um Araguaia no meio do Tocantins, só mesmo a Warrre Engenharia. Com sua avançada tecnologia, sua eficiência e sua grande capacidade empreendedora.

Warrre

ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA.
WARRRE ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA.
Rua 20 nº 784 - Setor Oeste - Fone: (062) 251-9166 - Goiânia - GO
Av. Presidente Kennedy nº 1.129 - Setor Aeroporto - Fone: (062) 843-1823 - Porto Nacional - TO

Fonte: *Jornal do Brasil* (O Cúmulo..., 1990).

Figura 20 – Os Caminhos do Brasil passam por Tocantins

**OS CAMINHOS DO BRASIL
PASSAM
POR TOCANTINS.**

CONTERPAV
CONSTRUÇÃO, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO

Rua 84, nº 454, esp. 07 rua 104 - Setor Sul - CEP. 74.310 - Goiânia-GO - PABX: (062) 242.1777 - FAX Nº: (062) 242.1777

Fonte: *Jornal do Brasil* (O Cúmulo..., 1990).

Observamos uma tendência muito popular no urbanismo brasileiro da segunda metade do século XX, que Peter Hall (1988) denominou de “cidade empreendimento” no seu livro *Cidades do amanhã*. Ao visitar e analisar as fontes e a própria construção de memória do estado do Tocantins, percebe-se o quão foi e o quanto ainda é a ideia de uma cidade que se planeja para desenvolver e planejar negócios. De certa forma, a cidade em si é vista como um empreendimento que precisa ser gerenciado de modo eficiente para ser rentabilizado, em vez de ser entendida como um ambiente democrático, que deveria ter como prioridade atender às necessidades de seus moradores.

Com objetivo de alcançar as propostas de modernização urbana, associado ao conceito de lugar foi utilizada a dimensão cultural da cidade, uma forma de enfatizar as qualidades do território para atrair capital e investimentos. Com isso, o conceito de cidade-empreendimento torna o espaço urbano uma mercadoria territorial e cultural. Já no projeto do Grupo Quatro Arquitetura havia o cuidado de se construir uma imagem positiva de Palmas, uma forma muito utilizada foi destacar a relação harmoniosa entre cidade e natureza, como se pode observar no trecho abaixo:

Relacionamento ecológico

A implantação de população e edificações na área da nova capital pressupõe um grande cuidado com a ecologia, que permeia todo o planejamento. Quando da escolha do local da cidade, – um dos fatores determinantes foi o padrão ambiental local, a morfologia, a cobertura vegetal e as relações que a cidade teria com o meio ambiente próprio aonde ela se insere e o Estado do Tocantins. A área de urbanização proposta situa-se entre uma reserva ecológica existente, a da Serra do Lajeado, e um lago que será resultante da Barragem do Lajeado. O caráter da relação ambiental da cidade, deverá desenvolver-se de maneira tal que ela venha a conviver com a reserva e o lago sem com eles coexistir. Devem ocorrer nas proximidades do lago equipamentos para o conjunto da população, e os moradores devem ter acesso a esportes, lazer e a todos os benefícios que ele possa oferecer às pessoas. Na reserva ecológica haverá um conjunto de equipamentos previstos no plano urbanístico, ali localizados sob um plano de manejo que definirá os cuidados para que a ocupação final não descaracterize a proteção ambiental. O conjunto das construções deve levar em conta e respeitar o clima local, que é de alto teor de umidade e com temperaturas elevadas durante todo o ano. Portanto, a disposição das partes edificadas deve considerar a possibilidade de haver entre elas áreas de ventilação, de maneira a haver espaços disponíveis suficientes na cidade para ocorrer uma boa circulação de ar. Tais cuidados são indispensáveis no escopo dos planos e projetos que serão desenvolvidos (Grupo Quatro, 1989, p.4).

É compreensível que houvesse uma preocupação e uma defesa da relação equilibrada entre a mais nova cidade planejada e a natureza em seu entorno. Grandes cidades do Brasil e do mundo capitalista não tinham mais essa condição, devido à grande exploração de seus recursos naturais. Importante destacar também a

preocupação com as práticas culturais e de lazer que confere à cidade uma imagem de organização do entretenimento.

Nessa perspectiva de urbe empreendedora, a prioridade passa a ser a de atrair investimentos para a maximização de lucros. Portanto, os projetos de desenvolvimento urbano passam a priorizar territórios como áreas comerciais, financeiras e imobiliárias, em detrimento de munir a localidade com equipamentos públicos sociais como hospitais, escolas, espaços verdes, entre outros. Como visto no capítulo anterior, a busca por investimentos privados para o Tocantins foi uma luta constante sob o argumento de que esses empreendimentos poderiam trazer benefícios econômicos, como promover a criação de empregos e servir de imã para novos investimentos.

Todavia, quando o planejamento citadino não é democrático, tende a uma gentrificação, exclusão social e aumento de desigualdades sociais, negligenciando as necessidades da comunidade em favor de um lucro, sendo este advindo da própria cidade que está sendo reificada. No caso de Palmas, desde os primeiros momentos da execução do Plano Diretor, ficaram claras as estratégias do Estado para dificultar ao máximo a moradia de trabalhadores pobres no espaço previsto pelo Plano Diretor da cidade.

O processo pelo qual passaram algumas quadras de Palmas, principalmente na região norte da cidade, por vezes é esquecido pela memória oficial, o que, por sua vez, pode ser uma estratégia de setores hegemônicos para inviabilizar essa fratura no projeto da cidade que significa a transformação de uma ocupação em um bairro. A memória pode ser transmitida em formas diversas, como tradições, rituais, oralidade, mas também através da escrita, de jornais, de documentos oficiais, e o que é importante destacar é que a memória de uma cidade não é um campo homogêneo, tampouco harmônico.

Com essa relação entre oralidades e memória, a pretensão é resgatar histórias e informações que não foram parar nas linhas oficiais, como também pluralizar perspectivas, valores, sentidos, experiências de migrantes que construíram a cidade de Palmas e tiveram que lutar muito para conseguir uma habitação digna na cidade. Através dessas ferramentas, pensar em um passado que faça o presente fazer sentido, na construção de sua história.

A tese *Quando o futuro é inscrito no passado: colonização e pioneirismo nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010)*, do professor Jiani Fernando Langaro

(2017), aborda a construção das memórias públicas de Toledo, uma cidade do estado do Paraná, no período entre 1950 e 2010. Este investiga como os discursos de colonização e pioneirismo foram incorporados às narrativas sobre a cidade e como esses discursos afetaram a construção da identidade local.

Por meio da análise de fontes como jornais, revistas, livros, documentos e entrevistas com moradores, Langaro (2017) mostra como as narrativas de colonização e pioneirismo foram usadas para justificar a exploração da terra e a incorporação, sob o viés das memórias hegemônicas, dos camponeses, principalmente proprietários rurais, na história da cidade como construtores do progresso local. Destaca também como esses discursos foram usados para promover o desenvolvimento econômico e a modernização da cidade. No entanto, o autor aponta que essas narrativas ocultaram muitos aspectos da história da cidade, como a exploração do trabalho rural, a desigualdade e a exclusão social dos povos indígenas e camponeses não proprietários. Além disso, essas narrativas foram usadas para legitimar a ocupação da terra e a apropriação dos recursos naturais. Nesse sentido, afirma o pesquisador:

Compreendemos que a construção de um lugar ocorre em meio ao movimento histórico, composto de rupturas e continuidades e não se configura um momento cristalizado do passado como os “mitos fundadores” tentam indicar, mas é um processo que se renova, que se repõe e se reconstitui e, acima de tudo, uma obra coletiva como foi a construção da cidade de Toledo e mesmo a “colonização” efetuada pela Maripá, as quais, entretanto, beneficiaram alguns e prejudicaram outros. Ao atribuir a uma pessoa o caráter de “fundador”, ou mesmo de grande promotor do “progresso” local – como ocorre com Barth – apropria-se de um trabalho coletivo realizado por múltiplos sujeitos, principalmente pelos trabalhadores. Mais do que isso, tal movimento procura sedimentar uma memória em que os impactos negativos de tais processos são silenciados, de maneira a relegar ao esquecimento todos os vencidos (Langaro, 2014, p. 222).

Em resumo, a tese mostra como as memórias públicas de Toledo foram construídas a partir de discursos de colonização e pioneirismo que ocultaram muitos aspectos da história da cidade. Nesse sentido, observam-se muitas semelhanças com a cidade de Palmas, onde o discurso de pioneirismo foi utilizado para beneficiar determinado grupo de pessoas, em detrimento de migrantes com menos capital econômico e social. Por isso, é necessário repensar esses discursos e promover uma reflexão crítica sobre a história e a identidade local.

É relevante pensar que tal qual as memórias públicas da cidade de Toledo, há uma tensão entre o que lembrar e o que esquecer na cidade Palmas. Enquanto

determinados grupos foram favorecidos e gozaram de privilégios sociais, uma maioria careceu de políticas de inclusão e igualdade no tocante ao acesso à terra, à moradia e ao direito à cidade de uma forma geral. Tal segregação foi construída em paralelo com o crescimento da cidade e, mesmo sendo vista, sentida e experienciada por uma parcela significativa da população, não é discutida como uma questão a ser resolvida. Enquanto no capítulo anterior vimos muitas propagandas oficiais e orgânicas com objetivo de atrair os migrantes com as vantagens oferecidas pela nova capital, neste capítulo trataremos das memórias da cidade.

Antes mesmo de completar seu terceiro aniversário e no apagar das luzes do primeiro governo de Siqueira Campos, surge em Brasília uma grave denúncia de corrupção sobre a gestão do Estado do Tocantins. Sob o título de “Terras em Tocantins são vendidas a Cr\$1”, o *Jornal Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro repercute:

O deputado federal Edmundo Galdino (PSDB-TO) ajuizou na Procuradoria-Geral da República pedido de ação direta de inconstitucionalidade da Lei que permitiu a parlamentares, juízes de direito, funcionários públicos e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins comprar por preços irrisórios terras públicas no estado. Para glebas de até 200 hectares, o preço do hectare era de apenas Cr\$1 (Terras..., 1991, p. 5).

Assim, um grupo em sua maioria de privilegiados economicamente obteve vantagens no acesso a terras públicas por critérios que não foram claros ou, no mínimo, pouco transparentes. Historicamente sabemos que as categorias de parlamentares, juízes de direito e conselheiros do Tribunal de Contas são carreiras com excelentes remunerações em comparação com a maioria da população brasileira. Porém, a categoria de “funcionário público” é muito heterogênea e nela não temos como saber, pelo limite da fonte, a dimensão de sua pluralidade e capilaridade.

Todavia, não se trata de uma surpresa. Em janeiro de 1991, o *Jornal do Commercio* do estado do Amazonas publicou uma matéria de página inteira, no domingo, com informações sobre a nova capital do país. Intitulada de “Pelos terras do Tocantins”, é uma reportagem construída com várias fotos, entrevistas e muitas informações e, nesse contexto, duas reproduções de falas chamam atenção. Na seção “Os forasteiros de Palmas”, em determinado momento é citada a expectativa da servidora Valdeci Batista Coelho, auxiliar de serviços gerais da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins, a qual

espera que o governo cumpra as promessas de facilitar a casa própria para funcionários do Estado. Assim, não precisaria mais se deslocar diariamente

de Miracema do Tocantins, que até o final ano passado era capital provisória, para trabalhar em Palmas, como faz a maioria dos funcionários administrativos da capital (Pelas terras..., 1991, p. 11).

Essa situação de precariedade é muito presente nos relatos dos migrantes, sejam dos que vinham de cidades do interior do estado ou dos que se aventuravam de outras unidades federativas. Já na seção “Por que uma cidade nova”, é reproduzida a fala do secretário de Economia do estado, Renato Campelo, que afirma: “Valdeci pode ficar tranquila. Todos os servidores do estaduais da cidade terão o seu terreno em condições facilitadas para construir sua casa própria. Enquanto isso não acontece, já está sendo construído um alojamento para 600 pessoas” (Pelas terras..., 1991, p. 11).

No trabalho de garimpo das fontes primárias, não conseguimos identificar a existência de tal alojamento para os servidores públicos e nem faz parte dos nossos objetivos saber se promessas são ou não cumpridas. Todavia, dentro da perspectiva de memórias e esquecimentos, retomamos a matéria já citada “Terras em Tocantins são vendidas a Cr\$1”, que afirma:

O benefício foi instituído nos últimos 15 dias no governo Siqueira Campos. De 1 a 14 de março deste ano, amparados por decreto do governador, os amigos de Siqueira Campos conseguiram comprar vastas extensões de terras por valores correspondentes a uma garrafa de cerveja, denunciou Galdino da tribuna da Câmara. O deputado ficou paraplégico em 1985, ao sofrer um atentado após divulgar nomes de grileiros de terras no Tocantins (Terras..., 1991, p. 5).

Entre esses “amigos” agraciados pelo então governador, encontramos um nome conhecido em nossas pesquisas:

Outros beneficiados são o ex-chefe da Casa Civil, Clarismar Fernandes, o ex-secretário de Segurança, Deveaux Prudente, o ex-secretário da Indústria e Comércio, Renato Campelo Ribeiro, o ex-secretário para Assuntos Políticos, Adjair de Lima, o ex-presidente da Companhia de Desenvolvimento do Tocantins (Codetins), Joaquim de Lima Quinta, o ex-vice governador, Darci Martins Coelho, o deputado federal Leomar Quintanilha (FDC), o ex-comandante geral da PM, Francisco Mota, o ex-prefeito de Araguatins, José Frasso, o conselheiro do TCE João de Deus Miranda, o desembargador João Alves da Costa e sua mulher Dalva Delfino Magalhães, também juíza de direito (Terras..., 1991, p. 5).

Entre os denunciados por favorecimento é possível reconhecer o nome do senhor Renato Campelo, que no início do ano havia prometido à senhora Valdeci, servidora do Estado, financiamento facilitado para o acesso à moradia. No entanto, é possível que algumas categorias sociais inclusas em determinados ciclos sociais conseguissem terras de forma muito mais célere que outras. A senhora Valdeci, por

exemplo, encontrou dificuldades para quitar o lote QI C na quadra Arse 101, quadra a cerca de 12 km do centro da cidade, e foi uma dentre os aproximadamente 400 servidores citados na Lei n.º 652, de 5 de janeiro de 1994, que tinha como objetivo regularizar a situação de inadimplência na compra de lotes do Estado. O art. 2º da referida lei afirma que:

Art. 2º. Os imóveis a que se refere o artigo anterior constituíram objeto de compromissos de compra e venda ou de outros contratos, celebrados com servidores públicos e terceiros de boa-fé, transferindo-se-lhes a posse dos respectivos bens, cujos negócios encontram-se ainda pendentes de regularização final.

Trazemos esse debate visando refutar algumas memórias públicas que existem na cidade de Palmas, sobre as oportunidades que a criação do estado ofereceu e oferece. Também objetivamos problematizar quem teve acesso a essas oportunidades e quem acabou tendo que lidar com muitas adversidades. Na categoria de oportunidades, o foco é o acesso à moradia, interesse direto desta tese.

A fim de construir uma narrativa histórica abrangente com relação à construção da última capital planejada do século XX, é importante utilizar diversas fontes de informação. Entre as várias fontes acessadas, nesta seção o foco recai sobre a relação entre imprensa, história oral e memórias. Dessa relação é possível identificar que a segregação espacial da cidade de Palmas não se deu de forma orgânica, mas, sim, por meio de um planejamento excludente, que privilegiou alguns grupos sociais economicamente mais abastados. A grande maioria dos migrantes sofreu muito para conseguir seu espaço na cidade, inclusive na memória da cidade. Em uma cidade que valoriza o acúmulo de capital, a livre iniciativa e que entende a si mesma como uma das mercadorias mais valorosas, quem não faz parte, logo é excluído.

O passado está representado nas narrativas memorialísticas dos sujeitos aqui presentes, em cada depoimento que traz significados de uma parcela da história de Palmas. Todo potencial dos sujeitos históricos fraturou o planejamento urbano que não os previa, construindo representações que trazem contraponto a estigmas negativos como o de “favelado”. As estratégias sociais aqui explicitadas são de grande importância para que se possa entender melhor a construção da cidade de Palmas cientes de houve resistência na busca por diversos direitos, dentre estes o de moradia.

4.2 Memórias e temporalidades

*Não se iludam
Não me iludo
Tudo agora mesmo
Pode estar por um segundo...
Tempo Rei!
Oh Tempo Rei!
Oh Tempo Rei!
Transformai
As velhas formas do viver*

Gilberto Gil

O presente nos dá a oportunidade de discutir e, possivelmente, repensar a necessidade de rever processos, conceitos, entendimentos e abrir possibilidades de outras perspectivas, leituras e caminhos quando pensamos nos estudos sobre a produção do conhecimento histórico acerca da relação entre cidades, memórias e temporalidades. O território palmense, que antes da construção da capital se resumia a um espaço rural de pequenas e médias propriedades, vai se transformando em uma experiência cidadina.

Torna-se urgente para nós, historiadores, um olhar crítico para a pluralidade de vivências, experiências e dimensões que podem nos auxiliar a construir narrativas referentes às cidades, quer seja na fundamentação estabelecida no cotidiano por seus sujeitos históricos na apropriação dos territórios, quer seja pelas tensões inerentes à vida em comunidades desiguais. O fato de ser uma cidade planejada e ter a oportunidade de vislumbrar uma urbe com conexões mais propositivas não evitou os tensionamentos, tal como tratados nesta tese, pois evidenciam a complexidade de uma cidade que, ao longo de sua história, apresentou-se como palco de disputas e tensões, de lutas pelo Plano Diretor, de projetos, práticas sociais, de discursos, de memórias e de temporalidades, reforçando a existência de uma cidade múltipla.

Trabalha-se com a impossibilidade de se pensar uma cidade única para seus habitantes, pois são claras as transformações históricas que compõem os cruzamentos e as intersecções de temporalidades, experiências e memórias. A partir do momento em que a cidade de Palmas nasce em seu projeto, esse território urbano torna-se em sua singularidade um local privilegiado de fomento a sociabilidades, de novas sensibilidades, de produções de imaginários e, obviamente, de conflitos, ao se tornar alvo de disputa de diversos grupos sociais antagônicos. Essas lutas expressam

não somente as diferenças de interesses, mas também as estratégias e ações que deixam marcas, desejos e memórias imersas no espaço urbano.

A história da cidade de Palmas é marcada por uma construção, não apenas de edifícios, mas de sua sociedade, cultura, memória e entendimento enquanto população. Sua memória, passa a ser incentivada pelo Estado, a de rememorar acontecimentos do norte goiano em um acumulado que em muito não fazia sentido para uma sociedade majoritariamente de migrantes. Diante desse contexto, é possível entender que Palmas se torna um epicentro de referencial cultural do estado, tanto por sua localização, quanto por concentrar a sede do governo administrativo. Apresentava assim mensagens culturais do que significava ser um tocaninense, propagando um processo identitário pautado principalmente em não ser mais goiano. Projeta-se uma identidade em oposição à goiana como base elementar do ser tocaninense, uma disputa travada no campo da cultura e do imaginário.

O cenário de várias construções, física, cultural, social, de memória, entre outras, deu-se dentro de uma complexidade temporal, pois se pode perceber que essa percepção do tempo é uma entidade complexa e multifacetada. As diferentes dimensões e camadas temporais que se conectam e se influenciam mutuamente coexistiam na Palmas que brotava no cerrado brasileiro através da força de milhares de migrantes.

Neste espaço, pretende-se destacar as narrativas dos moradores que refletem o papel ativo de suas memórias na construção da cidade de Palmas, instituindo recortes espaço-temporais que costuram o passado com o presente, produzindo assim efeitos na realidade. A ideia é perceber como as narrativas revelam práticas nos espaços que se tornam referências fundamentais, percepções para uma produção do passado, observando que o testemunho da memória é um relato de sucesso pessoal e/ou familiar.

Portanto, ao relatar suas experiências no tempo e no espaço, no ato de contar, os atores criam os espaços que vivenciam suas histórias, da mesma forma que pintam quadros imagéticos de avenidas, praças, quadras, ocupações, composições que tecem essa complexidade urbana que é a cidade. Entendemos que os espaços na cidade de Palmas não são homogêneos, tampouco harmônicos, são impregnados de significados simbólicos, fruto de disputas, sejam nas quadras regidas pelo Plano Diretor, sejam nas quadras frutos de ocupações e resistência popular. É um entrelaçamento complexo de uma rede de relações estabelecidas entre todos esses

territórios diversificados simbolicamente falando e que juntos compõem a mesma cidade intitulada de Palmas, a capital do Tocantins.

Nesse sentido, os territórios só ganham sentido com as práticas que os sujeitos produzem, conferindo-lhes significado. Através das memórias de nossos depoentes, vamos conhecendo algumas questões cotidianas vivenciadas na Palmas insurgente, como também as experiências desses sujeitos. A professora de história Francisca⁴¹ mudou-se de Araguaína para Palmas em 1993 e relatou parte de sua história como moradora da cidade há 30 anos. Ao contar quando chegou em Palmas, Chiquinha, como gosta de ser chamada, conta que:

Eu vim para Palmas em 93, né? Em janeiro de 93, e eu vim para cá para ficar na Secretaria-Executiva do sindicato dos trabalhadores em educação, né? Peguei uma remoção, eu sou servidora estadual, né? Hoje aposentada, mas na época não, aí eu já vim, fui trabalhar na Vila União e eu trabalhava no sindicato dos professores, Sintet e na escola estadual Vila União. Inclusive, quando eu vim trazer minha remoção lá para a escola Vila União eu encontrei o diretor, ele tava saindo do barraco. Antes a escola funcionou no barracão, acho até que era da associação (de moradores da Vila União) e eu encontrei ele fazendo a mudança, aquelas papeladas todas da secretaria levando lá para escola, então já tava construída. Aquela escola pequena, que era padrão, né? Quatro salas, secretaria e tal, refeitório... então foi nessa época que eu vim para cá (Silva, 2022).

A fala da professora Chiquinha não é apenas uma narrativa de eventos lineares, como sua mudança para Palmas em 1993 e o início de suas atividades no Sintet; ela carrega consigo suas impressões e emoções que dão significado aos acontecimentos de sua história. A Vila União está ligada à construção de sua identidade, representada pela associação da qual é presidenta e que tem como objetivo auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidades da região. Portanto, as instituições das quais faz parte representam bem mais que espaços físicos, são marcos de sua vida comunitária. A ênfase em detalhes da falta de infraestrutura da escola Vila União reflete um sentimento de adaptação e resiliência muito comum entre os entrevistados, pois exaltam o valor do pertencimento e da superação dos desafios impostos pelo contexto social. É simbólica a menção de que a escola funcionava em um barracão, pois, como uma professora sindicalizada, apresenta o absurdo de um espaço tão importante de transformação social funcionar de forma tão precarizada.

⁴¹ Francisca Lima Barros, popularmente conhecida como Chiquinha, chegou a Palmas em janeiro de 1993 transferida da cidade de Araguaína, já na condição de professora concursada, para trabalhar no Sindicato dos Profissionais de Educação do Tocantins (Sinet). Foi uma das primeiras a ocupar a quadra do Palacinho e tem uma história de militância em movimentos sociais. Hoje é presidente de uma organização não governamental que ajuda mulheres que sofreram violência na Vila União.

A memória é uma capacidade de lembrar e reconstruir eventos do passado e dessa forma Chiquinha apresenta a precariedade que era uma escola pública estadual na região norte de Palmas. Ao relatar um padrão de edificação tão escassa de recursos para os filhos dos migrantes trabalhadores pobres, que se abrigavam em ocupações nessa região da cidade.

No mesmo ano em que Chiquinha une sua história à da capital do Tocantins, o jornal *A Tribuna*, da cidade de Santos/SP, dedica uma página inteira de um domingo, dia 16 de maio de 1993, a duas matérias sobre o Tocantins e a relação do estado com a natureza. Uma delas, denominada “Ecoturismo é a proposta do Tocantins”, relata os planos do Estado para exploração desse campo de desenvolvimento, principalmente através das possibilidades oferecidas pelo rio Tocantins, e outra, na qual nos deteremos mais, uma matéria intitulada “Palmas: um projeto ecológico”. Esta afirma que:

Palmas apresenta aspectos paisagísticos encantadores, marcados de um lado pelas serras do Carmo e Lageado, e por outro as águas do Rio Tocantins. A cidade está sendo construída por etapas e de forma acelerada. Isso vem dificultando um pouco a visualização de seus contornos e sua concepção de capital ecológica. Aos poucos a cidade vai tomando forma, mas o que vai mesmo caracterizá-la é a execução do projeto de Arquitetura Paisagística de Palmas, cujo início das obras está previsto para o segundo semestre deste ano. O projeto é um mecanismo que irá orientar a formação urbanística da capital. A proposta é que se crie, para população, áreas de lazer, com equipamentos urbanos e recantos agradáveis para passeios, além dos prédios administrativos já projetados pelo plano diretor (Palmas..., 1993, p. 10).

Há uma justaposição ou uma certa contradição de espaços ou de possibilidades de cidades, até mesmo de temporalidades, se conseguirmos refletir que, no mesmo território, no mesmo espaço temporal que se discute a capital ecológica do futuro, convive-se com uma escola que há poucos meses funcionava em um barracão emprestado, há poucos quilômetros de distância de onde será executado o “projeto de Arquitetura Paisagística de Palmas”.

As territorialidades assinaladas parecem imbricadas a várias temporalidades, havendo uma união umbilical entre espaço e tempo, que oferece um alicerce fundamental para o entrelace das histórias dos sujeitos. Portanto, remontar ao passado através dos testemunhos são como tijolos dos prédios que fazem parte da arquitetura da cidade, em uma representação que, nesse caso, são de acontecimentos baseados em lembranças de experiências passadas em espaços de memória. Ainda nos relatos de Chiquinha, lembrando das dificuldades dos primeiros momentos da cidade de Palmas, tem-se essa indicação:

Naquela época tinha muita dificuldade no transporte né? Água, luz, tudo era mais precário, mais difícil né? E assim o comércio, os pequenos comércios, mas também foi formada com muitas casas... é muita quitinete, muito, as famílias moram no mesmo lote, então assim a população cresceu bastante, mas as condições de vida não melhoraram tanto (Silva, 2022).

É uma descrição de momentos sofridos, que reforçam as desigualdades que marcam a história da cidade de Palmas desde seu nascimento, pois esse sofrimento com habitação não foi democrático, ou seja, não foi partilhado por toda população. Trata-se também de um depoimento que remonta a uma representação da cidade, um território que carrega consigo elementos que divergiram e muito dos discursos dos planejadores e dos administradores urbanos, de uma racionalidade técnica, de uma realidade que se mostrou implacável.

Trazendo essa discussão para a relação entre a memória dos migrantes e as memórias produzidas pelo Estado e as conexões temporais, entendemos este como um território de múltiplas experiências e do encontro de diversos vetores sobre a cidade de Palmas, em que se pode verificar as transformações urbanas através dos processos históricos. O crescimento da cidade de Palmas nos anos 1990 foi avassalador na região, já que se tratou da construção de uma cidade onde antes era um espaço rural pouco povoado. Essa intervenção no espaço público passou a regular o crescimento da materialidade construída na cidade, seja por parte de empreendimentos públicos ou privados.

Diante do crescimento dessa materialidade, faz-se necessário o discurso de uma elite urbana, junto ao do Estado, para organizar as experiências sociais constituídas nesse espaço público. A região norte de Palmas, em sua maioria formada por quadras fruto de ocupações, até os dias atuais carrega consigo inquietações que perpassam décadas de processos históricos e culturais que não estão apenas no passado, mas fincados no presente; questões essas que podem ser exemplificadas pelos investimentos em equipamentos públicos de infraestrutura, o que, conseqüentemente, favorece condições precárias na região, dificultando a circulação dos moradores. Ao relatar as condições de transporte urbano na região norte da cidade, Romeu, professor de filosofia, ex-seminarista, conta que:

Nós não tínhamos carro, naquela época, em 94, tinha só duas ou três famílias lá que tinha carro, naquela região lá. Aí eu faço muita caminhada, né? E aí, quando faço a caminhada hoje e vejo aquela mina (de carros) saindo da Vila União, havia tanto carro que ficava pensando, que eu comecei a contar nessa travessa lá tá mais de 100 carros e motos só nesse trajeto de uns 15 minutos que vou até o trabalho né? Antes eu pegava o ônibus lá na 32 [Arno 32] né?

O ônibus de manhã às vezes chegava tão lotado que não conseguia nem pegar. Tinha que esperar outro ônibus e tudo só da poeira né? (Feix, 2021)

Ao destacar as mudanças da vida urbana e na organização social da urbe, que para ele parecem significativas, Feix demonstra uma memória imersa em simbolismos e percepções pessoais sobre o impacto dessas transformações. Sua ênfase no aumento do número de automóveis é um indicador de sua percepção das modificações em seu cotidiano e expressa sua consciência sobre esse fenômeno, como o aumento da população, o crescimento de pessoas que podem economicamente ter um automóvel, como também a própria comparação com seu passado, já que ele mesmo não depende mais do transporte público. Seu relato da contagem de automóveis, sugere haver uma saudade de um passado idealizado, em que o progresso, representado pelos “mais de cem carros e motos”, contrasta com uma coesão comunitária e modifica uma suposta identidade do bairro. Entendemos que a individualidade dos transportes opera como uma espécie de termômetro das mudanças experimentadas pela Vila União, onde esse progresso trouxe novos desafios em função do distanciamento das pessoas.

Vejamos que nosso narrador faz por si só as comparações em suas memórias das transformações pelas quais a cidade passou nos últimos anos de acordo com suas experiências pessoais. Fala em tempo presente, porque esse assunto de transporte e locomoção urbana ainda é uma situação muito debatida na cidade, é um problema muito popular no Brasil como um todo, mas que causa muito espanto em uma cidade de pouca extensão territorial e pouco populosa em comparação com outras capitais do país. Organizar espaço e planejar uma estrutura urbana são verdadeiros elos entre a comunidade com os diversos espaços de uma cidade, logo, quando existe um grupo com menos acesso à própria cidade, as desigualdades são alimentadas.

A urbe em meio a sua arquitetura, pelo traçado de seu plano ou de suas quadras, fornece a possibilidade de lê-la, de nela enxergar seu passado, as tantas cidades que ali já existiram e que em várias camadas estão em nosso presente, como também os significados que seus moradores deram a essas construções na percepção do espaço urbano. Portanto, os territórios construídos estão inseridos dentro de leituras dos tempos e demonstram as dimensões que se entrecruzam, se entrelaçam e se expõem a todos os olhares, inclusive aos olhares profissionais dos trabalhadores do tempo, os historiadores. Buscamos nas cidades o passado que cada

uma abrigo, percebendo um caleidoscópio de traços na tentativa de construção de uma narrativa histórico-científica.

Os historiadores entendem que marcas de historicidade são relevantes expressões do tempo, que em nossa profissão se tornam fontes com as quais são elaboradas as perguntas que o presente faz ao passado e que são fundamentadas em conceitos norteadores desta ciência diante da realidade. Perante esse processo, a urbe se abre como um leque de possibilidades que se oferecem ao historiador para abordagens diversas. Portanto, as questões que podem ser feitas ao passado tendo como objetivo a construção de uma narrativa histórica não impõem limites para as inúmeras marcas de historicidade.

Todavia, essa Palmas que buscamos em seu passado não deixa de ser uma cidade que está sendo pensada através do seu presente, que se renova ininterruptamente no tempo do hoje, seja através de sua memória, individual ou coletiva, seja através das narrativas que construímos por meio das fontes como parte da reconstrução de seu passado. É nessa configuração que uma urbe, a heterogeneidade de sujeitos históricos, inventa e reinventa seu pretérito, construindo memórias, buscando mitos fundadores, elegendo seus heróis, muitas vezes invisibilizando ancestrais “indesejados”, identificando e atribuindo significado a seus monumentos, selecionando categorias como a dos “pioneiros” e, com isso, definindo e inventando tradições. O processo de invenção de uma cidade, principalmente quando se trata de uma planejada, incita também a construção de um imaginário sobre si mesma no qual essa urbe irá se apegar.

Portanto, pode-se entender a cidade de Palmas como um muro que a cada pintura, grafite, repintura e reforma guarda em si histórias contadas, marcas de memórias sobre si mesma que revelam pistas sobre as temporalidades de suas construções e as razões pelas quais transformações foram realizadas. As sensibilidades interferem na narrativa das mudanças na cidade, trata-se de um interessante processo dinâmico de sobreposição de tramas e roteiros contra uma suposta homogeneidade engessada dos fatos e sujeitos históricos, principalmente quando tratamos de camadas sociais invisibilizadas.

Os personagens, sujeitos ativos, e os acontecimentos são reconstruídos visando novas construções de conhecimentos históricos, problematizando a visibilidade de determinados atores e territórios. A precariedade era a marca da região norte de Palmas, como também no extremo sul da cidade, ou seja, as franjas do espaço que não

era valorizado como uma mercadoria rentável para ser vendida. Retomando a discussão acerca das condições precárias de vida nas ocupações, trazemos a novamente memória do professor Antônio Edis, que fala do acesso à água na Vila União:

Nós era bem servido, né? Porque aqui no centro faltava muita água, mas tinha água de poço artesiano, né? Mas na Vila União, mesmo quando foi ocupado lá, eles iam e buscava no colo, porque fica bem próximo do córrego. Tinha o córrego Sussuapara mesmo, que passa próximo, aqui a gente tem esse córrego Brejo Comprido, né? E outros, né? Ou seja, a gente era bem servido de... de água, porque tinha córregos. Não é porque tinha abastecimento de água pública, né? A Saneatins não existia ainda, que era da água, a que tinha encanada na torneira era água de poço artesiano, né? (Edis, 2022).

É de saber público a importância da água potável na vida dos seres humanos e que necessitamos dela em quantidade e com qualidade para atender a nossas demandas, questões de saúde pública que proporcionam também o desenvolvimento das pessoas envolvidas. O abastecimento de água é uma responsabilidade pública para com a coletividade, porém os moradores da região norte de Palmas conviveram com a austeridade desse serviço por praticamente toda década de 1990.

O marcante processo migratório a caminho do eldorado palmense na década de 1990, que se estendeu para os anos 2000, foi diretamente responsável pela urbanização da cidade. Todavia, a grande maioria desses sujeitos históricos era oriunda de zonas rurais do Brasil, seja do interior do próprio, agora, Tocantins, seja dos confins do Piauí, da Bahia e, principalmente, do Maranhão. A relação entre o que seria urbano e rural na nova capital do Tocantins torna-se mais complexa e não se adéqua apenas a um critério populacional. Portanto, é interessante levar em consideração a relação entre espaços e experiências dos indivíduos, em que estavam sendo incentivadas a proliferação de atividades não agrícolas, mas eminentemente urbanas, como turismo, comércio, funcionalismo público, indústrias e prestação de serviços.

Contudo, muitas experiências rurais eram reproduzidas no ambiente urbano e assim o são até os dias de hoje, por serem uma experiência marcante na vida de seus indivíduos. Essa questão do aspecto rural da capital do Tocantins foi levantada por Mario Xará,⁴² músico, que chegou em Palmas ainda criança, em 1994, e conta suas primeiras impressões sobre a cidade:

⁴² Mário Xará chegou em Palmas em 1994 com quatro anos de idade. Seus pais foram para a cidade em busca de ascensão social, vieram da cidade de Goiânia e seu pai instalou uma pequena gráfica. Com o tempo, sua mãe se tornou professora do Estado. Toda sua infância e adolescência foi na Vila União em Palmas, que cresceu junto com ele. Formado em jornalismo, atua hoje como músico.

Acho que a primeira coisa que vem na cabeça é que a gente sabia todos os bairros de cor, todos, todos, agora tem uma infinidade que ninguém acompanha mais, cada ano surge um, outros bairros de invasões inclusive, né? Crescimento para cá, para nós, tá muito desordenado, acho que para todo lugar. Para o sul lá também então foi... Lembro muito do palacinho quando era só o palácio... ali não tinha construção de nada e ele era todo plantado de girassóis, por isso que ele chamava praça dos girassóis. E aí tem essa memória de ver a cidade sendo construída aos poucos e daqui a pouco não saber mais os bairros que estão, todos os bairros, né? Tinha um espírito de, entre aspas, todo mundo se conhecer, nem todo mundo se conhecia, mas tinha um espírito muito interiorano aqui, de ninguém trancar a casa, por muitos anos assim... a gente teve uma infância prolongada de andar de cueca na rua até 12, 13 anos, um negócio assim totalmente, né, mais rural, que isso aqui era rural, isso aqui era tudo área verde (Xará, 2022).

A declaração de Xará oferece uma reflexão interessante sobre o crescimento urbano e como ele interpreta as metamorfoses da cidade. Há um certo ar de nostalgia, que se manifesta na recordação da “praça dos girassóis” e na comparação de como o crescimento urbano modifica as relações sociais na alegação de que “todo mundo se conhecia”. Há uma interpretação de variações das interações pessoais que se reflete na identidade comunitária, na transição de um ambiente rural para um espaço urbano consolidado. As lembranças dos girassóis no “palhacinho” remontam a um local em formação, tal qual a uma infância com um espírito interiorano, como se a cidade tivesse passado por fases de crescimento como um ser humano. Seu lamento expresso no “ninguém acompanha mais” indica um apagamento de identidades locais, resultado de uma urbanidade em evolução. Esse suposto contraste entre o rural e o urbano é reforçado pela transformação da cidade, que, com o passar dos anos, vai se transformando ao ponto de não se saber mais de cor o nome de todos os bairros. O objeto de consumo e a crescente tendência de valorização do urbano acaba por valorizar também hábitos e experiências nesse sentido, que vão também atender aos interesses de um mercado capitalista.

Nesse complexo espaço urbano em formação, mesclado com experiências rurais em torno de cada quadra, grande ou pequena, oriunda de ocupação ou aberta pelo Estado, conviviam as relações de produção muito imbricadas entre o futuro urbano e o presente rural. Essa ambivalência entre rural e urbano permeava a cidade, porém não de forma homogênea; alguns hábitos estão relacionados também às condições socioeconômicas, como acesso à água encanada, por exemplo. Isso se deve à forma como a cidade planejou sua relação com a comunidade, a desumanização da cidade, que a transformava em mercadoria e negava sua herança comunitária, excluindo uma grande parcela dos cidadãos.

Seguindo a linha da exclusão, observam-se várias vivências de precariedade na cidade de Palmas, e situações de extrema violência contra populações mais pobres infelizmente não foram incomuns. Nas fontes consultadas, foi possível perceber que os frequentes incêndios em ocupações da cidade, a falta de estrutura, o material utilizado nas construções – geralmente papelão ou madeira –, o clima quente e seco em boa parte do ano, são elementos que acabavam criando um perigo iminente. No telejornal *Tocantins Agora* foi veiculada matéria sobre o incêndio na “Invasão da Cascalheira na Quadra 31”, com a seguinte fala dos moradores:

Entrevistado 01 – Sou morador também, e nada do meu barracinho, Queimou tudo, só escapou mesmo minha geladeira, esse pedacinho, foi o que escapou ainda.

Entrevistado 02 – Aqui o meu também foi tudo embora.

Entrevistado 03 – Depois da primeira casa que incendiou, a minha foi a segunda casa a queimar, não restou nada, nada, a única coisa que restou é essa roupa que eu estou aqui desde ontem e esse chinelo aqui que já me deram aqui para mim calçar, a única coisa (Incêndio..., 1994).

Esse foi um dos poucos relatos visuais obtidos no *corpus* documental que compõe esta tese, e a matéria é devastadora pelo sofrimento estampado nos rostos de quem acabou de perder tudo, que já era pouco. A imagem da Figura 21 apresenta um *print* do vídeo com a matéria.

Figura 21 – Incêndio na invasão da cascalheira



Fonte: Acervo pessoal de Marson Nascimento.

Ao se tornar uma notícia em uma rede de TV, verifica-se que a emissora conferia importância a tal fato; contudo, não é possível precisar exatamente as intenções de uma exposição do sofrimento. Mas, considerando o contexto histórico, parece uma mensagem de que “invasões” são perigosas e que não são atitudes legítimas. Ou seja, uma forma de desestimular a organização popular por uma luta de moradia através da estratégia de ocupação. No final da matéria, são indicados locais de doação para as pessoas atingidas pelo incêndio, que corroboram com uma visão de amparo aos menos favorecidos mesmo que estejam cometendo “irregularidades” com essa atitude “invasora”.

Com relação à infraestrutura das ocupações, pode-se destacar algumas características comuns, como ausência de saneamento básico e de coleta adequada de lixo, instalações elétricas deficientes e outras variáveis que se somam a um conjunto de fragilidade habitacional.

Os mecanismos da cidade se apresentam de acordo como o espaço urbano é apropriado por seus habitantes, porém existem interesses econômicos que acabam por suplantam os interesses de qualidade de vida de uma maioria, por exemplo. Sobretudo quando tratamos de um fator importante como a especulação imobiliária, que acaba por segregar uma população vasta de trabalhadores de baixa renda, que fica refém em moradias de autoconstruções precárias e sujeitas a todo tipo de intempéries. Sobre as dificuldades do cotidiano das ocupações, o servidor público Erivelton Santos relata sua experiência:

A Vila União, culturalmente, ela se refere as três quadras, as três primeiras quadras da região norte, Arno 31, Arno 32 e Arno 33. O que aconteceu, no governo Avelino é... houve uma grande ocupação na 32 [Arno], mas virou um grande campo mesmo de barracas e deram o nome àquela ocupação de Golfo Pérsico, porque foi bem na época da Guerra do Golfo Pérsico. Que justamente era ali onde é hoje a Escola Castro Alves na 32 [Arno], houve um grande incêndio de barracos, que essas famílias foram desabrigadas, e nisso o Governo do Estado foi obrigado a cortar novas quadras, a 72, a 71, e a Arno 61 e 73, também quadras que, tipo assim, cortou e jogou o povo lá. O povo ficou sem água, a princípio sem energia elétrica, depois chegou a energia elétrica, né? Não demorou muito, mas a água, ficou muito tempo sem água, e era um carro pipa da prefeitura que ia lá abastecer o povo com água (Santos, 2020).

A tragédia anunciada acabou por pressionar o governo a abrigar os moradores em outras quadras próximas ao centro da cidade, tais como as quadras que constituem a Vila União. E esse é o cerne da questão, pois, como vimos no capítulo anterior, a primeira gestão de Siqueira Campos planejou que a população de baixa renda fosse colocada no extremo sul da cidade, no bairro Jardim Aurenny.

A criação de uma cidade nova não é algo comum na história recente do Brasil, e com isso a produção de situações de excepcionalidade é frequente, ocasiões que não encontram outros paralelos, porém se explicam diante do contexto no qual estão inseridas. E a Vila União tem esse caráter único, uma região territorialmente privilegiada devido a sua localização centralizada na cidade, surgida de um processo periférico e precário, que são as ocupações de terrenos públicos por sujeitos que migraram para Palmas, mas não tinham onde morar.

Sabemos que o projeto da cidade de Palmas foi segregador desde seu início e, portanto, assinalava que o Plano Diretor era um espaço destinado a determinados grupos sociais que poderiam pagar para morar nele. A implementação dessa segregação está associada à transformação da terra numa mercadoria rentável ao Estado, o que, conseqüentemente, fomenta uma diferenciação entre grupos sociais quanto à probabilidade da aquisição de terrenos. Além dessa questão da terra como mercadoria, dificultando o acesso à moradia, o desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Palmas, nos anos 1990, é afetado pelas promessas de empreendimentos imobiliários futuros em áreas centrais ou adjacentes que foram destinadas à especulação imobiliária em contraposição à habitação das classes trabalhadoras.

Portanto, quando se levantam memórias sobre a Vila União, e também sobre a região norte em geral, trata-se da exceção, da fratura na segregação. Um exemplo desse tipo de ação segregadora foram os bairros criados no extremo sul da capital do Tocantins, como os Jardins Aurenys e o Taquaralto, que afastou as aglomerações populares de baixa renda das áreas centrais para a periferias do Plano Diretor. Essa hierarquização do espaço foi definida pelo mercado imobiliário, aliado ao poder público, que tinha interesse na valorização das terras do Plano Diretor, já que era o seu maior proprietário.

A produção do espaço urbano palmense obedeceu desde sua gênese a orientação mercadológica da terra como mercadoria, o que teve repercussão direta nos processos de desigualdade social pelo mercado imobiliário. Ao definir as áreas de maior valor aquisitivo para comercialização, segundo suas especificidades territoriais, esse mercado imobiliário fomentou e ainda fomenta, ao longo dos pouco mais de 33 anos de vida de Palmas, uma segregação planejada. Essa peculiaridade da Vila União chama atenção no depoimento do agente de saúde e diácono Inácio, que lembra:

Aí vim mais ele ficá para quadra 33, que era antiga 33, e hoje voltou, a 33 passou a ser 307 norte, né? Aí hoje é 33 de novo. Então lá tava também sendo ocupado, mas nessa ocupação o governo não era a turma do Siqueira não. A turma do Siqueira que criou o projeto que era para projeto piloto aqui, os pobres era para tá no Aurenys um, dois, três e quatro. Ele criou os Aurenys para isso, para pobreza ir para lá, quando eu cheguei já tinha muita gente para lá, e aqui praticamente ninguém mais tava ocupando aqui. Agora o povo teve uma força o governo Avelino, tava no final do mandato dele e tinha um advogado que não sei se era parente dele, também chamava Joãozinho, Josino, Josino!! – ele já faleceu. Aí esse advogado que deu apoio para o pessoal ocupar essa área da 33 ali tão pertinho, 3 km ali do Palácio (Silva, 2021).

Inácio oferece sua visão sobre as políticas de ocupação e urbanização de Palmas nos primeiros governos da cidade, Siqueira Campos e Moisés Avelino, ao entender que há uma segregação socioespacial e uma influência de políticas de habitação para diferentes classes sociais. O advogado Josino parece uma construção simbólica do interlocutor quanto aos esforços de resistência de forma diversificada, nesse caso através de uma influência dentro do governo. O Plano Diretor estaria destinado à população privilegiada, enquanto a maioria das pessoas enfrentavam dificuldades de acessar o centro urbano. Muitas memórias afirmam que, em seu período final, o governo Avelino⁴³ facilitou a ocupação da região norte, principalmente as quadras que constituíram a Vila União, no intuito de se vingar do seu desafeto político, Siqueira Campos, que viria a reassumir o governo do Estado em seu segundo mandato. E a região norte estaria repleta de casas populares e ocupações irregulares, quando o projeto da cidade previa que essa região seria de mansões e clubes aquáticos, devido à centralidade e proximidade com o rio Tocantins.

Precisamos nos ater com cautela a esse discurso para não invisibilizar ou menosprezar a luta e toda vivência dolorosa observadas em tantas memórias de milhares de pessoas que migraram para Palmas em busca de um eldorado e tiveram que enfrentar inúmeras dificuldades, sendo a busca por um lar a primeira delas. O cotidiano em ocupações significa o dia a dia de uma população privada do acesso à

⁴³ Moisés Avelino foi o segundo governador do estado do Tocantins, de 1991 a 1994, e seu mandato foi marcado por ênfase em projetos de infraestrutura voltados ao desenvolvimento do estado. No que se refere à ocupação da região norte, ela se intensifica nos primeiros anos de Palmas, quando Moisés Avelino incentiva a ocupação das quadras 303, 305 e 307, todas ao norte, por famílias em vulnerabilidade social, que ali constroem um processo de lutas e negociações que resultou no primeiro bairro popular a ser consolidado do Plano Diretor, a Vila União. Em entrevista concedida à Coccozza (2007), o então governador afirma que a medida foi tomada como uma forma de conter o avanço das ocupações irregulares em áreas ambientalmente protegidas e, ao mesmo tempo, buscou evitar os mesmos equívocos da gestão anterior, no sentido de alocar a população carente longe do centro da cidade.

moradia, um direito constitucional; é uma parcela da população que está sendo violentada e resistindo da forma que pode em uma luta completamente desleal. Além da luta diária, cotidiana, ainda há a disputa discursiva, em que há muita hostilidade e violência acerca da ocupação de famílias sem casa em terrenos que cumprem a função apenas especulativa – todavia, os agentes de especulação são esquecidos e muitas vezes tratados como vítimas.

Tratando do caso palmense, percebemos os mecanismos, através das memórias e temporalidades, que se manifestam no espaço urbano e como este é produzido e apropriado por muitos interesses, inclusive mercadológicos. A questão da habitação, ou melhor, a disputa por esse direito é o fio condutor desta tese e, apesar de afirmar que a maioria dos migrantes tiveram que lidar com a precariedade acima descrita, também há variações dentro desse contexto. O migrante Cleiber Abud veio de Araguaína para Palmas para trabalhar na Pavel, primeira concessionária de carros da cidade, e relata como foi sua chegada a Palmas e sua primeira moradia:

A princípio eu fiquei no hotel, eu graças a Deus, que Deus sempre me deu uma luz, me ajudou. Eu primeiro agradeço a Deus, depois minha família e depois ao meu gerente Kubitschek. Ele me botou no hotel, depois do hotel, foram chegando os funcionários e aqui em Palmas, era muito difícil você alocar qualquer pessoa de fora para morar, se você fosse botar no hotel ia ficar muito inviável para eles. E o que é que eles fizeram, mobiliaram uma casa e alugaram uma casa, mas eram, na época, de 8 a 12, 13 pessoas, em média, então sempre tinha de oito a doze pessoas na casa. Então era casa alugada mobiliada, fornecia o marmitex alimentação, e nós tinha casa mobiliada. A primeira casa a gente morou aqui na 13, antiga vila dos deputados, e ficou só um mês e ali depois a gente foi para região norte, que aí foi ali que eu te falo que foi o meu encontro na região norte (Abud, 2022).

Diferentemente da maioria dos migrantes, Abud teve uma condição privilegiada, pois, enquanto teve emprego qualificado como vendedor de automóveis, tinha uma garantia de moradia da qual aproveitou. Trabalhou como vendedor por 13 anos em uma concessionária automotiva e saiu da casa coletiva após contrair matrimônio e ir morar junto de sua esposa na casa da sogra, na Vila União, bairro vizinho à sua casa coletiva. Então, mesmo morando em uma casa alugada pela empresa, preferiu morar com sua esposa em uma casa própria da família, em um terreno irregular, que depois veio a se regularizar e virar um bem da família. Porém, as sociabilidades eram semelhantes, frequentavam os mesmos espaços.

Muitos foram atraídos pelas notícias que tratavam da prosperidade da capital do Tocantins, e Renato Moura⁴⁴ foi um desses que deixou Maceió, em Alagoas, para tentar a vida na construção civil em Palmas. Ao relatar seus primeiros dias na cidade, sua história não difere muito da de muitos migrantes quanto às dificuldades enfrentadas, visto que, de certa forma, sentiram-se enganados, pois a realidade era bem diferente do eldorado propagado. Renato conta que:

Quando eu cheguei, diz que lá no Nordeste tem aquele ditado de que o cara chega puxando a cachorrinha, né? E eu não tinha cachorrinha pra puxar, eu cheguei sem cachorra, sem nada, só com a vontade de trabalhar e o conhecimento, claro. Meu conhecimento técnico, que modéstia à parte eu tinha confiança no que eu fazia, quando eu cheguei aqui numa sexta-feira, 5 de fevereiro, um dia de chuva, trovão que eu nunca tinha visto na vida e chovendo, eu peguei a rodoviária, que era aquela rodoviária antiga de madeira. Aí eu peguei um táxi e pedi para ele me trazer no hotel mais simples possível, hotel São Paulo. Esse hotel eu fiquei durante uma semana, sem almoçar, só tomava café de manhã, comia fruta de manhã, fazia minhas compras no supermercado de verduras e frutas e aí a noite eu fazia a jantinha, que a pessoa chama aqui que é o prato de macaxeira, com tropeiro e um churrasquinho né? Então eu não almocei durante 20 dias, só jantando a noite (Moura, 2022).

O Hotel São Paulo foi o mesmo no qual o Cleiber Abud ficou hospedado, era um hotel que abrigava muitos migrantes, pois era simples e tinha sua localização central, o que facilitava a busca de emprego e a locomoção, já que transporte público era uma dificuldade na cidade. A mesma rede de solidariedade que atingiu Abud ao citar a amizade com seu gerente e, posteriormente, o casamento que lhe trouxe uma família e uma moradia, atravessou a vida de Renato Moura. Porém, no caso deste, através de uma organização religiosa, a maçonaria. Assim ele conta como saiu do hotel e conseguiu sua primeira moradia fixa:

Eu cheguei aqui com 500 reais na época, né? E aí quando eu passei 15 dias nesse hotel [São Paulo], já tava acabando o dinheiro, como eu na época, eu frequentava a Maçonaria, eu sou maçom, mas hoje eu não sou assíduo. E aí eu procurei a Maçonaria e um dos maçons tem um hotel, tinha um hotel na época e aí eu fui, passei mais 20 dias nesse hotel e até hoje eu devo um grande favor a esse irmão, porque na hora que eu fui pagar ele disse não, vá trabalhar e no dia que você tiver bem e puder ajudar outra pessoa, você ajuda. Foi isso que aconteceu nesse hotel, mas quando fui sair do hotel, já foi um outro irmão da Maçonaria me chamou para ir para casa dele, isso eu desempregado, procurando emprego. Eu e cinco caras que tava nesse hotel, e todo dia a gente saía para procurar emprego e assim levei dois meses e meio, mas, como sou artesão também, eu trouxe alguns formões de casa e umas ferramentas e ficava, passei três meses indo para a Praça do Bosque durante a semana, fazendo entalhe em madeira e vendendo, e ia para

⁴⁴ Renato Moura chegou em Palmas em setembro de 2000, pediu exoneração do emprego público na Codevasf em Maceió e foi tentar a vida na cidade de Palmas. Ali viveu uma verdadeira transformação profissional e pessoal, pois passou a produzir obras de arte e se tornou artista plástico de profissão, como também um militante pela cultura na cidade.

casa desse colega meu, eu dormia lá, passava para ficar o dia todo fora de casa né? Para não tá abusando da boa vontade, e durante o dia eu tava na feira do bosque vendendo meu material. E eu sei que tem, aí depois eu saí com quatro meses, minha esposa veio com a família e alugamos uma quitinete. Ela é professora também, formada em letras, e aí quando ela chegou arranjamos um emprego para ela de professora, contrato, né? Aí fomos melhorando, fui morar na quitinete, as pessoas me ajudaram dando um banquinho, outro deu um ventilador, outro deu um fogão, outro me deu um colchão e moramos três anos capenga, tentando, tentando e a mulher trabalhando também, já com um salariozinho melhor mas nada dessas coisas tão boa assim (Moura, 2022).

Para Renato e sua família, Palmas demorou para se tornar a realização de seu sonho, apesar de sua ideia inicial ter sido trabalhar nas oportunidades da construção civil, Moura sempre teve uma veia artística apurada e foi com esse talento que se firmou na capital do Tocantins. Não podemos deixar de citar que, além de seus dons artísticos, o trabalho regular de sua esposa como professora ajudou a estabilizar a família e a solidariedade de diversos agentes. Sua fala evidencia que foi vendendo sua arte que conseguiu se manter e trazer sua família, e depois progredir. Como conta com muito orgulho, hoje é artista plástico, seguiu seu sonho de viver da arte e foi no Tocantins que conseguiu seu reconhecimento artístico. Depois de algumas tentativas frustradas de trabalho na construção civil, Renato resolve se dedicar de vez à arte e relata que:

Vou ter que procurar a vida artística, foi quando eu vi o campo aberto para a área de arte. Já era artesão, já pintava, já esculpia, eu disse bom... eu vou enveredar pela área de arte. E nesses 23 anos eu tô na área de arte. Tentei ainda ser... trabalhar como projetista de engenharia, desenho industrial, depois na construção civil como projetista, não se pagava bem, eu disse não. Vou ter que sair fora. Vou me dedicar à arte, me dediquei à arte e tô nela até hoje e aí com um ano eu já era presidente da associação na Feira do Bosque. E por aí eu fui né? Com muita peleja, também não foi fácil. Não tô dizendo aqui também que “ahhh cheguei e tudo mudou”, não! Mas a vontade de fazer era tão grande que todo dia eu dizia, não, amanhã vai ser melhor, vou lutar mais ainda, vou lutar (Moura, 2022).

Para Renato a mudança de espaço não foi apenas territorial, mas de uma vida inteira, inclusive de temporalidade. Pois, como funcionário público em Maceió, tinha um horário a cumprir e um trabalho técnico a realizar, já na sua vida em Palmas passa a fazer da arte sua profissão e a viver das incertezas que esse ofício proporciona. A cidade, em sua compreensão, é composta por sociabilidades, nela estão inseridos atores, relações sociais, sujeitos, grupos, classes, práticas culturais, comportamentos aceitos outros repudiados, enfim uma diversidade baseada na infinidade.

Essas marcas podem ser entendidas como um registro de ações sociais de transformações do espaço urbano contra uma visão de naturalidade temporal.

Enquanto uma concentração populacional, a urbe, tensiona as relações e cumpre muito bem o sentido de habitar, com características próprias, os seres humanos impõem sentidos da mesma forma que os ressignificam de acordo com as transformações temporais, culturais e sociais. Perceber a cidade como uma obra coletiva é primordial, não há como entendê-la na individualidade, mas, sim, em suas complexidades, como moradia de muitos, que compõem um tecido talhado nas relações sociais. Sujeitos e acontecimentos vão sendo avaliados e reavaliados para ceder novos sentidos a novas interpretações e configurações, possibilitando inclusive a pluralização de vozes que antes não tinham como ecoar, a visibilidade de atores que antes não conseguiam tanta luz.

Relacionando essas práticas culturais de vivências da cidade com as memórias de nossos entrevistados, a preocupação com a cultura mostra-se presente na fala de Mário Xará, músico que administra um ponto de cultura na região norte de Palmas. Em suas lembranças, ele levanta esse tema e conta que:

Palmas sempre foi um lugar de separar muitas pessoas, aqui, agora, que já é uma capital um pouco mais de capital, né? Já tem bastante gente, universidade, e a coisa sai um pouco de controle, mas ainda é assim sabe? Pobre e rico aqui é uma cidade aos moldes de Brasília, mas eu acho que aqui teve um grande defeito, que Brasília, quando foi feito, Juscelino levou pra lá Valdir Azevedo, Pixinguinha um monte de gente foda foi morar lá. Eles tiveram um mínimo de preocupação com uma coisa cultural, né? Vamos fazer uma cidade aqui no meio do Cerrado, mas vamos pôr logo Universidade, traz grande celebridades da literatura, grandes poetas foram, parece que o Drummond morou lá um tempo. Agora aqui não, aqui vamos fazer uma cidade, derrubaram tudo, começou a construir, mas não teve uma preocupação com a cultura, com essas coisas. Então acho que esse neoliberalismo aqui era mais para quem tinha mais consciência e conseguia enxergar isso. Hoje eu olho e acho que é isso mesmo. Era cruel, porque veio esse progresso, mas para poucos, né? E até hoje a gente não tem faculdade de música, conservatório de música, né? A gente não tem orquestra, a gente não tem maestro, não faz os registros das nossas músicas, as pessoas não fazem isso né? Isso não vai ser documentado (Xará, 2022).

Xará demonstra duas preocupações muito pertinentes, pois primeiro reclama do pouco incentivo à cultura no estado e depois do pouco registro do que é produzido, ou seja, explicita a dificuldade que há na produção de memórias culturais dentro desse contexto. Levanta a necessidade de se trazer à tona simplesmente aquilo que remete ao que ficou ausente, o que está em algumas memórias, mas está difícil de enxergar e identificar no primeiro instante. Quem são os sujeitos migrantes que produziram cultura na região norte de Palmas? Onde se encontram seus testemunhos? Onde estão os vestígios de suas experiências na cidade? São

questões que também nos interessam e que pretendemos trabalhar nos capítulos que seguem. Ressalte-se que nosso entendimento de cultura é amplo, portanto entendemos a ausência de fomento cultural como um todo e não apenas uma valorização de práticas culturais hegemônicas.

Renato Moura e Mário Xará são pessoas que dedicam sua vida a cultura na cidade de Palmas, Renato como artista plástico, Xará como músico, com idades diferentes, Moura já com 62 anos e Xará com 27, porém ambos vivenciam a cidade e anseiam por incentivos culturais mais robustos. A mesma cidade que realizou o sonho de Moura de viver de sua arte a ponto de conseguir se dizer financeiramente realizado causa angústia em Xará, que se ressentia com a falta de políticas públicas de incentivo à cultura no estado, principalmente em relação à música. Muitos outros entrevistados relatam dificuldades na área de cultura e lazer na cidade de Palmas, pois o acesso era muito difícil até a pequenas coisas, tais como uma simples revista, como comenta a professora Chiquinha:

Eu lembro que eu gostava muito, gosto muito de ler. Eu saía dali da 14 (Arne14), eu ia comprar revista lá no Jorge, ali no centro mais pertinho, aquela banca e revista dele ali, e a gente vinha aquela JK todinha. Porque como o transporte praticamente não existia – se hoje é difícil imagina naquela época final de semana, né? Então a gente saía ali, ó, passava, você não via uma pessoa, muitas vezes ele tinha que telefonar para ter alguém para conversar, pelo menos algum familiar, porque não tinha não, realmente muito complicado. Não tinha cinema, não tinha pra onde você ir, não tinha *shopping*, nada disso existia (Silva, 2022).

As memórias da professora Chiquinha trazem mais uma vez a dificuldade de acesso a uma cidade, nesse caso à cultura. Ao relatar que para comprar uma simples revista tinha que andar alguns quilômetros, pois não havia transporte fácil e não havia muitas outras opções, como cinema, *shopping* e afins, observa-se que a cidade não era a mesma para todos. Enquanto moradora da região norte e professora, uma profissional de classe média, as opções de lazer e cultura se reduziam.

Como qualquer outra cidade, Palmas é centro de muitos discursos que fazem leituras e promovem saberes específicos de seu território. Estes relatam a cidade para além da história, mas também sob o olhar político, arquitetônico, policial, jurídico, ambiental, cultural, social, entre outros, sendo que todos estão fundamentados em conceitos e muitas vezes em uma cientificidade acentuada que faz parte da constituição da cidade e, por conseguinte estão nas memórias de nossos entrevistados. Tais discursos são formas qualificatórias da cidade e partilham a forma como as pessoas a enxergam.

Portanto, neste capítulo pretende-se unir, além de alguns documentos oficiais, leis, jornais e também fontes orais, numa forma dos saberes se cruzarem e se defrontarem, tomando a cidade como objeto de precaução, mas principalmente para verificar como era a vivência das pessoas nessa cidade sempre em construção. As narrativas orais implicam outra forma de expressar a cidade, com os sons das palavras, o recurso da história oral, através dos depoimentos e relatos de memórias, remontando à experiência do vivido e recordando no presente a história de vida dos sujeitos. Pelo recurso da memória conta-se uma cidade que não mais existe da mesma maneira, de sociabilidades estranhas, de ritos que não mais são iguais, de valores diversificados, mas que de certa forma são testemunhos sobreviventes de uma outra temporalidade, marcas de historicidade de habitantes de uma Palmas transformada.

Dos vários relatos da cidade de Palmas aqui explicitados, dois aspectos destacam-se como primordiais para as reflexões restantes deste capítulo: a análise do tempo das memórias, constituído em várias temporalidades que se entrelaçam umas às outras; e, concomitantemente, os depoimentos da trajetória percorrida pelos migrantes que descrevem os espaços habitados e tecem os vários itinerários da região norte de Palmas, desenhando a diversidade da cidade, mas também como a terra era uma mercadoria muito valiosa e tê-la ou não influenciava diretamente em sua vida social e cultural na cidade.

Esses dois caminhos abertos, temporalidade das memórias e a narrativa da cidade, são caminhos que se interconectam e deram sentido à trajetória deste texto. As histórias aqui apresentadas representam um tempo vivido e guiam o entendimento das experiências sociais de uma época singular, imersa em um processo único de construção de uma cidade planejada. Portanto, é necessário compreender a importância desse ato narrativo como uma prática discursiva que desenvolve um papel fundamental na produção das memórias da cidade de Palmas, pois as narrativas têm influência no mundo experienciado.

Tendo como foco a relação entre narrativa e espaço, compreendemos que as narrativas acabam por configurar e descrever os territórios da cidade em suas vivências do cotidiano, com suas tensões, fragmentos e descontinuidades, sendo os sujeitos históricos protagonistas da criação da cidade. Os territórios que constituem a cidade de Palmas emergiram aqui das narrativas insurgentes, portanto, a forma como os relatos articulam os eventos pretéritos reconfiguram os espaços, instituindo temporalidades e espacialidades que fazem emergir uma realidade. As narrativas

são entrelaçadas por meio das linhas do tempo como as marcas temporais dos espaços vividos no ontem, os migrantes que se deslocaram de diversas localidades do país para tentar a vida em Palmas deixaram e deixam suas marcas culturais e sociais hodiernamente. Não há pretensão de atingir uma totalidade ou tecer um tapete único, porque os relatos, as fontes e a própria concepção de história não nos permitem ter esse objetivo. Consideramos os contextos múltiplos que se movimentam pela variedade das experiências narradas e pelos pontos de vista indicados.

Entender os tensionamentos da cidade de Palmas e perceber a relevância e o impacto que as disputas fundiárias exerciam nas vivências da população trabalhadora de baixa renda permite afirmar que, ao não atender as necessidades básicas de moradia, o Estado acabava por favorecer a degradação de ambientes ocupados, pois muitas vezes esses territórios poderiam ser recuperados e, posteriormente serem objetos de valorização, fomentando a especulação imobiliária tão presente na história da cidade. A construção dessa linha argumentativa decorre do relacionamento entre as fontes aqui trabalhadas, fornecendo uma narrativa de eventos e processos que moldaram a sociedade e a cultura da cidade de Palmas. A compreensão dessa relação é essencial para uma análise mais profunda da história de construção da última capital planejada do Brasil no século XX e para a produção de narrativas históricas do seu passado mais inclusivas.

4.3 O norte da coletividade: ocupação da região e estratégias de luta pela moradia

*por ser dado a canhestro,
a vida me quis preso nas rédeas do cabresto.
andei sempre pela esquerda à procura de aresto.
meus inimigos insistem que não presto.
mas é na força dos contrários que aposto.
por isso, o gesto ambidestro no rosto que amo e detesto.
ando vago a torto e a direito.
pensar, ah, pensar é meu defeito.*

Gilson Cavalcante

Contra cabresto e em busca de aresto, as ocupações da região norte de Palmas foram um elemento popular recorrente muito utilizado por movimentos sociais de luta pela moradia. A Constituição de 1988, além de garantir o direito à moradia, instituiu o

pacto federativo, assim, muitas questões e demandas da população foram municipalizadas e a questão da moradia é um bom exemplo. Esse fator foi relevante na dinâmica de organização social, já que a descentralização deixava a população mais distante dos espaços de decisão e pautas regionais relacionadas à moradia foram mais capitalizadas.

A municipalização de políticas habitacionais gerou algumas expectativas de que respostas e ações efetivas para os problemas das cidades ocorreria de forma mais célere. Apesar da ânsia por melhorias, a descentralização das políticas urbanas não gerou efeitos imediatos, pois não veio acompanhada de receitas para financiá-las. A grande maioria dos municípios não tinha recursos para implementar ações de planejamento e gestão territorial. Nesse caso, evidencia-se uma situação muito comum no Brasil, que não difere muito do que se deu em Palmas, mesmo sendo construída pós-Constituição de 1988. Como já vimos em alguns exemplos, as políticas para a capital foram fruto de programas desconexos e sem perspectiva de continuidade.

Como forma de lidar com a ineficiência estatal, com a ausência e/ou ineficácia de políticas urbanas e habitacionais, a sociedade civil se organizou das mais diversas formas. Situando a criação de movimentos sociais pós-ditadura civil-militar, entendemos a necessidade de se criar novas estratégias metodológicas para impactar as administrações locais na disputa por direitos. Muitas práticas foram desenvolvidas, em Palmas, orientadas pelo Movimento de Luta Pela Moradia, que teve na capital do Tocantins um de seus braços de atuação, promovendo a difusão de experiências de luta por todo país. Porém, o Movimento de Luta pela Moradia só se fez presente de forma oficial em Palmas no ano de 1995. Antes disso outras formas de organização social estiveram no centro de reivindicações em torno de uma cidade mais democrática.

As frentes de combate eram múltiplas, havia a tentativa de organização das ocupações, de formação política das pessoas, como também de influenciar no planejamento do Plano Diretor de Palmas, com propostas de estruturação das gestões. Tiveram lugar lutas por maior participação popular em instituições como a Codetins, por exemplo, e a implantação de conselhos visando ampliar as práticas decisórias com dotação orçamentária. De maneira geral, percebe-se que, no âmbito do poder público no Tocantins dos anos 1990, a questão urbana foi muito influenciada por pressões políticas de diversos agentes, entre estes os movimentos que lutavam

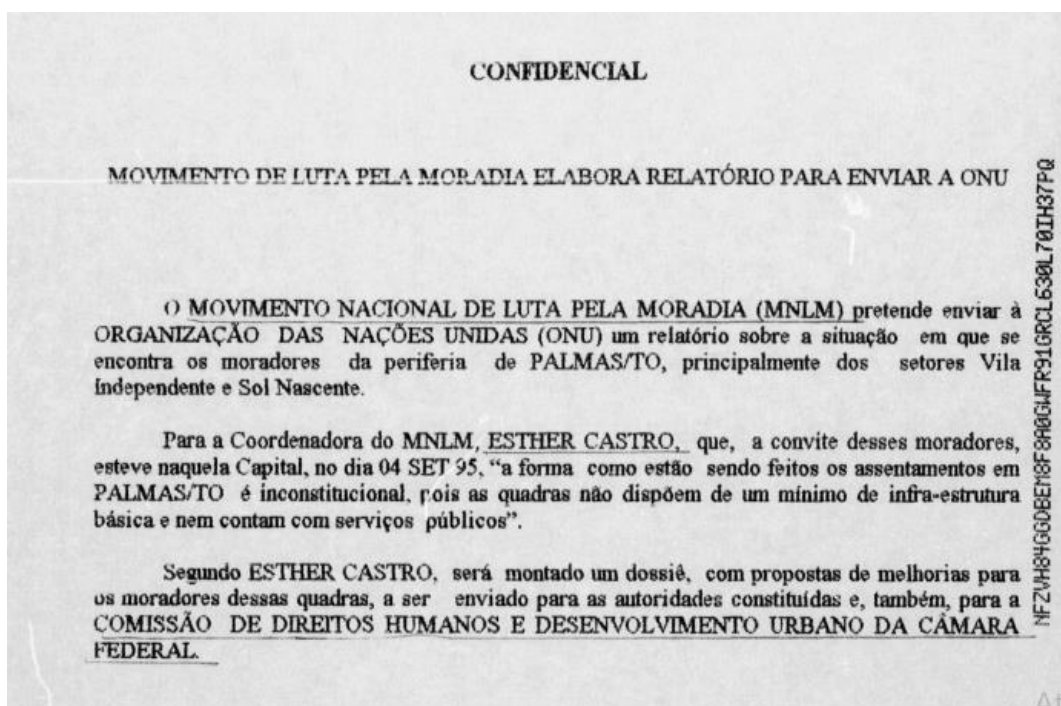
pela moradia. Esse entendimento é importante para não estimularmos interpretações históricas segundo as quais a população assistia inerte a todos os movimentos políticos que concernem às disputas fundiárias da cidade.

A primeira organização em torno de um movimento de luta voltado exclusivamente para a causa da moradia nasceu em Palmas, em 1995, portanto, cinco anos após sua fundação. Inicialmente, esse grupo foi formado por lideranças de ocupações ameaçadas e foi composto de forma heterogênea, por organizações de direitos humanos, representantes da Igreja Católica e pessoas que resistiam de alguma forma. A professora Ana Carla Bottura (2019, p. 167) relata em sua tese como nasceu tal organização:

A primeira reunião do que ficou inicialmente conhecido como “Comissão de Luta pela Moradia” deu-se em 05/08/1995, com a participação de representações de 12 áreas da cidade, incluindo quadras populares dentro do “plano diretor”, bairros e ocupações da periferia sul. Nesta, foram levantados os principais problemas de cada localidade e discutidas alternativas de mobilização coletiva para a reivindicação junto aos agentes públicos. Na ocasião, sinalizou-se o contato em andamento com a representação nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) em Goiânia e a intenção em estreitar os laços no sentido do fortalecimento da Comissão. No dia 03/09/1995, realiza-se a “2ª Reunião da Luta pela Moradia”, que contou com a presença da coordenadora nacional do MNLN Júlia Esther Castro França, trazida à cidade com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins (Sintet) e com o objetivo de fornecer as orientações iniciais à militância em formação, além de realizar reuniões em algumas áreas urbanas de conflito por moradia. A vinda da Júlia Esther marca simbolicamente a fundação do MNLN em Palmas, cujos nomes dos representantes, neste primeiro momento, constam na lista de presença da reunião.

Por essa citação podemos observar que logo nos primeiros anos da cidade de Palmas foram se constituindo organizações de resistência ao modelo segregador urbanístico de cidade. Como a questão da vulnerabilidade habitacional, houve o contato com uma rede de articulação em busca de apoio à causa, inclusive utilizando de mecanismos para mostrar ao mundo os problemas habitacionais na urbe, como também a violação de direitos humanos fundamentais. A citada segunda reunião com a participação da professora Esther Castro, líder nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), chamou atenção da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que acompanhou a reunião e elaborou um relatório para o então presidente Fernando Henrique Cardoso, como se pode ver no documento reproduzido na Figura 22.

Figura 22 – Movimento de luta pela moradia elabora relatório para enviar a ONU



Fonte: Brasil (1995).

Na década de 1990, no Brasil, ainda repercutiam muitas práticas condenáveis com relação aos aparatos de repressão e organismos de informação utilizados durante a ditadura civil-militar. Nesse momento, sob a ótica neoliberal, os segmentos que lutavam contra pobreza são vistos como opositores políticos. Do fundo documental da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, são inúmeros os relatórios sobre movimentos sociais e organizações não governamentais no Tocantins, o que leva a crer que essa situação era, no mínimo, observada com atenção.

Tal situação não era exclusividade do MNLM, pois mesmo antes de sua formalização no Tocantins outros grupos já rendiam atenção dos órgãos estatais de vigilância. Estes são considerados suspeitos e, portanto, vigiados. Destaca-se aqui a atuação das CEBs e do Centro de Direitos Humanos de Palmas. Alguns de nossos depoentes tiveram atuação nesses movimentos e contaram suas experiências. Por exemplo, Romeu afirma:

Então, em 1995 a gente criou o Centro de Direitos Humanos, e aí a partir de lá que começou a luta pela moradia, começou pelo centro de direitos humanos, como não tinha outras instituições, a gente pegava tudo né? E aí depois a gente começou a incentivar a criação, de que se criasse movimento específico, aí ficou naquela época, acabou né? Tem um grupo do LGBT aí, o movimento pela moradia, movimento de mulheres, algumas organizações começaram a se articular, crianças e adolescentes então, aí depois, quando

o pessoal começou a sumir, aí a gente foi se desvinculando ficou mais com a questão da violência policial e depois, mas a questão que essas outras instituições não pegava, então o centro de direitos humanos a gente já atuava um pouco nesse sentido lá (Feix, 2021).

A pergunta dirigida ao professor Romeu foi se em algum momento ele havia participado do MNLN, ao que ele respondeu que não. Porém iniciou o relato acima exemplificando que, antes da criação do MNLN, a questão da moradia perpassava pelo Centro de Direitos Humanos de Palmas. Corroborando com a fala de Romeu, o também militante por direitos humanos Inácio relata que:

Eu sempre fui ligado à igreja [Católica], nós tava nos movimentos já tinham Direitos Humanos, aí tinha um pessoal que depois dessas quadra tá tudo cortado lá [as quadras a que Inácio se referem são as que constituíram a Vila União, Arno 31, 32 e 33], já arrumada, aí vieram umas famílias morarem nas periferias das quadras, não tinha mais o local para estar ocupando nas quadras e eles ocuparam as margens das quadras por causa do medo, né? Mas ocuparam as laterais assim, elas ficaram ali onde hoje tem uns apartamento, perto da praia das Arnos, aí naquela beira de pista ali. Eles ocuparam ali, outro grupo ocupou aqui onde é essa escola... como é que é o nome da escola aqui na 32, essa escola da beira da Avenida, essa escola estadual que eu esqueci [Escola Estadual Vila União]. Aí tinha ocupação naquele espaço todinho, ali era cheio de barraco de palha, encheu de barraco de palha ali, e outra ocupação aqui onde é o Colégio Padre Josino. Toda essa lateral da Avenida ali, ainda não tinha avenida, tinha a quadra 31 [Arno 31] que cortaram e ficou avenida aí, eles ocuparam aquela área onde tem o padre Josino, subindo lá na estrada Avenida, era cheio de barraco até ali é onde é o Hemocentro. Como a gente participava da igreja, uma colega nossa que tinha sido freira e tava morando aqui e participando da igreja, ela disse só o seguinte: “nós que somos igreja não dá para a gente ficar de braços cruzados, nós temos nossa casinha já acomodado e vendo esse pessoal nesses locais aí, tudo passando necessidade, então nós vamos criar um movimento aí para a gente cobrar um assentamento para essas famílias”. Aí vamos, aí chamamos os meninos lá que eram seminaristas, Romeu, Marcelo e o Egídio, aí eles tudo entraram conosco (Silva, 2021).

Inácio Silva ilustra, através de sua fala, um momento que considera importante da luta comunitária em Palmas, principalmente em uma área de vulnerabilidade social, onde as pessoas se organizavam para reivindicar, entre outros direitos, o da moradia digna. Sua narrativa nos auxilia a compreender as complexas dimensões dessa experiência de organização popular, por uma memória de resistência, expressa no papel da Igreja Católica como importante conexão para impulsionar as ações coletivas e reforçar os laços da comunidade. Por seu relato, Inácio demonstra a ocupação de quadras periféricas impulsionadas pela necessidade de, ao menos, uma perspectiva de melhores condições de vida e um espaço seguro para habitar. A quadra 31 reflete uma disputa pelo espaço urbano, em que a prática de apropriação sugere um ato simbólico de contestação de grupos marginalizados, e reivindicar essas áreas evidencia um desejo de acessar a cidade em sua plenitude. A origem dos movimentos

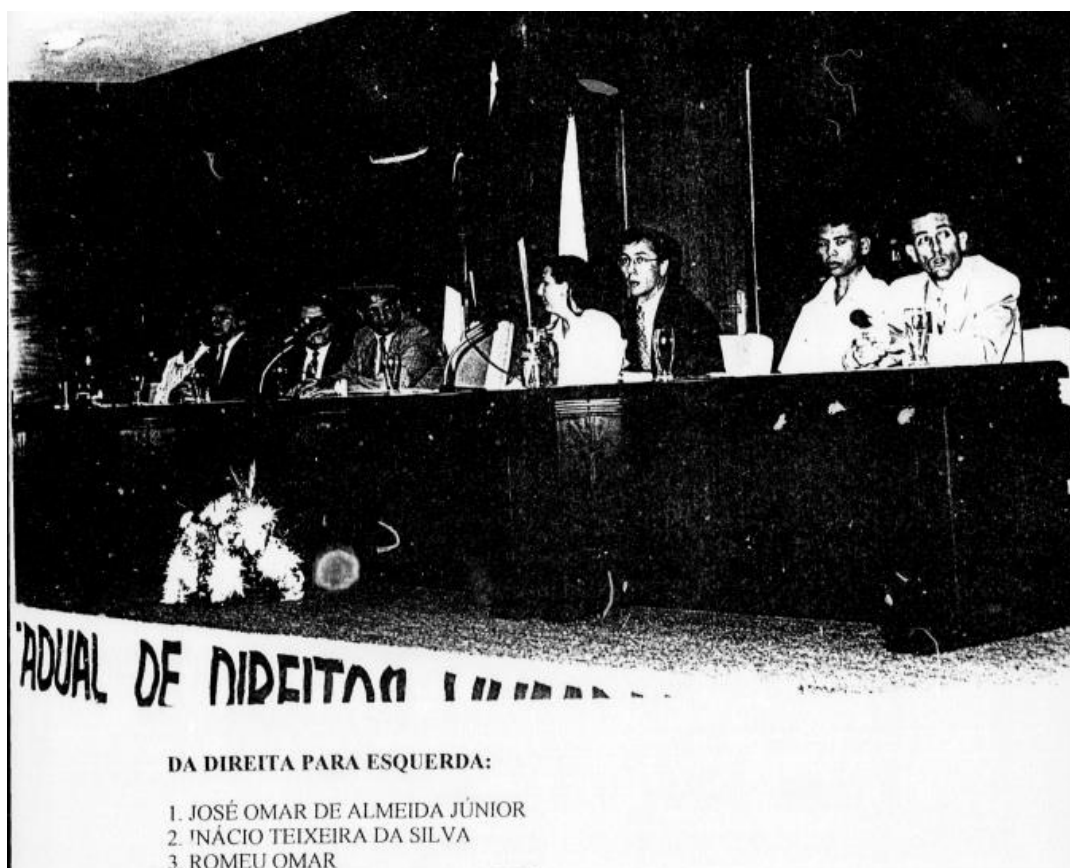
em Palmas perpassa muito por esses dois grupos que, em muitos casos, se entrelaçam: membros da Igreja Católica e militantes de direitos humanos. No caso de Romeu e Inácio, tanto a Igreja Católica quanto a militância andam juntas em suas histórias, ambos chegaram em Palmas na condição de seminaristas e construíram suas histórias na luta por direitos humanos na cidade até os dias atuais.

Os anos 1990 marcaram a transformação de possibilidades no que se refere aos movimentos sociais, pois a Constituição Federal trouxe a legitimidade que se consolidou neste período. Pode-se pensar também em um momento da história do Brasil marcado pelas ideias neoliberais, inclusive a própria concepção da cidade de Palmas, que privilegiou ideais comerciais como método. Com isso, há pouca vontade no que se refere a políticas públicas, além de o fantasma da inflação atingindo diretamente o poder de consumo dos trabalhadores mais pobres. Como vimos nas falas de Inácio e Romeu, os movimentos sociais têm consigo em sua história uma pluralidade organizacional e, nesse momento, muitas causas eram englobadas dentro de uma heterogeneidade chamada “direitos humanos”. Vejamos a imagem reproduzida na Figura 23, da I Conferência Estadual de Direitos Humanos no Tocantins.

A I Conferência Estadual de Direitos Humanos ocorreu nos dias 14 e 15 de agosto de 1998 e contou com um público de aproximadamente 150 pessoas de diferentes estratos da sociedade tocaninense. O tema da conferência foi: “Luta pela vida contra a violência”. Observa-se a amplitude do debate, que contou com discussões sobre a violência nas mais diversas áreas e “ressaltou que 3/4 entre as 47 (quarenta e sete) ações de competência dos Estados (ainda não foram concretizadas)” no que diz respeito ao combate à violência no Tocantins (Brasil, 1998). O documento com tais informações faz parte do acervo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e consiste num relatório muito detalhado que monitorou movimentos sociais em todo país, inclusive na mais nova capital do Tocantins.

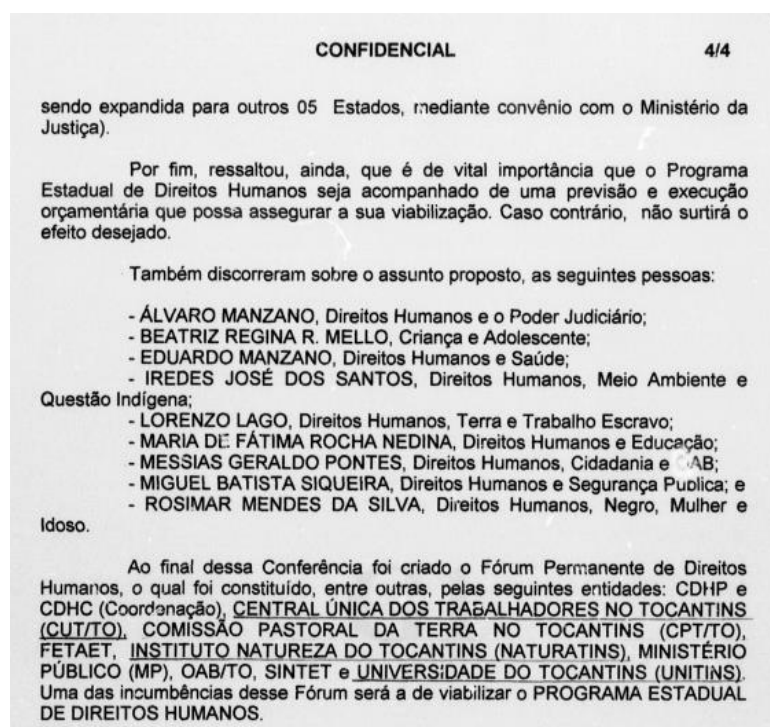
Após os dois dias de programação, ficou definido que “é de vital importância que o Programa Estadual de Direitos Humanos seja acompanhado de uma previsão e execução orçamentária que possa assegurar a sua viabilização. Caso contrário, não surtirá o efeito desejado” (Brasil, 1998). Para elaborar o programa, vários nomes foram escolhidos como responsáveis por sua militância, conforme dispõe a Figura 24.

Figura 23 – I Conferência Estadual de Direitos Humanos no Tocantins



Fonte: Brasil (1998).

Figura 24 – Programa Estadual de Direitos Humanos



Fonte: Brasil (1998).

Interessante como a história de movimentos sociais passa por deslocamentos. Chama atenção a ausência de uma representação de movimentos de luta pela moradia na conferência que propôs como maior objetivo a criação de um Programa Estadual de Direitos Humanos. Há a representação da Comissão Pastoral da Terra no Tocantins, mas através desse acervo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, identificou-se que a atuação desta se dava muito mais ativamente em conflitos rurais, principalmente na região que chamamos de Bico do Papagaio, no extremo norte do estado. Uma explicação possível é que os anos 1990 representaram também muitas transições nas organizações sociais, em que ocorreram muitas divisões e nas quais é possível perceber algumas restrições de perspectivas de horizontes de expectativa. Assim, novas realidades de luta passam por escolhas que por vezes aproximam, por outras afastam os movimentos.

A cidade de Palmas conviveu na década de 1990 com a efervescência de movimentos sociais que lutavam por direitos diversos, entre eles a moradia. Nesse contexto, como foi possível perceber nas últimas falas, a Igreja Católica manifestou seu apoio de forma muito próxima através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). É possível afirmar que, de certa forma, uma parcela da Igreja Católica contribuiu para a organização coletiva dos migrantes, como também para a conscientização política desses sujeitos, uma vez que, como afirmou Frei Betto (1978, p. 99), “o povo não conhece a história da opressão pelo estudo dos modos de produção; ele a conhece por sua própria vivência”.

As CEBs contaram com uma participação importante dos migrantes trabalhadores e de integrantes da Igreja Católica identificados com a Teologia da Libertação e que tinham como base a pedagogia de Paulo Freire. Pode-se entender as CEBs como espaços que favoreciam a resistência popular através da organização e mobilização. O contexto de seu nascimento remonta a luta contra a ditadura civil-militar, que perseguiu muitos movimentos sociais. Não é possível afirmar com certeza o início de sua atuação em Palmas, já que são comunidades marcadas pela diversidade. Uma definição possível das CEBs é como pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia por iniciativa de padres e/ou bispos, portanto revestidas de um caráter religioso pastoral. Tal definição se aproxima da do intelectual Leonardo Boff, para quem as CEBs são pequenos grupos de leigos católicos que se reúnem regularmente, inspirados pela teologia da libertação, para refletir sobre as condições

sociais e políticas à luz do Evangelho e atuar socialmente em suas comunidades. (Boff, 1977).

Retomando a fala de Inácio, que citou a religiosidade que os estimulou a realizar algum trabalho voltado aos mais necessitados que viviam em condições precárias às margens das quadras que compõem a Vila União, podemos inferir que esse estímulo se deve a uma aproximação da Teologia da Libertação. Esta trouxe um novo horizonte interpretativo da Bíblia Sagrada e do Cristianismo que precisaria ser sensível ao sofrimento do próximo. A partir disso, a ideia era que a Igreja Católica estivesse próxima ao povo inclusive, por vezes intermediando a relação com o Estado. Sobre essa convivência, Dom Philip relata que:

E comecei, porque não gosto de ficar parado, né? Comecei com um rapaz, que hoje é... mora aqui, que é diretor de Colégio aqui em Miracema, eu comecei, ele morava naquela quadra também (Sapolândia), eu comecei a fazer com ele as visitas, né? De casa, em casa, de manhã, de tarde. De noite era mais complicado, né? Porque não tem energia, né? Aliás um dos nossos projetos quando a gente foi visitando, né? Faltava um interesse para fazer gambiarra, né? Então vamos aprender aqui, eu não dei pro povo, mas disse: não, gente, vamos ver aqui, você tem trinta metros, fulano de tal tem trinta metros, você tem tanto, mais uma aqui vamos emendando, né? Pois bem, não mandei... no dia fizemos isso aqui e à noite em várias casas já tem energia né? Lá começou já um trabalho de conjunto entendeu? É, até o cimento também juntou, na época um saco de cimento era 5 reais, né? E aí faltou, e aí começou a proposta. Eu disse: "nós vamos emprestar, mas depois você devolve para ajudar outras." Entendeu? Começando a criar comunidade, independente se católico ou evangélico, é comunidade, né? Eu sempre na minha vida, sempre eu coloquei isto como uma proposta de sinal. Ah, tem o trabalho de evangelização, né? Quer dizer um trabalho mais específico para os católicos, mas sempre aberto para os outros irmãos, né? E o que poderia ser feito junto, celebrativamente, beleza? Mas sério, também tinha essa parte social, olha nós conseguimos fazer muita coisa! (Dickmans, 2022).

Muito importante perceber que um dos objetivos de Dom Philip era o estímulo à construção de valores coletivos, de cooperação para construção de uma identidade de comunidade. Em um contexto de precariedade, de ineficiência do Estado e, por vezes autoritarismo em forma de violência, era necessário o reforço das sociabilidades coletivas, fortalecendo laços de solidariedade e redes de apoio coletivas para solução de questões cotidianas, como gambiarras de energia e sacos de cimento.

O fio condutor das CEBs é a busca pela libertação dos que necessitam. Muitas vezes esse caminho não passa necessariamente pelo respeito incondicional às normas legislativas, pois vemos na fala de Dom Philip, no mínimo, uma vista grossa com as práticas da comunidade, como no caso da gambiarra da energia. Portanto, a libertação entra no vocabulário dos membros e vai além dos ritos religiosos, buscava que os sujeitos pensassem de forma coletiva, organizada e estimulando uma

consciência transformadora em suas vidas. As contradições oriundas do sistema capitalista de produção eram entendidas como a razão das mazelas sociais e, na relação das CEBs com movimentos sociais era explícito um forte sentimento de justiça para a consciência da luta por direitos populares.

Organizações de Direitos Humanos como o Centro de Direitos Humanos de Palmas, que existe até os dias atuais, em conjunto com setores progressistas da Igreja Católica, ambientaram em Palmas o que viria a ser um braço do Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Tal movimento já tinha atuação em Goiás, Bahia, Distrito Federal e Maranhão, que são estados fronteiriços ao Tocantins; logo, era esperado que em algum momento houvesse ambiência para entrada do MNLM na cidade de Palmas. Além da atuação nos vizinhos, Palmas era um cenário que favorecia a organização e, principalmente, a causa pela moradia.

Movimentos sociais surgem de insatisfações da população, que se organiza, através da coletividade, para tensionar as relações com os poderes públicos e privados em busca de garantir seus direitos, ou seja, a prática política está na essência de sua estrutura. A luta por uma reforma urbana que tornasse a cidade mais democrática faz parte dos ideais do MNLM, que no Tocantins atuou de forma articulada com organizações nacionais e internacionais. Lembremos de sua reunião inaugural em Palmas, que objetivou entregar um relatório à Câmara de Deputados do Brasil e à ONU. Portanto, em Palmas não houve uma mudança estrutural na luta do movimento, que esteve de acordo com a defesa adotada em outras localidades vulneráveis do país.

Talvez a especificidade da luta em Palmas tenha sido a adaptação da própria lógica da cidade, onde os espaços vazios de propriedade do Estado dentro do Plano Diretor eram os alvos das ocupações. Já em seu primeiro ano de atuação, em 1996, o movimento se organizou para ocupar a Arne 15, próxima ao Palacinho, que foi sede provisória do governo do Estado antes da construção do Palácio do Araguaia. Essa ousada operação contou com a união de, aproximadamente 1.000 famílias, que após negociação foram alocadas nas quadras Arne 51 e 61, localizadas na região norte da cidade, dentro do Plano Diretor e próxima ao centro da cidade. Sobre esse movimento Dom Philip conta que:

Aquela quadra onde tem o Palacinho, lembra? Acho que é 15, é a 15, lá era uma invasão grande, entendeu? Até foi rezar missa lá também, tô lembrando agora. O que aconteceu lá? Eles iam limpar essa quadra, foi na época do Siqueira também, o que aconteceu? A Arne 51 e a Arne 61 era quase, certamente, eram

quadras para colocar aquele povo, mas o que aconteceu? [...] Aí naquela coisa também me lembrei muito bem, aquela quadra, nosso grupo, é nós sabia que iria sair de lá. Ele ia inaugurar o estádio de futebol, o que aconteceu? todos os ônibus, todos os homens nos coletivos e levaram o povo para lá, né? Todo movimento tá pra lá, o que aconteceu né? Os tratores de esteira entraram lá na 15, né? Já tinha muitas casas derrubadas, porque era o seguinte, você tem no seu lote, mas já tava mudando para lá [para as Arnes 51 e 61], aí eles derrubaram uma casa. E aí ainda tinha muita gente lá dentro. Aí me chamaram: “Ah, padre, vão derrubar minha casa”. Aí eu fui pra lá, pra frente do trator, e falei pro motorista: “Você vai querer na sua consciência que matou um padre?” E disse: “Você vai para o inferno” (Dickmans, 2022).

São muitas questões nessa fala, mas vamos tentar organizar algumas análises com base nela. Como dito anteriormente, o MNLM organizou uma ocupação na Arne 15, que já havia sido ocupada em 1991, portanto esta era uma segunda ocupação. Todavia, ficou acertado com o governo que os ocupantes iriam ser realocados para as quadras Arne 51 e Arne 61, e esse movimento estava acontecendo. Muitos já tinham conseguido o documento de seu lote nas novas quadras, porém o governo, no intuito de acelerar o processo de forma violenta, aproveitou que a cidade estava em festa na inauguração do Estádio Nilton Santos, localizado aproximadamente a uns 20 km da Arse 15, e mandou o aparato policial derrubar as casas que ainda persistiam na ocupação. Na exposição de Dom Philip, percebemos uma situação de conflito e resistência em que o interlocutor utiliza de sua experiência com valores religiosos para interceder em favor da comunidade que enfrentava o despejo. Todavia, podemos estender a análise da narrativa não como um evento exclusivo, mas como uma mobilização de crenças e valores religiosos em um contexto de luta por direitos. Ao questionar “Você vai querer na sua consciência que matou um padre?”, o apelo emocional e moral é bastante significativo, além de uma certa expectativa de que um clérigo seja um defensor de pobres e da justiça social. Portanto, a atuação de Dom Philip não se trata de um ato solitário, mas uma ação de uma série de elementos sociais baseados na fé cristã que o fundamentam. Ao se colocar na frente do trator, une-se à reponsabilidade religiosa com uma atitude de ativismo motivada pela fé como ferramenta de repressão a uma injustiça.

O aparato repressivo aos movimentos sociais se intensificou com o segundo mandato de Siqueira Campos, e iniciou-se uma fase de despejos violentos e ameaças. Sobre esse momento e sua experiência de repressão, Erivelton, um dos fundadores do MNLM em Palmas, relata que:

Nunca foi fácil pertencer a um movimento, principalmente quando é um movimento que vai de cheio aos interesses econômicos. A cidade de Palmas é uma cidade especulativa, a especulação imobiliária aqui é muito grande, é

uma cidade que foi projetada para quem tem condições. Então a Vila União, a Vila Independência, as Arnos em si, é fruto de muita luta, muita organização. Aqui quando você era naquela época líder de um movimento, até para arrumar um emprego era uma luta, era uma perseguição muito grande. Só que a coragem, a esperança, a fé nos dava força para continuar. É um desafio muito grande, mas aqui companheiros já foram humilhados, presos, processados por coisas poucas, por ser lutador, somente. Porque em nenhum momento a gente feriu nenhum direito de ninguém, certo? Às vezes a gente ia para frente da secretaria ou entrava para dentro da secretaria não triscava sequer em nada. A gente só queria ser atendido, aquilo já imputava aos líderes crimes de responsabilidade. Ou seja, na época, a gente, nós havíamos um governo aqui muito repressor, né? Em que tudo era na base da polícia, do porrete. Mas isso nunca nos intimidou, muitas vezes a gente usava um carro de som na rua, a polícia vinha, puxava o fio do microfone, estourava o fio para calar lá nossa voz. Tantas vezes aconteceu isso, tantas vezes que a gente queria, às vezes, acessar a frente da Assembleia Legislativa, a frente do Palácio e tava cercado de polícia para a gente não chegar até na porta. Então a gente sempre prezou pela democracia e sempre prezou pela participação popular (Santos, 2020).

Na fala de Erivelton, vemos que esse processo de luta sempre andou concomitantemente com o contramovimento do Estado, que por vezes agiu com violência. O contexto repressivo e, conseqüentemente, de resistência marca as disputas na urbe tomada pela especulação imobiliária, onde a experiência de Erivelton expõe as dificuldades que os movimentos sociais enfrentam para obter uma participação cidadã. Ao mencionar a coragem e a fé com pilares fundamentais para resistir à repressão do aparelho estatal, Santos revela uma dinâmica utilizada pelos movimentos para se comunicar e mobilizar o público para se contrapor à violência estatal. A ocupação dos espaços públicos, a presença nas ruas e nos espaços institucionais não são apenas resistência física, mas atos de afirmação política no embate público. A descrição de ocupações pacíficas a órgãos públicos se trata de uma tática de não violência na reivindicação de direitos.

A volta de uma gestão com Siqueira Campos piorou a situação dos movimentos sociais, principalmente os que resistiam com ocupações na cidade. A comunicação com o Estado foi perdendo força e o risco de despejos violentos era uma realidade iminente. A segunda gestão Siqueira Campos marca uma reorganização social dos movimentos na elaboração de outras estratégias de luta; no caso do MNLN estas foram articuladas e respaldadas pelo movimento nacional. De certa forma, o contramovimento repressor de Siqueira estimulou uma união de lideranças que estavam ameaçadas pelo despejo, como também do Centro de Direitos Humanos e de lideranças da Igreja Católica, que se uniram em resistência.

Uma característica marcante da segunda gestão Campos foi o fortalecimento do poder de polícia do Estado, com discurso de que tal aparato seria necessário para o

combate à violência crescente na capital. Porém, lideranças de ocupações eram denominados de “invasores de terras”, logo eram facilmente classificados como bandidos e deveriam ser reprimidos com rigor e, caso necessário, violência. Nesse processo, o próprio MNLM passou por uma espécie de reestruturação e reformulação de estratégias. O trabalho de base se tornou prioridade e em todas as quadras e bairros populares havia formações, mobilizações, seminários, caminhadas, manifestações e as mais diversas atividades que estimulassem a coletividade e o senso de comunidade. E essa proximidade da população veio muito através da experiência das CEBs, como conta Erivelton, que participava de ambos os movimentos, CEBs e MNLM:

Em 97 eu era muito ligada à Igreja Católica, eu que na infância, adolescência, também passei pelo seminário católico. Então eu fiquei muito envolvido ali com as CEBs, com as comunidades eclesiais de base. Quando eu cheguei lá na Arse 72 [605 Norte], eu me tornei o coordenador da comunidade, e lá o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia me convidou também para fazer parte da direção do movimento. E a gente começou então a participar da formação e da coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e também no movimento comunitário, né? Quando foi em 99, por exemplo, a gente organizou uma grande ocupação na Arne 71, numa quadra em frente ao Sesc aqui da região norte. Os sujeitos foram despejados com 23 dias de ocupação e muitas delas eu levei para dentro da igreja católica da Arne 72. Resistimos ali, um momento difícil, final de ano, muita chuva. Mas valeu a pena a resistência, a perseverança; essas famílias hoje que resistiriam e ficaram até o final hoje têm uma casa na região sul de Palmas, num bairro chamado Marly Camargo (Santos, 2020).

Interessante como as experiências de coletividade se entrelaçam e tinham por objetivo o fortalecimento da formação política. A organização da luta coletiva é fundamental na proposta de sucesso do MNLM, pois desperta o sentimento de identidade dos sujeitos históricos.

A conquista do Residencial Marly Camargo, no bairro Aurenny II, foi de fato uma grande vitória do MNLM no final da década de 1990. Inclusive o *Jornal do Tocantins* noticiou tal situação em 4 de dezembro de 1999 (Figura 25). Na matéria temos as informações de que a reintegração de posse se deu após decisão judicial e que a Polícia Militar foi chamada para garantir seu cumprimento. Um representante do MNLM chamado Junior Brasil afirmou que o governo garantiu que haveria lotes para todos em outra área e que, caso a promessa não fosse cumprida, haveria outras ocupações. E o que aconteceu no decorrer dessa história foi a realocação dessas pessoas no Marly Camargo. Portanto, vemos que as estratégias coletivas foram

diversificadas e atuavam dentro e fora da legalidade, de acordo com o contexto, em um processo que colocou o próprio direito em disputa.

Figura 25 – Famílias são obrigadas a deixar área invadida



Fonte: *Jornal do Tocantins* (Famílias..., 1999).

Neste ponto finalizamos esta seção, em que o foco foi entender como os sujeitos se organizaram, em movimentos sociais ou não, para resistir e vivenciar uma cidade que incentivava a migração de trabalhadores para construí-la, mas para morar em suas franjas. Estudar esses complexos movimentos através da história oral, entender que movimentos levaram os migrantes trabalhadores a tentarem suas vidas na cidade de Palmas e analisar os cruzamentos entre a história da cidade e suas histórias de vida foi o objetivo desta seção.

Porém aqui, diferentemente da seção anterior, o foco foi nas experiências coletivas. Importam as memórias de ocupações, as vivências e experiências nessas localidades, como se davam as relações entre o Estado e as ocupações nos diferentes momentos da história da construção da cidade de Palmas, como também as marcas de historicidade que os migrantes trouxeram para cidade. Para nós a cidade não é formada por um amontoado de concreto, mas sim pelos sujeitos que lhe dão sentido, formas e, não obstante, subvertem significados.

Nosso recorte finaliza com um contexto em que o MNLM está consolidado na cidade e atuando fortemente. Siqueira Campos foi eleito e reeleito pela primeira vez e, por fim, em 2002, a Praça dos Girassóis é finalizada e permanece praticamente igual até os dias atuais. Outro elemento de mudanças significativas foi a lei do Estatuto das Cidades,⁴⁵ instituído pela Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, e, posteriormente, o primeiro governo Lula, que modificou completamente as relações dos movimentos sociais e a luta pela moradia. Entendemos que todos esses fatores, juntos, constituem um marco histórico de mudança que divide a história da cidade de Palmas.

4.4 Do movimento para o lar: narrativas de migração e organizações coletivas por habitação

*Palmas consegue ser “planamente” desigual,
cheia de retas tortas.*

Thiago Ramos de França

A íntima relação entre a urbanização de Palmas e a migração é evidente. Como vimos anteriormente, a construção de uma nova cidade e a exploração dos recursos que esta oferecia atraiu migrantes do país inteiro, sobretudo das regiões mais próximas. A cidade e os povoados próximos ganharam muito com a imigração em massa, especialmente pela grande concentração de trabalhadores em uma região

⁴⁵ O Estatuto das cidades é, por muitos, considerado um marco na luta pela moradia no Brasil, por várias razões que se conectam com a ideia de cidades mais inclusivas e com o direito de todos ao acesso à moradia digna e à infraestrutura urbana. Esse estatuto estabelece diretrizes para que o desenvolvimento urbano ocorra com equidade, promovendo o uso socialmente justo do solo urbano e garantindo instrumentos para a intervenção do Estado em prol da justiça social. Alguns instrumentos foram reforçados, como reconhecimento do direito à moradia e à função social da propriedade, instrumentos de regularização fundiária, participação popular e gestão democrática, instrumentos de combate à especulação imobiliária e incentivo à sustentabilidade e à redução das desigualdades.

antes pouquíssimo povoada pela sociedade nacional. Nesta seção, vamos discutir as motivações dessa população migrante, a ocupação do espaço por eles e as estratégias de luta pela moradia que foram utilizadas. Como se trata de uma discussão histórica, utilizaremos como fontes testemunhos orais, periódicos e documentos produzidos pelo Estado do Tocantins.

É esperado que a grande demanda por mão de obra esteja associada a um grande fluxo migratório, um fenômeno incontestável e com inúmeros exemplos na história contemporânea do Brasil e do mundo. Contudo, o exemplo da cidade de Palmas não configura exatamente um automatismo entre campo e cidade, pois ainda se tratava de uma expectativa de cidade, um potencial urbano. De certa forma se trata de um não lugar, como discute Marc Augé ao tratar de lugares transitórios, frutos da supermodernidade contemporânea. Todavia, no caso da capital do Tocantins, a reflexão se dá na transição temporal da expectativa. Segundo Augé (2012, p. 88),

certos lugares só existem pelas palavras que os evocam, não lugares nesse sentido ou, antes, lugares imaginários, utopias banais, clichês. Eles são o contrário do não lugar segundo Michel de Certeau, o contrário do *lugar-dito* (sobre o qual quase nunca se sabe quem o disse e o que diz). A palavra, aqui, não cava um fosso entre a funcionalidade cotidiana e o mito perdido: ela cria a imagem, produz o mito e, ao mesmo tempo, o faz funcionar (os telespectadores ficam fiéis ao programa, os albaneses acampam na Itália sonhando com a América, o turismo se desenvolve).

A citação poderia ser uma boa definição da incipiente Palmas, um lugar que existe mais pelo que evoca do que pelo que é real, um ideal do que promete ser, uma utopia do século XXI. E muitas foram as propagandas que atraíram os migrantes para esse *Eldorado*.

A migração é um processo difícil, pois envolve um enfrentamento de situações ameaçadoras nas áreas de atração. Diante das dificuldades, laços sociais são construídos pelos migrantes, como uma estratégia de sobrevivência e pertencimento entre pessoas que partilham da experiência de separação com seu passado. Um espaço urbano, a capital estadual, passa a ser um território onde essas experiências migrantes se concentram.

A construção de uma cidade para ser a capital do Tocantins representava, de forma simbólica, o nascimento de um estado moderno e identificado com as pautas do século XXI. Portanto, Palmas pretendia exercer o papel urbano sobre a população do estado e região, por meio dos equipamentos e funções que se esperam de uma capital de estado. Logo, além de ser um canteiro de obras permanente, o que já era

um grande atrativo, a partir de 1990 quando os aparelhos do Estado passam a funcionar na cidade, há uma concentração do poder político-administrativo que não só assegura, mas expande sua área de influência, definindo seu papel de comando de exercício de poder e controle regional.

Esse aumento da complexidade organizacional de Palmas é fruto de uma alteração na hierarquia das qualificações funcionais existentes nas cidades do antigo norte goiano, agora estado do Tocantins. Com a criação e instalação de um número significativo de instituições, fundações, órgãos estatais ligados à gestão pública e prestação de serviços públicos e privados, cria-se uma demanda de trabalhadores. A institucionalização dessa estrutura estatal implica em uma expansão significativa do funcionalismo público e, por essa razão, a cidade de Palmas atraiu desde a década de 1990 uma população migrante que ocupou essas vagas no mercado de trabalho formal.

As condições urbanas estavam em formação e ampliou-se a diversidade de papéis urbanos da região que se tornará Palmas. Por mais que tenha sido uma rede embrionária nos anos 1990, ao longo da década sua complexidade foi aumentando, multiplicando os circuitos e possibilidades hierárquicas. Vejamos notícia publicada em 13 de maio de 1990 no *Correio Braziliense* intitulada “Inaugurações marcam primeiro aniversário de Palmas”:

O primeiro aniversário da nova capital do Tocantins, que ocorre no próximo domingo dia 20, será comemorado com a inauguração do prédio da Prefeitura municipal e da primeira das cinco construções que vão abrigar as secretarias estaduais. As comemorações terão início às 9h com a provável presença do Presidente Fernando Collor de Mello (Inaugurações..., 1990, p. 13).

Já em seu primeiro ano, é possível perceber o esforço que havia para que Palmas desempenhasse o papel de capital regional, com articulações de seus agentes na construção de funções urbanas, principalmente no setor público, como vemos acima. Ainda sobre o cotidiano da incipiente capital, a matéria prossegue

Um ano depois que o governador Siqueira Campos acionou um grande trator dando início à abertura da avenida principal de Palmas, a capital do Tocantins já é uma realidade. Com mais de cem quilômetros de avenidas e ruas já abertas, duas mil luminárias instaladas, sistema de abastecimento de água, quatro mil linhas telefônicas, uma emissora de televisão, a TV Palmas, um hospital e três escolas em construção, a cidade ganha contornos lembrando Brasília em seu começo (Inaugurações..., 1990, p. 13).

Vejamos que a definição de Palmas como capital e, conseqüentemente, sua construção marcam uma reestruturação urbana da região, pois nenhuma cidade

próxima continha essa estrutura e mais, a promessa de ainda mais equipamentos urbanos. Palmas passa a desempenhar uma função urbana em uma região que era carente de tais serviços, constituindo uma centralidade ampla e complexa e que reforça as relações sociais. Nesse contexto dinâmico, os movimentos migratórios se intensificam onde se estabelece uma relação intrínseca entre rede urbana e dinâmicas demográficas, principalmente por movimentos populacionais. Ainda citando a matéria do *Correio Braziliense*, vejamos que a localização espacial da cidade de Palmas estimula fluxos migratórios:

Localizada na margem direita do Rio Tocantins, o coração do estado e centro geográfico do Brasil, Palmas se liga ao resto do país por terra, através da Belém-Brasília, da qual está distante cerca de 130 quilômetros via Porto Nacional. Desse percurso, 65 quilômetros são feitos em rodovia pavimentada enquanto o restante se encontra em fase bastante adiantada de asfaltamento. Nesse processo está incluída a recuperação de cerca de 200 quilômetros da Belém-Brasília, em colaboração com prefeituras municipais e o DNER (Inaugurações..., 1990, p. 13).

É possível perceber que, além das oportunidades de mudanças de vida, havia também um esforço do Estado e do governo federal em viabilizar o acesso de migrantes à capital. Toda essa estruturação da rede urbana é um reflexo das transformações políticas, econômicas e sociais da região, já que agora havia um novo estado e a construção de uma nova capital, que logo são inseridos na divisão territorial do trabalho da região.

Com condições favoráveis à migração, milhares de pessoas se dirigiram à nova capital na década de 1990, e um dos motivos para essa mudança era o sonho do acesso à terra em um novo centro urbano. Por meio das entrevistas realizadas, percebe-se que as motivações são múltiplas, mas geralmente estão ligadas a uma mudança de vida no aspecto econômico, à busca de melhorias financeiras. Era um sonho construído por uma parcela de brasileiros pobres que chegavam de todas as partes do país, acumulando-se em um processo histórico já conhecido em nosso país: a ausência de condições que estimulem a fixação da população rural que parte para centros urbanos em busca de trabalho.

Como uma grande obra a céu aberto, o sonho de se encaixar em um trabalho na construção civil, depois conseguir um lote e construir uma casa para posteriormente trazer a família foi um roteiro comum na vida de boa parte dos migrantes. Uma quantia considerável da população palmense dos anos 1990 fez parte da mão de obra na construção civil, e dentro de uma lógica capitalista, esse

trabalhador, tão necessário, era o menos valorizado, e por muitas vezes o desejo pela casa própria se tornou uma luta constante contra a própria lógica da cidade.

Diante das condições explicitadas acima, pode-se afirmar que a maioria da população migrante era pobre e do sexo masculino, que se aglomerava nos locais da cidade que conseguia. A esperança por uma vida melhor na nova capital era alimentada por muitos jornais, que muitas vezes travestiam de notícia o que seria uma propaganda.

Em tom de agradecimento, o então presidente Fernando Collor se faz presente no primeiro aniversário de Palmas (Figura 26), capital do estado onde conquistou 78,3% dos votos tocantinenses, proporcionalmente a maior vitória de Collor. A simbologia de sua visita em uma região na qual foi tão bem quisto pelos eleitores significa chancelar o novo estado do Tocantins, como também reforçar a importância da cidade de Palmas no cenário nacional naquele momento.

Figura 26 – Palmas ao casal esperança

CORREIO BRAZILIENSE

PALMAS

AO

CASAL ESPERANÇA



Fernando Collor/Rosane

Palmas, ao lado dos 78,3 por cento dos eleitores de Collor no Tocantins— a maior vitória proporcional do País— une-se a todos os tocantinenses para homenagear o Presidente **FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO** e a Primeira-Dama **ROSANE MALTA COLLOR DE MELLO**, casal Esperança de um novo tempo. Tempo de liberdade, justiça e solidariedade. Tempo de **DEMOCRACIA CRISTÁ**. O povo e o Governo do Estado do Tocantins reconhecem as imensas dificuldades da crise brasileira. Mas não as temem. Afinal, "as crises sempre foram as melhores parceiras da História". **COLLOR** surge no bojo de uma crise sem precedentes. E surge porque soube conquistar, com perseverança, coragem e competência, a confiança e o apoio do povo brasileiro para a construção de um **BRASIL NOVO**, com o qual sonhamos e lutamos por tanto tempo.

16

Fonte: *Correio Braziliense* (Palmas..., 1990, p. 13).

Como já vimos nos capítulos anteriores, o problema de moradia era real e não pode ser analisado afastado dos processos socioeconômicos e políticos que fizeram parte da história de Palmas. Entendendo a terra como uma mercadoria valiosa para o estado do Tocantins, é possível inferir que sua distribuição não foi realizada segundo o interesse dos migrantes pobres, portanto a área demarcada pelo Plano Diretor não é acessível economicamente. Restou à população vulnerável economicamente a luta pela moradia e por habitações organizadas fora do Plano Diretor e, muitas vezes, sofrer as consequências amplas da criminalização da pobreza.

A utilização da autoconstrução em terrenos ocupados foi uma estratégia comum aos que lutaram pela moradia, uma forma de sobrevivência na periferia do Plano Diretor que faz parte do contexto da cidade onde se tem um valor alto da terra e uma grande população de baixa renda. No caso palmense, existe uma especificidade, visto que o próprio Estado, aliado a forças econômicas do setor imobiliário, é uma peça fundamental na segregação espacial. Do ponto de vista de um estado/capital que nasce sob a égide do neoliberalismo, haveria menos preocupação com a população migrante do que com a própria cidade como uma mercadoria a ser negociada pelo Estado.

Nesse contexto é que há uma reação de agentes que se organizaram para lutar pelo direito à moradia. As existências dos movimentos sociais urbanos permeiam a história do Brasil no século XX e, com reivindicações diversas, projetam-se nos grandes centros, geralmente, em combate às contradições e às desigualdades fomentadas pelo sistema capitalista de produção. Sobre a ocupação do solo, Palmas foi construída sob contradições. Projetada para ser uma cidade democrática segundo as ideias do Grupo Quatro Arquitetura, responsável pelo projeto da capital tocantinense, já em seu primeiro ano, expulsa a população pobre para fora do Plano Diretor, com a criação de bairros populares afastados do centro e com infraestrutura precária, como os Jardins Aurenys I, II, III e IV e o Taquaralto.

Tais bairros, frutos de políticas habitacionais excludentes, enfatizam uma segregação espacial fundamentada na renda e, conseqüentemente, planejada pelo poder público. Como reação à ação política da urbanização segregadora, a sociedade civil se organiza em movimentos sociais nos quais as reivindicações em torno dos direitos constitucionais são centrais, entre eles o direito à moradia. Em se tratando de uma cidade fruto de migrações e planejada onde antes era exclusivamente zona rural, Palmas tem suas peculiaridades. Segundo o intelectual Milton Santos, “o homem é o

elemento de maior mobilidade dos países subdesenvolvidos e a cidade recebe, assim, as populações vindas da zona rural. No entanto, essa mobilidade é reduzida uma vez que as populações detêm seu movimento ao se fixarem na cidade” (Santos, 2021, p. 112). Diante do contexto de uma nova cidade que não tinha o atrativo da indústria, migrava-se de zonas rurais para uma cidade que vivia um contexto rural, mas em que havia a promessa futura de ser um centro urbano.

Com a intensidade da interação entre urbano e rural, sujeitos históricos vão se organizando em movimentos sociais em busca de melhorias em suas vidas, com a garantia de direitos e conquista de outros. A luta contra a opressão capitalista pode ser realizada de diversas formas, como manifestações, greves e, no caso da moradia, ocupações populares de terrenos improdutivos. Os migrantes trabalhadores, em sua maioria da construção civil, que edificaram os prédios públicos e cortaram e asfaltaram avenidas, não eram bem-vindos no Plano Diretor da cidade, assim, alguns encontravam a esperança justamente nos movimentos sociais.

Estudar esse processo migratório oferece a oportunidade de entender a construção identitária de Palmas, pois identidades diversas se agruparam em um território e se mesclaram criando outras identidades. Pensamos aqui não no estudo de uma identidade específica, mas das organizações que foram surgindo com a própria cidade. Para analisar tais questões, utilizou-se a metodologia da história oral não apenas para entender fatos e acontecimentos, mas como uma construção de memória dos indivíduos em uma escala coletiva em sua própria narrativa. É preciso considerar que tais migrantes têm suas identidades; estas são trazidas para construção de sua nova vida e aproximam ou afastam determinados grupos interferindo diretamente na organização social. Os migrantes precisam se integrar a grandes narrativas, e a união pela construção de um novo estado é um exemplo de cola social muito utilizada pelo governo Siqueira Campos, por exemplo.

Na construção da pesquisa empírica com base na história oral, um dos objetivos é analisar memórias coletivas que se transformam em discursos formadores de opinião. Muitos dos entrevistados utilizam o discurso da superação do passado de muito sofrimento e de todos sacrifícios que realizados, muitas vezes em nome de uma condição social melhor para família. Essas histórias de vida não são apenas relatos de experiências solitárias, são aprendizados que se unem por terem como ponto de intersecção um acontecimento histórico, no caso a construção da capital do Tocantins.

A utilização da história oral como fonte se dá, neste trabalho, pela constatação de que muitos migrantes estão excluídos da memória coletiva de Palmas. Sendo esta a constituição do seu espaço urbano, de seu próprio fazer-se como uma representação das múltiplas experiências dos sujeitos históricos, a própria cidade como um objeto de estudo, de forma a desnaturalizar esse território amplamente fundamentado na ação antrópica. A relação entre sujeitos e comunidade perpassa as disputas fundiárias que ocorreram na cidade de Palmas. E a metodologia da história oral é aliada nessa construção, pois, segundo o historiador Paul Thompson (1992, p. 44):

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época.

O texto de Thompson defende uma produção de conhecimento histórico que seja plural e democrático, para o qual a história oral pode ser um caminho. Muito do que está presente nessa citação foi vivenciado durante o processo desta pesquisa, como pessoas que rejeitavam dar entrevistas, pois “não tinham nada a falar”. Tem-se aí um processo histórico que desmerece a história de determinados grupos ao ponto de alguns não se reconhecerem como sujeitos históricos e que suas experiências fazem parte da construção do tecido social da memória de Palmas.

5 VEJAM COMO NÓS VIVEMOS: A VILA UNIÃO E SUA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIAS

*Meu coração
é uma noite dentro
de um bar na Vila União.*

Thiago Ramos de França

Na altura que estamos desta escrita, a Vila União não chega a ser uma novidade aos leitores, todavia, neste capítulo, pretendemos executar uma análise focal nesse bairro que não estava planejado e na resistência dos sujeitos históricos que conseguiram criar a Vila União. Ressaltamos que essa percepção da história de Palmas é, por vezes, desconhecida da população em geral, pois não faz parte de um conjunto de memórias públicas da cidade, nas quais se reforça a ideia de sucesso migrante na terra das oportunidades (Grupo Memória Popular, 2000). Porém, também não se trata de uma localidade inédita, nunca estudada; a Vila União já foi objeto de pesquisas acadêmicas com as quais dialogaremos ao longo desse texto, porém nenhuma delas havia sido desenvolvida no campo histórico.

A ocupação da região norte central se deu nos primeiros momentos da cidade. O processo de transição entre Miracema e Palmas foi rápido, logo, seria necessário estabilizar os funcionários da construção da cidade em algum lugar. Da mesma forma que Siqueira Campos tinha urgência – vide o seu lema 20 anos em 2 –, os migrantes tinham necessidade de instalação na cidade. Como a terra era uma mercadoria a ser especulada, a alternativa para muitos foi ocupar de forma espontânea, sem esperar que o estado organizasse as quadras.

O acesso à terra urbana não foi tarefa fácil para maioria da população migrante, por isso ocupar foi uma alternativa que se manteve presente e viável para várias famílias de trabalhadores que não tinham condições de adquirir lotes através da compra. A própria forma de venda, através de editais divulgados em jornais, não era acessível para muitos que chegavam com poucos recursos não apenas financeiros, mas também de conhecimentos burocráticos. A primeira gestão Siqueira Campos (1988-1990) preocupou-se com o remanejamento de ocupantes para o extremo sul, estimulando a criação de bairros periféricos, como vimos em capítulos anteriores. As pessoas removidas receberam lotes e material de construção nos distritos do sul fora do plano.

Portanto, o acesso à moradia não ocorreu de forma democrática e tal processo tornou-se o pilar estrutural da segregação do território palmense. O estado do Tocantins é o agente prioritário na ocupação do Projeto Palmas, que passou a ser modificado à medida que os migrantes chegavam para trabalhar na construção da cidade. As quadras abertas foram definidas pelo estado partindo de um *status* que fundia interesses políticos, econômicos e sociais, como a Quadra 110 sul, conhecida como a vila dos deputados; as quadras 504 sul e 706 sul, destinadas para servidores públicos, além dos já citados Taquaralto e Jardins Aurenys, no extremo sul. Portanto, guiando-se por caminhos divergentes do Projeto Palmas, não houve um respeito às etapas de ocupações, provocando um alargamento da malha urbana. Sobre esses núcleos habitacionais, o jornalista Ruy Bucar,⁴⁶ morador da 504 sul desde sua chegada a Palmas, em 1993, fala da sua experiência enquanto morador da cidade:

Eu fui direto morar com um colega né? O Luiz Bala que foi lá na antiga 51 Sul [Arse 51 ou 504 Sul] né? Aí foi o lugar que eu terminei também comprando um terreno e acabei permanecendo por ali até hoje. A minha casa fica na 504 Sul, a cidade nessa época tinha dois núcleos, né? Tinha aquele chamado plano diretor que a gente entendia ali onde tá a Praça dos Girassóis e os três poderes. Ali não era o lugar residencial, mas as pessoas como estavam construindo, muita gente morava, né? Construía algo de moradia junto da construção e tinha esse núcleo da 51 e da 72 [Arse 72 ou 706 Sul] que era os núcleos habitacionais, não é? Esse da 51 é no núcleo voltado para o paço municipal, né? A prefeitura foi construída também ao mesmo tempo que o Palácio, então você tinha esse núcleo que era o núcleo residencial, que já tinha mais gente, né? E o governo tentou construir uma Vila para servidores, mas construiu apenas duas ruas. E aí abandonou, o projeto não foi para frente, né? Distribuiu para os primeiros servidores que chegaram em Palmas, né? De vários poderes, da Assembleia, alguns jornalistas, de outras áreas, né? Mas o certo é que não foi muito para frente, e a 72, que eram casas mais simples ainda do que a 51. Na 51 eram casas de madeira, era aquele modelo de casa de madeira. Eu lembro de duas ruas, na 72 foi o bairro todo, né? Mas não foi entregue no primeiro governo, já foi entregue no segundo governo, ele já foi também um processo aí de ocupação por causa que tava demorando muito a fazer entrega e as pessoas começaram a tomar de conta e tal. Assim já foi um processo em que o governo foi forçado a inaugurar antes de ficar pronto, eu lembro desses núcleos, né? (Bucar, 2022).

Interessante no relato de Bucar que seu entendimento de núcleo urbano desconsidera as ocupações da região Norte, principalmente a formação do bairro da Vila União, que já tinha uma relevância em número de habitantes na cidade. O relato mostra também que, mesmo que alguns setores tenham sido privilegiados com o

⁴⁶ Ruy Alberto Pereira Bucar é jornalista, natural de Paraíso do Tocantins e estudava jornalismo em Goiânia na época da fundação de Palmas. Foi trabalhar na cidade de Palmas, exercendo o jornalismo, e atuou em várias empresas públicas e privadas, chegou a ser presidente do sindicato de jornalistas do Tocantins e foi dessa forma que o encontramos, através de uma matéria de jornal que falava da sua atuação enquanto líder sindical. Atualmente é servidor da Unitins, onde atua na diretoria de comunicação como jornalista.

fornecimento de lotes ou casas em núcleos urbanos estimulados pelo estado, isso não quer dizer que tais doações ocorriam às mil maravilhas com relação à estrutura. O entendimento de que a zona central não era local de habitação parece uma memória de ações governamentais que previam uma destinação para esse território. Esses processos de lembranças e esquecimentos fazem parte da cidade e como as pessoas a enxergam; percebemos que o esquecimento de uma aglomeração urbana não planejada inserida dentro de uma cidade planejada é reflexo do sucesso de um projeto segregador urbano.

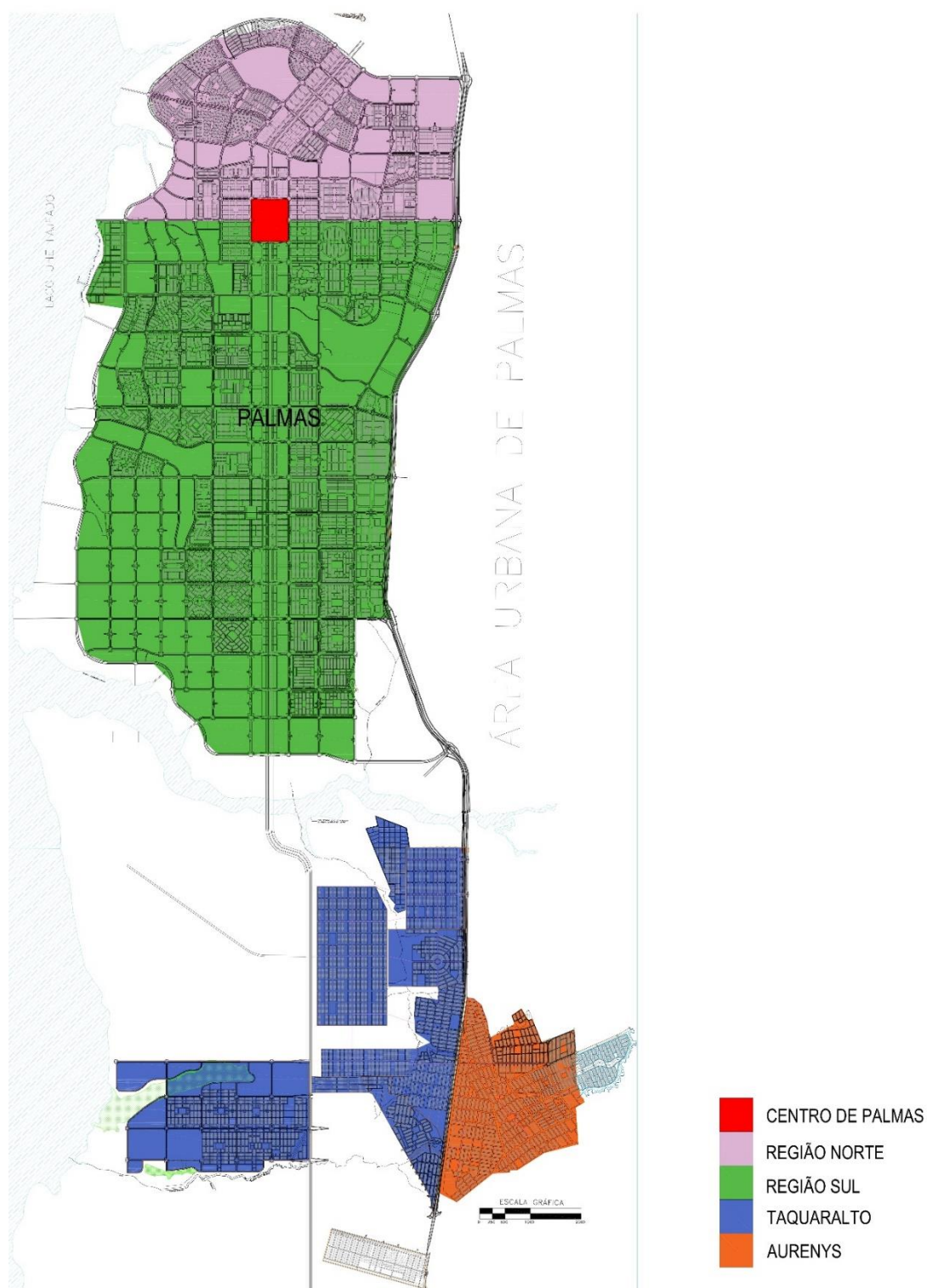
Essa conjuntura demonstra que o estado condicionou a urbanização de Palmas a uma lógica própria, relacionando territórios à posição social de seus habitantes, assim, as áreas centrais próximas à Praça dos Girassóis eram destinadas às elites da população. Já à classe trabalhadora foram reservadas as bordas da cidade, uma classe média foi incluída ainda dentro do Plano Diretor, e a população pobre fora dele. Entender essa situação é essencial para analisar a apropriação privada do território, pois a segregação espacial na capital tocantinense produz um complexo processo de fragmentação social na cidade.

Todavia, esse processo não ocorreu sem que houvesse resistência. Muitas famílias que se aglomeravam em barracos nas beiradas dos córregos da região norte central foram assentadas. Isso ocorreu por volta de 1993, no governo Moisés Avelino, nas quadras 303 Norte, 305 Norte e 307 Norte, que ficaram conhecidas como Vila União, constituindo-se como um bairro dentro do Plano Diretor de Palmas. Portanto, enquanto a cidade vai sendo construída, de forma paralela, os campos de disputas pelo território urbano são formados, pois os agentes lutam por seus interesses ora contra, ora a favor da intervenção estatal.

Moisés Avelino, à época filiado ao PMDB, foi o segundo governador do Tocantins, vencendo as eleições na condição de oposição ao governo Siqueira Campos e fazendo várias críticas à sua gestão. Portanto, em dois anos, há um novo governo eleito para fazer diferente do anterior. Os esforços foram focalizados em consolidar a criação do Tocantins, sendo que Palmas significou o desenvolvimento do estado. Vários relatos apontam que, com intuito de vencer as eleições de 1990, houve uma política de doações de lotes na capital para impulsionar a campanha do candidato da situação, Moisés Abraão. Independentemente de ter havido ou não essa distribuição de lotes ou de buscar responsáveis, o que sabemos é que foi no final de 1990 e início de 1991 que as ocupações populares se expandiram na cidade,

principalmente na região norte central, caso da Vila União. A Figura 27 facilita a identificação dessa região.

Figura 27 – Mapa urbano de Palmas



Fonte: elaboração própria.

A parte lilás do mapa é o que chamamos de região norte ou região norte central, em que estão inseridas as quadras que formam o bairro da Vila União. Algo pouco falado em trabalhos dedicados à ocupação da região norte de Palmas é que, além de ser uma região central, portanto bem localizada, tinha acesso à água através do córrego Sussuapara. As ocupações iniciais se deram ao longo da margem do córrego, pois não é difícil imaginar que, numa cidade que não tinha infraestrutura nem em suas porções habitacionais estimuladas, nas ocupações consideradas irregulares, a situação era ainda mais precária.

Mesmo com as tentativas de ordenamento urbano por parte do Estado, muitas formas de autoconstrução furaram esse controle e vários alojamentos e moradias improvisadas foram construídas. Como vimos na fala de Ruy Bucar, era possível encontrar vários barracos de lona dispersos na cidade e, principalmente, na região norte, à beira dos córregos, quando registramos o grande aumento de ocupações não autorizadas pelo estado. O senhor José Geraldo, um dos primeiros moradores da Vila União, contou-nos sobre sua função na Codetins, onde trabalhou como motorista:

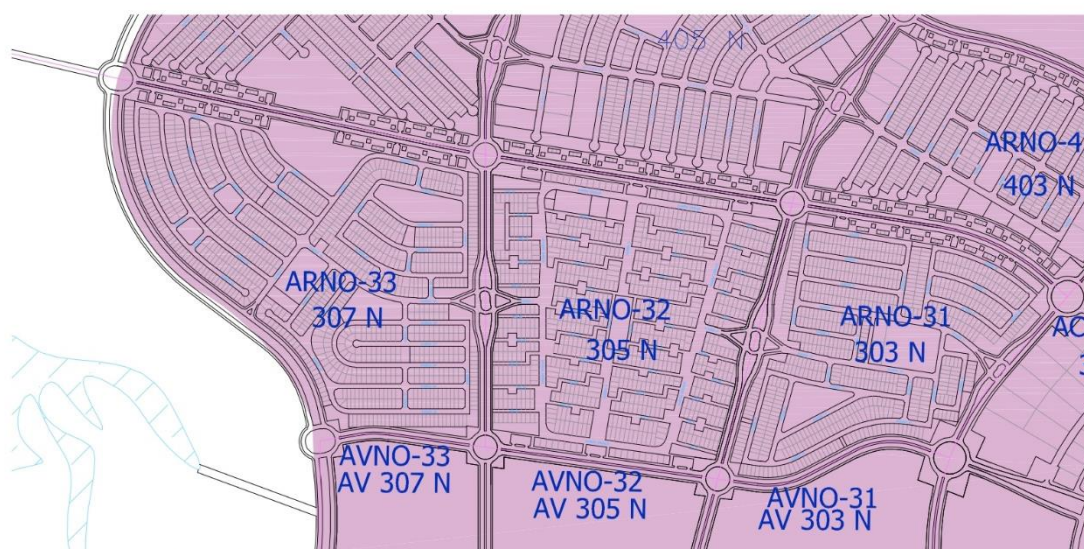
Vila União era só a 33 [Arno 33 ou 307 Norte], a 32 [Arno 32 ou 305 Norte] era um lixão, o acúmulo do lixo era todo ali, tanto é que ela foi habitada depois e você pode ver que ela é toda cheia de rua que morre aqui, nasce ali. Era por causas do lixão, aí foi tirando o lixão e assentando o povo. Olha, o povo se uniram pra ir pra lá, né? Porque até então o Siqueira não deixava invadir, mas não teve jeito. Chegava muita gente e não tinha onde colocar, não tinha lote disponível. Tanto é que já tinha lote lá pra 91, mas era lote caro. Aí não disponibilizava lote pro povo assentar, aí Avelino entrou e viu a necessidade. A demanda era muito grande de gente, e ele resolveu fazer os assentamentos, dar lote à população para desocupar aquelas áreas. Até porque era área nobre. Ali onde é o Capim Dourado era invasão. Essas beiras de córrego aí era tudo invasão, ali era tudo invadido, tudo. E era pregado um no outro, fazia as precisão no mato, não tinha banheiro não tinha nada (Moreira, J., 2024).

As ocupações improvisadas nas beiras dos córregos pretendiam amenizar a questão da água, um bem de difícil acesso que só chegou na Vila União durante os anos 1990. Pensar que uma importante região central da cidade estava tomada por ocupações não autorizadas incomodou bastante a gestão Avelino, que criou uma política de assentamento organizada. A região citada por José Geraldo é onde hoje está instalado o maior *shopping* da cidade, vizinho a prédios de classe média e alguns restaurantes. Uma área hoje valorizada comercialmente e que, desde os anos 1990, estava sendo reservada para tais fins.

A fala do senhor José Geraldo nos leva a uma reflexão sobre o cotidiano de migrantes que lutavam contra a lógica corporativa de construção da cidade. Ocupar os córregos, morar em barracos de lona, com falta de infraestrutura mínima e,

provavelmente, trabalhar em empregos braçais, para muitos fez parte da experiência. Logo depois, muitos desses migrantes foram assentados nas quadras que formaram a Vila União, como exemplifica José Geraldo, que vivia uma situação interessante. Ao trabalhar na Codetins como motorista, sua função era “tirar os invasores da beira dos córregos aqui, que era muito invasores, nós era muitos caminhões e eu tinha, ainda tenho o caminhãozinho até hoje, então o Avelino ele contratou nós para tirar esse pessoal e fazer esses assentamentos aqui” (Moreira, J., 2024). A Figura 28 apresenta as quadras fundamentais que constituem o que chamamos de Vila União.

Figura 28 – Quadras que formam a Vila União



Fonte: Elaboração própria.

Na prática, o que Geraldo fazia era abrigar seus futuros vizinhos de Vila União. Acima tratamos da distribuição de lotes a funcionários públicos em núcleos urbanos das quadras ao sul da cidade. Contudo, esse processo aconteceu também com servidores na região norte. Foi o caso de José Geraldo, que relata como conseguiu seu primeiro lote, onde mora até hoje: “tanto que aqui dá 31 [Arse 31 ou 303 Norte] eu recebi o lote aqui num dia e no outro dia eu assentei tijolo, fui em Paraíso busquei uma carrada de tijolo e assentei aqui” (Moreira, J., 2024). José Geraldo recebeu o lote rapidamente por ser servidor da Codetins, mas não explicou como foi esse processo. A sua pressa por construir era motivada pela vontade de garantir o lote que recebeu, era uma forma de demarcar que aquele território tinha um dono presente. Veremos

ao longo deste capítulo que o mercado paralelo de terras foi deveras ativo na região norte de Palmas.

Conseguir um lote através da Codetins poderia acontecer de várias formas, principalmente no governo Avelino, que estimulou e tentou organizar a ocupação da região norte. Temos as remoções de ocupações irregulares, tanto aquelas situadas na beira dos córregos quanto outras formas de ocupação da região norte. Porém, houve a distribuição e venda de lotes pela Codetins, como também o mercado paralelo de venda e troca de lotes. Portanto, essa é só uma apresentação da complexidade de formas possíveis de aquisição de um terreno nesse processo de adensamento urbano de Palmas. Esta parte final da tese pretende lidar com esses movimentos e entender como tais processos são importantes para a ocupação do norte de Palmas, com também ajudar a entender como essa história se faz presente nos problemas urbanos atuais da cidade.

A ideia deste capítulo que está a finalizar a escrita desta tese é realizar uma espécie de estudo de caso, uma forma de contar a história da Vila União dentro do contexto segregador da cidade de Palmas, como pudemos observar nos capítulos anteriores. A Vila União emerge como um testemunho vivo do espaço urbano e cultural que marca definitivamente a história da construção da capital tocantinense. Nos primórdios do planejamento da capital do Tocantins, a Vila União surge de ocupações irregulares de quadras que o Estado não havia disponibilizado. Posteriormente, há um estímulo dessas ocupações em uma tentativa de organizá-las.

Assim surge um dos primeiros bairros estabelecidos no centro norte do Plano Diretor, nascido de uma resistência fulcral ao planejamento urbano da cidade. Por isso, no cerne da Vila União, reside a história de migrantes que, através de sonhos, conquistaram o direito à moradia no centro da capital do Tocantins. Esse bairro é um símbolo das resistências e reflete a formação de uma identidade migrante trabalhadora, guardada na memória coletiva da cidade como a “invasão que deu certo”. Tal denominação se dá, pois é a única região dentro dos limites do Plano Diretor que resistiu até atualidade, inclusive com a identificação de um bairro, outra característica que não existia no plano que desenhava a cidade em quadras.

Este capítulo se divide em três seções para explicar esse processo de constituição da Vila União como um território de resistência e de construção de identidade de periferia, mesmo estando na região central da cidade. Na primeira parte deste capítulo, denominado de “Vila União: percepções, experiências de migrantes

trabalhadores e o mercado informal da terra” focamos nas experiências dos sujeitos que resistiram de diversas formas para ter seu direito à moradia garantido, sujeitos que ocuparam a Vila União e lidaram com a questão habitacional na construção de Palmas.

Na segunda seção, “As vivências que constroem o bairro”, trataremos do cotidiano da Vila União em sua formação urbana. Através das histórias de vida dos moradores, vamos discutir como se deu o acesso à terra e à moradia, o que de forma conjunta constitui a formação da cidade. Vamos discutir o mercado paralelo de terras, que, em muitas vezes, tornou-se a forma da população pobre ter um lar.

Na terceira seção, “A construção simbólica da Vila União: sociabilidades, resistência e discriminação”, discutiremos a vida cotidiana em coletividade na Vila União, os espaços de sociabilidades, tais como o lazer, a vida religiosa, as associações que fazem parte da identidade dos moradores da Vila União. Problematizaremos, ainda, como os moradores desse bairro, fruto de ocupação e até mesmo de um lixão, percebiam-se perante outras áreas da cidade.

5.1 Vila União: percepções, experiências de migrantes trabalhadores e o mercado informal da terra

*Ontem pasto
hoje pó
amanhã Palmas*

José Gomes Sobrinho

Como ponto de partida desta seção, convidamos o migrante senhor José Geraldo que, “filho criado sem pai e nem mãe” (Moreira, J., 2024), retratou a experiência migrante. Antes de chegar em Palmas, Geraldo já havia morado em Goiânia, Porangatu e Paraíso do Tocantins. Veio trabalhar em Palmas como motorista em um órgão público e trouxe sua família para morar na Vila União. A questão habitacional não pode ser analisada de forma isolada entre tantos processos que gestam o nascimento da nova capital, porém entendemos que a luta por um lar tem especificidades, já que a terra era uma mercadoria muito valorizada.

Uma consequência imediata para os migrantes é a mudança de seu local de habitação, o que foi uma reorganização muito difícil para muitos que escolheram Palmas. Os relatos de habitações inadequadas são inúmeros e presentes nas diversas fontes utilizadas na construção desta tese. A crise habitacional não é um

fenômeno isolado e está inserida dentro de um contexto político de planejamento urbano no qual moradia para migrantes trabalhadores não foi prioridade.

Ao ampliar a perspectiva habitacional, observamos que a cidade de Palmas, ao não se planejar para a recepção dos milhares de migrantes nos anos 1990, fez com que estes sofressem com habitações precárias, habitações coletivas e autoconstruções. Portanto, em geral, podemos associar as condições inadequadas de moradia com o fluxo migratório, já que há um padrão para sujeitos nessa condição na ocupação de territórios e na ausência de um acolhimento deles pelo poder público. A precariedade na habitação migrante é algo que, de certa forma, interessa aos empregadores e viabiliza formas de exploração onde os trabalhadores migrantes são empurrados para empregos precários já que não estavam em condições de rejeitar a entrada de recursos financeiros.

Entender a cidade de forma ampla e complexa significa também perceber as relações econômicas e sociais que estão nela presentes. As conexões compõem um processo de adaptação em uma cidade construída sob a égide do neoliberalismo com alto incentivo à acumulação de capital, sendo a terra um meio muito interessante para esse acúmulo. O cenário da construção de Palmas é de especificidades variadas, pois todo o esforço em recursos e estratégias para que este cenário se realizasse foi imenso. Todavia, esse discurso da exceção pode ser utilizado como justificativa para diversas ações voltadas ao controle da população.

A formulação do espaço urbano palmense ocorreu em alinhamento permanente com a segregação, apoiada pelo estado e, conseqüentemente assimilada politicamente por forças econômicas relevantes. Agentes que detinham o poder na cidade neoliberal ocultam conflitos e rejeitam a reflexão por uma cidade democrática, todavia existem forças contrárias entre os migrantes trabalhadores. Inúmeras foram as formas que forças econômicas públicas e privadas interessadas no mercado da terra utilizaram para fragilizar a organização da sociedade civil que lutava por moradia. Contudo, o campo de resistência ao urbanismo neoliberal encontrou resistências. Para ajudar a entender esse processo, encontramos ressonância no trabalho do cientista político Lucio Kowarick, que afirma:

Ressalte-se que a produção de habitações, cuja confecção inclui uma gama variada de insumos, resulta de uma complexa rede de agentes, inclusive comerciais e financeiros, na qual o “controle” sobre a terra urbana constitui um fator fundamental no preço da mercadoria-habitação no mercado. Aponte-se, também, para o fato que as atividades econômicas que resultam na mercadoria-habitação estão cada vez mais fundidas em torno da dinâmica do

grande capital, evidência que se generaliza em várias regiões do Brasil (Kowarick, 1979, p. 56).

Palmas já nasce segregada e com um processo de periferização estruturado pelo próprio Estado do Tocantins. O alto custo do que o professor Kowarick denomina de mercadoria-habitação em Palmas nasce problemático, pois estimula desigualdades sociais imediatas aos migrantes trabalhadores. No contexto da capital do Tocantins, há uma relação íntima entre o público e o privado no que tange ao acesso às terras do estado, com isso as discordâncias e manifestações contrárias foram reprimidas com hostilidade por diversas vezes.

Com a criação de bairros periféricos distantes do centro da cidade, desvirtuou-se logo de início o projeto da cidade. A expansão para a região sul gerou um espalhamento do tecido urbano, dificultando o desenvolvimento e o acesso a equipamentos públicos que, conseqüentemente, produzem e estimulam desigualdades sociais. O custo para o poder público atender a toda a população se torna alto demais, pois, para chegar aos bairros do extremo sul, esses investimentos devem passar por longos vazios urbanos. Com isso o estímulo à segregação é expressivo, favorecendo exclusão e o comércio imobiliário formal e informal.

Mesmo com a criação de bairros periféricos no extremo sul da cidade, a ocupação da região central ao norte permaneceu. Os migrantes trabalhadores que aportaram na cidade na primeira metade da década de 1990 perceberam a necessidade de morar no centro da cidade, mesmo que em condições precárias. O enfretamento foi necessário para permanecer, principalmente após a idealização da expansão sul. A ocupação da região norte, com destaque para Vila União, se consolidou em um contexto político de divergência entre o governo estadual, liderado por Moisés Avelino, e o prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, filho do ex-governador Siqueira Campos.

Entre eles havia conflitos sobre a melhor forma de ocupação do Plano Diretor, e um exemplo foi a região norte. Avelino, ao buscar um melhor relacionamento com a população, optou por não confrontar de forma violenta as ocupações da região norte. Precisamos situar essa postura paternalista do Avelino nacionalmente, uma vez que o PMDB adotou esse tipo de postura em suas gestões Brasil afora nos anos 1980 e começo da década de 1990. A concentração de pessoas no centro do Plano Diretor foi se adensando com o tempo, pois era muito melhor morar no Plano Diretor do que nas franjas da cidade. Fruto dessas ocupações nasce o primeiro bairro da capital

dentro do Plano Diretor: a Vila União. Seguiremos nesta seção contando a história dos migrantes que ocuparam a Vila União e fizeram deste território sua moradia. Sobre a questão da ocupação da região norte se consolidar no governo Avelino, o depoente Antônio Edis relata que:

Olha... o governo Avelino, ele era um pouco flexível, ele tinha uma rivalidade com o governo, né? Uma questão política com o governo. Então acho que tipo assim, “ah o governo não gosta então eu vou fazer isso”, né? Daquele menino pirracento (risos). Já que não gosta disso, eu vou fazer isso. Então ele não perseguia a gente, uma coisa que ele não fez foi regularizar. Colocou as ocupações e deixou as famílias lá, quer dizer ficou lá ocupando, mas não regularizou. Então, quando terminou seu mandato, que foi em 1996, né? Que é quatro anos com mandato do Avelino, o Siqueira Campos retornou ao governo e aí ele começou a perseguir algumas, inclusive nós, na nossa quadra foi uma regularização tardia, só veio regularizar depois de um governo, o governo Marcelo Miranda (Edis, 2022).

Importante ressaltar que a segunda metade da década de 1990 marca um recrudescimento contra os movimentos sociais no Brasil, pois se aprofundam as ideias neoliberais em esfera nacional. A percepção de Edis, enquanto militante da luta pela moradia, apresenta a perspectiva desse embate. Não há aqui julgamentos de valor, porém tensionar as disputas faz parte de um processo de sobrevivência de movimentos sociais e de suas relações com as gestões políticas. Edis, de certa forma, personaliza e regionaliza processos políticos mais amplos. A “pirraça” do Avelino tem eco nas políticas do PMDB em outros lugares do Brasil, portanto não se trata de uma questão pessoal entre representantes de grupos de poder distintos, mas parte de um projeto nacional de partido pelo PMDB. Aqui nos cabe uma retrospectiva das gestões do Governo do Estado do Tocantins desde sua criação. O primeiro mandato foi de Siqueira Campos, de 1989 a 1990; depois Moisés Avelino, de 1991 a 1995; a volta de Siqueira Campos, de 1995 a 1998, sendo reeleito até 2002; e em 2003 tem início o primeiro mandato de Marcelo Miranda. Esse período perpassa a fala de Edis, pois a partir da história da sua quadra ele faz uma análise sobre o processo de ocupação até a regularização de sua moradia.

É consolidada a visão de que Avelino teria estimulado as ocupações da região norte, pois queria provocar seu rival, Siqueira Campos, que tinha reservado esse território para mansões e clubes aquáticos. Não temos a pretensão de julgar se tal rivalidade foi promotora das decisões de Avelino, tampouco se a mesma afetou de forma tão importante o planejamento urbano da cidade de Palmas. Todavia, cabe-nos discutir que tal afirmação, tão presente na discussão da temática, torna invisível ou, no mínimo, pouco relevante a resistência das primeiras ocupações de Palmas e, por conseguinte a luta que

essas pessoas travaram pela conquista de seu lar. Com isso, podemos afirmar que a compreensão da história de Palmas carrega marcas profundas alinhadas a ideologias dominantes que influenciam a produção do conhecimento histórico.

Pois bem, a constituição das ocupações urbanas foi um fenômeno complexo. Levamos em consideração a lógica econômica neoliberal das instituições políticas e precisamos entender a resistência dos sujeitos históricos, salientando a massiva e contínua pressão da população ocupante, seja de forma organizada em movimento social ou não. Ao longo de toda década de 1990, houve pressão popular em torno da questão habitacional e colocar que houve facilitação de governante x ou y invisibiliza essas lutas, como se, caso elas tivessem sido deixadas à própria sorte, teriam gerado uma solução para a vulnerabilidade habitacional. Há um mérito dos sujeitos, de suas lutas na ocupação da região norte e, por vezes, narrativas personalistas encobrem esse processo. Até porque sabemos que uma gestão não reflete todas as vontades de um governante.

Da mesma forma que os migrantes trabalhadores se organizavam em ocupações, o Estado promoveu um contramovimento de repeli-las. Havia a experiência das pessoas com relação a esse processo de ocupação de território. Sabemos da construção de Brasília e essa consciência está presente na cidade de Palmas, que se adaptou e encontrou sua própria imagem de cidade. As pessoas não estavam inertes e a luta por moradia existe até hoje, portanto a mobilização é um fator deveras importante e essa luta às vezes ocorreu de forma mais próxima, outras vezes mais distante do Estado. A variedade de estratégias, formação de alianças e construção de uma rede denota a interferência da luta na construção da cidade.

Sobre a reação estatal, ela acontece diante de um movimento de resistência dos sujeitos, portanto não podemos resumir essa resposta a revanchismo político ou ação caridosa individual do então governador Moisés Avelino ou de qualquer outro representante estatal. Contudo, não queremos aqui dizer que a forma como o contramovimento age não é relevante. Nas próprias palavras de Edis, notamos que as consequências são variadas, enquanto havia uma perseguição às ocupações por Siqueira, Avelino não deu prosseguimento à coerção, mas também não regularizou/oficializou, medida tomada por Marcelo Miranda mais de dez anos depois.

A grande questão aqui exposta é que, independentemente de variações sobre como se relacionar com as ocupações, as gestões estatais de uma maneira ou de outra não sinalizaram em nenhum momento o rompimento com uma lógica

segracionista de cidade. Portanto, a raiz da ocupação da região norte e o nascimento da Vila União permanece até o presente, além de outras inúmeras ocupações que se espalharam pela cidade. Fruto da organização popular e, posteriormente, de movimentos organizados pela causa, as ocupações estão intimamente ligadas à história da cidade de Palmas em seu passado e no seu presente.

Pouco relacionada como um dos fatores que impulsionaram a ocupação da região norte de Palmas por migrantes, precisamos contextualizar a importância geográfica da primeira rodoviária da cidade. Sabemos que o deslocamento rodoviário dos migrantes foi de suma importância, pois foi o meio mais utilizado para promover os deslocamentos de diversos locais do país até Palmas. Em busca de oportunidades de trabalho no contexto de construção da cidade, a maioria dos migrantes utilizou do ônibus para realizar suas viagens até a nova capital estadual. Sabemos que não era o único meio de chegar a Palmas, pois, uma matéria do jornal *A Tribuna* já destacava a atuação da TAM como primeira empresa a atuar no local. A matéria intitulada de “TAM amplia suas rotas” afirma que: “a partir deste mês, a TAM cria a linha Brasília-Palmas, capital do Estado do Tocantins, em avião Fokker 27. Será a única companhia aérea a operar em Palmas” (TAM..., 1991, p. 7).

Durante toda a década de 1990, a rodoviária de Palmas esteve localizada próxima ao centro da cidade, à Praça dos Girassóis, e foi o ponto de partida para o início de uma nova vida para milhares de migrantes. Com essa condição geográfica, seu entorno se tornou um grande atrativo para quem chegava à cidade, muitas vezes, sem uma rede de apoio para sua acolhida. O grande número de comércios e a movimentação de pessoas tornava o local um ponto de apoio a migrantes, assim como o surgimento de pensões e hotéis baratos atendeu à demanda por moradia temporária para muitos. Os migrantes se amontoavam em torno da rodoviária, hospedando-se em barracos de lonas em seu entorno, até que um emprego pudesse estabelecer uma mudança no patamar econômico. Portanto, o entorno expandido da rodoviária se tornou um espaço de transição, desde a chegada, dos muitos migrantes trabalhadores em acomodações precárias até conseguirem um espaço mais estável para uma habitação.

Ainda sobre o contexto da gestão Avelino e o aumento e consolidação de ocupações na região norte central da cidade, temos a fala da professora Chiquinha. Ela relata sua experiência de primeira moradia na cidade da seguinte forma:

Eu morei lá na 24 [Quadra 208 Norte – Arne 24], mas lá era aluguel. Da 24 eu saí e eu comprei um lote na 12 [Arne 12-106 Norte] que era assim... várias pessoas já tinham comprado, já tinha muitas casas, casas boas lá, e aí nós compramos, eu comprei um lote com uma colega e nós construímos uma casa de quarto, fundo e fomos para lá. E assim, mas era uma área de ocupação, assim como várias outras e nós tivemos assim a oportunidade, como que tava no sindicato, a gente acompanhava várias quadras, várias ocupações e vários despejos também. Que naquela época era constante, né? (Silva, 2022).

Importante salientar que a professora Chiquinha chegou em Palmas em 1993, no meio do governo Avelino. Ela relata que os despejos eram constantes, portanto sua fala relativiza essa memória da facilitação de moradia no governo Avelino e revela contornos de uma política repressora. Vejamos que mesmo para uma professora concursada do Estado, com estabilidade e salário garantido, moradia não era um sonho fácil. No caso de Chiquinha, comprar um lote no mercado informal foi uma estratégia viável, principalmente pelo fato de ser trabalhadora do sindicato, que, segundo ela, foi uma condição que lhe proporcionou informações valiosas. Portanto, essa compra, mesmo no mercado paralelo, foi pensada, nesse sentido, como uma estratégia intrínseca à atuação política dos sujeitos para pressionar a conquista por moradia.

O movimento de mudança de Chiquinha entre os espaços citados revela a busca por uma estabilidade habitacional, algo frequente no contexto urbano de Palmas, marcado por disputas de espaço. Esse processo de “conquista” do lote é visto como uma afirmação de pertencimento, em que a construção de uma moradia reforça um vínculo afetivo e identitário com a cidade. A fala de que “era uma área de ocupação, assim como várias outras e nós tivemos assim a oportunidade” (Silva, 2022) carrega as incertezas e tensões vividas nas ocupações em Palmas. Sentimentos apoiados em sua experiência no sindicato, que lhe permitiu acompanhar “vários despejos”, indicando que suas ações foram baseadas em uma tentativa de sobrevivência na luta por seus direitos.

Ainda sobre o período Avelino, o militante por moradia Erivelton faz sua análise:

É o Avelino, ele é de um... de um grupo político, né? Na época, até meu avô pertencia a esse grupo, o PMDB mais democrático, né? Ele é dessas lutas libertárias, né? O Avelino então não podia ser diferente, ele teve algumas fases no seu governo, na área de educação, houve greve de professores. Eu passei por essa greve, se eu não me engano 95 ou 94 e, mas na área de... na questão de dialogar com a sociedade eles tinham viés mais democrático e era, não era repressor, ele não era repressor. Então nesse aspecto há sim uma diferenciação entre o governo Avelino e o governo Siqueira, né? E te digo com todas as garantias, se fosse no governo Siqueira aquela região das Arnos não existiria. Ali porque houve de certa forma uma sensibilidade do

governo, que do Palácio Araguaia, na época não tinha tanto prédio, dava para enxergar a ocupação da Vila União. Então imagina só o Siqueira ia ficar contrariado demais do Palácio Araguaia, palácio do governo, ele enxergava uma ocupação, então o Avelino, ele não, isso não incomodou muito ele (Santos, 2020).

Interessante perceber como se consolida no imaginário palmense o governo Avelino como mais conciliador e sensível a questões sociais. O contexto que vive o Brasil no momento da construção de Palmas é de reabertura democrática, com eleições e nova Constituição e, diante desse cenário, o PMDB era visto como um partido mais aberto a algumas causas populares. E, a fala de Santos, enquanto militante ativo pela moradia, vai nesse sentido de possivelmente ter sido menos difícil o diálogo com Avelino ao se comparar com Siqueira Campos. Chama atenção que essa construção narrativa se dá geralmente em comparação com Siqueira Campos, ressaltando ora a rivalidade entre eles, ora a decepção de Campos ao ter o projeto da cidade alterado através das ocupações populares. A rivalidade entre grupos políticos é utilizada pelos movimentos sociais de forma estratégica.

No início da capital do Tocantins, a interferência do estado na vida das pessoas era imensa, certamente era ele o maior empregador da cidade e o maior promotor econômico da região. Tal situação interfere diretamente na forma pela qual as pessoas avaliam as gestões e seus critérios para fazer comparações e construções de memória. Talvez um dos professores que participou do movimento grevista citado por Erivelton não tenha uma avaliação positiva do governo Avelino. Não estamos pretendendo fazer avaliações de gestões em nossas análises, porém as memórias que são reveladas nas falas nos são caras.

Ainda que houvesse ampla oferta de terras, o acesso a elas não pode ser entendido como democrático, o controle e a instrumentalização do território palmense não garantiu o benefício da moradia à maior parte da população migrante. Em discurso para a Câmara de Deputados em 1990 o, então deputado federal pelo Tocantins Edmundo Galdino (PSDB-TO) declara que:

No afã de viabilizar Palmas, projeto-âncora de seu *marketing* eleitoral, o Governador não se detém diante de coisa alguma. Como um bárbaro conquistador medieval, servindo-se das baionetas da Polícia Militar, desalojou cento e cinquenta famílias de agricultores que residiam na área onde será construída a nova Capital. Vencida, pela força bruta, a resistência inicial, lançou mão o SI. Governador da velha tática de terra arrasada, ordenando que tratores de esteira destruíssem todo e qualquer vestígio de ocupação dos ex-proprietários, inclusive removendo entulhos, restos de casas ou benfeitorias que sequer haviam sido objeto de registro ou avaliação judicial nos processos de desapropriação instaurados. Além de projeto âncora de *marketing* eleitoral, Palmas é, sem dúvida, um garimpo a céu

aberto, onde o Governador e seus asseclas enchem as suas burras. Ofereceu o Governo, aos desapropriados, a irrisória quantia de 63 cruzados novos, sem correção, por hectare, de suas propriedades. Hoje a Secretaria de Viação e Obras Públicas aliena um lote de 12x30, na área da Capital, por até 40 mil cruzados novos. O ambicioso projeto de especulação imobiliária em que o Estado está mergulhado não se contentou apenas com a área urbana: foi desapropriado todo o Município. Assim, Palmas vai sendo construída às custas da apropriação indébita do patrimônio dos expropriados, hoje sem teto e sem-terra. Por sua vez, o Chefe do Poder Executivo tocantinense, mergulhado numa aventura imobiliária, sonha, com esses recursos, construir palácios, palacetes, monumentos e avenidas, com o objetivo precípua de tornar-se, no vão da História, o Juscelino Kubitschek do Cerrado. Os tentáculos da oligarquia Siqueira Campos, que controlam toda a máquina administrativa do Estado, transformaram o projeto da nova Capital em um bem de família (Galdino, 1990, p. 1115).

Ao analisar o discurso do deputado opositor a Siqueira Campos, percebemos que, junto com a constituição do estado, estão atreladas as disputas fundiárias em sua capital. Desde 1990 havia no horizonte de experiência da época a comparação entre Siqueira e JK, seja para aproximar, seja para distanciar. Outro ponto que chama atenção é a denúncia de relações de clientelismo e práticas coronelistas que marca todo processo de formação histórica do Tocantins e, conseqüentemente, de sua capital. Portanto, não chega a ser absurda a ideia de que, ao assumir o poder, um governo de oposição como o de Moisés Avelino marcasse a memória da cidade como contrário às práticas de Siqueira – o que não significa sua diminuição enquanto figura política, já que este iria se reeleger por mais três vezes como governador do estado em contextos diferentes.

Como discutido anteriormente, Palmas nasce identificada com interesses mercadológicos e corporativos. Assim as práticas imobiliárias que o estado tomou foram o uso do território como moeda de atração de investimentos no presente ou no futuro, estimulando a especulação imobiliária. Todavia, pretendemos avançar na discussão no sentido de entender como a formação do tecido social entrelaçado por migrantes trabalhadores foi mediada pela garantia de necessidades básicas em um ambiente precário que a cidade em construção oferecia. Em ritmo de transformação acelerado, a nascente urbe tinha a necessidade de acomodar seus construtores dentro da expectativa de sua modernidade.

Projetada, nova e habitada por milhares de migrantes, a construção de Palmas foi uma conquista para muitos atores sociais que espelhavam na cidade valores dos quais eram crentes como, por exemplo, modernidade, ousadia e valorização de conquistas. A edificação cotidiana desse imaginário perpassa pelo cotidiano materializado em espaços de memória, nos relatos e fontes utilizadas neste trabalho.

O fato histórico é a consolidação dessa urbanidade de forma coletiva, com disputas concomitantes; são transformações peculiares de uma cidade que promoveu um novo modo de se viver.

O cotidiano migrante serve como ferramenta para uma compreensão de uma sociedade tão complexa, seja pela urbanização diariamente alimentada, seja pelas práticas culturais, valores e símbolos nascendo e se fortalecendo nas experiências e vivências da coletividade. Da exploração analítica do cotidiano ou de amostras deste, emergem evidências da realidade vivida, de forma sugestiva, para uma grande parcela da população palmense. A valorização de vestígios que não sejam exclusivamente fundamentados na escrita é importante, pois inúmeros eventos ficaram marcados através da oralidade na memória dos habitantes locais. Os milhares de migrantes trabalhadores que lutaram pela moradia em Palmas e que chegaram nos anos 1990 são fruto de um incômodo e enxergaram a possibilidade de construir suas histórias de forma diferente, muito através de suas vidas cotidianas.

O mundo das pequenas práticas cotidianas abre espaço para temporalidades espaciais das motivações individuais e coletivas dentro da perspectiva de uma sociedade civil dentro e fora de movimentos sociais organizados. As dinâmicas urbanas e políticas articuladas nas ocupações da região norte da cidade são exclusivas. Seus arranjos, suas escalas, suas demandas e as resoluções que foram efetivadas no cotidiano de suas relações foram próprias e não servem necessariamente como parâmetro para outras experiências de ocupações, nem mesmo para a própria cidade de Palmas. As ocupações têm suas diferenças em localização, constituição, estrutura, tempo de existência, organização política dentre outras inúmeras variáveis.

O perfil dos migrantes que ocuparam a região norte é muito diverso, porém o engajamento se deu na ausência de condições financeiras para acessar a terra no modelo de compra, por isso a luta pela moradia foi uma alternativa válida. Alguns carregavam consigo experiências de um passado de vida semelhante, pois o processo migratório entrelaça tempos e culturas camponesas e urbanas. Na fundamentação da luta cotidiana, muitos aliados se juntaram na luta, como por exemplo, alguns membros da Igreja Católica, que desejaram contribuir inspirados na Teologia da Libertação, muito popular no Brasil pós-ditadura. Um desses exemplos é Dom Phillip:

Eu comecei a rezar missa com eles na Arno 43, não era invasão não, mas é... já tava. Ainda por 200 reais se podia comprar um lote naquela época

entendeu? E tudo era barraca, né? Era lona preta, era... era madeirite, é Brasilit, você já pode imaginar um calor gostoso e uma turma de muriçocas a noite para... para ficar lembrando, para não ter necessidade de ter um despertador. E eu comecei lá, depois conhecendo também os padres lá, padres da Igreja Sagrada Família que morava lá Arno 32, Vila União mesmo né? Isso foi a quadra da invasão, né? Entendeu? Por isso ela tem ruas estreitas, tudo isso aqui enfim. A gente começou a ajudar, rezando lá, rezando cá. Tinha a Independência, antigamente eu falava de dois, de duas áreas grandes, Vila União Arno 31, 32 e 33 e Vila Independência Arno 61,71,72 e 73. 73 o antigo Sapolândia né? Entendeu? Uma vez eu dei carona para uma menina lá, eu não sei se tava chovendo ou era naquela época que ainda não tinha asfalto, era um poeirão grande né? Aí eu vi ela lá e dei carona. - Você mora onde? – Eu moro lá no Sapolândia. – Onde é o Sapolândia? Aí ela me disse, 73, né? Na época é essa Quadra 73, né? Quando chovia alagava e na época tinha muito sapo mesmo, né? Aí eu me lembro disso. Bom de vez em quando eu vou me lembrar de uma coisa e falar para o senhor, mas vou voltar lá para não perder o rumo, entendeu? A gente começou a ajudar lá também né? (Dickmans, 2022).

Dom Philip chegou em Palmas no início da cidade e, conseqüentemente, acompanhou o processo de ocupação da região norte, pois foi onde ficava a igreja pela qual ele logo seria responsável. Em seu relato percebe-se as diversas formas pelas quais as ocupações se constituíam. Havia a forma organizada por lideranças que ordenava os loteamentos, mas também havia um comércio informal e visto como ilegal de lotes em algumas localidades, como o exemplo da Sapolândia. A precariedade pode ser algo em comum, mas mesmo assim havia variações entre a possibilidade de recursos nas autoconstruções. O depoimento de Dom Philip nos ajuda a compreender os aspectos de habitação, vida comunitária, religiosidade e o cotidiano em ocupações urbanas. A prática da fé funciona como um eixo organizador da vida cotidiana, as missas e interações com um representante da Igreja servem como um ponto de apoio interessante para comunidade que está passando por várias vulnerabilidades. Ao evocar as imagens que ilustram as condições de vida nas ocupações, o depoimento de Dom Philip expressa a precariedade em que essa população vivia, a exemplo da utilização de materiais não adequados para suas autoconstruções, como “lona preta” e “madeirite”. A Sapolândia é descrita pelas suas ausências: sem asfalto e sem tratamento de esgoto, a alta população de sapos nomeia a comunidade.

Queremos fugir do maniqueísmo que muitas vezes atinge o mercado informal de terras em ocupações, que de um lado criminaliza totalmente e utiliza desse argumento para a expulsão das pessoas, e de outro lado muitos fingem que não acontece para não manchar a luta pela moradia. Uma grande questão é que muitas vezes não se recrimina os grandes especuladores, que até hoje detêm a propriedade de quadras inteiras, mas se utiliza pequenos agentes, que vendem lotes como se

fosse o perfil de todos que lutam pela moradia em ocupações. Há uma comercialização informal e seus motivos são inúmeros, que se referem muitas vezes a situações pontuais e, obviamente, com lucros inferiores a grandes especuladores.

Como já discutido antes, o Estado era um agente deveras importante na vida cotidiana dos palmenses, e muitas gestões venderam por valor irrisório ou até mesmo doaram lotes para funcionários públicos. Vejamos a fala do senhor Inácio sobre sua experiência:

O plano diretor tudo ficou áreas públicas, terras públicas. Na época que eles distribuíram aí, que o estado distribuía, era essa Codetins chamada antigamente. Eles lá, o cadastro passava tudo por lá. Ai tanto é que, na época do Governo Avelino ainda, eu trabalhei uns tempos lá no estado e lá eles começaram a fazer doação com os terrenos, numas áreas por aí, para funcionário, quem não tinha casa. Aí foram doando na Arse 41, ali foi uma rodoviária antiga ali, não sei se você lembra, perto do Hospital Oswaldo Cruz, ela foi uma área que o Estado cortou para doar para funcionário que não tivesse residência, aí depois cortou outras, outra quadra lá mais na frente. Inclusive eu fui contemplado também com um lote lá, não foi doação em si, foi para vender baratinho, para os funcionários. Tanto é que a minha eu peguei seis parcelas, que era como se você fosse pagar uma loteria, uma lotérica hoje né? Tem que pagar uns seis reais por mês, paguei seis meses então era simbólica. Então eles fizeram isso para facilitar para aquele que não tinha moradia adquirir o seu lote também. Aí depois que entrou outro governo, aí facilitou só para empresários grande (Silva, 2021).

Inácio descreve sua interpretação da atuação da Codetins e, conseqüentemente, do Estado no processo de ocupação do espaço urbano com a distribuição de terrenos para públicos específicos. Há uma comparação entre o governo Avelino e seu sucessor, Siqueira Campos, sobre o entendimento de construção da cidade: “aí depois que entrou outro governo, só facilitou para empresários” (Silva, 2021). Em sua percepção, Campos se preocupava apenas com o favorecimento de grandes empresários. Nosso narrador não está apenas relembando um acontecimento, mas o está interpretando com base em sua experiência e seus valores, que envolvem também sua interpretação de justiça social.

É interessante destacar que a malha urbana não é uniforme, logo, receber um lote não significa que sua questão de vulnerabilidade habitacional esteja resolvida. Relembando a fala de Dom Philip ao falar da Sapolândia, que foi uma ocupação estimulada e vendida a baixo custo, as condições de moradia eram muito precárias e as pessoas tinham que conviver com condições de higiene e saúde muito limitadas. Quando o senhor Inácio fala da quadra na qual comprou um lote por valor simbólico, a situação é semelhante, pois a quadra foi “cortada” para esse fim e certamente não tinha água, esgoto, energia, tampouco asfalto, linhas de ônibus etc. Portanto, “cortar”

a quadra e entregar à população não resolve a questão, muitas vezes estimula a venda e o comércio informal de lotes.

Desconsiderar as especificidades socioculturais das populações em vulnerabilidade habitacional reduz a permanência destas nas áreas de destino. Muitas dessas quadras em que terrenos foram doados ou vendidos a preços simbólicos apresentavam condições físico-naturais muito precárias e situavam-se mais longe do centro da cidade do que as ocupações da região norte. Então inúmeras foram as pessoas que desistiram ou venderam seus lotes e voltaram para ocupações, pois nelas havia proximidade do centro e acesso mais facilitado a equipamentos públicos de saúde, educação e transporte público.

Além das questões práticas, ao sair de uma ocupação e viver em uma quadra recém-aberta, havia também uma ruptura sociocultural, pois há uma perda da rede de apoio, do círculo de amizade e convivência. Portanto, são dificuldades que acarretam essa mudança, por vezes compulsória, e explicam muitos casos de venda de lotes.

A questão é que, dentro da perspectiva de disputas fundiárias, houve um comércio clandestino de lotes, muitas vezes comercializados ilegalmente, sem infraestrutura urbana e, de certa forma, promovendo áreas de favelização em muitas regiões da cidade que atualmente enfrentam problemas com a regularização fundiária. Percebe-se que houve uma presença permanente na produção da urbanidade palmense de tipos diferentes de processos de acumulação territorial com fins de especulação, que alcançou também zonas periféricas com intuito de investimento futuro.

O espaço urbano de Palmas não ofereceu condições dignas aos migrantes trabalhadores, aos quais foram oferecidas a periferia fora do Plano Diretor ou quadras em condições precárias de habitação. A mobilização e a luta coletiva foram as saídas em busca de uma vida digna, mesmo que no processo de procura de terras devolutas e ociosas houvesse barreiras diversas, inclusive o próprio Estado do Tocantins. A constituição de ocupações muitas vezes é fruto das relações sociais construídas pelos sujeitos históricos que dividem um contexto social específico, mesmo que de forma conflitiva, na busca pela moradia e dignidade, na luta pela melhoria de vida através de suas atividades produtivas.

Dentro das ocupações a solidariedade impulsiona a construção coletiva; por meio da luta, os migrantes trabalhadores impulsionam o desejo de sobrevivência, resistência e mobilidade social. Certamente, a questão econômica é deveras influente na vida dos migrantes, o que motiva a organização social nesse cenário de disputas

fundiárias tão complexo. Nos primeiros anos da cidade, todo estímulo público à privatização de terras advém da tentativa de captação de recursos para construção da cidade. Diante disso, além das ocupações, o advento de receber, comprar, arranjar, dentre outros verbos, provém da necessidade dos migrantes de ocupar territórios que se transformem em moradia.

Alguns pilares foram basilares na discussão aqui empreendida, como o cotidiano dos migrantes em ocupações, a busca por território e os conflitos que se originam das mais diversas disputas fundiárias. A partir das fontes, elaborou-se uma narrativa histórica com base nas experiências dos sujeitos históricos em ocupações. Tais pilares não podem ser entendidos de forma separada, por isso, ao longo do texto, tentou-se expor as fronteiras e interseções que existem nas ocupações. Percebe-se que, ao tentar organizar a multiplicidade de elementos contidos nas dinâmicas que envolvem uma ocupação, a dimensão da vida cotidiana dos moradores, os espaços da ocupação, as redes de sociabilidade, bem como a interferência de agentes externos nos mostram um potente campo de atuação de diversos atores. A partir das mobilidades urbanas, de seus moradores e suas relações é possível entender como o campo das ocupações se articula e se conecta, compondo a cidade e inserindo-se dentro de uma política ampliada que não se restringe ao espaço físico.

Ao refletir sobre a dimensão dos conflitos, percebe-se a centralidade que estes adquirem nas relações cotidianas, muitas delas marcadas pelas incertezas, inseguranças e precariedades que fazem parte das experiências dos migrantes. Sejam elas referentes a conflitos externos que envolvem o Estado ou a conflitos internos presentes na existência das ocupações e que afetam sua continuidade, sua consolidação e a vida dos sujeitos históricos.

As ocupações na região não se limitam apenas ao espaço físico, mas estão interconectadas com redes mais amplas de atores e eventos. Os moradores das ocupações estão em constante movimento, interagindo com várias escalas e *status*, criando uma espécie de “mapa político expandido”. O conflito é uma parte central dessas ocupações. As ocupações são “fronteiras de tensão” para onde diferentes forças de disputa convergem. Elas são pontos de atrito e resistência no cenário mais amplo da luta pela utilização e controle do espaço urbano de Palmas. Nesse processo, essas ocupações influenciam e são influenciadas por uma série de dinâmicas que permeiam toda a cidade.

5.2 As vivências que constroem o bairro

*Mas sei que sou – principalmente –
desta Palmas que precisa – com urgência –
derrubar os muros frontais
de suas casas
e avizinhar-se
dando-se muito mais
amando-se muito mais.*

José Gomes Sobrinho

A escolha do poema “Fio de Prumo”, do escritor José Gomes Sobrinho, para iniciar as discussões desta seção, não foi aleatória. Ao tratar sobre os muros frontais e a possibilidade de mais amor com o “avizinhar-se”, Gomes fala de uma Palmas que não retrata a realidade da Vila União; talvez fale de uma cidade onde as quadras respeitaram o projeto de cidade, mas esse não é nosso caso. Ao se formar mais por uma vontade popular do que pela ação do planejamento estatal, a Vila União caracteriza-se como um bairro orgânico dentro do Plano Diretor, sendo uma fratura da planificação. Onde outrora coube um lixão, passou a habitar uma população resistente.

É possível afirmar que, para além do plano de Palmas e das interferências que este sofreu por ação do Estado e da iniciativa privada, a cidade é construída por seus habitantes, pois são eles que conferem sentidos à urbe. As relações entre as estruturas materiais e humanas devem ser pensadas em suas complexidades, em seus objetivos e suas particularidades, pois não há homogeneidade. Precisamos do exercício de aproximar os desejos dos planejadores, dos gestores do Estado e dos moradores e suas urgências temporais. Portanto, saber que houve um planejamento não quer dizer que este funcionou de maneira sistêmica, deixando claro que seguir um plano único talvez seja impossível, ou no mínimo, improvável para quaisquer situações. Com isso, pretendemos problematizar discursos que aliam os problemas atuais urbanos com uma não obediência do plano. A questão é a que interesses essas reprogramações atenderam, pois a Vila União se trata também de uma refuta ao plano.

Diante desse contexto, a produção do espaço urbano palmense vai se dando através de um campo de disputas, pois os agentes supracitados lutam por seus interesses. Obviamente que essas disputas não ocorrem em condições de igualdade.

Enquanto o Estado alterava ou desvirtuava as legislações, à população era imposto o caminho da ilegalidade, mesmo quando esta não era comprovada ou discutível. Portanto, à revelia da legalidade, a ocupação territorial seguiu caminhos espontâneos, decorrentes da necessidade e não planejados pela ação do Estado. Os ocupantes da Vila União construíram sua paisagem a partir do pertencer de um grupo social, majoritariamente indesejado, porém necessário. Esse processo tornou o bairro invisível por vezes, indesejado por outras, mas certamente necessário como uma fonte de mão de obra para construção e manutenção da cidade.

Migrantes de diversas regiões do país, mas em sua maioria advindos do Piauí, Pará, Goiás e Maranhão, construíram um lugar com identidade própria, com dinâmicas próprias e que, por vezes, despertou como reação o imaginário de violência, instabilidade, preconceito e medo. Sabemos que tal processo de criminalização da pobreza não é incomum na produção do espaço urbano brasileiro, entendido como parte de dinâmicas sociais que influenciam as relações humanas. O organismo da cidade pode ser compreendido como a realização de circunstâncias sociais e econômicas hegemônicas, porém as contradições são inerentes e geram formas de resistência, por vezes violentas dentro de uma perspectiva capitalista.

O processo de criminalização da Vila União se deu por forças econômicas e políticas do espaço urbano, ou seja, pela identificação dessa parte da urbanidade como alvo de uma manutenção de uma ordem punitiva. A lógica de imputar o *status* de perigo a uma região é perpetuada através da concepção do medo na sociedade, identificando a região com fatores que produzem criminalidade e, no caso da Vila União, parece fazer sentido o histórico de ocupações no bairro. A ocupação se dá como uma forma de resistência social contra uma lógica capitalista do espaço urbano, e criminaliza-la é uma forma de agenciar valores capitalistas contra os divergentes sob o argumento de que seriam violentos. Se a terra é a grande mercadoria do Estado, logo, pessoas que estivessem “roubando” essas terras seriam inimigos do desenvolvimento, marginais atuando contra o Estado.

O alvo da segregação espacial passa a ser as diversas minorias sociais, mas há algo incomum, no caso da Vila União: as dificuldades econômicas. Sabemos que o bairro não é homogêneo; por meio do relato do senhor José Geraldo, vimos que um agente da prefeitura no serviço contra as ocupações se tornava vizinho dos reassentados. Todavia, sabemos que as dinâmicas sociais não são igualitárias, mesmo dentro de uma categoria desfavorecida economicamente; em resumo, pobres

não são todos iguais. Unidos pela impossibilidade de obtenção de locais considerados próprios para habitação pelo Estado, a ocupação em área proibida ou a compra no mercado irregular faz parte de uma lógica perversa segundo a qual as vítimas se tornam culpadas por não terem recursos financeiros para realizar escolhas.

Apesar de seu planejamento e seu discurso fundador baseado na modernidade, Palmas não diferiu das demais capitais brasileiras na produção/reprodução de seu espaço urbano. As contradições eram vivenciadas assim que migrantes chegavam e buscavam uma apropriação do espaço urbano; o mercado capitalizado de terras dificultava esse acesso, forçando a busca por alternativas a essa segregação residencial. Lana⁴⁷ chegou em Palmas ainda adolescente, instalou-se na Vila União e conta como foi sua experiência ao chegar na cidade:

Eu fui morar na Arno 33 antigamente chamava 33 e hoje é 307 Norte, Vila União. Eu cheguei direto para casa de uma amiga, que essa minha amiga de infância, amiga da família toda. E aí cheguei de manhã, aí à noite a gente se reuniu a turma para sair à noite, aí eu conheci o pai das minhas filhas. Eu cheguei para ficar na casa dessa amiga como visita, e aí como nesse mesmo dia eu conheci o pai das minhas filhas, aí eu queria ficar (risos). Aí arrumei um emprego e fiquei na cidade, aí arrumei emprego para morar. Eu vim para passear, para conhecer, porque era muito falada essa cidade, né? Por ser uma capital nova, todo mundo dizia que era... que tinha muito emprego e tal essas coisas, né? E tava começando, então era tudo muito novo e tudo que você procurasse para trabalhar tinha (Castro, 2024).

A história de vida de Lana foi marcada por muitas lutas, uma adolescente que veio passear em Palmas e, por uma paixão foi motivada a ficar, buscar um emprego e construir sua vida. A fala de Lana nos instiga algumas reflexões sobre suas motivações para migrar, mas também sua motivação para ficar. Atraída pela ideia de “uma nova capital” e pelas possíveis oportunidades prometidas em abundância para os migrantes. A causalidade está presente em sua história, pois seu “passeio” logo no primeiro dia foi crucial para uma mudança definitiva.

Ao citar que chegou para “ficar na casa de uma amiga de infância, amiga da família toda” sugere que as redes de solidariedade social e laços familiares tiveram um papel importante em sua decisão migratória. Ter alguém que a abrigue e dê suporte contribui para uma sensação de segurança em um processo tão desbravador.

⁴⁷ Maria Eliene Souza Castro, Lana, é natural de Porto Nacional-TO, tem 44 anos, chegou em Palmas em 1993 e estabeleceu moradia na Vila União. Aos treze anos de idade foi a Palmas atraída pela curiosidade sobre como seria a cidade e para visitar parentes. Teve uma experiência migrante anterior, pois morou em Goiânia com uma irmã, mas não se adaptou e tentou Palmas para novamente morar com outros irmãos. Desde então realizou diversos trabalhos e há muitos anos desenvolve a função de faxineira de forma autônoma.

Nos chama atenção que Lana decide ficar por ter desenvolvido sentimentos amorosos pelo “pai das minhas filhas”, assim além da motivação de oportunidades laborais, há o aspecto subjetivo dos sentimentos. No caso, o trabalho deixa de ser a motivação majoritária da migração para se tornar um meio de sobrevivência que manteria sua decisão de ficar, para assim estar perto da então pessoa amada.

No seu primeiro emprego como babá, conseguiu também uma moradia, mas para poder ter mais liberdade e viver sua paixão, mudou-se para um quarto que alugou na Vila União. Esse espaço era organizado por um senhor que construiu vários dormitórios no quintal da sua casa, justamente para alugar à população migrante.

Como eu conheci o pai das minhas filhas queria namorar (risos), aí queria ter mais tempo, ficar mais próximo. Aí arrumei uma kitnet, um quarto e um banheiro para morar e dizer que ia pagar o aluguel, mas acabou que eu nem paguei aluguel assim, praticamente não paguei. Era dos pais de um amigo, que somos amigos até hoje, eu já era amiga da esposa desse rapaz desde de Porto. Aí então a gente se conhece desde a infância e ele eu conhecia através dela. Aí ele me deixa ficar lá um tempo, até eu me estabilizar. Aí de lá já foi morar com o pai da minha filha, casei. Casei muito novinha também, tudo no mesmo ano, com 13 anos (Castro, 2024).

O relato de Lana nos apresenta o quanto as relações de sociabilidade são importantes e interferem na vida dos sujeitos. Suas primeiras oportunidades de moradia foram oriundas de suas relações pessoais originadas em sua cidade natal, Porto Nacional, e que se faziam presentes e ativas em uma outra relação de espaço e tempo.

A curiosidade de Lana a trouxe a Palmas e seus sentimentos a fizeram permanecer. Parece-nos que, tanto na vida pessoal, quanto na construção de cidades, a aleatoriedade é uma variável imprevisível, mas presente. Contudo, uma realidade social de facilidade de emprego sem grandes exigências – lembramos que Lana tinha apenas 13 anos de idade – colaborou para suas decisões. Lana recorda de que via propagandas de Palmas em Goiânia, onde morou anteriormente, lembra das propagandas na “TV e no boca a boca. Na TV passava muito em Goiânia, onde eu tava, né? Passava propaganda daqui mostrando como que tava ficando a cidade, que tava melhorando” (Castro, 2024). Já sabemos dessa estratégia publicitária de se exaltar qualidades e se omitir dificuldades, e em sua chegada Lana estranhou os problemas que não estavam na propaganda. Ao ser perguntada se gostou do que viu ela responde:

A princípio eu não gostei, achei que faltava muita coisa. Achava que era uma poeira danada, até aqui no centro. O Palácio Araguaia a gente passava por dentro, qualquer um, de *short*, de chinelo, de todo jeito, era uma bagunça

ainda. Não era organizadinho igual hoje em dia e era assim, as pessoas tinha que entender que tinha que passar por fora, mas todo mundo passava por dentro até que organizaram isso aí. Era tudo uma poeira lascada na cidade inteira, era tudo no caminhão pipa só aqui no centro que tinha água encanada e nem era toda rua, nem era todo bairro (Castro, 2024).

A desorganização é um incômodo na fala da nossa interlocutora e é interessante que, para ela, a falta de controle do Estado em seu centro de poder, o Palácio do Araguaia, está no mesmo grau de importância, ao menos nas lembranças, da falta de água e da poeira pela cidade. O Palácio do Araguaia como uma representação de bagunça não deveria ser o plano dos gestores, na época Manoel Avelino, porém a situação relatada permite inferir que a falta de organização e controle no palácio talvez funcionasse como forma de estímulo à população, reforçando estratégias de resistência a um projeto de cidade segregador. Obviamente que não há uma relação direta entre acessar o palácio de *short* e ocupar uma quadra, mas simbolicamente nos chama atenção o relato. Outra linha interpretativa desse incômodo com a precariedade e a “bagunça” da cidade pode se relacionar com o fato de a cidade estar começando, ou seja, vivenciando um contexto de construção, em que os transtornos são marcantes.

Aos 14 anos de idade, Lana já se encontra grávida de sua primeira filha e a questão da moradia se torna mais presente em sua vida, ao menos em sua narrativa. Casada e morando junto com seu esposo, ela relata:

Eu fui morar junto, era apenas um comodozinho construído num lote, para segurar o lote. Antigamente eles doaram muitos lotes para crescer a cidade. Nesse lote lá que eu fui morar, eu não sei se era de doação, provavelmente sim, mas era assim... sempre... tinha vários lotezinhos e um barraquinho de lona, de palha, de madeira, só que esse era construído. Era um cômodo só de tijolo, né? Fazia isso para não invadir, porque tinha muita invasão na cidade. Inclusive quando eu casei eu fui para dentro da casa da minha ex-sogra, fiquei uns dias apenas, uns dois meses, mas nem isso. Enquanto meu ex-marido construía nosso barraco na invasão, que era invasão da 305 Norte. Que foi a invasão que pegou fogo, inclusive eu estava de resguardo da minha primeira filha, 16 dias de resguardo, e pegou fogo lá. E queimou tudo que eu tinha na época (Castro, 2024).

A relação entre a história pessoal e a da cidade novamente se imbricam na fala de Lana, pois, ao casar e ter sua primeira filha, a rede de sociabilidades se expande para a família do marido e, por meio dessa relação, consegue um lote na Vila União. Nem nossa interlocutora soube explicar a origem de tal terreno, se foi doação, se foi compra regular ou no mercado paralelo. Porém, havia ali um lote no qual seu marido se apressou em construir para demarcação de território, assim como nos contou José Geraldo anteriormente. Porém, mesmo a garantia do lote não foi suficiente para

garantir tranquilidade, pois a insalubridade da região, sem presença positiva do Estado, tornou-se um risco aos moradores, tanto que houve esse incêndio que destruiu toda ocupação. Não há relatos de vítimas fatais, mas o que encontramos nas fontes é que o incêndio se iniciou a partir da explosão de um botijão de gás. Após a tragédia, os moradores, inclusive Lana, foram abrigados na escola Castro Alves e posteriormente reassentados em outra quadra.

Entendemos que as condições precárias e ausência da estrutura estatal era uma parte de um projeto de periferização das cidades, que não é pontual tampouco casual. A flexibilidade do Projeto Palmas a interesses econômicos, como a permissão de loteamentos privados fora das zonas iniciais de habitação, não era estendida à população mais pobre que ocupou diversas áreas da cidade. Ela convivia com a precariedade e, quando tragédias como a citada aconteciam, eram alvos de ações reparatórias como uma forma de normalização dos indesejáveis. As origens dos problemas não são atacadas, como a falta de oferta de habitação de qualidade às famílias de migrantes trabalhadores, mas campanhas de doações e de ordem assistencialistas eram amplamente divulgadas para acalantar os corações cristãos com base na caridade. Conforme relata Lana:

Nessa invasão a gente tava com o intuito de conseguir um lote de doação, que na época o governo doava para as famílias carentes. Aí a gente tava nessa invasão, aí queimou e acelerou o processo. Já iam resolver, a gente já tinha passado os nomes tal, essas coisas para ficar na lista de espera, essas coisas. Mas aí com o acidente, com o incêndio, aí o processo acelerou, aí a gente já conseguiu, aí todo mundo se aglomerou lá na escola Vila União para receber doações. Aí quem morava na invasão, a gente tinha onde se alojar, porque tinha a casa da minha sogra, tinha a casa dos meus irmãos já, do meu pai, todo mundo. Mas a gente tinha que lutar por uma coisa nossa, e a gente foi lá para o colégio ficar abrigado lá e aí, até que conseguiu. Acho que uma semana, duas semanas depois, recebendo doações, ajuda de toda parte, veio de todo lugar ajuda na época, né? Porque foi como se fosse assim tipo um nível nacional, esse acidente, aí logo conseguimos um lote de doação na 71.

Anteriormente, Lana diz não saber como foi adquirido o lote em que seu ex-marido iniciou a construção na quadra 305 Norte ou Arno 32. Entretanto, na fala acima, já expõe a situação de uma forma mais detalhada, quando afirma ter ocupado o terreno com o intuito de conseguir sua doação posterior. Talvez por vergonha, Lana não tenha deixado claro desde o início sua escolha por ocupar um lote. Essa hipótese é cabível em nossa análise, em virtude de que os outros entrevistados costumam enfatizar a ação de compra de seus terrenos, algo indicativo da importância desse ato para muitos entrevistados.

Vamos propor uma reflexão do que significa o ato de ocupar uma terra da qual não se tem o título oficial de propriedade em uma cidade pautada no discurso mercadológico do solo urbano. Ocupar significa usurpar essa lógica e para muitos isso não era um ato simples, a análise da experiência desses migrantes que decidiram por ocupar a Vila União apresenta as dificuldades enfrentadas, como o medo da ação violenta do Estado, da violência existente no interior das próprias ocupações, preocupação com o bem-estar da família por morar em um local precário, preconceito, vergonha e receio do julgamento negativo nas relações sociais. A ocupação de terras do Estado não era uma escolha fácil; muitos migrantes tinham consigo o valor do trabalho e foi com esse interesse que se mudaram para Palmas. Sabemos que, em uma lógica capitalista, o trabalho seria um meio para se conseguir bens, seria a forma honesta e decente de comprar lotes com “o suor de seu trabalho”.

O não dito por Lana, ao relatar sobre o seu primeiro lote, pode estar relacionado à necessidade de justificar sua honestidade e seu direito de ocupar dentro de uma lógica de propriedade privada da terra. Ao explicar sobre como se desenrolou o processo de doação do lote após o incêndio, já fala com mais detalhes, pois a doação confere uma legitimação dessa propriedade pelo Estado. A tragédia ocorrida na quadra 305 Norte fez com que as autoridades remanejassem essas pessoas para a quadra 603 Norte ou Arse 71, ou seja, a realocação dos moradores se deu em um território mais afastado do centro da cidade em comparação com a quadra 305 Norte.

Há uma ligação íntima entre a precariedade e os sujeitos que buscam ocupar a cidade e a remoção para zonas ainda mais periféricas. Entendemos isso como mais uma forma de punir as pessoas que tomaram a decisão de ocupar terrenos públicos, justamente por não terem outras opções de moradia. Portanto, indivíduos que já não tinham muitas possibilidades de escolha são empurrados para zonas ainda mais precárias do que aquelas em que viviam antes. A distância se reflete ainda mais em outras situações cotidianas, como a existência de um percurso maior a ser vencido até se chegar à escola ou à creche dos filhos. Outra questão se refere ao fato de que a dificuldade de locomoção tem influência direta na conquista de empregos ou mesmo na ocorrência de constrangimentos por morar em condições inadequadas, sem acesso à água, saneamento básico, enfim, a equipamentos públicos em geral. Tais anseios são expressos nos depoimentos dos migrantes entrevistados que reforçam o desejo de ter sua casa própria e de como conseguir tal objetivo foi difícil na luta pela sobrevivência na cidade.

A história de Lana não se trata de uma experiência única, representa a diversidade desse processo de luta pela moradia. Nessa perspectiva, temos a história de Jocel Santiago. Já apresentado em capítulo anterior, Jocel veio a Palmas com 17 anos para exercer sua profissão de carpinteiro, que aprendeu com o seu pai. O progenitor de Jocel estimulou a mudança da família para a nova capital tocantinense em busca de melhores oportunidades, empolgado pelas propagandas positivas da cidade. A família de Jocel migrou de Imperatriz-MA em 1993, e seu pai comprou um terreno na Vila União onde se instalou com sua esposa e filhos pequenos. O lote foi comprado na Vila União com o dinheiro da propriedade que tinham e que foi vendida em Imperatriz, porém as condições eram as seguintes:

O pessoal chamava na época de Vila União, ainda chama ainda, era a região norte de Palmas, era VU, a maioria chama de Vila União. A primeira casa que ele teve aqui, que nós, que eu morei na casa foi, era de lona, lona preta, barraco mesmo, não tinha alvenaria em lugar nenhum aqui na cidade. Era o começo, só os prédios públicos, né? E os prédios dos políticos, dos empresários que era de madeira. Mas a população mesmo morava em barraco aqui, nos Aurenys. Lá quando começou também era tudo barraco também (Araújo, 2024).

A história de Jocel e Lana se entrecruzam nas dificuldades de infraestrutura enfrentada pelos migrantes que não tinham muitas condições financeiras. Lana encontrou nas relações de amizade um apoio inicial, já Jocel tinha a família como suporte. Apesar da juventude, o narrador chega em Palmas casado, mas sem filhos, e seu pai dividiu o terreno que comprou deixando uma parte para que Jocel construísse sua própria casa.

Por ter uma profissão que estava alinhada com as demandas exigidas por uma cidade em construção, Jocel conta que teve facilidade para se empregar, “quando eu cheguei aqui em Palmas já fui direto para marcenaria, porque precisava de muita gente para trabalhar né? Construindo muita coisa e aí eu comecei numa marcenaria” (Araújo, 2024). Jocel entende que o fato de chegar na cidade com uma profissão demandada na construção da urbe ajudou-o bastante, pois de certa forma estava alinhado às necessidades da cidade. Ter uma qualificação ligada ao ramo de construção colocava-se para muitos como um imperativo de sobrevivência econômica em uma cidade que estava nascendo e com investimentos pesados em sua urbanização. Dominar habilidades, como carpintaria, alvenaria, eletricidade, encanamento, pintura, significava se inserir em um mercado de trabalho amplo, mas também na utilização desses conhecimentos em benefício próprio em autoconstruções.

Precisamos fazer um recorte de gênero na cidade, pois, além das atividades ligadas ao setor da construção civil, o ramo de serviços domésticos foi responsável por incorporar várias mulheres ao mercado de trabalho. Caso, por exemplo, de Lana, que iniciou sua vida laboral como babá e há muitos anos atua como faxineira autônoma. Ambos os setores, construção civil e serviços domésticos, foram marcados pela informalidade, uma vez que muitos eram contratados de forma autônoma ou por empresas que não registravam o empregado.

A profissão de certa forma auxiliou na adaptação de Jocel na cidade, pois era uma mudança de vida brusca em comparação com a que tinha anteriormente:

Meus pais são do interior, do interior do interior, não é cidade não, do interior mesmo, zona rural, e quando eu cheguei aqui eu pensava que eu tava chegando na zona rural também. Porque era estranho, porque eu vim de Imperatriz, né? A primeira vez que eu vim aqui, eu vim de Imperatriz, então eu não conhecia uma cidade do jeito que era Palmas. Por mais que eu tinha viajado, mas era menino e não lembrava, mas quando eu cheguei aqui a primeira vez eu não imaginava que que isso ia virar, né? O que virou hoje, né? Porque quando a primeira vez que eu vi a cidade ela não tinha asfalto, não tinha transporte, não tinha água, porque a água era no carro pipa. Foi isso que me deixou mais assim com vontade de ir embora, porque a gente colocava as latas do lado de fora e aí tinha um horário dos carros pipa passar e botar as águas. Com aquela água era que a gente banhava, minha mãe fazia comida, então a gente não banhava todos os dias, não era porque não queria, mas porque não tinha como. Hoje nós estamos aqui, na minha casa eu tô a 100 m do lago, mas naquela época o rio era muito distante não dava para você banhar lá no lago, no rio e vim para casa (Araújo, 2024).

Jocel apresenta uma imagem de Palmas como “cidade em construção” e evidencia o processo de urbanização no qual o narrador esteve inserido. Um testemunho de uma urbe em potencial que ainda apresenta aspectos rurais nos dá a entender que Jocel mudou de uma zona rural para outra, sendo que Palmas fornecia uma condição pior no tocante ao acesso a água. Suas raízes estão expressas em “meus pais são do interior, do interior do interior, não é cidade não, do interior mesmo, zona rural”, revelando um vínculo forte com suas origens mesmo com as dificuldades. A sensação de pertença e identidade apontam semelhanças com Palmas, uma capital em formação e sem a infraestrutura esperada.

A dificuldade da água é um ponto que surge espontaneamente em vários momentos em que nossos entrevistados narram suas histórias. Com intuito de oferecer uma representação visual, apresentamos a Figura 29, que reproduz como era a Vila União em 1996.

Figura 29 – Fotografia da Vila União (1996)



Fonte: acervo pessoal de Lana (Castro, 202). Autor desconhecido.

A figura acima reflete um pouco das falas sobre a poeira e as dificuldades geradas pela falta de asfalto. Imaginemos enfrentar tal condição com a dificuldade de acesso à água, por exemplo. Como sabemos, o enfretamento não acontecia de forma única, José Geraldo também conta como lidou com a falta de água:

Eu fui o primeiro a assentar tijolo aqui, primeiro morador aqui dessa quadra a 33. Eu enfretei de tudo aqui, eu cavei um poço, que aqui não tinha água, cavei um poço aqui com 22,5 metros, tinha dia que tinha, tinha dia que não, mas tinha hora que tinha era 60 pessoas aqui pegando água. Aí foi preciso limitar duas latas de água para cada pessoa, que tinha pessoas que enfrentava fila, queria encher 6 latas, aí falei não, todo mundo precisa (Moreira, J., 2024).

Interessante relacionar como Geraldo faz uma aliança entre o seu pioneirismo com a própria figura de provedor. Ao ajudar com uma demanda urgente, pois a falta de água era uma questão grave e onde o poder público amenizava, mas não resolvia o problema, há uma correlação de organização, de gestão com a própria ideia da construção da cidade e, conseqüentemente, do estado. A narrativa se assemelha bastante com a de uma figura paterna, que provém as necessidades, mas impõe certos limites. Essa perspectiva é presente na história da cidade, partindo de uma origem que remete ao mito fundador do estado por uma figura masculina, Siqueira Campos.

Vanessa,⁴⁸ filha de José Geraldo, foi uma das pessoas que contribuiu com sua história para essa pesquisa. Ao chegar na cidade aos 11 anos de idade, conta suas primeiras impressões:

Na minha infância, logo quando a gente veio para cá, era muito difícil a parte de infraestrutura, porque não tinha, né? Na quadra não tinha infraestrutura, a energia logo veio, mas água era um caminhão pipa, aí meu pai mandou furar um poço lá em casa, tinha poço e, até os caminhões pipas chegarem, nossa! Eram filas e filas lá em casa do povo pegando água, porque era muito difícil essa situação. Então o pessoal ficava sem água e ia lá em casa, a casa que tinha poço e aí eles pegavam água lá em casa, era assim que a gente sobrevivia, a gente ia sobrevivendo graças a Deus. Um povo muito tranquilo, muito acolhedor, Palmas, a nossa região, inclusive eu até hoje eu gosto muito da região, porque é um povo acolhedor, é um povo que num tenho nenhum problema (Moreira, V., 2024).

O testemunho de Vanessa corrobora com anteriores no que se refere a questões de infraestrutura, mas chama atenção sua ênfase em qualificar os vizinhos como tranquilos e acolhedores. Se a comunidade é tranquila e acolhedora e “eu” faço parte desta comunidade, logo, é uma forma de dizer que também detenho essas qualificações. Entendemos que esse reforço é uma estratégia de defesa fundamentada na antecipação, ao elencar as qualidades do local no qual reside como forma de evitar ou amenizar possíveis ataques preconceituosos e/ou discriminatórios.

Outra estratégia de defesa que observamos em alguns depoentes é destaque à forma com que sua moradia foi adquirida, o recorrente “foi comprado”. Nesse sentido, retomamos a discussão sobre a valoração simbólica em uma lógica capitalista de ocupação da cidade, pois sabemos que havia um mercado paralelo ativo e muito criminalizado. Pessoas vendiam lotes a preços muito baixos, sem às vezes sequer ter a posse deles, mas como estavam localizados em regiões periféricas, não eram valorizados. Vanessa narra como foi a experiência da família Moreira:

Meu pai comprou, né? De uma pessoa, eu não, não lembro de quem. Eu só sei que ele comprou, mas lá era assim, lá tinha um povo véio que vendia lote até por um valor do tênis, de bicicleta. Eles trocavam, sabe? Esses lotes, porque eles invadiram, né? Tiveram lote por invasão, né? Aí eles acabaram trocando e vendendo os lotes eram assim (Moreira, V., 2024).

A família Moreira ganhou o primeiro lote através do trabalho de José Geraldo na Codetins. Depois, comprou o terreno vizinho, de acordo com José Geraldo, “esse outro lá que eu comprei era uma padariazinha feita de plástico, eu comprei a padaria

⁴⁸ Vanessa Rodrigues Moreira tem 42 anos, é servidora do estado do Tocantins, trabalha na Unitins como técnica-administrativa. Chegou em Palmas junto com sua família em 1992, quando seu pai conseguiu um emprego na Codetins. Tinha 11 anos de idade quando chegou em Palmas, vinda de Paraíso-TO, sua cidade natal.

com tudo” (Moreira, J., 2024). Aumentou então seu patrimônio destacando o processo de compra e de progresso através do trabalho. A padaria ficou sob administração da esposa e dos filhos de José Geraldo, dentro de uma estrutura patriarcal. Como outras tantas mulheres que habitavam a nascente Palmas, coube à esposa sua alocação no mercado de trabalho no espaço privado do lar e ao homem o direito à esfera pública e ao espaço da rua. Entendemos a padaria como uma zona de intercessão, pois proporcionava um trabalho e uma rede de sociabilidades à esposa do senhor José Geraldo, mas não se dissociava tanto de um trabalho doméstico, pois ficava no mesmo terreno da sua casa.

Lana, que após o incêndio, conseguiu um lote na Arse 71, conta que “o pessoal costuma até hoje falar, chamar lá de Sapolândia, tu já ouviu falar? Então... acho que tinha, corria um corregozinho” (Castro, 2024). Conhecemos a Sapolândia a partir da fala de Dom Phillip em capítulo anterior, e vimos a falta de infraestrutura relatada por ele. O relato de Lana reforça nossa análise de que essas realocações estimularam um processo ainda maior de periferização. Anos depois, ela se separou de seu primeiro marido e foi buscar acolhimento em sua família, foi morar com seus irmãos na quadra ao lado, na Arse 72. Seu irmão mais velho conseguiu um lote através de doação e com ele passaram a morar outro irmão e Lana com suas duas filhas.

O irmão mais novo de Lana queria mais espaço e privacidade e, novamente, a moradia vira um problema a ser resolvido em sua vida. Seu irmão mais novo conseguiu comprar um lote na Arse 72, próximo a seu irmão mais velho, de forma inusitada:

Aí o meu irmão mais novo, eu morava com dois irmãos, né? Aí ele, um dia, ele queria casar, aí eu acho que se sentia desconfortável e quis arrumar o cantinho dele. Aí ele comprou o lote por uma garrafa de pinga, ele deu uma garrafa de pinga para o dono lote entendeu? Ele disse que deu um litro de [Cachaça] 51 para o bêbado e trocou. Lógico! O cara nunca mais procurou ele e ficou com nós, aí ele pegou e arrumou tudo, documentou tudo, ajeitou (Castro, 2024).

Trouxemos o exemplo do irmão mais novo de Lana, que comprou um lote em troca de uma garrafa de pinga, para fazer uma análise desse mercado paralelo de compra e venda de lotes. Ao mencionar que morava com dois irmãos, Lana indica um ambiente de coletividade e de interdependência, comum em famílias que passam por vulnerabilidades habitacionais. A partir dessa dinâmica, compreendemos algumas decisões, como o casamento do irmão mais novo, que impacta na vida de todos, pois envolve a busca pela conquista de seu espaço próprio, alterando a dinâmica familiar instituída até então. O casamento representa um importante rito de passagem em

nossa sociedade, logo, cabe ao homem a obrigação social de busca de melhores condições sociais. A efetivação do rito matrimonial está expressa na aquisição do lote, como também sua posterior legalização, que passa de uma situação de informalidade precária para o reconhecimento institucional do estado.

Outro interlocutor, Jocel, relatou duas situações que contribuem para essa discussão: a primeira diz respeito a uma proposta, no mínimo inusitada, que recebeu enquanto curtia um momento de lazer com amigos.

Um cidadão, eu jogava futebol né? Jogava futebol, aí eu tava jogando pelada no campo, no campinho de areia, aí um cara parou um carro e falou comigo: “aí rapaz tu não quer jogar no meu time não? Eu tenho um time aqui amador que ele vai virar profissional, vai virar o Palmas.”. Aí eu falei: “rapaz eu tô nem querendo jogar na bola, que agora eu tô casado e eu tô com medo de machucar e depois.... porque quando eu era mais novo, não era casado podia quebrar a perna, né? Que eu já tinha machucado a perna dele e fiquei mais ou menos uns 30 dias sem trabalhar, antes de casar, né? Aí eu pensei nisso e falei “não, agora depois de casar não vou jogar bola mais não”. Porque se quebrar como vou sustentar a esposa? Aí o cara falou “não, faz o seguinte se tu jogar entrar no meu time lá eu te dou um lote”. Aí eu cheguei em casa e falei para esposa e ela disse “não, tem nada não. Joga lá”. Ele me deu um lote, esse lote, quando eu cheguei lá, um lote grande, ele me deu lá o papel também do lote, né? (Araújo, 2024).

Assim Jocel ganhou um lote para jogar futebol de forma profissional por um tempo. No desenrolar da conversa, ele disse: “acabei jogando no time dele e acabei passando esse lote para outra pessoa, acho que de graça” (Araújo, 2024). Certamente, essa doação se deu em um contexto que o mercado informal estava desaquecido, como também à época esse terreno não tinha um grande valor comercial, por sua localização ser em uma quadra que não tinha sido ainda aberta pelo Estado. Até mesmo a manutenção desse tipo de terreno tinha um custo, pois sem o mínimo de cuidado, ele poderia ser ocupado a qualquer momento. Jocel se diz arrependido, pois hoje o terreno fica próximo a um supermercado famoso da região e certamente está bem valorizado. Outra situação que Jocel conta foi de quando saiu do terreno dos pais e conseguiu comprar sua casa, na mesma rua, onde vive até hoje.

E aí, recém-casado também, seis meses de casado, e então eu não tinha nenhum móvel. Aí eu comecei a fazer móvel também para mim, na marcenaria. Combinava lá com a dona da empresa, ela falou “você pode fazer aí”. Aí eu ia final de semana fazer, aí eu fazia, eu fiz o guarda-roupa, eu fiz cama, eu fiz os móveis da casa, o que coube eu fiz. Aí logo em seguida, apareceu na mesma rua um cidadão querendo vender uma casa. Meu pai que achou essa casa, ele disse: olha nessa rua aqui tem um cara que quer vender uma casa. Aí eu fui lá falar com ele: “olha eu não tenho dinheiro não, eu tenho uns móveis aí”. Esse cara que tava vendendo a casa, ele ia casar também. Aí ele disse: “eu troco nos teus móveis”. Aí eu troquei os móveis, tava novinho ainda, tinha uns que eu não tinha conseguido nem montar porque não cabia na casa. Eu dei meu

lote que eu tinha trocado numa televisão e os móveis. Porque ele já tinha feito uma banda de casa, aí era mais caro (Araújo, 2024).

A relação de Jocel com a região é curiosa. Ao chegar, seu pai intermediou a negociação de um lote ao lado do seu para Jocel, que o trocou por uma televisão colorida que ele tinha. Depois tivemos o lote do futebol, e por fim o terreno em que vive até hoje, que também foi fruto de uma negociação em um mercado imobiliário paralelo, comprado em troca de móveis. Com sua função de marceneiro, conseguiu emprego e a conquista do lote através de seu trabalho extra, que atesta o que falamos antes acerca da importância de algumas habilidades muito demandadas durante a construção de Palmas. Todavia, os relatos desses vários interlocutores levam a um questionamento: se era tão fácil conseguir lotes, de forma tão barata, porque tantas pessoas sofreram com falta de moradia em Palmas durante o período de sua construção?

A partir de nossas análises, entendemos ser importante não considerar a exceção como regra no processo de urbanização de Palmas. Por mais que sejam casos propagados no imaginário popular, não conseguimos quantificar o real impacto deles no desenvolvimento urbano da cidade. Mas, certamente é um discurso que estimula uma criminalização dos que buscam moradia. Ao refletir sobre a perspectiva de quem vende ou troca terrenos por valores irrisórios, um litro de cachaça ou uma bicicleta, seria importante analisar as motivações presentes nessa forma de comércio. Podemos pensar que em muitos casos seria algo além de oportunismo, mas formas de sobrevivência empregadas por determinados sujeitos históricos. Não nos cabe aqui julgar, mas analisar essas questões dentro de um universo ético, que é histórico. Estamos falando de uma cidade que incentivou a marginalização de espaços com intuito de impedir ocupações para valorizar o território. Uma urbe que criou periferias planejadas e acabou por estimular ocupações, pois era inviável aos trabalhadores morarem a 25 quilômetros do centro de uma cidade que mal tinha transporte urbano.

Outro ponto que podemos levantar é que, devido à ilegalidade desses lotes, juntamente com a precária infraestrutura, era bastante difícil a permanência de pessoas morando nessas regiões. Elas acabavam por vender barato para tentar conseguir algo melhor em uma região de melhor estrutura. O discurso dominante apregoava que a terra deveria se originar da relação de compra e venda, porém muitas vezes essas relações de mercado eram informais. Por isso, observamos que alguns testemunhos fazem questão de informar que o lote foi comprado, justamente para se distinguir de quem conseguiu o terreno através de ocupação, ou de “invasão”, termo

pejorativo para quem ocupa. Portanto, a aquisição de determinados terrenos era fácil e barata no mercado informal, que lidava com lotes com documentação precária ou sem qualquer comprovação de propriedade por parte do vendedor. O custo mínimo se dá pelo risco de ser expulso pelo Estado a qualquer momento. Essa realidade não se reflete em lotes legalizados.

Essas discussões sobre o mercado imobiliário paralelo envolvem o processo de conquista e consolidação de uma moradia na Vila União. Muitas vezes, a obtenção de um terreno vinha sem a possibilidade de consolidação. Tal situação faz parte de um processo de disputa pela cidade, sobre o qual focamos nossa reflexão nesta seção. Por isso, em áreas precárias, como a quadra 305 Norte, onde ocorreu o incêndio, a população foi realocada em outro espaço ainda mais precário. A conquista de um lote através de uma ocupação não se tratou de um processo tranquilo, a repercussão de casos de vendas irrisórias, de certa forma diminuiu a luta histórica dos sujeitos por sua moradia, como se fosse um processo harmônico e generalizado.

Além de ser uma trajetória de conflitos, a permanência diante de quadro tão precarizado é muito difícil. Contudo, há um elemento de discussão que pretendemos retomar, mas nesse caso entrelaçado ao mercado imobiliário paralelo: a desconfiança sobre Palmas. Alguns entrevistados trazem em suas memórias arrependimentos do passado com relação a possibilidades de ganhos econômicos através da especulação. Já fomos apresentados ao arrependimento de Jocel, que doou um lote que havia ganho em troca de jogar futebol em um time amador que buscava profissionalização. Agora vejamos o que nos diz José Geraldo:

Não, eu não acreditei! De tanto, que eu digo que eu morei na lagoa eu perdi pra sapo. Eu deixei de tirar muitos lotes aqui que hoje tá valendo milhão de reais e eu tirava de graça. Lote lá na JK eu deixei de pegar de graça, era o Avelino que era o governo, era só chegar lá: “Dr. Avelino passa esse lote aqui para mim” e ele me dava um lote. Era construir, né? Eu deixei de pegar (Moreira, J., 2024).

Chama atenção a construção da imagem do governador Moisés Avelino como alguém que facilitaria a vida das pessoas e seria capaz de conceder recursos estaduais, como terrenos, sem entraves burocráticos; uma visão paternalista. Uma imagem reforçada de um líder político assistencialista, um traço comum em nossos depoentes, que demonstram uma relação de proximidade entre o governador e a população. A narrativa de José Geraldo apresenta Palmas como uma cidade repleta de potencial e oportunidades, porém é uma visão do presente para o passado, pois

ele mesmo afirmou antes que à época não acreditava que a cidade iria se desenvolver tanto. Interessante como um sentimento de desconfiança coletivo no passado se transforma em um arrependimento individual no presente, na lamentação de não ser “entendido de negócios”.

Não sabemos de que forma esses lotes hipotéticos seriam doados, nos interessa analisar que no período de construção da cidade esse mercado paralelo de terrenos irregulares a baixo custo flutuava de forma semelhante ao mercado oficial; a especulação era uma variável basilar. Ruy Bucar, que já trabalhava na cidade como jornalista, relata suas impressões da cidade que vivenciava:

Eu achava que a cidade ia dar errado em algum momento, né? De que essa cidade interessante, que ela tava sendo projetada, poderia também ser conhecida como um canteiro abandonado, né? Porque ela não tinha ali sustentação, não dava... para onde é que vai, né? Onde é que vai se sustentar né? (Bucar, 2022).

A desconfiança inicial em relação ao desenvolvimento do Projeto Palmas estava presente no início da cidade e reflete uma ansiedade compartilhada por muitos migrantes, pois conviviam com a ausência de infraestrutura. Esse ceticismo expresso em “eu achava que a cidade ia dar errado” consolidava-se na materialidade de “um canteiro abandonado”, expressando seu temor de que a urbe fosse inacabada, o que contrasta com a modernidade propagada. No caso de Ruy, nascido em Miracema, talvez o impacto do medo tenha sido maior, pois a capital provisória Miracema passou por uma enorme transformação, que foi bruscamente interrompida quando a sede do governo se mudou para Palmas, deixando para trás vários investimentos inacabados.

Questões como “para onde é que vai, né?” e “onde é que vai se sustentar?” remetem à insegurança acerca de se haveria um desenvolvimento da região e se a cidade poderia realmente atrair investidores para fomentar empregos, infraestrutura e outras condições para que a população pudesse realizar o sonho de prosperidade. Não nos parece que o relato de Ruy e José Geraldo sobre suas desconfianças sejam isolados, mas se conectam com experiências múltiplas de outros sujeitos que também enfrentaram esse cenário.

Identificamos a precariedade da infraestrutura de quadras ainda não loteadas, junto ao imaginário de incerteza, como fator relevante na dinâmica desse mercado paralelo, que, mesmo vendendo ou trocando lotes por valores irrisórios, não supria a necessidade de moradia. Sabemos que esse também não era o objetivo dos vendedores, muitos estavam preocupados com sua sobrevivência, e esse mercado

garantia algo que pudesse ajudar nesse sentido. Contudo, a existência desse mercado serviu e serve até hoje a discursos de criminalização da pobreza e de movimentos sociais de luta pela moradia, um reforço à ideologia de que só não conseguiu terra quem não quis, que se estende à prosperidade de modo geral.

Dedicamos esta seção a entender as vivências da Vila União por seus moradores, mas também apresentar a discussão do cotidiano em uma região oriunda de ocupações. A conquista de um terreno na Vila União não se deu em um processo tranquilo, mas envolveu tanto a materialidade do lote como as violências simbólicas de um estigma de marginalidade que cercou a ocupação do solo urbano de Palmas pelos trabalhadores. Os conflitos contra o estado e as precariedades de infraestrutura desestimulavam a permanência na e da Vila União. A luta pela sobrevivência relatada através das histórias de vida mostra uma cidade em frequente conflito.

As divergências exigiram muita persistência dos migrantes trabalhadores, já que experimentaram diversas adversidades. Focamos aqui na relação material e pretendemos na próxima seção analisar as questões simbólicas dessas vivências na Vila União. A luta pela moradia em Palmas, consequentemente a ocupação da região norte, é marcada por um silenciamento.

A construção de memórias sobre esse processo é parte integrante de disputas pelo passado, uma vez que muitos moradores permanecem há décadas na Vila União e suas narrativas estão presentes, mas não são destacadas em uma memória pública da cidade. Focalizar essas trajetórias oriundas de um espaço de ocupação nos mostra a diversidade do tecido social palmense, que é construído por sujeitos mutáveis, que têm posições políticas, sua fé, suas práticas culturais que são plurais e inscritas dentro de um contexto histórico.

5.3 A construção simbólica da Vila União: sociabilidades, resistência e discriminação

*Façamos então de Palmas uma curva cheia de retas.
Que possamos beliscar o futuro que outros lugares já se habituaram.
Palmas é um sonho possível
O Tocantins também.*

Thiago Ramos de França

A realização do sonho Palmas estava ligada de forma íntima às realizações pessoais dos migrantes, principalmente os do próprio Tocantins, que são maioria na cidade. A ideia do futuro como um objetivo a ser alcançado, pois estaria esperando-os com uma vida mais confortável, era estimulada nas propagandas para atração de migrantes. Na seção anterior, discutimos o mercado informal de terras e de como este foi importante na configuração da Vila União, portando a ocupação física do território. Nesta parte final do capítulo, a análise consiste em problematizar como as pessoas lidavam com essa configuração física da cidade, tanto de forma interna, entre moradores do bairro, quanto de forma externa, ou seja, como esses moradores eram vistos por habitantes de outras partes da cidade.

O processo da formação e, posteriormente, de consolidação da Vila União pode ser entendido como um marco histórico para a cidade de Palmas, dentro de um contexto de ampliação de participação social em confronto com um projeto segregador de cidade. Batalhas travadas no cotidiano contra uma lógica urbana capitalista, mas também contra inseguranças e incertezas de uma transformação acelerada que não se sabia qual destino iria tomar. A localização em uma zona central da cidade acabou por gerar uma valorização imobiliária da Vila União e de seus arredores. Isso levou muitos ocupantes a vender seus lotes e casas para se abrigarem em locais mais distantes da cidade.

Todavia, não enxergamos com isso um processo necessariamente de gentrificação, já que não houve um investimento massivo para que essa região ficasse inviável aos antigos moradores. Observamos outro processo, mais alinhado com a discriminação desses moradores em um processo silencioso de disputa pelo território. Consideramos que a Vila União, como um bairro conquistado dentro do Projeto Palmas, com sua configuração diferenciada e com padrões de construção mais orgânicos, incentiva outras formas de apropriação do espaço pelos habitantes. A importância simbólica da Vila União está também em servir como uma inspiração para outras ocupações da região norte, já que a demanda por moradia era imensa nos anos 1990. Como vimos no exemplo de Lana, a partir da Vila União, outras quadras foram abertas para uma região norte mais afastada.

Pretendemos propor uma reflexão sobre as experiências vividas na Vila União com um destaque às suas relações e seus processos em seu cotidiano vivo, afastando-nos de interpretações deterministas e idealizadas dos sujeitos ordinários. Não pretendemos pautar a discussão nas extremidades comuns entre miséria

profunda e utopia da comunidade solidária ideal, tampouco um meio termo que traga esses dois mundos desconexos. No cotidiano não cabe o caos total, nem a perfeição idealizada, existem as divergências e contradições próprias dos seres humanos; são essas diferenças que entrelaçamos às análises. Temos a intenção de expressar o que encontramos em nossa pesquisa, a Vila União como um espaço diferencial, que vai além do caminho do concreto armado, no qual há uma intervenção dos sujeitos históricos dentro das possibilidades que o contexto possibilitou.

Citamos o campo da possibilidade, pois os sujeitos não estavam “livres” na cidade, os migrantes trabalhadores desde o início de Palmas tiveram que conviver com um grau alto de vigilância de suas práticas. Ruy Bucar afirma:

Palmas era muito fiscalizada, era muito acompanhada e só tinha mesmo, só assim... cuidando aqui da cidade, só tinha mesmo os agentes do governo que fiscalizavam e acompanhavam, né? E olhava a cidade com esse nível, né? De preocupação. Acho que eles temia muito, né? A ideia de invasão, isso é um fato, né? A lei seca também, né? Durante o processo de construção de Palmas o governo proibiu de vender bebida alcoólica no plano diretor, né? Nesse centro, e a alegação era de que, a alegação do governo era de que temia uma rebelião dos trabalhadores. Para que? Aí assim, já fica nitidamente a ideia de que esses trabalhadores também passavam muito tempo longe da família, eles estavam muito vulneráveis [a] qualquer tipo de informação, qualquer tipo de contrariedade para evitar uma convulsão social, né? Porque era muito trabalhadores, né Ele? Tá um problema, né? Descontrole dos trabalhadores (Bucar, 2022).

A percepção de uma cidade “muito fiscalizada” e de que o aparelho estatal estava “cuidando da cidade” sugere uma preocupação em manter um ordenamento social para diminuição de riscos sobre a consolidação do planejamento de Palmas. Há um entendimento de que seria necessária uma proteção do plano urbano no sentido de evitar um crescimento descontrolado de ocupações irregulares pelos migrantes trabalhadores. A referência à “lei seca” parece uma tentativa de controle comportamental, para evitar uma “rebelião dos trabalhadores”, logo, se reconhecia essa força social potencialmente perigosa. Nisso o controle de consumo de álcool é simbólico, pois representa uma forma de disciplinar os corpos e os comportamento dos trabalhadores, possivelmente para dificultar condições de organização política. Para muitos, a ausência de relações familiares, expressas em “longe da família” e “muito vulneráveis”, deixavam-nos suscetíveis a fragilidades emocionais, que poderiam ser potencializadas pelas difíceis condições de trabalho e precariedades de infraestrutura da cidade.

A medida que Ruy cita está na Lei n.º 371, de 4 de novembro de 1992, que “Institui o código de posturas do município de palmas e dá outras providências”

(Palmas, 1992). Tal medida pretendia regular atividades cotidianas na nova cidade. A sensação que Bucar nos traz de controle, de certa forma, está presente da lei, afinal o que seria do Estado se não exercesse seu poder? Mas chama atenção os ordenamentos morais bastante presentes, como a regulação de venda de bebidas alcoólicas, por exemplo, que só podia ocorrer das 8h às 18h, em dias úteis, e das 8h às 12h, em domingos e feriados. Assim, observamos uma tentativa de regular o lazer dos trabalhadores, pois era nesse horário que as restrições eram mais duras.

Ao utilizar a expressão “descontrole dos trabalhadores”, entendemos que Ruy expressa sua interpretação de que o governo temia que os trabalhadores se tornassem uma massa incontrolável. A memória do “temor de uma rebelião” é importante para situarmos o Estado e seu papel de controlar a cidade, principalmente os trabalhadores que eram necessários para efetivação do Projeto Palmas, através do esforço físico fundamental.

Dois de nossos depoentes, que não se conhecem, trazem em suas histórias de vida semelhantes relações com a Vila União. Lana e Cleiber conheceram seus respectivos amores logo nos primeiros tempos em Palmas, mais especificamente em momentos de lazer na Vila União. Cleiber conta que:

Então era legal, todo mundo legal, e a gente gostava de tomar uma cerveja, se divertir e eu saí mais o meu gerente. E aí a gente saiu para extravasar, a gente vamos na região norte, vamos tomar uma cerveja, vamos comemorar o pagamento saiu, todo mundo solteiro, todo mundo querendo namorar, né? Aí saímos pra região norte, chegamos ali na 32, antigamente Arno 32, 305 Norte, eu ia passando na alameda com eles, nós num Uno duas portas, cinco, seis pessoas dentro do Uno, daquele jeito, você imagina. Paramos, aí a minha esposa, a Eliete, ela é atual esposa hoje, há 28 anos já, ia passando com a amiga dela. E aí eles pararam o carro para mexer com ela, e eu no banco de trás, lá atrás. No que eles pararam pra mexer com elas, eu botei a cabeça para fora e falei assim: morena eu vou casar contigo, só falei isso nunca tinha visto ela no planeta, não tinha visto (Abud, 2022).

Em complemento à narrativa de controle social de Ruy Bucar, Cleiber Abud nos apresenta uma Vila União que subverte a lógica da divisão espacial da cidade, mas também como um local de divertimento que serve “para extravasar”. A utilização dos momentos de folga para relaxar, socializar e reforçar laços afetivos de certa forma reforçam o senso de pertencimento em uma cidade em construção. A fala de Cleiber representa uma memória de uma juventude com desejo de diversão experienciando a nova urbe. Portanto, a “região norte” de Palmas é apresentada como um local importante para o interlocutor, um espaço de lazer e interações afetivas, que no seu

caso resultou no encontro com sua futura esposa. Sua memória afetiva valoriza esse encontro, pois ainda faz parte do seu presente, já que sua relação existe atualmente.

É possível que a descrição de um encontro de amor à primeira vista no passado hoje pudesse ser interpretada como uma postura de assédio entre homens adultos e adolescentes. Além das dificuldades comuns de acesso à moradia, às mulheres essa questão se tornava ainda mais complexa. A necessidade de um lar seguro para fugir de outros tipos de violência, como a sexual, é uma constante na vida das mulheres, principalmente em espaços públicos dentro do cotidiano urbano, como vimos na fala de Cleiber. Coube a essas mulheres da Vila União o peso da divisão sexual do trabalho, em que, para elas, os cuidados domésticos ou de crianças e idosos era uma oportunidade de remuneração. Porém, sabemos que as tarefas domésticas são mal remuneradas em comparação a profissões demandadas pela construção civil em geral, como os ofícios de marceneiro e pedreiro. Isso se dá por uma estrutura patriarcal, que atinge não apenas as camadas populares, mas também os setores mais abastados economicamente da sociedade, em que essas funções entrelaçadas socialmente ao gênero feminino são de menor remuneração.

Essa estrutura do espaço urbano capitalista se confunde com a especialização do trabalho e com divisões sexuais; por isso, para as mulheres, a moradia tem um significado para além de um abrigo ou uma mercadoria, e sim de um espaço que aumenta sua proteção e a de quem depende de seus cuidados. Portanto, é importante destacar a relação de gênero e moradia, pois as desigualdades de gênero estão presentes e se tornam uma variável importante para se entender a cidade e, conseqüentemente, esse cotidiano da Vila União.

Aqui relembremos a história de vida de Lana, que nessa etapa vivenciou um segundo casamento: “eu conheci o pai do meu filho, minha vida inteira foi casada (risos), aí eu conheci o pai do meu filho, né? Foi logo, eu casei e com seis meses depois do término da primeira relação, aí eu já tava casada de novo, morando junto e com esse eu vivi 12 anos” (Castro, 2024). O destaque que Lana dá para sua vida de casada nos faz refletir sobre as dificuldades enfrentadas por uma jovem que, na casa dos 20 anos, tinha duas filhas e agora estava divorciada. Em uma sociedade patriarcal, o peso do lar recai sobre as mulheres, com também as responsabilidades sobre a prole. Portanto, estar em companhia de uma figura masculina, em um casamento, pode ser uma forma de buscar várias seguranças e tentar diminuir a incidência de violências que sofrem as mulheres.

Em seu segundo casamento, Lana teve seu terceiro filho, “o único planejado”, segundo ela. Seu segundo marido veio para Palmas do Piauí para trabalhar na construção civil, graças a um convite do padrasto dele, que era mestre de obras. O rapaz trabalhou como pedreiro na construção do Palmas *shopping* e morava com a família na Vila União, em uma casa alugada.

Ao decidirem por casar, a moradia novamente se torna uma questão na vida de Lana, pois as dificuldades econômicas persistiam. Em um primeiro momento, os recém-casados foram morar em “uma kitnet na 31, perto da praça da 31, 303 Norte. E aí depois ele pegou os direitos dele, que saiu do trabalho e comprou um lote na 407 Norte, ele comprou também assim de alguém que tinha ganhado. Ele comprou a concessão de direitos, não tava ainda documentado que foi em 1997” (Castro, 2024). Junto com o lote, a compra envolveu um barraco de madeira, que foi reformado através das próprias habilidades de pedreiro do então marido. Através de um programa do governo, Lana explica que ganhou uma casinha, feita pelo Estado nesse lote. “Por questões financeiras”, continuaram a morar no barraco e passaram a alugar a casinha feita para gerar uma renda extra. Interessante perceber como Lana e seu marido subverteram a política pública com um objetivo de aumento de renda. Tal análise não tem a intenção de censura, mas busca compreender que tal ação fazia parte do restrito campo de possibilidades que os migrantes trabalhadores tinham em sua luta pela sobrevivência.

O casal ainda fez um processo migratório para Goiânia, no intuito de arrumar empregos melhores, porém passaram pouco tempo nessa cidade. O marido de Lana não havia se adaptado e ela sentia falta das filhas do primeiro casamento, que haviam ficado com o pai. Ele, porém, não ficou com a guarda delas por muito tempo, tendo deixado as filhas sob os cuidados da mãe de Lana, avó das crianças, que vivia em Palmas. Diante dessa situação, o casal optou por voltar à capital tocantinense. A segunda união matrimonial de Lana durou 5 anos, o processo de separação foi difícil, pois o agora ex-marido não aceitava o divórcio. Nesse ponto, Lana passa a nos contar como foi esse momento difícil em sua vida:

E aí depois separamos e eu continuei na casa, né? Eu continuei, continuei na casa e meu marido, meu ex-marido, ele não aceitava o término. Fui eu que quis por “n” motivos, né? Aí fui eu que quis, mais uma vez é a mulher que tem que tomar a decisão, porque homem não separa, homem apronta para mulher separar, o homem não larga. Aí eu tava cansada, cansada de muita coisa, e ele não me deixava trabalhar, eu me sentia presa. Ele não me deixou trabalhar, ele era possessivo, ciumento. A princípio eu achava que era cuidado, que era pra eu não trabalhar, era muito nova, né? Mas aí a vida vai

ensinando que não era aquilo, que era relacionamento tóxico. Aí eu quis sair, que ele tinha esse ciúme todo porque ele que aprontava. E aí eu decidi largar. Aí quando eu larguei, aí a pessoa sofre. Quando eu larguei, eu fui para casa da minha mãe mais uma vez, eu passei uns dias na casa da minha mãe, porque ele não queria sair de dentro da nossa casa. Eu falei que não dava mais, aí com uma semana que eu tava lá, ele foi lá me buscou e me colocou dentro de casa e falou que ele ia sair, que ele tava errado (Castro, 2024).

Hoje, ao narrar suas lembranças, Lana avalia aquele como um “relacionamento tóxico”. Entendemos que o contexto de uma cidade ainda mais masculinizada violentava os corpos femininos de formas diversas. Não temos intenção de comparar o passado com o presente, mas, sim, destacar que mulheres pobres, que viviam na Vila União ou em outras periferias da cidade de Palmas, acabavam por ter uma rede de proteção e de apoio mais restrita. Nesse caso, a condição social é uma variável importante quando pensamos que há um sentimento de posse do corpo feminino, ainda mais um corpo que está vulnerável, seja andando nas ruas ou em relacionamentos não saudáveis. De acordo com Joice Berth (2023, p. 160):

É extremamente perigoso viver em um espaço que não nos tolera ou não nos aceita e sem a percepção de que isso acontece, pois ficamos sujeitas a entender as violências e os abusos como se fossem motivados por nós e não imposto pela condição social que nos caracteriza. Costumo dizer que a ignorância e a alienação são menos dolorosas, porém, muito mais perigosas. Pessoas sem consciência do seu lugar social, e de tudo que isso implica, se tornam uma espécie de arma apontada para si mesmas e, com frequência, são alvos fáceis para cooptações de todos os tipos.

A citação de Berth nos ajuda a abordar, através de uma perspectiva crítica de cidade, as relações de gênero em contextos de exclusão e intolerância. Assim, entendemos os perigos enfrentados por mulheres na cidade e a necessidade de discutir as estruturas sociais que reforçam essa marginalização de gênero.

Muitas mulheres, além de ter que lidar com as dificuldades apresentadas a todos na cidade, como falta de moradia, infraestrutura precária, ainda têm outros adversários, como empregos de baixa remuneração, como fatores externos, e, internamente, companheiros abusivos. Através das memórias de Lana, percebemos em sua fala o orgulho de ter tomado a decisão e ter saído dessa situação que a desfavorecia. Jocel conta outros elementos pelos quais muitas mulheres sofriam no início da cidade, momentos que acompanhou de perto desde quando começou a realizar trabalhos sociais. Ao falar sobre como surgiu a Associação Ação Social Jesus de Nazaré, relata que:

O objetivo era segurar as crianças para as mães trabalhar, porque chegou muita mãe solteira também. Chegou solteira, mas conseguiram os meninos aqui em Palmas também, né? Porque vieram solteira e aí vieram de cidade

pequena, do interior aí chegou aqui em Palmas, gente do sul, de Minas Gerais, de São Paulo, né? Aí você sabe, infelizmente essa mistura de cultura aí dá em muita coisa, né? Aí apareceu muita, muitas mães solteiras, sozinhas também, aí não podia trabalhar e aí os pais ajudava e aquela coisa. Naquela época não tinha nem como correr atrás dos direitos, porque tava montando ainda os fórum, defensoria, né? A gente não tinha esse cuidado de ir atrás do direito da gente, né? A gente queria naquela época, era moradia e trabalho (Araújo, 2024).

Sobre a Associação, trataremos melhor ao longo desta seção, agora vamos nos deter na fala de Jocel. Primeiramente, é uma visão masculina de um problema social, que é o abandono parental, cujas consequências são sofridas, em geral, pelas mulheres. O Estado, que se esforçava em utilizar sua estrutura para regular a propriedade urbana, inclusive mobilizando seu aparato repressivo para esse fim, e que promoveu uma segregação socioespacial e inúmeras desigualdades, não teve o mesmo empenho na proteção e garantia de direitos fundamentais. Portanto, a própria estrutura da cidade, ou a falta dela, influenciava o cotidiano de forma direta, na vida dessas mulheres.

Sobre a trajetória de Jocel, já sabemos que ele veio a Palmas para trabalhar como carpinteiro, profissão que aprendeu com seu pai, que veio à cidade antes de trazer a família, para avaliar as condições da nascente urbe. Sua história, apesar de reforçar a ideia da Palmas que ofertou grandes oportunidades e, conseqüentemente, permitiu a ascensão social, “não foi fácil, foi de muita ralação, muita luta”. Ao ser perguntado sobre histórias de ascensão social através do trabalho ele responde:

Eu conheço muitas pessoas aqui que era marceneiro, que era carpinteiro, que se falar para você que é marceneiro, que é pedreiro, a pessoa não acredita, porque ele tem sua caminhonete, ele tem sua chácara. Eu não sei de que forma que conseguiu, mas conseguiu. Hoje são aposentados, por exemplo, meu pai, meu pai hoje mora, tem uma condição confortável. Apesar que ele perdeu muita coisa, que ele não tinha estudo também não sabia como que ia acontecer, que aconteceu em Palmas. Trocou dois lote na JK em um lote aqui, que hoje é impensável. Hoje ele mora na casa em Taquaruçu confortável (Araújo, 2024).

Para os que vivenciaram essa experiência migratória, geralmente sem capital econômico algum, o plano era vender sua mão de obra para fazer dela um meio de ascensão social, uma estratégia de sobrevivência. E assim se deu para muitos que vieram para a capital do Tocantins nos anos 1990, em uma economia que se baseou na construção civil e no comércio imobiliário formal e informal.

A construção narrativa de Jocel, que se refere à categoria trabalho como árduo, pesado ao longo da vivência na cidade, constitui-se em um importante valor moral. É comum nossos interlocutores ressaltarem a importância da família, do trabalho e da

religião como fundamentais em suas histórias de sucesso. No caso de Jocel, temos outro elemento no espectro das oportunidades, visto que ele descreve como um marco em sua vida a oportunidade que a cidade lhe deu de estudar. Sobre esse tema ele conta:

E aí com o meu trabalho na comunidade eu conheci uma freira, aí essa freira perguntou qual era o meu maior sonho. Aí eu falava, eu falei que o meu maior sonho era ser jogador de futebol. Mas como eu já sei que não vou ser jogador de futebol, pelo menos eu quero ser um professor de educação física. Aí ela disse: pois faça o vestibular. Aí eu fiz o vestibular, ela me ajudou, porque o dinheiro que eu ganhava não dava para sustentar a família e pagar a faculdade também. Naquela época, naquela época era R\$ 800, naquela época R\$ 800... hoje é muito dinheiro ainda para você pagar, imagina naquela época. E ela falou para mim: faz lá que eu vou lhe ajudar. Aí eu pensei que ela ia ajudar dando metade, mas aí quando eu falei para ela que tinha passado ela perguntou se era isso que eu queria, eu respondi que sim. Que queria ajudar a comunidade com meu trabalho, mas eu quero me especializar. Era uma freira da Inglaterra, ela falou faz o curso lá. Ela falou que eu podia me matricular que ela iria pagar (Araújo, 2024).

A partir de suas relações sociais decorrentes do trabalho com a comunidade da Vila União, Jocel realizou seu sonho. Aqui se faz necessário uma retomada de sua trajetória, nosso interlocutor trocou a carreira de carpintaria para se tornar conselheiro tutelar em Palmas. Portanto, o trabalho como conselheiro foi uma forma que Jocel encontrou de trabalhar com causas sociais e conseguir o sustento de sua família. Foi em Palmas que sua esposa, que migrou junto com ele de Imperatriz, também estudou e se formou em Pedagogia, sendo hoje professora aposentada.

Várias são as pessoas que relatam a importância da migração para uma capital ter proporcionado uma qualificação educacional, já que a experiência de muitos era da escola rural. Jocel, um homem negro, morador da Vila União e que não tinha parentes importantes, fez sua primeira graduação em Educação Física na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Como ele mesmo citou, a mensalidade custava R\$ 800,00 por mês no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Era um valor muito alto e, se não fosse pelo o apoio da religiosa, jamais teria possibilidade de bancar seus estudos. Jocel era lembrado com frequência de que seu lugar não era naquela universidade, naquele curso. Como estratégia escondeu até onde conseguiu seu local de moradia. Lembra que:

Aí eles vieram fazer um, teve um trabalho de extensão que eles queria fazer no bairro periférico. Aí eu falei que tinha a quadra que eu moro lá, e acabei entregando que eu morava na Vila União, sem querer, acabei entregando à faculdade. Que os cara, as pessoas eram, quem era que estudava lá era filho de deputado, prefeito, vereador, prefeito de outra cidade, pessoas que vieram de Goiânia, pessoas que vieram de todo lugar, era filho de empresário dono

da BRK,⁴⁹ dono da Energisa, era só pessoas da alta classe. Aí quase que eu saía, ainda desisti, aí na semana, aí eu falei: não, eu vou encarar! Aí eu encarei, mas foi difícil. A questão da discriminação primeiro, porque é da periferia da cidade, segundo porque vieram muita gente do Maranhão, o pessoal tinha preconceito muito grande com Maranhão, por ser muita gente pobre também na época (Araújo, 2024).

Mesmo sendo um homem negro, esse ponto não é levantado por Jocel, mas ele tinha ciência de que ser um cidadão periférico, migrado do Maranhão, era uma adversidade que enfrentaria naquele ambiente elitizado da cidade, que era a universidade privada confessional em que estudava. Importante levantar a reflexão de que, para servir como objeto de uma ação universitária, a periferia era interessante, mas ter uma pessoa desse lugar como um igual dividindo a sala, os professores e o mesmo ambiente universitário, causava estranheza e desconforto na elite palmense.

Com interesse em saber mais detalhes sobre como essa percepção de que a universidade não seria seu lugar foi lida por Jocel, pedimos para ele falar mais acerca do assunto. Ele então contou que morar na Vila União trazia marcadores sociais bem perceptíveis na dinâmica da cidade:

Por essas questões aí, de morar na Vila União, difícil! O pessoal olhava pra gente, via a gente com roupa suja, não porque tava suja, porque ou você vinha ou de bicicleta ou de ônibus. Os ônibus você sentava na cadeira, tinha que levar um pano pra poder limpar. Aí o cara já sabia que você era da Vila União, porque os asfaltos vieram primeiro no centro, a região do centro era tranquilo, mas quando você ia para região norte, você enfrentava os ônibus tudo sujo, entrava limpo e saia sujo (Araújo, 2024).

A poeira, tão relatada nesta tese, serviu como um identificador social muito forte, como relata Jocel, pois não havia como fugir da poeira sem transporte particular. Desde o momento da espera do coletivo até o ponto de destino, quem usufruía do transporte público estava a mercê de ser marcado pela poeira, que logo foi identificada como um aspecto de pobreza. Sem poder fugir dessas características, Jocel relata que era discriminado pelos colegas de curso na universidade: “agora imagina quantas pessoas não desistiram? E não foi fácil para eu, para eu enfrentar não, foi difícil. Quando eu saía de casa com caderno, aí eu lembrava, aí dava a vontade de voltar” (Araújo, 2024). A fala de Jocel nos aproxima da perversidade da discriminação social, pois age como uma força gravitacional atraindo todos que tentam se afastar da pobreza e da discriminação social. Quanto mais essas pessoas lutavam por ascensão

⁴⁹ A BRK Ambiental é uma das maiores empresas privadas de saneamento básico do Brasil, responsável por fornecer serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto em várias cidades do país. Porém, a BRK só iniciou sua atuação no Tocantins em 2017, portanto entendemos que Jocel utilizou um equivalente para expressar a posição social das pessoas a que ele está se referindo.

social, seja de que forma fosse, observamos que as dinâmicas na cidade as puxavam, impelindo-as a desistir ou a aumentar seus esforços. Os moradores da Vila União eram vistos como elementos perigosos, que teriam “invadido” e, conseqüentemente, “roubado” a propriedade privada da terra.

Percebemos que a violência está presente de diversas formas na cidade de Palmas, ao longo de sua história, principalmente na intenção de manter ou impedir que pessoas periféricas tenham oportunidades de assim o deixarem de ser. Porém, existem algumas estratégias que foram utilizadas pelos moradores da Vila União e que compõem o quadro de disputas pela cidade. Além do caso de Jocel e suas experiências individuais como estudante pobre em uma universidade de elite, temos atividades coletivas de estímulo a sociabilidades, como ser membro de uma igreja, jogar futebol com amigos e curtir e cultivar espaços de lazer.

A convivência com a violência, de certa forma, não é nenhuma novidade em grandes cidades brasileiras. Porém, propomos uma reflexão em uma urbe que começou de forma planejada e com periferias também planejadas. Portanto, a Vila União nasce com o estigma da violência e entendemos que esse processo se dá devido a sua história. O estigma de ser uma periferia divergente, pois sua localização geográfica é central na capital, está relacionado não somente com a renda, mas também com a posse da terra de seus moradores. A segregação que se inicia pela forma espacial, espalha-se de forma a adentrar a identidade dos moradores, havendo uma imbricação entre a (re)produção do espaço urbano e a segregação social.

As dinâmicas de violência na cidade são diversas e repercutem na vida social dos sujeitos de formas particulares, por meio das experiências sociais. Nossos interlocutores expressam as manifestações de violência em suas falas. Ao ser perguntada sobre se sofria preconceito por morar na Vila União, Vanessa lembra que

Falavam que era o Vilão, né? Tanto é que as vezes a gente nem gostava, ah Vila União não é lá onde eu moro, eu moro é no, acho que era Setor Sol Nascente se eu não me engano, eu não moro lá, eu moro no setor tal, eu não sou da Vila União. Porque a Vila União era meio famosa de perigo, né? De perigosa, então, porque ela tinha muitos bares e muitas festas, que acabava dando coisas ruim. Mas a gente sofria na escola, né? Às vezes eles falava muito, né? Da Vila União, porque o povo ele já tem essa cultura de favorecimento da região sul, né? Então, a região norte ela nunca é favorecida, né? Mas eu sou apaixonada por essa região aqui (Moreira, V., 2024).

O depoimento de Vanessa oferece sua perspectiva sobre o estigma social da marginalização que sofreu enquanto moradora, uma visão afetiva de sua história. A imagem pública do bairro contrasta com sua relação de amor com a região, mesmo

que sejam destacadas as tensões sociais, principalmente na oposição entre norte e sul. A exposição da presença de “muitos bares e festas” coaduna com o relato anterior de Cleiber Abud, que, mesmo antes de morar no bairro, reconheceu-o como um local para extravasar. Logo, esse espaço pode ser visto como formas acessíveis de interação social e diversão que fazem parte da construção da comunidade.

Interessante como essa construção da violência se fundamenta em rumores que são propagados como reforço do estigma, a ponto de Vanessa sofrer com tais consequências na escola. As falas propagam ecos de violência com efeitos simbólicos e cotidianos que contribuem para a estruturação das relações sociais entre os sujeitos e interferem na interação na cidade, como também no compartilhamento de experiências de aproximação e distanciamento. O medo é uma emoção que, socialmente falando, pode alimentar distinções sociais, ou seja, taxada como violenta, a Vila União se tornava um local do qual se afastar, um espaço indesejado em Palmas.

Entendemos que a distinção social é estimulada também pelo medo. As vítimas desse preconceito expressam essa relação como os ecos de violência na Vila União, que criam efeitos simbólicos importantes para seus moradores. Esses sujeitos presenciaram e repercutiram histórias que se repetem, cultivando circuitos relacionais entre suas vivências e as ideias compartilhadas de cidade, sendo a Vila União marcada por uma representação de pobreza e violência. As consequências são vividas pelos moradores nesse processo e muitas dessas violências são orientadas ou estimuladas pela ineficiência do estado.

Ao compartilhar sua experiência enquanto morador da Vila União, Jocel nos conta que “era muita, muita discriminação, por ser [um bairro] violento. Porque o fato de ser violento é porque concentrava muita gente, então vai ter violência, se não tem equipamento público num lugar desses, vai ter violência de alguma forma vai ter” (Araújo, 2024). Portanto, como alguém que trabalha com a comunidade em ações sociais, Jocel acredita que a violência no bairro existia por falta de assistência do Estado, que deixava ali as pessoas sem os equipamentos públicos necessários. Então, para Jocel, não há uma negação da violência e sim uma explicação social. Porém, ele relata seu incômodo com as generalizações próprias de discursos preconceituosos: “foi difícil, foi difícil e ainda sofro preconceito por morar aqui na região, eu gosto muito daqui, tanto é que fixei residência aqui e não tenho nem vontade de sair da região” (Araújo, 2024).

São histórias pessoais cuja vivência enquanto vítima desse preconceito está no imaginário dos moradores da Vila União, preocupações que fazem parte do cotidiano e funcionam como mecanismos de defesa, com intuito de evitar experiências traumáticas. Jocel relata uma situação que viveu e que, apesar de ter ocorrido há décadas, ainda é algo vivo em sua mente:

Eu lembro que eu entrei, como eu te falei, eu gostava de ver a revista de esportes no jornal, aí entrei na banca de revista. E aí nesse dia, como não tinha dinheiro para comprar naquela época e aí eu folheava e colocava no lugar, eu queria ver o resultado dos jogos, não passava na televisão. Então eu folhee a revista lá e botei no mesmo lugar, só queria ver o resultado do jogo, que aconteceu final de semana. E aí quando eu ia saindo o cara pegou na minha camisa aqui (aponta para a parte de trás da gola da sua camisa) e me puxou assim, ó, ele falou assim para mim: “devolve aí, pensa que eu não sei que tu é da Vila União. Devolve a revista aí”. Foi um constrangimento muito grande, eu voltei pra casa e nunca mais passei lá na banca de revista. Hoje eu passo lá e tá o mesmo dono, toda vez que eu passo lá eu lembro. Não sai da cabeça (Araújo, 2024).

O estigma, bem definido em “eu sei que tu é da Vila União”, é uma face perversa da segregação social em Palmas. As marcas que os sujeitos carregam por terem sido alvos, de sentirem que alguns espaços da cidade não eram feitos para eles, duram pela vida toda; como disse Jocel: “não sai da cabeça”. Nunca saberemos como a identificação de ser morador da Vila União foi executada pelo dono da banca de revistas, pode ter sido pela poeira ou qualquer outro marcador social. Contudo, ao depreciar sua condição de morador periférico, há uma relação de superioridade através do reforço de estereótipos qualificantes. A marca territorial, advinda de morar em um bairro segregado, é um traço vivo de sua história, como se fazer parte de um organismo vivo e, no caso da Vila União, seria uma inferioridade, uma relação íntima com a violência.

Essa relação entre moradores da Vila União com o restante da cidade se pauta na crença de que um grupo é inferior socialmente com base em seu local de moradia, pois com o endereço viria um conjunto de características degradantes e um comportamento considerado desviante. Ser do “Vilão”, como disse Vanessa, não significa apenas ocupar um lugar na cidade, mas também uma definição de convenções sociais inadequadas. Trata-se, portanto, de uma demarcação de fronteiras físicas e simbólicas no interior do território urbano, uma objetificação de um grupo social que implica torná-los alvos de discriminações com objetivo de restringir e isolar.

Deixados a sua própria sorte, os moradores da Vila União acabaram por criar estruturas próprias de regulação social, práticas que podem alimentar o estigma que

carregavam na cidade e, de certa forma, distanciá-los ainda mais do restante da urbe. O que observamos é que essas exposições de violências são elaborações morais da estrutura urbana que passam pelo objetivo de demarcação social, fronteiras que são criadas de forma simbólica, mas que interferem diretamente na vida cotidiana das pessoas. A reprodução da imagem de bandidos repercute nas vivências de quem experimenta a cidade, seja em uma simples ida à banca de revistas. O caso de Jocel é interessante, pois a violência que ele relatou não foi vivida na Vila União, considerada por muitos perigosa, mas, sim, fora dela, justamente por ser um morador do bairro. Já Lana relata desconfianças ao realizar sua atividade laboral

O povo que eu trabalhei dessa época ainda hoje eu tô. Aí é bom, que é uma prova que lá não tem só bandido, né? Eu trabalho com esse pessoal até hoje, mas a maioria falou isso: “você mora na Vila União, muito perigoso lá”. Eu senti, sim, um certo preconceito nessa parte, mas aí sempre eu falei: “não, não é assim, tem muito trabalhador lá. Tem bandido e bandido tem em todo lugar, né?” Em qualquer lugar, mas assim não é tão perigoso igual fala, mas antigamente realmente eu acho que lá era mais perigoso. Hoje não, hoje é mais tranquilo (Castro, 2024).

Na fala de Lana, percebemos a tentativa de seguir de forma ilesa o rumo de sua vida, encontrando meios próprios de proteção cotidiana, defendendo uma aproximação com o resto da cidade com a frase “bandido tem em todo lugar”. Uma recusa ao estigma que ela defende não lhe caber, não só a ela, mas como muitos dos seus.

Eu acho assim, uma injustiça com algumas pessoas. Lá eu via muita gente, é tipo a maioria trabalhador demais. Eu só via de manhã e de noite quando eu saía e chegava do trabalho, meus vizinhos até hoje eu só vejo de manhã e de noite, porque é quando eu saio e quando eu chego. E não é assim também não, a questão de mala, tal, essas coisas, bandido, a maioria das vezes é por falta de oportunidade mesmo (Castro, 2024).

A Vila União era tratada como uma doença que precisa ser curada no organismo da cidade, como não havia essa possibilidade, o tratamento era criar e estimular mecanismos de controle social e, principalmente, de contenção socioespacial. Esse processo histórico de diferenciação é fundamentado em um conjunto de representações que servem para reforçar estereótipos.

Essas experiências discriminatórias sofridas por quem está à margem da cidade são motivadas por diferenciações do espaço sociourbano, no que tange às relações pessoais. Da mesma forma que estudantes de uma universidade de elite podem ir à Vila União para executar um projeto de extensão, os moradores do bairro podem sair de lá desde que seja para servir, para trabalhar prestando serviços ao “centro da cidade”. Esses processos restritivos, como vimos, produzem constrangimentos na

intenção de reafirmar tais estigmas projetados sobre a população do bairro, representando-os como sujos e bandidos, para ampliar a rede de rejeição aos indesejáveis da Vila União. É um processo que envolve afirmações simbólicas de um grupo que pretende subjugar outro em prol da manutenção de privilégios.

Aqui, entendemos ser prudente retomar o diálogo com Norbert Elias (2000), em sua obra *Os estabelecidos e os outsiders*. Com base nela, refletimos sobre como a crença de superioridade se instala entre a população que habita o sul da cidade, diante da que ocupou o norte de Palmas. Embora no caso estudado por Elias não haja diferenças marcantes, além da temporalidade, aqui nos identificamos com uma diferenciação social. Habitar a região sul significa a manutenção de um *status* diferenciador dos pretensos “bandidos” da Vila União. Nesse caso, o estigma social se dá em âmbito grupal, entre um que desonra o outro estabelecendo uma positividade sobre uma negatividade de outro grupo. Observamos que o elemento central de sustentação é o local de moradia, que se ramifica para outras desigualdades, como econômica, social, racial e de origem geográfica, por exemplo.

Discutimos em capítulo anterior a relação que a Igreja Católica estabeleceu, através das CEBs, com as ocupações da região norte da cidade. Gostaríamos de analisar outras formas por meio das quais a Igreja participava da vida cotidiana dos moradores da Vila União. Para Vanessa, ser da Igreja é algo que constituiu sua forma de ser:

É porque a gente também faz parte da... Nós fazemos parte da fundação. Então assim, nós era de baixo de quatro forquilhas com palha e a gente tinha, a gente foi construindo a igreja em si, tem esse lado de união, então como cada setor tem suas congregações, a gente visitava muito outras congregações, eles visitavam a gente também nas congregações, e isso vai criando um vínculo familiar também, né? Na igreja a gente tem muito esse vínculo familiar (Moreira, V., 2024).

Vanessa faz parte da Igreja Assembleia de Deus. Segundo ela, a primeira da Vila União, a qual ajudou diretamente em sua construção e está vinculada até hoje. Para Vanessa, uma jovem moradora da Vila União dos anos 1990, a Igreja se tornou um espaço de sociabilidades, onde criou e cultivou “vínculos familiares” mantidos até a atualidade. Podemos inferir que, ser membro de uma comunidade que poderia ultrapassar as barreiras simbólicas da cidade fosse uma forma acolhedora de convivência, tanto que havia o “intercâmbio” de fiéis entre congregações, para manter esses grupos em comunhão. Podemos entender as instituições religiosas como locais

de passagem entre mundos diversos, um espaço que favorecia encontros fortalecendo uma rede.

As poucas oportunidades de lazer e espaços de sociabilidades nas periferias acabam por tornar a Igreja um espaço especialmente atrativo, principalmente para jovens, como no caso de Vanessa. A estrutura organizacional das igrejas evangélicas se difere da Igreja Católica, os dispositivos tendem a estimular a difusão da religião partindo de lideranças descentralizadas e mais flexíveis devido o seu modelo polinuclear. Dentro das práticas culturais, o culto não tem apenas o fim espiritual, mas também proporciona momentos de diversão. Vanessa lembra que:

Na 31 [Arse 31 ou 303 Norte] mesmo não tinha praça, a gente tinha só as reuniões da igreja que, às vezes, a gente ia para igreja e saía da igreja e ficava geralmente, a gente ia até na padaria, porque meu pai na época ainda tinha a padaria, e aí o pessoal saía da igreja ia lá para padaria, lanchar e lá a gente fazia brincadeira, de lá a gente cantava, a gente orava e ficava brincando por lá mesmo até mais tarde da noite, não era perigoso. Tranquilo não ficava até tarde da noite não tinha nenhum problema (Moreira, V., 2024).

Pela fala de Vanessa, percebemos que a prática espiritual não exclui outras, até mesmo porque muitas igrejas estimulam o desenvolvimento artístico, como teatro, música e dança. Os moradores da Vila União enfrentaram muitos desafios pela quase inexistência de equipamentos públicos próximos e de qualidade. Portanto, participar de uma comunidade religiosa era uma oportunidade para os jovens poderem encontrar uma sensação de pertencimento à cidade.

Nesse sentido, temos na Vila União a Associação Ação Social Jesus de Nazaré (AASJN) fundada em dezembro de 1998 por Dom Philip e presidida por Jocel Santiago, ambos com suas histórias presentes na construção deste trabalho. A AASJN se define como uma entidade que “tem como compromisso estar ao lado dos menos favorecidos, com o intuito de resgatar a dignidade humana, promovendo a justiça, por uma cultura de paz no que diz respeito a uma atuação concreta no cultivo dos valores éticos, visualizando a prática do respeito e da solidariedade possíveis pelo conjunto da sociedade”.⁵⁰ Jocel fala sobre esse trabalho comunitário da região norte com muito carinho:

A Associação, eu cuido dela, né? Fundada por Dom Philip, é uma associação grande que tem aqui em Palmas, em Jalapão, tem em Miracema também. E eu fui professor dessa associação, de música. No começo era voluntário, e aí quando eu saí do conselho ele me chamou, né? Para trabalhar com ele que já era voluntário, então ele me chamou. Já que tu vai ficar sem emprego, tu

⁵⁰ Disponível em: <https://acaosocialjesusdenazare.org.br/quem-somos/#historia/>. Acesso em: 2 maio 2024.

vai trabalhar comigo. E aí eu tô indo até hoje aí. Aí me formei em educação física, e aí dava aula pra escola que nós temos, também nós temos duas escolas de Ensino Fundamental. E aí vai, vai passando, vai passando hoje eu coordeno todo esse trabalho para ele, né? (Araújo, 2024).

Jocel trocou a marcenaria para ser conselheiro tutelar, após encerrar dois mandatos, foi convidado por Dom Philip para trabalhar na AASJN. Mesmo havendo perda financeira na mudança, Jocel entendeu que, ao largar a marcenaria, teria tempo para realizar seu sonho de estudar e, com trabalhos sociais, levaria sustento para casa com uma atividade com a qual se identificava. Vemos que a associação pretende ocupar um espaço vazio deixado pelo poder público, a falta de equipamentos públicos de educação e lazer é um problema que a população da Vila União teve que enfrentar. A inexistência de tais estruturas certamente eleva a pressão e os conflitos na cidade, pois nas áreas centrais, até hoje, é perceptível a oferta e o cuidado de praças, quadras esportivas, postos de saúde e escolas.

A análise do cotidiano da Vila União, essa região centro-periférica de Palmas, fornece repertórios que traduzem percepções dos moradores sobre sua história relacionada a do bairro. Nosso intuito, através das falas dos agentes colaboradores, é ressaltar as diversas formas de resistir no agir perante as disputas ocorridas na construção da capital do Tocantins. As pluralidades das práticas culturais constituem a diversidade dos grupos sociais e contribuem com formações diferenciadas na cidade. As trajetórias dos sujeitos realizam-se nessa pluralidade através das relações estabelecidas com família, amigos, trabalho, igrejas e associações diversas.

Todavia, tais expectativas na diversidade eram um olhar interno. A visão externa sobre o bairro era de reforço ao estigma da violência, discurso amplificado inclusive por agentes públicos relevantes, como o primeiro prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, filho do primeiro governador do estado, Siqueira Campos. Em outubro de 1994, o *Jornal do Brasil* fez uma matéria intitulada de “Palmas tem politicagem, invasões e telefone celular”, na qual Eduardo

Reclama que o Plano Diretor da nova capital está sendo comprometido pelas invasões promovidas pelo governo estadual. Segundo ele, 5 mil famílias vindas do Pará, Maranhão e Piauí chegaram a Palmas 15 dias antes do primeiro turno das eleições e, com ajuda do governador Moisés Avelino, tomaram posse dos terrenos reservados para três quadras residenciais da capital. “Não cumpriram sequer a lei que obriga o estado a consultar a administração municipal antes de fazer assentamentos” (Palmas..., 1994).

O título da matéria é curioso, pois mostra uma interpretação muito plausível de Palmas, uma cidade que convivia com a contradição representada por políticas

arcaicas, mas com a modernidade tecnológica da telefonia móvel. O então prefeito, ao demonstrar seu desgosto pelo assentamento de 5 mil pessoas realizado pelo governo estadual, evidencia que o incômodo foi gerado pelos tipos de pessoas que ocuparam as “três quadras residenciais”. Se eram quadras destinadas à habitação, o que importa quem lá residiria? A resposta chega no final do texto, quando Eduardo Siqueira Campos continua sua fala: “‘essa leva de migrantes’, analisa o prefeito, ‘só fez piorar uma situação cada vez mais perigosa. Antes esse pessoal ia pra o Rio e São Paulo’, lembra o então prefeito, ‘agora estão vindo para Palmas’, concluiu” (Palmas..., 1994).

O tipo que não era bem-vindo era o migrante pobre. Aquele que vinha dos estados vizinhos justamente para trabalhar na construção e desenvolvimento da cidade. Essa população indesejada, em sua maioria, ocupou a região norte da capital tocantinense e fundou a Vila União. No caso do espaço da moradia em áreas centrais da cidade, observamos que o ponto de tensão reside na apropriação do mesmo território por grupos sociais diversos. A união entre o componente simbólico da discriminação social se estabelece nas diferentes origens dos migrantes, mais especificamente nordestinos. Com isso, a cidade se vê obrigada a abrigar em seu espaço urbano diferentes origens, práticas culturais e modos de vida, mesmo que a contragosto.

A associação que o prefeito estabelece entre os migrantes trabalhadores e a ilegalidade alimenta discursos sobre a criminalização da pobreza em regiões periféricas da cidade, como a Vila União. A ligação entre periferia e violência faz parte de uma ordem discursiva interessada em tornar a periferia e seus habitantes responsáveis pela desordem urbana em Palmas, em particular a questão do planejamento urbano da cidade. Neste capítulo observamos tentativas bem-sucedidas de rebaixamento da Vila União a seus problemas estruturais e o desenvolvimento do estigma da violência aos indesejáveis da cidade. Problemas estes que em sua maioria eram causados pela ausência do Estado. Ao longo de sua história, a Vila União foi concebida como um espaço de criminalidade a ser evitado. Visão esta que era estendida a seus moradores e fundamentada em pressupostos equivocados, centrados em referências totalizantes focadas em uma generalização de seus problemas.

Neste momento do texto, entendemos ser importante a retomada de alguns pontos que discutimos sobre a formação da Vila União e as formas de resistência dos

migrantes trabalhadores. O foco na trajetória dos migrantes se deu especialmente no contexto de luta pela moradia e na ocupação do bairro em um contexto de cidade que criminalizava ocupações urbanas. Além de um bairro oriundo de ocupações, também analisamos as redes de sociabilidade pelas quais esse território era visto como espaço de festas, bares, enfim, para extravasar.

Contudo, o estigma de “região perigosa” representa uma construção de preconceitos em um local insurgente que fratura o planejamento da cidade; criminalizar as regiões de ocupações opera um sentido simbólico na intenção de inibir novas. Assim, cria-se uma tensão social entre zonas diferentes da cidade como o sul e o norte, mas também entendemos que a cidade não foi construída apenas como o Estado, mas, sim, a própria Vila União serve de exemplo para mostrar a força popular dentro desse planejamento segregador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apresentação desta tese, levantamos que nossa problemática partiu de uma experiência migrante do autor motivado por uma curiosidade científica. A partir disso, partimos para a leitura de trabalhos sobre Palmas, para os quais a cidade era entendida como consequências do Projeto Palmas. Entretanto, poucos deles focavam nas relações estabelecidas entre as pessoas e a cidade. Poucos partiram da perspectiva histórica da capital do Tocantins para buscar explicar perguntas feitas no presente, para estudar o passado palmense, desde o sonho inicial de urbanidade até as disputas que percorreram a construção da nova capital e que permanecem até hoje.

O processo de construção da cidade de Palmas está inserido em bases complexas de uma estrutura social e econômica que, de certa forma, interferiu de forma profunda nas relações dentro de seu projeto urbano. Podemos citar a hierarquização dos bairros constituídos na cidade entre as muitas transformações ocorridas em sua história que deixam ainda mais complexas as possibilidades de definição de um perfil social, econômico e urbano da mais jovem capital estadual brasileira. Colocamo-nos diante de um necessário debate sobre a constituição histórica da cidade, entendendo que os resultados não apenas fornecem explicações históricas, mas, sobretudo, amparam justificativas para a divisão social de classes e as relações sociais que existem na urbe.

Não intencionamos escrever a “história verdadeira” ou a “mais completa” sobre a primeira década da cidade de Palmas, mas inserir no debate acadêmico já existente uma perspectiva histórica da capital. A tese *“Eu moro embaixo do meu chapéu”: disputas fundiárias, culturais e memoriais na construção de Palmas (1988-2002)* tem como objetivo explorar os diversos processos de disputas na cidade de Palmas. O fio condutor é a dinâmica dessas disputas travadas ao longo da formação e consolidação da cidade. Cada capítulo abordou aspectos específicos dessas disputas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e aprofundada do tema.

Entendemos Palmas como um grande laboratório para o ramo da história das cidades, pois se trata de uma apropriação antrópica da natureza. A análise desse processo criativo possibilita várias experiências sob o mesmo território urbano. A dualidade entre periferia e centro foi criada a partir de condições históricas que se articulam no espaço. Essa urbanidade é entendida a partir das interfaces que existem entre as categorias objetivas e subjetivas na dinâmica da urbe. A relação entre o

projeto e a concepção em si de cidade, através do cotidiano da população migrante, revela as disputas na capital tocantinense.

A temporalidade de sua construção, década de 1990, proporciona uma grande quantidade de fontes disponíveis, mesmo que de forma dispersa. Esse fato traz enormes possibilidades de estudos no ramo da história das cidades, algo que fomos apresentados durante a pesquisa, mas que pretendemos aprofundar em trabalhos futuros. Uma das questões que pretendemos trabalhar melhor adiante são as relações raciais na construção de Palmas. A própria Vila União é um bairro majoritariamente negro, certamente mais um fator para alimentar os estigmas negativos sobre o local.

A construção da cidade de Palmas aconteceu em um território pouco populoso, mas suas configurações políticas vinham se organizando desde a criação do Estado do Tocantins. Pudemos observar essa disputa pela capital provisória no primeiro capítulo desta tese, que demonstrou o quanto a construção de uma nova cidade era importante, pois reforçava a imagem de Siqueira Campos na memória do estado, diminuía as chances de consolidação de uma forte oposição, além de que um empreendimento deste tamanho seria atraente para muitos migrantes.

A formação do estado do Tocantins e as intensas disputas pela escolha da capital provisória e, posteriormente, da capital definitiva se apresentam como os primeiros grandes embates políticos do estado. Portanto, destacamos como Palmas emergiu como um projeto vencedor, refletindo conflitos de interesse e expectativas divergentes sobre o futuro da cidade e do estado. A análise mostrou que essas disputas iniciais moldaram profundamente o desenvolvimento urbano e social de Palmas na atualidade.

Desde seu projeto, analisamos as interferências do capital público, privado e da população no arranjo do território palmense. A ideia de utilizar uma nova capital para impulsionar a integração regional faz muito sentido, pois a organização dessa rede urbana possibilita uma logística diversificada para o centro do país. Podemos entender Palmas como um marco nessa nova organização da região, principalmente nos anos 1990, quando seu próprio espaço se tornou um canteiro de obras, sendo este um atrativo para muitos investimentos. A medida que a cidade cresceu, já nos primeiros anos, o projeto foi remodelado, criando periferias planejadas, com centros urbanos expressivos, que, integrados, formaram agrupamentos urbanos.

No segundo capítulo, focamos nas memórias dos migrantes que chegaram a Palmas na década de 1990. Esse capítulo utilizou a história oral para captar as

experiências subjetivas dos sujeitos históricos. As narrativas revelaram a luta por moradia e a construção de uma identidade coletiva na nova capital, destacando como essas vivências individuais e coletivas fraturaram o planejamento urbano originalmente excludente. As forças que atuam na cidade implementaram configurações diferentes do Projeto Palmas, a ausência de políticas públicas efetivas de realização das necessidades da população, como habitação por exemplo, acaba por tensionar a relação de determinados grupos com o Estado.

Esses agentes constituem configurações divergentes para o desenvolvimento da cidade. Através das memórias dos sujeitos, trilhamos um caminho para entender partes dessa subjetividade temporal. Nas falas dos migrantes, percebemos que várias forças atuam na disputa pela cidade nas relações entre espaço/tempo, assim pudemos construir olhares históricos exercidos por esses sujeitos na busca de uma vida melhor nesse novo território.

A importante representação da capital como um catalizador de desenvolvimento para a região faz com que haja uma consolidação territorial através dos migrantes que ocuparam o território da cidade. A construção de Palmas significa a edificação de uma representação máxima de poder do Estado do Tocantins. Portanto, havia as necessidades urbanas, políticas e econômicas, mas, sobretudo, simbólicas de organização de todas as vertentes anteriores em um único espaço físico. A montagem de uma forte estrutura publicitária em diversos meios de comunicação do país tinha como objetivo fortalecer simbolicamente a versão de que Palmas era o melhor para o Tocantins e para o Brasil, pois só assim o desenvolvimento poderia chegar na região, em combate às diferenças estruturais que havia no antigo estado de Goiás e no antigo norte goiano.

Tais campanhas publicitárias foram importantes para legitimar Palmas como uma cidade de oportunidades, uma urbe ecológica, moderna e agradável para se viver, pronta para o século XXI. Portanto, a criação de Palmas foi importante para a consolidação do Tocantins, e essa relevância era prevista pela primeira gestão do estado, que lutou bastante para manter a ideia de construir uma capital. Porém, a partir do momento que o território é habitado, outros agentes entram em cena, e as disputas que antes se davam para definir qual seria a capital provisória passam a ser pelos projetos urbanos de Palmas.

Podemos entender Palmas também como uma construção simbólica, que se vinculava a conceitos como o de modernidade. Analisamos que os discursos não

corresponderam, e a capital do estado conviveu com problemas semelhantes a cidades centenárias no Brasil. Entendemos a urbe com um território de multiplicidade, onde as complexidades da vida humanas estão em suas ruas, no encontro dos sujeitos históricos.

No terceiro capítulo exploramos a atuação dos movimentos sociais em Palmas, enfatizando a luta pela moradia digna e os direitos humanos. As memórias dos sujeitos envolvidos nesses movimentos mostraram a resistência contra um planejamento urbano que marginalizava grande parte da população. As estratégias de luta e organização coletiva foram cruciais para a conquista de direitos e para a formação de uma cidadania ativa em Palmas.

Neste ponto, tentamos trabalhar com a desnaturalização das desigualdades sociais na cidade. Entender esse processo contribui para enxergar as disputas que envolvem o centro e as periferias de Palmas. Morar no Plano Diretor demanda um custo não acessível para toda população, e a construção de periferias fora do plano, as doações de lotes de forma desorganizada e as ocupações na área do Plano Diretor exemplificam como o território urbano está em disputa.

A moradia trata-se de uma necessidade básica do ser humano e coube à Vila União, bairro situado na região norte central, porém oriundo de ocupação, a estigmatização e a criminalização da pobreza; uma história invisibilizada que discutimos principalmente no quarto capítulo. A análise da Vila União exemplificou como as disputas territoriais e a busca por moradia resultaram em fraturas significativas no plano urbano de Palmas. As experiências dos migrantes no bairro ilustraram a estigmatização e os desafios enfrentados pelos moradores em um contexto de negligência estatal e violência estrutural. Contudo, a luta coletiva na Vila União também evidenciou a capacidade de resistência e organização dos moradores para superar adversidades e permanecerem em um local, que, a princípio, não era destinado à moradia popular.

Dada a extensão e a complexidade do tema abordado, reconheço que alguns aspectos fundamentais, como os conflitos de raça e gênero evidenciados no contexto da Vila União, não puderam ser plenamente desenvolvidos nos limites temporais e estruturais desta pesquisa. No entanto, tais questões se apresentam como desafios instigantes para investigações acadêmicas futuras. Em particular, destacam-se o processo de adultização de meninas, frequentemente inseridas precocemente no mercado de trabalho e submetidas a casamentos na infância e adolescência, e as

barreiras raciais impostas a pretos, pardos e indígenas na conformação do marcador social de quem reside na Vila União. Esses elementos emergem como questões centrais para a compreensão das dinâmicas sociais e urbanas do bairro e servirão como base para a continuidade desta trajetória acadêmica, ampliando as análises sobre desigualdade e resistência na ocupação do espaço urbano de Palmas.

Portanto, não apenas o capital econômico e o poder público atuaram na configuração da cidade. Há um espaço popular no projeto urbano, mesmo que fruto de tensões por habitação. Assim, o Plano Palmas foi uma possibilidade não estática em que muitos agentes inseriram seus desejos na esfera pública.

Entendemos que o fio condutor desta tese foi delineado pelos diversos processos de disputas que ocorreram em Palmas. Desde a formação do Tocantins e a escolha da capital, passando pelas memórias e vivências dos migrantes, até a atuação dos movimentos sociais e as lutas territoriais na Vila União, cada capítulo contribuiu para a construção de uma narrativa complexa e multifacetada sobre a cidade.

Ao fim, para fechar estas considerações finais, gostaríamos de frisar que a tese defendida ao longo deste trabalho foi de que as disputas por espaço, poder e direitos não apenas moldaram a estrutura urbana de Palmas. Tais embates também fortaleceram a identidade coletiva e o exercício da cidadania de seus moradores. Assim, eles configuraram a capital do século XXI como um espaço de resistência, de transformação, bem como de subversão e de insurgência contra a construção, pelo Estado associado ao grande capital privado, de uma urbe inspirada em valores neoliberais, que se pretendia segregadora, marginalizadora e excludente.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins**: uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ANJOS, A. C. C. **Do girassol ao capim dourado**: apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 2012.

BARBOSA, Fábio. **A formação urbana no município de Palmas (1989-2012) e o direito de moradia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

BENCHIMOL, Jayme Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; DGDI, 1992.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**: racismos, falocentrismos e opressão nas cidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. **A migração em Palmas/TO**: a felicidade no imaginário social. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2013.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOFF, Leonardo. **Eclesiogênese**: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja. Petrópolis: Vozes 1977.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. São Paulo: Globo, 1997.

BOTTURA, Ana Carla de Lira. **Conflitos e produções de consensos na cidade neoliberal**: a luta pela moradia em Palmas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 16-35.

BRITO, Eliseu Pereira de. Planejamento, especulação imobiliária e ocupação fragmentada em Palmas. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 34, p. 93–104, 2010c.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Como elaborar um projeto de pesquisa?** Niterói: UFF, [s.d.].

Carvalho, Elson Santos Silva. **Fiat Tocantins/Palmax**: das criações à autopoiese de uma capital tocantinense. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2011.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Brasil, **Mito fundador e sociedade autoritária**. 4. ed. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2001. 103 p

CHICO SCIENCE E NAÇÃO ZUMBI. **A cidade**. Recife: Nas nuvens: 1994.

CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

COCOZZA, Glauco de Paula. **Paisagem e urbanidade**: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Graal, 2011.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. **Cidades**: pesquisa em história. São Paulo: Olho D'água, 1999.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FRANÇA, Thiago Ramos de. **Palmacética**. São Paulo: Soul Editora, 2018.

FREI BETTO. Da prática da pastoral popular. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 2, ago. 1978.

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. *In*: FRIDMAN, Fania; ABREU, Maurício (org.). **Cidades latino-americanas**: um debate sobre a formação dos núcleos urbanos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

GATTINARA, Enrico Castelli. A multiplicidade temporal: um problema no qual a ciência, história e filosofia se encontram. *In*: SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias**: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Ricochete, 2018. p 39-72.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

GIRALDIN, O. (Org). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. 2 ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

GONÇALVES, Rafael Soares. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 237-250, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qKrxnbhPc46GxzR9vvrCPxH/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 282-295.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memória e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EduFMT, 2006.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 12-14.

JORDHEIM, Helge. Introduction: multiple times and work of snchronization. **History and Theory**, n. 53, p. 498-518, 2014.

KNAUSS, Paulo. O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 20, p. 175-192, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. *In*: KOSELLECK, Reinhart (*et al.*). **O conceito de história**. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 119-184.

KOSELLECK, Reinhart. A história como conceito mestre moderno. *In*: KOSELLECK, Reinhart (*et al.*). **O conceito de história**. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 185-222.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Perspectiva. *In*: KOSELLECK, Reinhart (*et al.*). **O conceito de história**. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p 223-225.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LANGARO, Jiani Fernando. Cidade, trabalhadores e história oral: apontamentos sobre as muitas memórias da formação de Toledo-PR (1940-1990). **Tempos Históricos**, v. 21, p. 402-433, 2017.

LANGARO, Jiani Fernando. Espaço, região e história social. **Revista Percurso**, v. 1, p. 23-48, 2009.

LANGARO, Jiani Fernando. História oral e fronteira o campo e a cidade nos relatos de migrantes transfronteiriços (1970-2000). **Tempos Históricos**, v. 18, p. 396-425, 2014.

LANGARO, Jiani Fernando; TEDESCHI, L. A. Migrações, memórias e fronteira: reflexões sobre histórias de vida de trabalhadores(as) brasiguaiois(as). **Revista de História Oral**, v. 18, p. 93-116, 2015.

LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni; MONTYSUMA, Marcos e MONTENEGRO, Antonio (org.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da Ufpe; Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Unesp, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LOBO, Eulalia; CARVALHO, Lia; STANLEY, Myrian. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *In*: PINSKY, Carla. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MACEDO, Walkeny Izidio Soares. **HISTORIOGRAFIA DO TOCANTINS E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES**. Dissertação (Mestrado em HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa –1880/1920. *In*: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 14-40.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral e migrações**: método, memória, experiências. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MAIA, Andréa Casa Nova (org.). **História oral e direito à cidade**: paisagens urbanas, narrativas e memória social. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil em que termos?**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENEZES, M. A. de (org.) **Histórias de migrantes**. São Paulo: CEM; Loyola, 1992.

MIRANDA, Ricardo Ferreira. **Miracema do Tocantins**: uma cidade em (des)construção. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2015.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 155-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, v. 10, p. 109-137, 2018.

MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PARALELAS. **Intérprete**: Belchior. *In*: PARALELAS. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1975.

PARENTE, T. G.; CARVALHO, E. S. S. Fiat Tocantins: histórias (d)e poderes. **Diálogos**, Maringá, v. 16, p. 1232-1265, 2012.

PARENTE, Temis. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. 3. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na História Oral. *In*: FENELON, Déa; MACIEL, L. Antunes; ALMEIDA, P. Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’água, 2004. p. 296-313.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. *In*: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-49.

RANCIÈRE, Jacques. **Os enunciados do fim e do nada**: políticas da escrita. Rio de Janeiro: 34, 1995.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). *In*: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000. p. 83-118.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades tardias no cerrado**: arquitetura e urbanismo na formação de Palmas. Florianópolis: Insular, 2018.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins**: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense. São Paulo: Blucher, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 93-101.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPA. Compositor e intérprete: Caetano Veloso. *In*: MUITO: Dentro da estrela azulada. Intérprete: Caetano Veloso. São Paulo: Philips, 1978. LP, Lado B, faixa 2.

SANTOS, Jeany Castro dos. **“O olho que tudo vê”**: uma análise do corpo e da cidade na perspectiva de gênero em Palmas - TO. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. São Paulo: Edusp, 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 39-62.

SILVA, Elson Santos. **Fiat Tocantins / Fiat Palmas: das criações à autopoiese de uma capital tocantinense**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2011.

SILVA, José Bonifácio de Andrade. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras; Publifolha, 2000.

SILVA, Nilson Vieira da. **Diagnóstico sócio-econômico-administrativo [do Estado do Tocantins]**. Palmas, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. **Palmas, a última capital projetada do século XX**: uma cidade em busca do tempo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SOBRINHO, José Gomes. **Fio de prumo**. Palmas: Editora Palmas, 2003.

SOIHET, Rachel. Introdução. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologias. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria, ou, um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. *In*: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). **E. P. Thompson**: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998a. v. 2, p. 57-106.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

Fontes documentais

APPA – ASSOCIAÇÃO DOS PIONEIROS DE PALMAS. Como fazer parte da Associação dos Pioneiros de Palmas? Disponível em: <http://pioneirosdepalmas.com.br/#cadastre-se/>. Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Movimento de luta pela moradia elabora relatório para enviar a ONU**. Brasília: PR, 1995. Arquivo Nacional do Brasil. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_h4/mic/gnc/dit/960079256/br_dfanbsb_h4_mic_gnc_dit_960079256_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Relatório sobre a I Conferência Estadual de Direitos Humanos no Tocantins**. Brasília: PR, 1998. Arquivo Nacional do Brasil. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_h4/mic/gnc/dit/960079256/br_dfanbsb_h4_mic_gnc_dit_960079256_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

GALDINO, Eduardo. Comunicação parlamentar. Ata da 13ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura: em 7 de março de 1990. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, ano XLV, n. 11, 8 março 1990, p. 950. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08MAR1990.pdf#page=95>. Acesso em: 14 jul. 2023.

GOIÁS. **Decreto n.º 3.086**, de 9 de dezembro de 1988. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terras que especifica e dá outras providências. Goiânia: Governo do Estado, 1988.

GRUPO QUATRO. **Memória do projeto da capital do estado do Tocantins**. Palmas/Plano Básico. Goiânia, 1989 (Mimeo).

IBGE. **Áreas urbanizadas do Brasil**: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PALMAS. **Lei n.º 371, de 4 de novembro de 1992**. Institui o código de posturas do município de Palmas e dá outras providências. Palmas: Governo do Estado, 1992.

PALMAS. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Mapa Diagnóstico Socioterritorial de Palmas – TO**: habitação. Palmas: Sedes, 2018. Disponível em: https://issuu.com/mapa.social.palmas/docs/fasciculo_4_habitacao. Acesso em: 10 set. 2023.

TOCANTINS. **Lei n.º 9, de 23 de janeiro de 1989**. Miracema do Norte: Assembleia Constituinte do Estado do Tocantins, 1989b.

TOCANTINS. **Lei n.º 157, de 31 de outubro de 1990**. Palmas: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 1990.

TOCANTINS. **Lei n.º 6, de 23 de janeiro de 1989**. Miracema do Norte: Assembleia Constituinte do Estado do Tocantins, 1989a.

TOCANTINS. Secretaria de Comunicação. **Boletim Informativo**. Palmas: Secom/TO, 02 jun. 1989. Localizado na caixa 43 do Arquivo da Fundação de Cultura de Palmas.

Fontes jornalísticas

A PARTIR de hoje, o Brasil tem nova capital. Palmas para ele. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9524, p. 11, 20 maio 1989.

AD-TO anuncia entrega de títulos e lotes em Palmas. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 27 mar. 1999.

ANALISTAS de sistemas e programadores. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9828, p.12, 25 mar. 1990.

ARAGUAÍNA tensa obstrui estrada. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 dez. 1988.

AS TENTAÇÕES de Pasargada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 maio 1989.

AVISO: Governo do Estado do Tocantins – Áreas agrícolas no município de Palmas. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 09692, p. 11, 5 nov. 1989

BELÉM-BRASÍLIA é bloqueada na briga de cidades do Tocantins. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 dez. 1988.

CAMINHONEIROS depredam veículos e liberam a ponte e Araguaína. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1988.

CAMPOS faz festa para nova capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 maio 1989.

CAMPOS vende 200 casas aos funcionários. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 10103, Caderno Brasil, p. 5, 27 dez. 1990.

CAPITAL do Tocantins sai nesta semana **Correio Braziliense**, Brasília, 5 dez. 1988.

CLASSIFICADOS. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 dez. 1989.

CONSTRUÇÃO começa hoje. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9526, p. 8, 22 maio 1989.

CRESCIMENTO não reduz concentração. **Jornal do Comercio**, Manaus, n. 39318, p. 7, 4 maio 2005.

DEPUTADO critica especulação. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 abr. 1989.

DEPUTADO responde a vaís com coronhadas. **Correio Braziliense**. Brasília, 26 out. 1988.

DESENVOLVIMENTO industrial no Tocantins. **Correio Braziliense**, 14 dez. 1989.

DIFICULDADES atrasam a implantação. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 mar. 1989.

ELEIÇÃO será mesmo dia 15. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 nov. 1988.

ELEITOS vão escolher capital do Tocantins. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 nov. 1988.

EROSÃO provocada pelas chuvas danificam quadras. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 8 jan. 2000.

ESCOLHA de Miracema do Norte no Tocantins foi ato político. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1988.

ESPECULAÇÃO imobiliária assusta os investidores. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 12 mar. 2000.

ESPECULAÇÃO toma conta de Tocantins. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 dez. 1988.

ESTADO do Tocantins, A capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 nov. 1988.

FALTA de capital atrasa governador. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 dez. 1988.

FAMÍLIAS são obrigadas a deixar área invadida. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 4 dez. 1999.

FIESP vê como pode investir no Tocantins. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9690, p. 5, 3 nov. 1989.

FONSECA, Augusto. Governador do Tocantins fica só por 2 anos, mas a luta é acirrada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1988.

FÓRUM quer órgão único que trate da habitação. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9656, p. 22, 30 set. 1989.

FOSSA inútil. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 dez. 1988.

GAMBIARRA prejudica morador do Aurenny. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 15 jan. 2000.

GRUPO decide invadir terrenos em Palmas. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 28 set. 1999.

GURUPI joga tudo na guerra para ser capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 out. 1988.

IBGE – Brasil possui 183,9 milhões de habitantes. **Jornal do Comercio**, Manaus, n. 39945, C1, 18 e 19 nov. 2007.

INAUGURAÇÕES marcam primeiro aniversário de Palmas. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9876, p. 13, 13 maio 1990.

INCÊNDIO na invasão da Cascalheira. **Tocantins Agora**. Palmas, 24 jun. 1994. Acervo pessoal de Marson Nascimento.

INVASÕES marcaram primeiros anos da capital. **Jornal do Tocantins**. Palmas, n. 1779, p. 9. 13 fev. 2000.

INVASORES são expulsos de uma área municipal. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 7 out. 1999.

JÁ ESTÃO à venda os primeiros lotes de Palmas. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9748, p. 9, 2 jan. 1990

LOBBY de Araguaína reúne PT e UDR. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 out. 1988.

LOTES em Palmas. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9822, Caderno Nacional, p. 14, 19 mar. 1990.

LOTES na capital têm valorização de até 70%. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 1º out. 1999.

MANAUS está em 4º no *ranking* do PIB. **Jornal do Comercio**, Manaus, n. 39318, p. 7, 4 maio 2005.

MORGADO, Waldir. Tocantins cria briga de tribunais. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 out. 1988.

NORUEGA quer entendimento com Tocantins. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9871, p.11, 8 maio. 1990.

NOVA capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 fev. 1989.

NOVO JK? **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9525, p.2, 21 maio 1989.

O CÚMULO da engenharia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 0138, p.7, 24 ago. 1990.

OBSTINAÇÃO. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9747, p. 2, 31 dez. 1989.

ONDE nasceu a ideia do Estado. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 out. 1988.

OS CAMINHOS do Brasil passam por Tocantins. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 0138, p.5, 24 ago. 1990.

PALMAS ainda possuiu um alto índice migratório. **Jornal do Tocantins**, Palmas, n. 1779, p. 6. 13 fev. 2000.

PALMAS ao casal esperança. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9818, p. 13, 15 mar. 1990.

PALMAS começa a ser construída. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 maio 1989.

PALMAS tem politicagem, invasões e telefone celular. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 out. 1994.

PALMAS: um projeto ecológico. **A Tribuna**, Santos, n. 52a, p. 10, 14 maio 1993

PARTIDOS opinam sobre adiamento. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 out. 1988.

PARTIDOS querem saber quem tumultuou comício. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 out. 1988.

PASARGADA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 maio 1989.

PELAS TERRAS do Tocantins. **Jornal do Commercio**, Manaus, n. 35402, p. 11, 27 jan. 1991.

PMDB quer adiar a eleição em Tocantins. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 out. 1988.

PREFEITO de Gurupi morre do coração. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 dez. 1988a.

PREFEITO já conta com apoio de 32 municípios. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 out. 1988b.

QUARTEL-GENERAL ocupa “arranha-céu”. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 out. 1988.

QUATRO cidades disputam para ser a capital do Tocantins. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jun. 1988.

RIO é a capital que menos cresce. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 327, p. 6, 27 fev. 1997.

SALOMÃO na contramão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 dez. 1988.

SEM Força na própria casa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 out. 1988.

SEM-TETO ocupam escadaria da Assembleia. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 29 nov. 2000.

TAM amplia suas rotas. **A Tribuna**, Santos, n. 76, p. 7, 9 jun. 1991.

TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel Teixeira. Entrevista [a]. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 20 maio 1998.

TERRAS em Tocantins são vendidas a Cr\$1. **Jornal Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, n. 12824, Nacional, p. 5, 4 nov. 1991.

TOCANTINS busca parceria com empresários da Fiesp. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9696, p. 8, 9 nov. 1989e.

TOCANTINS começa a sair do papel. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 nov. 1989a.

TOCANTINS constrói capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 ago. 1989b.

TOCANTINS estreia com fraudes. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 nov. 1988b.

TOCANTINS inviável por falta de recursos. **Correio Braziliense**. Brasília, 28 dez. 1988c.

TOCANTINS leva Euforia a Gurupi. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 out. 1988d.

TOCANTINS quer atrair Fiesp para investir. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9692, p. 6, 5 nov. 1989d.

TOCANTINS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1988e.

TOCANTINS: a guerra santa pela capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 out. 1988a.

TOCANTINS: novo e moderno. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 maio 1989c.

VENDAS de imóveis em baixa na capital. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 27 jan. 2000.

VENHA morar conosco na Terra dos Girassóis. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9788, p. 5, 11 fev. 1990.

VOTOS brancos batem todos em Tocantins. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 nov. 1988.

Entrevistas orais

ABUD, Cleiber. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 18 ago. 2022.

ARAUJO, Jocel Santiago. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 10 maio 2024.

BUCAR, Ruy Alberto Pereira. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 22 jul. 2022.

CASTRO, Maria Eleine Souza (Lana). **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 14 maio 2024.

DICKMANS, Dom Philip. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 12 maio. 2022.

EDIS, Antonio. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 19 ago. 2022.

FEIX, Romeu. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 24 fev. 2021.

MOREIRA, José Geraldo. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 23 maio. 2024.

MOREIRA, Vanessa Rodrigues. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 15 maio. 2024.

MOURA, Renato. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 17 ago. 2022.

SANTOS, Erivelton. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 27 nov. 2020.

SILVA, Francisca. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 30 ago. 2022.

SILVA, Inácio Teixeira da. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 29 abr. 2021.

XARÁ, Mario. **Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima**. Palmas, 20 jul. 2022.